

Contemporânea

REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCar

Contemporânea

REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCar

• v. 9 n. 1 • Janeiro-Junho de 2019 •

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar é revista semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Publica artigos, entrevistas e resenhas da área das ciências sociais, com ênfase sociológica.

Dirige-se a um público científico e privilegia um olhar sociológico contemporâneo sobre questões da sociedade brasileira e internacional.

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar tem por objetivo veicular a produção de pesquisadores/as nacionais e estrangeiros criando diálogos sobre temas de fronteira das ciências sociais. É particularmente aberta a abordagens emergentes sobre novos conflitos sociais, diferenças de gênero, sexualidade, raça/etnia assim como outras formas de desigualdade, deslocamentos, processos migratórios, territorialidades e mobilidades, religiosidades, sustentabilidade, transformações no trabalho e nas profissões, violência, novas articulações entre teoria e empiria, revisões teóricas a partir dos desafios de pesquisa do presente e novas configurações do Estado e formas de governança.

Comitê Editorial: Jorge Leite Júnior, Fábio José Bechara Sanchez, Samira Feldman Marzochi e Ana Carina Sabadin (editora assistente)

Conselho Editorial:

Antonio Carlos Witkoski (Universidade Federal do Amazonas) Berenice Bento (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) Carlos Lista (Universidad Nacional de Córdoba- Argentina) Carlos Serra (Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique) Celi Scalon (Universidade Federal do Rio de Janeiro) Cibele Rizek (Universidade de São Paulo/Universidade Federal de São Carlos) Daniel Cefai (Ecole de Haute Etudes en Sciences Sociales – France) Evelina Dagnino (Universidade Estadual de Campinas) Franck Poupeau (Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales- France) Howard Becker (Pesquisador Independente – EUA) Irllys Barreira (Universidade Federal do Ceará) José Ricardo Ramalho (Universidade Federal do Rio de Janeiro) José Vicente Tavares dos Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) Luís Roberto Cardoso de Oliveira (Universidade de Brasília) Maria Filomena Gregori (Universidade Estadual de Campinas) Miriam Adelman (Universidade Federal do Paraná) Ricardo Mariano (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) Sérgio Adorno (Universidade de São Paulo) Sérgio Miceli (Universidade de São Paulo)

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar / Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. – v. 9, n. 1, jan. – jun. (2019) – , – São Carlos: DS e PPGS-UFSCar, 2019.

Semestral

ISSN Eletrônico: 2316-1329

1. Ciências Sociais; 2. Sociologia; 3. Antropologia; 4. Ciência Política

Versão eletrônica disponível em www.contemporanea.ufscar.br

Indexadores: DataÍndice; Latindex; Diadorim; CLASE – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades; OASISBR – Portal Brasileiro de Acesso à Informação Científica; SEER UFSCar – Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas. Disponível também através dos portais Sumarios.org (nacional) e LA Referencia; RCAAAP e REDIB (internacionais).

Endereço:

Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia
UFSCar

Rodovia Washington Luís, km 235 Caixa Postal 676
São Carlos – SP 13.565-905 Brasil
Fone/Fax: (Country Code 55) 11-3351-8673
e-mail: revcontemporanea@gmail.com

Sumário

Dossiê Explorações e retornos siderais

ORGANIZADO POR LEANDRO SIQUEIRA

Acontecimento sideral e a governamentalização do planeta:
notas sobre a atualizações dos dispositivos de poder nas
sociedades de controle 11

LEANDRO SIQUEIRA

Planet Earth Seen From Space: A Very Brief Visual History 37

SEBASTIAN GREVSMÜHL

John F. Kennedy and the Race to the Moon 55

JOHN M. LOGSDON

Nouvelles formes d'occupation de l'espace, la place de la Chine
et de l'Inde.....79

ISABELLE SOURBÈS VERGER

Tecnologias Espaciais: Fragmentação do território e politização
do espaço..... 99

ANA LUCIA VILLASBÔAS

Artigos

“Integridade para Pequenos Negócios” e desencantamento da moral 123

ANTONIA DE LOURDES COLBARI

A dificuldade de morar. Exercícios de poder no fenômeno
dos sem-abrigo..... 145

JOÃO ALDEIA

El dinero: organizador social de la ciudad de Pichari 173

SOFÍA ISABEL VIZCARRA CASTILLO

Mercados ilícitos, ambivalências e agressividade: condições
estatais e mercantis de um circuito de bailes de reggae em
“periferias” de Maceió, AL.....199

FERNANDO DE JESUS RODRIGUES

“Moda, eu faço a minha”: a circulação de símbolos globais
de moda entre grupos de baixa renda.229

ANA LUCIA DE CASTRO

BEATRIZ SUMAYA M. HADDAD

Diversidade sexual e de gênero no sistema prisional: discriminação, preconceito e violência	253
EDER APARECIDO DE CARVALHO	
ALEXANDRE DA SILVA DE PAULA	
SERGIO KODATO	
O catolicismo carismático no impeachment de Dilma Rousseff	275
CARLOS EDUARDO PINTO PROCÓPIO	

Resenhas

Autoridade na prática da governança da água	303
RAIZA CAMPREGHER	
Diálogo epistolar entre Candido e Rama: em busca da utopia latino-americana	309
RAFAEL MARINO	
Walmart: Um Paraíso na Terra? Uma análise descritiva ao maior empregador privado dos Estados Unidos da América	315
PEDRO SARAIVA	

Contents

Dossier “Outer space explorations and its returns”

DOSSIER ORGANIZED BY LEANDRO SIQUEIRA

Outer Space event and planetary governmentalization:
remarks on the upgrading of power dispositifs in societies
of control 11

LEANDRO SIQUEIRA

Planet Earth Seen From Space: A Very Brief Visual History 37

SEBASTIAN GREVSMÜHL

John F. Kennedy and the Race to the Moon 55

JOHN M. LOGSDON

New forms of space occupation, the place of China and India 79

ISABELLE SOURBÈS VERGER

Space Technologies - Fragmentation of the Territory and
Politization of Space 99

ANA LUCIA VILLASBÔAS

Articles

“Integrity for Small Business” and disenchantment of morality 123

ANTONIA DE LOURDES COLBARI

Inhabiting difficulties. Power exercises in homelessness 145

JOÃO ALDEIA

Money: Pichari ’s social organizer 173

SOFÍA ISABEL VIZCARRA CASTILLO

Illicit trade, ambivalences and aggressiveness: state and market
conditions of a reggae dancehalls circuit in “peripheries” from
Maceio, AL. 199

FERNANDO DE JESUS RODRIGUES

Fashion and style as speeches: appropriation of symbols
globalizing fashion for low-income groups. 229

ANA LUCIA DE CASTRO

BEATRIZ SUMAYA M. HADDAD

Sexual and gender diversity in the prison system: discrimination,
prejudice and violence..... 253
EDER APARECIDO DE CARVALHO
ALEXANDRE DA SILVA DE PAULA
SERGIO KODATO

The charismatic catholicism in the impeachment of Dilma Rousseff 275
CARLOS EDUARDO PINTO PROCÓPIO

Book reviews

Authority in water governance practice303
RAIZA CAMPREGHER

Epistolary dialogue between Candido and Rama: in search of
Latin American utopia. 309
RAFAEL MARINO

Walmart: A Paradise on Earth? A descriptive analysis of the
largest private employer in the United States of America..... 315
PEDRO SARAIVA

Dossiê Explorações e retornos siderais

ORGANIZADO POR LEANDRO SIQUEIRA



Acontecimento sideral e a governamentalização do planeta: notas sobre as atualizações dos dispositivos de poder nas sociedades de controle

Leandro Siqueira¹

Resumo: A experiência humana de abandonar a Terra para explorar o espaço sideral implicou em retornos que impactaram a forma das contemporâneas sociedades se organizarem, alterando inclusive o modo como essas sociedades compreendem o seu planeta de origem. Neste trabalho, procuramos analisar os efeitos do acontecimento sideral para a configuração dos dispositivos de poder nas chamadas sociedades de controle, dando continuidade à sugestão analítica proposta pelo filósofo Gilles Deleuze sobre o atual agenciamento social. Entre esses efeitos destacamos, primeiramente, a contribuição da exploração espacial para a emergência do corpo-planeta, no momento em que a Terra surge como uma nova superfície a ser recoberta por investimentos políticos. Em segundo lugar, chamamos a atenção para o processo de governamentalização do planeta, acelerado graças à disponibilidade de tecnologias espaciais empregadas em larga escala para o monitoramento e a gestão dos fluxos planetários, assinalando a emergência do planeta como corpo político.

Palavras-chave: Exploração espacial; monitoramentos; governamentalidade planetária; sociedades de controle.

1 Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES) – Santos – Brasil – ladps@uol.com.br

Outer Space event and planetary governmentalization: remarks on the upgrading of power dispositifs in societies of control

Abstract: *The historical endeavor of abandoning Earth to explore outer space has yielded socio-technical spinoffs that have had lasting impacts upon the ways in which contemporary societies organize themselves, including a changed understanding of their very planet of origin. The main aim of the present article consists in analyzing the effects of the outer space event upon the reconfiguration of the power dispositifs in the so-called societies of control, along the lines of the analytical categories proposed by Gilles Deleuze. At first, this paper highlights the contribution of space exploration to the advent of the planet-body, at a time when the Earth emerges as a new surface to be covered by political investments. Secondly, it draws attention to the process of planetary government, facilitated by the availability of space technologies for monitoring and managing emphatically global flows, marking the materialization of the planet as a political body.*

Keywords: *Space exploration; monitoring; planetary governmentality; societies of control.*

Ao toque de um dedo, o aplicativo Earth-Now² informa uma série de dados climáticos da Terra coletados em tempo quase real pela constelação de satélites da agência espacial estadunidense NASA. Na tela do smartphone, abre-se um modelo tridimensional com vários “sinais vitais” do planeta, como o nível de dióxido de carbono, de ozônio, da altura do mar e anomalias gravitacionais para o usuário interessado em acompanhar os efeitos das Mudanças Climáticas. Além disso, alertas avisam a ocorrência dos mais diversos eventos geoclimáticos sobre o globo. Em março de 2018, o Earth-Now destacava a erupção do vulcão Kadovar, em Papua, Nova Guiné, e a tempestade de areia que atingia a Arábia Saudita e o Iêmen. Ao clicar sobre eles, o modelo tridimensional da Terra gira até que imagens de satélite mostrem o evento. “O mundo inteiro na palma das mãos”, promete a NASA.³

Impressiona constatar que meio século após astronautas terem pioneiramente visualizado a olhos nus o seu planeta, a Terra esteja disponível para que qualquer pessoa possa observá-la, com vistas a colaborar para a sua proteção

2 O aplicativo Earth-Now pode ser visualizado na página <<https://climate.nasa.gov/earth-now>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

3 Disponível em: <<https://www.nasa.gov/topics/earth/features/earth20120319.html>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

em tempos de ameaças à continuidade da existência humana causadas pelo aquecimento global. A disponibilidade de informações sobre a Terra, a possibilidade de monitorá-la e, ainda mais, a noção de que o planeta seria um corpo passível de ser controlado e, até mesmo, melhorado, são retornos do acontecimento sideral que transformaram o modo do humano se relacionar com seu planeta.

Denominamos *acontecimento sideral*⁴ o duplo movimento de abandono e retorno à Terra propiciado a partir da segunda metade do Século XX pelas tecnologias espaciais. Ao mesmo tempo em que essas tecnologias permitiram enviar astronautas à órbita terrestre e à Lua, elas inesperadamente possibilitaram a “descoberta” da Terra. Cabe salientar que, quando nos referimos a tecnologias, não nos limitamos a pensar apenas em artefatos técnicos; antes disso, como observa o filósofo Gilles Deleuze (1986), tomamo-las como produções sociais, ou seja, expressões de agenciamentos coletivos. O acontecimento sideral é aqui pensado como uma singularidade irrompida na segunda metade do Século XX, cujos efeitos continuam a incidir indiscriminadamente sobre os viventes, as sociedades e o planeta. Observamos seus efeitos como algo da ordem do incidental e do imprevisível, capazes de produzirem inesperadas mutações.

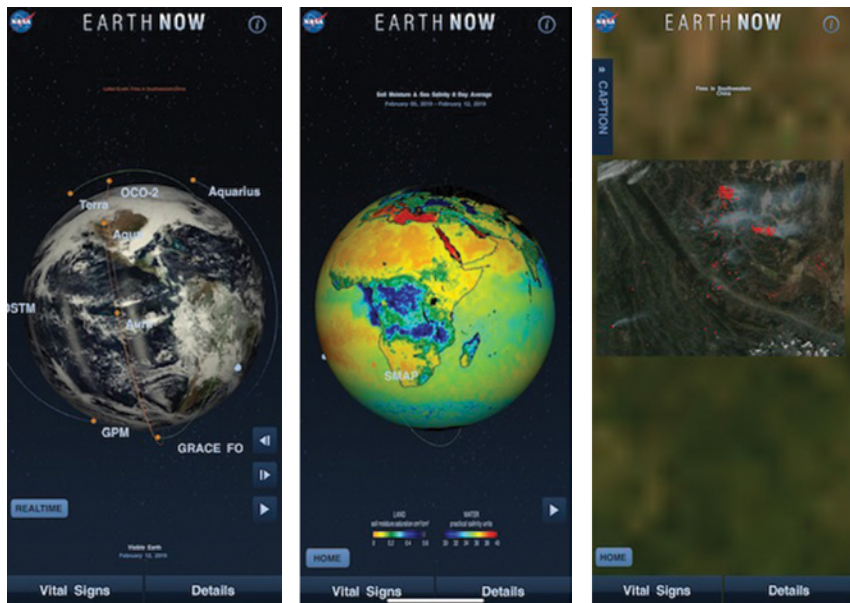
Neste trabalho, a chamada *exploração espacial* é problematizada por uma perspectiva política que busca abrir as Ciências Sociais para a análise das múltiplas relações estabelecidas pelas forças envolvidas no processo que culminou na projeção do vivente para o espaço exterior à Terra. Também procuramos prestar atenção ao que retorna da projeção para o sideral, sobretudo aquilo que impactou a configuração dos dispositivos de poder nas atuais sociedades.

Com base na análise do acontecimento sideral, pretendemos contribuir para a problematização do contemporâneo agenciamento coletivo denominado por Deleuze de *sociedades de controle*. Para tanto, desenvolveremos este artigo em três movimentos. No primeiro, expomos alguns elementos propiciados pela exploração sideral que consideramos fundamentais para se pensar as sociedades de controle. Em seguida, examinamos como o acontecimento sideral contribuiu para configurar uma nova noção da Terra que atende a desafios e urgências colocadas pelo atual agenciamento coletivo. Por fim, apontaremos o processo de

4 A noção de acontecimento aparece em vários momentos na produção intelectual de Michel Foucault. Interessa-nos aquela que o autor elaborou em seus estudos sobre Nietzsche. No texto “Nietzsche, a genealogia e a história”, Foucault (1979:15) afirma ver o acontecimento como a aguda irrupção de uma singularidade. Neste sentido, acontecimentos não são da ordem da teleologia e nem dizem respeito a fatos ou eventos, mas implicam em descontinuidades a serem espreitadas na agonística das forças.

governamentalização do planeta, como sinal indelével da projeção da racionalidade neoliberal em escala global.

Figura 1 – Imagens do aplicativo Earth-Now: segundo a NASA, “o mundo inteiro na palma das mãos”



Fonte: EarhNow/NASA

1 – Na guerra, procedências siderais do controle

Na virada dos anos 1980 para os 1990, o filósofo Gilles Deleuze apresentou a noção de sociedades de controle com o intuito de descrever mudanças ocorridas nos diagramas das sociedades ocidentais ao longo da segunda metade daquele século. Deu o nome de *controle* a novas relações de poder que se caracterizam por operar de forma “contínua e ilimitada”, mediante “comunicação instantânea” (Deleuze, 1990: 236-37), em resposta a urgências colocadas pelo governo de populações em meios abertos (Deleuze, 2014).

Deleuze buscou compreender as contemporâneas sociedades focando-se em descontinuidades observadas no funcionamento dos mecanismos de poder. Sua análise se baseou na percepção de que os dispositivos disciplinares do Século XVIII, anteriormente estudados pelo filósofo Michel Foucault, estariam em crise e não tardariam a ser suplantados. Segundo Deleuze, enquanto as sociedades disciplinares recorriam a tecnologias de poder baseadas em confinamentos ou sistemas fechados (escola, prisão, hospital, fábrica etc.) para compor as forças

de multiplicidades pouco numerosas em função de uma utilidade almejada, o controle se voltaria para a administração de populações, de grandes multiplicidades de humanos e não humanos, dispostas em espaços abertos. No lugar de muros, as sociedades de controle privilegiariam cálculos probabilísticos e a produção de zonas de frequência para governar o conjunto social.

Em seus poucos escritos sobre o controle, Deleuze o relacionou às máquinas cibernéticas, como os computadores, ao uso de cartões que gerenciam acessos, ao elemento químico silício, mas nunca mencionou a exploração do espaço sideral. Todavia, acreditamos ser pertinente examinar a relação entre sociedades de controle e exploração sideral para mostrar que tais sociedades também poderiam ter como procedência o acontecimento sideral (Siqueira, 2015). Neste sentido, exploramos genealogicamente a possibilidade de pensar a projeção para o sideral, ocorrida desde o fim dos anos 1950, como um dos “mil acontecimentos agora perdidos” a ser resgatado para compreender como se deu “a entrada em cena das forças” que teriam configurado os dispositivos de poder específicos das atuais sociedades de controle (Foucault, 1979).

Embora a emergência dessas sociedades tenha se dado no mesmo momento histórico em que se efetivou a exploração sideral, a aproximação que estabelecemos não se justifica simplesmente com base em argumentos cronológicos. Para avançar nesta análise, problematizamos os efeitos da Segunda Guerra Mundial na configuração das sociedades de controle e, dentre eles, sublinhamos os aportes trazidos pelo acontecimento sideral para a instauração de tecnologias de governo dos espaços abertos que caracterizam as relações de poder nestas sociedades.

Em seu principal texto sobre o tema intitulado “*Post-scriptum* sobre as sociedades de controle”, Deleuze é sucinto ao se referir à emergência das sociedades de controle. Sem dar muitos detalhes, afirma que as “novas forças” do controle se “instalavam lentamente” e se “*precipitariam* depois da Segunda Guerra Mundial” (1990: 241, grifo meu). Outra referência para o estudo das sociedades de controle, o politólogo Edson Passetti (2003) também destaca sua relação com o conflito mundial. Para este autor, a explosão das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, que colocaram fim à guerra no Pacífico, é o evento que sinaliza a entrada em cena dessas sociedades.

Tratam-se, portanto, de duas pistas para se pensar a emergência do controle. Note-se que o filósofo utilizou o verbo “precipitar” (em francês, *précipiter*) para fazer referência a mudanças nas economias de poder. Este vocábulo tem entre seus principais significados a ideia de queda, além da ideia de aceleração do ritmo. Embora não utilize o termo “precipitar”, Passetti também se remete

ao mesmo movimento de cima para baixo ao associar a instalação das sociedades de controle às bombas atômicas jogadas de aviões bombardeiros estadunidenses sobre as cidades japonesas. A essas procedências trazidas pelos autores acrescentamos mais uma, que também desabou dos céus: os retornos da exploração sideral.

O fim da Segunda Guerra Mundial reconfigurou o equilíbrio da política internacional com a instauração de um sistema bipolar capitaneado pelas superpotências vitoriosas no conflito mundial: os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). No pós-guerra, não tardou para que a divisão do mundo nos blocos que opunham as chamadas “sociedades abertas” (capitalistas) às “sociedades fechadas” (socialistas) conduzisse ao enfrentamento planetário que ficou historicamente conhecido como Guerra Fria. Esse conflito diferenciou-se de outros grandes enfrentamentos mundiais por não se tratar de um combate direto e declarado, mas por se estabelecer como um confronto predominantemente estratégico, balizado pela potência destrutiva acumulada pelos arsenais nucleares acumulados das superpotências.

A competição pela hegemonia planetária travada entre EUA e URSS durante a Guerra Fria acelerou o aperfeiçoamento de tecnologias que permitiram aos Estados desenvolverem armas capazes de atingir alvos em outros continentes e, ao mesmo tempo, abandonar a superfície do planeta, dando início às corridas armamentista e espacial. A tecnologia que propiciou a criação de mísseis balísticos intercontinentais foi a mesma que possibilitou a construção de foguetes para as viagens espaciais. Embora seu aprimoramento tenha se dado nas superpotências a leste e a oeste, a pioneira utilização de foguetes remonta à Segunda Guerra Mundial, protagonizada pela Alemanha nazista.

Na tentativa de conter o avanço das tropas Aliadas, já no período final do conflito mundial, o Terceiro Reich decidiu utilizar sua “arma de represália”, o foguete/bombardeiro *Vergeltungswaffe 2* (V2). Os V2 nazistas foram desenvolvidos a partir de 1938 pela equipe do fusólogo Wernher von Braun, que mais tarde tornou-se mentor do programa espacial estadunidense. Entre 1944 e 1945, mais de 3 mil V2 foram lançados contra Inglaterra, França, Bélgica e Holanda. Com a queda do Reich, os V2 que restaram, assim como outras tecnologias e também técnicos alemães, foram “espoliados” pelos exércitos estadunidenses e soviéticos. Nesses países, serviram de modelo para o desenvolvimento de mísseis e de veículos lançadores espaciais.

Se com os V2 a guerra e a política foram elevadas para a atmosfera, a Guerra Fria, com seus mísseis e satélites, projetou-as para a órbita terrestre. A corrida espacial se deu em função da corrida armamentista. Acoplado ao espetáculo de

demonstração de supremacia tecnológica para o grande público protagonizado pelo envio de satélites e humanos ao espaço, estava o interesse das superpotências aperfeiçoarem seus sistemas de lançamento de mísseis nucleares e de coletar informações sobre os arsenais atômicos inimigos. Longe dos olhos das populações, as superpotências construíram artefatos para serem instalados na órbita terrestre, os satélites artificiais, que permitiriam monitorar a potência bélica nuclear inimiga (Siqueira, 2018).

Retomar esse jogo de forças, de enfrentamento planetário e de ocupação da órbita terrestre com mísseis, foguetes e satélites permite observar o modo que as nascentes sociedades de controle ensaiaram a instauração de seus dispositivos de poder ligados ao monitoramento que estimulam controles, verificações e checagens contínuas para governar grandes multiplicidades em meio aberto.

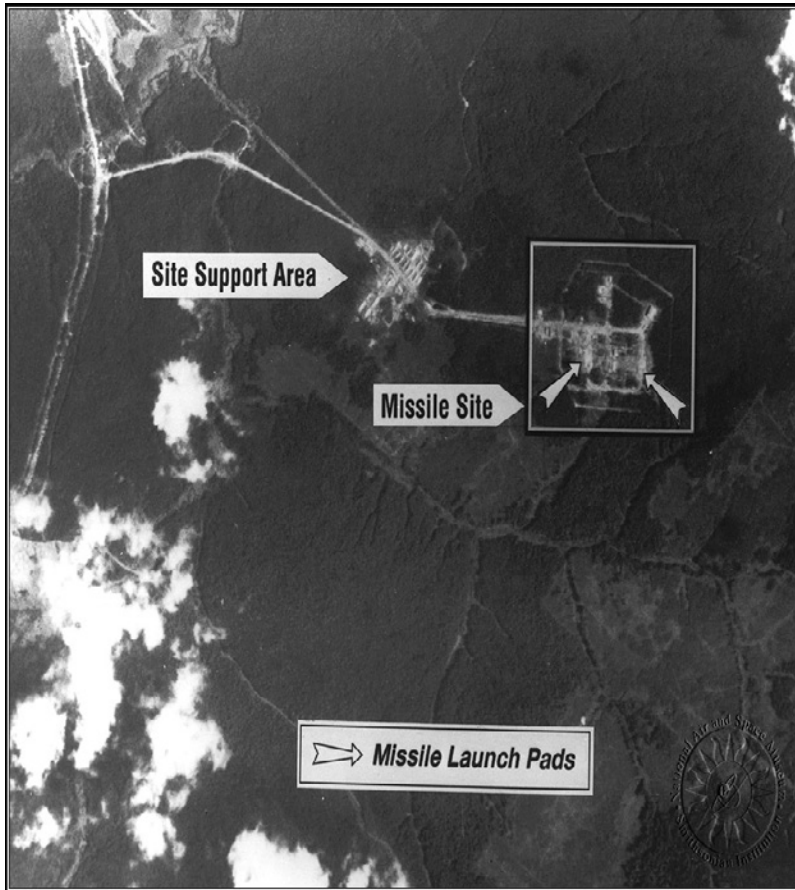
Pesquisas apontam que os sistemas orbitais de monitoramento planetário inaugurados com o acontecimento sideral foram prioritariamente desenvolvidos para a *inteligência militar*, como meios destinados à coleta de informações sobre os arsenais nucleares detidos pelas superpotências (Day, 1998; Siqueira, 2018). O que não se imaginava é que, além de fazerem vigilância, eles colaborariam efetivamente para o governo do que parecia ingovernável e, desta forma, contribuiriam para impedir uma hecatombe nuclear que poderia dar fim ao planeta.

Desde o governo do presidente Harry Truman, a ameaça de um ataque nuclear surpresa comandado por soviéticos preocupava a sociedade estadunidense. Por questão de segurança nacional, os governos daquele país empenharam-se em buscar dados precisos sobre a real capacidade bélico-nuclear do inimigo. Apenas com a entrada em operação do Programa Corona de satélites de reconhecimento, em 1960, esses dados viriam a se tornar disponíveis. Além de possibilitar dados confiáveis, o emprego de satélites para o reconhecimento não implicava em violações à jurisdição da URSS, pois, com o advento da “Era Espacial”, convencionou-se que nenhuma soberania se estenderia até o espaço, o que fazia da órbita terrestre mais uma área internacional de livre trânsito.

A quantidade de imagens produzidas pela primeira missão do programa Corona foi imensamente superior a todas as missões realizadas anteriormente pelos aviões U2, também desenvolvidos para fins de inteligência (Day, 1998). Até 1972, quando o programa foi encerrado, suas cerca de 145 missões produziram quase 650 quilômetros de filme, com o registro de mais de 800 mil fotos do território soviético (Wheelon, 1998). O mais importante é que essas imagens permitiram ao governo estadunidense ter certeza de que não estavam perdendo a corrida armamentista para os soviéticos. Com o passar dos anos, outros

programas de reconhecimento substituíram o Corona e ampliaram a capacidade de os satélites de reconhecimento realizarem monitoramentos contínuos com envio de informações em tempo real.

Figura 2 – Imagem do satélite Corona, de 1962, localiza silos de mísseis na ex-URSS



Fonte: USA National Reconnaissance Office

Foi por meio desse sistema de monitoramento recíproco, operado por programas de satélites desconhecidos do público até os anos 1990, que os arsenais nucleares puderam ser administrados e tiveram o seu risco “limitado”. Apenas em 1977, os arsenais nucleares das superpotências se equipararam, com aproximadamente 25 mil ogivas cada. Embora possa parecer que estes acordos tenham fracassado, pois não tiveram êxito em impedir a proliferação das armas nucleares, sua efetividade deu-se no sentido de fornecer dados e informações e, desta forma, permitir que ambas as superpotências tivessem recíproco

conhecimento do “tamanho” da ameaça nuclear. Deste então, com base em dados reais e não mais fundamentados em projeções, poderiam adotar outras estratégias para vencer a Guerra Fria que não o enfrentamento atômico, uma vez que a capacidade de “destruição mútua assegurada” obtida pelas superpotências as havia conduzido à impossibilidade de vencer o conflito pela força das armas.

Os satélites de reconhecimento impuseram *transparência* aos arsenais nucleares, efetivando, assim, a estratégia idealizada pelos EUA com a doutrina *Open Skies*, lançada pelo presidente Eisenhower, em 1955, que previa instauração de um regime de livre checagem entre as superpotências. Essas tecnologias espaciais colocaram em operação formas sistemáticas e, com o passar do tempo, contínuas, de verificação não apenas do cumprimento dos acordos de limitação de armas, mas também colaboraram para monitorar outras ações do inimigo, como o deslocamento de tropas pela superfície do globo.⁵

Desta forma, os satélites vieram a se efetivar como eficientes instrumentos para governar conflitos. Instauraram, assim, um regime de mútua verificação, de auditoria constante. Ao regularem os mísseis nucleares, assim como os conflitos espalhados pelo planeta, tornaram-se os artífices de uma paz que não é imposta pela vontade do mais forte e nem pela criação de consensos, mas que é calculada e mediada pelos envolvidos no conflito, uma “paz controlada”.

Com o tempo, os sistemas de monitoramento inaugurados com a ocupação da órbita não ficaram restritos ao campo bélico. Eles passaram a ser aproveitados em outros campos não-militares à medida em que ficou evidente o seu potencial para identificar e rastrear o que se encontra sobre a superfície terrestre. Até as décadas finais do Século XX, seriam aplicados à meteorologia, ao sensoriamento remoto, à localização e ao controle da navegação (GPS).

Mais e mais as tecnologias espaciais são requisitadas para monitorar o planeta e têm se mostrado proficuas no atendimento às demandas colocadas pela expansão do capitalismo sobre o globo terrestre que, por sua vez, requer o monitoramento de uma quantidade cada vez superior de fluxos imprescindíveis para o seu funcionamento em escala planetária.

5 O recurso de monitoramento oferecido pelos satélites também foi utilizado pelas chamadas superpotências para a gestão diplomática e militar de conflitos em todo o planeta. As imagens de satélites lhes auxiliaram a tomarem decisões estratégicas durante os incidentes na fronteira sino-soviética (1961), na construção do muro de Berlim (1961), na Guerra dos Seis Dias (1967), na invasão soviética da Tchecoslováquia (1968), no avanço das tropas israelenses sobre o Canal de Suez (1973), nos conflitos nas Malvinas (1983), nas Guerras do Golfo Pérsico (1991), na Bósnia (1992), no Iraque (2003) e no Afeganistão (2001) (Villain, 2009).

O estudo das tecnologias espaciais ajuda a evidenciar como as sociedades de controle foram beneficiadas pelo acontecimento sideral no que diz respeito ao desenvolvimento de sistemas de monitoramento do planeta. Além disso, seu estudo colabora para a compreensão de como funcionam os dispositivos de poder que operam a partir de checagens, verificações e controles contínuos para que o corpo do planeta possa ser governado não apenas por uma nação, mas por todos que venham dispor de tecnologias espaciais, tanto Estados como empresas.

Para essas sociedades, os monitoramentos afirmam-se como tecnologias indispensáveis para o exercício do governo de grandes multiplicidades a céu aberto, como convém ao controle. Os sistemas de monitoramento planetário são incidentais retornos do acontecimento sideral que alteraram a forma dos Estados administrarem a guerra, seus recursos naturais e até mesmo orientarem suas ações e interesses em relação a outros países. Como veremos a seguir, os retornos do acontecimento sideral também incidiram na relação estabelecida entre o humano e seu planeta, abrindo a possibilidade de este ser encorado como mais um corpo político a ser governado.

2 – Um planeta a ser cuidado e gerido

Dos pensadores que deram continuidade ao estudo das sociedades de controle desde Deleuze, Passetti não deixou de considerar sua conexão com o sideral e destacar o lugar singular que o Planeta Terra assumiu para o contemporâneo agenciamento coletivo. O autor afirma que, em decorrência da emergência de uma nova economia de poder que denomina *ecopolítica*, a Terra surgiu como um dos principais alvos dos investimentos políticos dessas sociedades. Ele vê na *ecopolítica* uma economia de poder transterritorial voltada para o controle sustentável dos ambientes, no qual as tecnologias de governo do vivente passariam a ser indissociáveis das estratégias para a majoração da saúde e da qualidade de vida do próprio planeta:

A qualidade de vida traduz em duas palavras a era da *ecopolítica*. Diante das quantidades acumuladas no passado de riqueza, pobreza, destroços e devastações, cada milímetro da Terra passa a ser alvo de conservação das espécies. A força das espécies, em especial da humana, é traduzida agora pela capacidade de certos segmentos atingirem qualidade em seus investimentos. De sorte que as populações e os Estados que ainda se orientem pelos princípios da quantidade devem sofrer intervenções pacíficas de administração e controle, chefiadas por organizações transnacionais, visando criar condições para o deslocamento para a *qualidade* ou guerras quando

a atuação com base na *quantidade* gerar perigo para a *qualidade de vida* programada. Recursos naturais e derivados, principalmente sobre as fontes de energias, passam a ser os alvos preferenciais; eles precisam ser garantidos pelos que zelam pelo planeta, pelos que atingiram o patamar superior da consciência ecológica e, neste sentido, opõem-se a orientais, fundamentalistas, antigos parceiros ou aliados de outrora tradição. Os recursos naturais devem ser garantias planetárias administradas segundo os controles de fluxos eletrônicos mais avançados, podendo coincidir (o que é próprio desta época) ou não com nacionalidades. Exige-se um redimensionamento pacífico das armas destruição de propriedade de cada governo, através da fiscalização internacional capaz de firmar um compromisso de paz transnacional garantido, paradoxalmente, pelas potências bélicas mais equipadas (Passetti, 2003: 268, grifos do autor).

Na tentativa de se pensar o presente, a noção de ecopolítica conversa tanto com as análises deleuzianas quanto com as foucaultianas. Por meio dela, Passetti agregou mais um campo de problematização das transformações nas relações de poder sobre a vida, atualizando assim as análises de Michel Foucault (2005) sobre o biopoder. Diferentemente de outros autores, Passetti não trata a biopolítica como um conceito universal e, portanto, atemporal, mas procura evidenciar nos redimensionamentos relacionados à emergência das sociedades de controle mutações nos dispositivos de poder.

Ao dar prosseguimento à conversação sobre a transposição das sociedades disciplinares para as de controle, Passetti (2003) acrescentou que além do *corpo-máquina* e do *corpo-espécie*, identificados por Foucault (2005) como *topos* de incidência do biopoder, o controle agiria sobre o *corpo-planeta*, ou seja, sobre o corpo da Terra transformado em superfície aberta à inscrição das relações de poder. Entende que ao voltar-se para a majoração da vida e para a saúde do planeta, a ecopolítica cria programas inteligentes que visam a explorar os recursos naturais da Terra e, ao mesmo tempo, recuperar o que fora degradado pelo industrialismo depredador do capitalismo e do socialismo estatal. Passetti (2013) relaciona a ecopolítica planetária diretamente à produção da verdade capitalista sustentável, em elaboração desde a segunda metade do Século XX para impedir o colapso dos recursos naturais planetários, o que tornou urgente o monitoramento dos fluxos planetários para que o próprio capitalismo tenha continuidade.

Com base nesses desdobramentos expostos pela analítica passettiana, enfocaremos em como os retornos do acontecimento sideral colaboraram para a

emergência do corpo-planeta. Configurado com fundamentação em múltiplos saberes produzidos desde a Segunda Guerra Mundial, o corpo-planeta decorre de conhecimentos provenientes da economia; do ambientalismo e da ecologia; das ciências dos sistemas (cibernética e computação); das ciências da Terra e da bioquímica; das engenharias (para a constituição de infraestruturas globais de comunicação, comércio, transportes), da guerra etc. O acontecimento sideral funcionou como um revestimento capaz de conectar todas essas disciplinas responsáveis por saberes que enfocam a interconexão dos elementos que compõem a Terra, além de forjar a utópica inteligibilidade de que o planeta, visto de seu exterior como um todo, seria um corpo passível ser administrado e governado.

Encontramos a ideia de que a Terra seria um corpo apto a ser administrado ou governado, por exemplo, na expressão *Spaceship Earth* (Espaçonave Terra), que fora imensamente propagada dos anos 1960 aos 1970. Presente de forma recorrente nos discursos de economistas, diplomatas, ambientalistas e “gurus” da contracultura, esta noção faz uma analogia da Terra a uma embarcação. Nesta maneira de compreender a Terra, reforça-se que ela não é apenas uma morada, mas o *veículo* no qual os viventes e a própria vida são *conduzidos* em sua jornada pelo infinito. Por este motivo, seriam extremamente *dependentes* deste veículo para que continuem a existir.

Ao reforçar o caráter “náutico” desta analogia da Terra, o economista estadunidense Kenneth Boulding colaborou para difundir a ideia de o planeta ser um sistema fechado, composto por elementos interdependentes, que, assim como uma nau, disporia de recursos restritos. Dizia que no Século XX a humanidade deveria se preparar para viver segundo os princípios de uma “economia astronauta”, avessa a desperdícios e orientada para a otimização de suas fontes de subsistência (Boulding, 1966). Sob esta perspectiva, a Terra deixou de ser vista como uma fonte inesgotável de recursos naturais para emergir como um conjunto composto por recursos limitados, cujo uso deveria ser pautado pela racionalidade, a fim de evitar o esgotamento do planeta.

Um dos maiores propagadores da expressão *Spaceship Earth* foi o arquiteto Richard Buckminster Fuller, ícone da contracultura nos EUA. Além de realizar diversas palestras sobre o tema, Fuller escreveu, em 1969, o livro *Manual de Instruções para a Nave Espacial Terra*, no qual definiu a *Spaceship Earth* como um “veículo mecânico”, cujo bom funcionamento estaria relacionado à capacidade de “ser compreendida e conservada na sua totalidade” (Fuller, 1998: 30). Para o arquiteto, modernos instrumentos como as teorias sistêmicas e os computadores seriam imprescindíveis para a administração deste veículo, já que ele havia saído de fábrica desprovido de seu “manual de utilização”.

Em outras de suas invenções, como o *World Game*, Fuller tentou dar mostras empíricas de como a *Spaceship Earth* poderia ser administrada: tecnologias avançadas, como computadores e satélites artificiais, auxiliariam no controle de diversas variáveis (população, estoque de recursos naturais, satisfação de necessidades humanas etc.) para que a humanidade pudesse viver em paz mediante a equitativa distribuição de riquezas e sem a necessidade de políticos ou militares (Fuller, 1971). Chama a atenção o fato de as criações de Fuller transparecerem ambições tecnocráticas de gestão não apenas de humanos, mas também das “coisas” necessárias para suprir suas necessidades. Note-se que o interesse de Fuller não se restringia ao território de um país, mas sua intensão estava em administrar a superfície de todo o planeta, visto como máquina a ser controlada.

Figura 3 – Nas invenções de Fuller, a concepção da Terra como espaçonave deixa transparecer ambições tecnocráticas



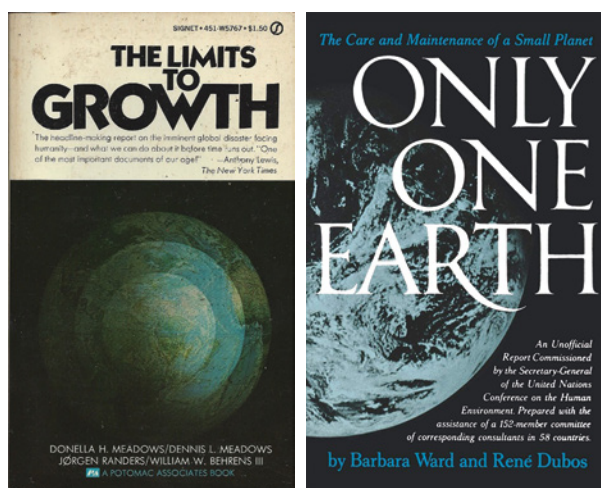
Fonte: The Buckminster Fuller Institute

Anos mais tarde, a noção de *Spaceship Earth*, embora não seja literalmente citada, embasou um dos principais documentos que pioneiramente alertou para o possível colapso das sociedades modernas devido ao rápido esgotamento dos recursos naturais do planeta, decorrentes do crescimento populacional, do industrialismo e da poluição. Publicado em 1972 pelo Clube de Roma, o relatório “Limites do Crescimento” tornou-se uma importante referência frente à escala das questões ambientais e o debate internacional sobre o desenvolvimento

socioeconômico dos países. No documento, o Clube de Roma não apenas se baseou no pressuposto de que a Terra seria um sistema fechado de recursos limitados, mas elaborou sua previsão catastrófica fundamentado em um programa de computador especialmente desenvolvido com a finalidade de oferecer cenários possíveis para o futuro da humanidade para então suscitar estratégias a fim de se evitar o pior. Inovadora, a experiência do Clube de Roma foi a primeira a utilizar tecnologia computacional para a modelização de fluxos planetários na tentativa de se antecipar cenários futuros de acordo com variáveis pré-selecionadas.

Ainda podemos encontrar a noção de *Spaceship Earth*, mas dessa vez de forma explícita, em outro relatório também lançado no ano de 1972, o “Only one Earth: The Care and Maintenance of a Small Planet”, elaborado especialmente para subsidiar a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo. Nele, seus autores apresentaram os objetivos e os desafios que motivaram a realização daquela que foi considerada a primeira cúpula da Terra: “formular os problemas inerentes às limitações da espaçonave Terra e projetar padrões de comportamento coletivo compatíveis com o continuado florescer de civilizações” (Ward; Dubos, 1973: 26). Neste livro, a proposta de gestão da Terra não soa mais como uma utopia tecnocrática como aparecera em Fuller, mas apresentou-se como uma demanda urgente reclamada por movimentos ambientalistas, cientistas e representantes de países para a proteção do planeta.

Figura 4 – Imagens da Terra vista de seu exterior ilustram a capa dos dois livros lançados em 1972, que concebem o planeta como um sistema fechado: *Spaceship Earth*



A percepção de que a Terra seria um frágil planeta, nascida quando astronautas registraram suas primeiras imagens, também contribuiu para reforçar a

inteligibilidade que pretende fazer da Terra um corpo passível de ser “cuidado” e administrado. Durante as missões Apollo de viagem à Lua, realizadas de 1968 a 1972, pela NASA, os astronautas puderam visualizar a Terra de uma perspectiva jamais vista, e a imortalizaram em fotografias em que aparece inteira, em toda a sua plenitude, tornando-a visível para a humanidade.

Duas dessas fotografias se tornaram célebres: a *Earthrise*, de 1968, e a *Blue Marble*, de 1972. Essas imagens tiveram um inusitado impacto sobre a opinião pública mundial, vindo posteriormente a figurar entre as imagens mais reproduzidas em toda a história. Elas apresentaram uma Terra que, graças à perspectiva exterior, poderia ser observada com seus limites bem definidos, como um corpo único, como uma “pequena” e “frágil” bola flutuando no escuro do universo, conforme a descrição dos astronautas da missão Apollo. Ao mesmo tempo em que despertaram sentimentos de unidade e de pertencimento, a recepção dessas imagens chamou atenção para a *vulnerabilidade* do planeta (Grevsmühl, 2014; Poole, 2008). Elas exerceram um especial apelo sobre o novo ambientalismo, sendo rapidamente incorporadas como suas bandeiras (McCormick, 1992). Foram responsáveis por impulsionar as lutas ambientalistas de um contexto local ou nacional para o planetário, enfatizando que a proteção da natureza também significava a defesa do planeta Terra como um todo.

As imagens da Terra inteira também foram capazes de estimular *utopias gestionárias* em relação ao planeta que outrora parecia ser imenso, mas que desde então aparentava poder ser pego em uma mão, como afirmou um dos astronautas das missões Apollo. A partir de 1972, com a instalação de satélites de sensoriamento remoto na órbita terrestre, essas utopias começaram a se tornar factíveis, graças à capacidade das tecnologias espaciais fornecerem cobiçadas imagens que passaram a ser utilizadas pelos países na gestão de extensas áreas da superfície terrestre.⁶

Por fim, o último elemento que destacamos a partir do acontecimento sideral para a configuração do corpo-planeta vem do campo da astrofísica e da bioquímica: a *hipótese Gaia*. Elaborada pelo cientista britânico James Lovelock ao longo dos anos 1970 e 1980, a hipótese Gaia defende que a Terra deva ser vista

6 O sistema LANDSAT de satélites de sensoriamento remoto da Terra teve início em 1972 e continua em operação até hoje. Durante os últimos 40 anos, esses satélites coletaram informações sobre a Terra que foram utilizadas pelos Estados Unidos para a cartografia, a gestão da agricultura, de florestas, a exploração de recursos hídricos e terrestres (minerais, características do solo etc.), a instalação de indústrias, criação de infraestruturas pelo território, urbanismo etc. Este conjunto de dados reunidos formam o maior arquivo histórico dos efeitos das mudanças e intervenções humanas sobre a natureza, bem como das manifestações das forças telúricas que afetaram a Terra.

em seu conjunto como um ser vivo, um imenso organismo. Essa proposta surgiu da confluência dos saberes cibernéticos, bioquímicos e geocientíficos, que embasaram o pensamento do cientista. Em seus trabalhos, Lovelock destaca que lhe fora indispensável a perspectiva sideral, observar a Terra de seu exterior, o que fizera quando trabalhou para a NASA no fim dos anos 1960, para conceber a possibilidade de o planeta ser um organismo vivo:

Foi preciso ver a Terra do espaço, quer dizer directamente, através dos olhos dos astronautas, quer por delegação, fazendo uso dos meios de comunicação visuais, para que formássemos a noção de um planeta vivo, no qual as coisas vivas, o ar, os oceanos, as rochas, tudo se transformava numa coisa só: Gaia.

(Lovelock, 1988: 36).

Com sua hipótese, Lovelock atualizou os conhecimentos geofísicos do início do Século XX, que descreviam a Terra como um conjunto de esferas sobrepostas (atmosfera, hidrosfera, litosfera e biosfera), conforme a proposta do geoquímico russo Vladimir Vernadsky. Com base em seu olhar cibernético, o cientista postulou não haver separação entre matéria inorgânica e orgânica na composição do planeta, mas que ambas formavam um todo sistêmico capaz de se autorregular e, assim, dotar de vida o grande organismo que é a Terra (Lovelock, 2000).

Ao atribuir à Terra um caráter biosistêmico, a hipótese Gaia reforçou a alternativa de se pensar que intervenções poderiam ser tomadas para “melhorar” os fluxos planetários, no sentido de impedir que a ação humana alterasse a capacidade de a Terra abrigar a vida.

Por meio das noções de *SpaceshipEarth*, de *planeta vulnerável* e da *hipótese Gaia*, podemos evidenciar o modo como as sociedades de controle recorreram a diversos saberes que, ao serem revestidos pelo acontecimento sideral, configuraram uma nova inteligibilidade para o humano pensar e agir sobre o seu planeta natal. Desde então, a Terra nasceu aos olhos humanos como um planeta pequeno, com recursos limitados e frágil, do qual dependem os humanos para sobreviverem. E mais, durante o percurso de elaboração destes saberes telúricos, o planeta ganhou vida, passando a ser compreendido como um sistema de inúmeros elementos interconectados, tal qual um organismo que se autorregula para manter-se vivo.

Essas novas percepções foram decisivas para que a Terra viesse a ser vista como um corpo cujo estado de vulnerabilidade demandaria proteção e cuidados em relação à sua *saúde*. Se o acontecimento sideral, por um lado, despertou

sentimentos de preocupação e compaixão pelo planeta, por outro, ele também acenou com a promessa de oferecer meios para exercer este “cuidado”, mediante o desenvolvimento de tecnologias para o monitoramento dos “sinais vitais” do planeta pela órbita terrestre. Mediante a disponibilidade de um sistemático acompanhamento das causas do “adocimento”, este corpo poderia ter sua saúde continuamente tratada.⁷

Esta série de deslocamentos no modo das contemporâneas sociedades conceberem a Terra expõem mutações das economias de poder que abrem novos campos de possibilidades para o governo. Através dela, podemos observar a emergência do corpo-planeta. Compreendemos o corpo-planeta como a *interface digital* configurada pelas sociedades de controle com a pretensão de administrar, regular e governar os mais diversos fluxos planetários. Ele alimenta-se da contínua e sistemática coleta de informações e dados sobre a Terra, efetuada pelas tecnologias planetárias de monitoramento, sobretudo aquelas instaladas na órbita terrestre. Esse conjunto exponencialmente crescente de Big Data telúrico produz um duplo computo-informacional da Terra que se sobrepõe à superfície terrestre, sendo utilizado pelas sociedades de controle para produzir projeções, cenários e modelizações do passado, do presente e do futuro do planeta. Com a emergência do corpo-planeta, inauguram-se novas modalidades de governo dos viventes e das coisas que buscam atender urgências colocadas pela necessidade de gestão planetária, sob a demanda da racionalidade neoliberal de um capitalismo em expansão para toda a superfície terrestre e que já ensaia deixar a Terra.⁸

3 – Governamentalização do planeta e racionalidade neoliberal

Dentre os retornos do acontecimento sideral, procuramos analisar aquele que consideramos ser um dos mais expressivos para a configuração do

7 A agência espacial estadunidense possui um departamento, o NASA Earth System Science, inteiramente voltado para entender como interação atmosfera, litosfera, hidrosfera, criosfera e a biosfera, formando um sistema conectado, conjunto ao qual denomina “Sistema Terra”. Sua finalidade é compreender cientificamente o sistema da Terra e suas reações a mudanças naturais ou àquelas provocadas pelo humano. Um dos principais componentes deste programa é a constelação de satélites da NASA projetados para observações globais de longo prazo. Disponível em: <<https://science.nasa.gov/earth-science>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

8 Pelo menos duas empresas anunciaram que pretendem minerar de asteroides próximos à Terra. Em 2016, o governo dos EUA editou a primeira legislação que permite a exploração de asteroides com vistas à apropriação privada de lucros, embora a determinação contrarie acordos internacionais que preveem que nenhum corpo celeste poderia ser apropriado por uma nação, pois o espaço exterior é considerado um bem de toda humanidade.

diagrama das sociedades de controle. Ao identificarmos a emergência do corpo-planeta, pretendemos destacar a entrada da Terra no alvo de disputas políticas que visam a conciliar a continuidade do desenvolvimento capitalista e os efeitos devastadores da produção industrial para o planeta (esgotamento de recursos naturais, poluição, degradação ambiental etc.). Trata-se de disputas que estrategicamente consideram o extremo grau de interconexão das atuais sociedades por toda a superfície planetária e, ao mesmo tempo, a ameaça de uma iminente catástrofe que poderia colocar em risco a existência da vida humana.

É dentro deste contexto de recobrimento do corpo da Terra por essas relações de poder que podemos compreender, por exemplo, a proposta lançada pelo químico Paul Crutzen e do biólogo Eugene Stoermer, de que viveríamos em um novo período geológico da Terra, o Antropoceno. Crutzen e Stoermer (2000) argumentam que a humanidade teria se tornado uma verdadeira força geológica capaz de alterar o funcionamento do planeta. Pela primeira vez em sua história, o planeta não seria transformado exclusivamente por forças naturais (formação de rochas e dos oceanos, erupção de vulcões, deslocamento de placas tectônicas, glaciação etc.); mas na origem das atuais perturbações do sistema climático planetário e da deterioração do equilíbrio da biosfera.

A hipótese do Antropoceno é apenas um dos exemplos que poderíamos elencar para evidenciar o processo de governamentalização do planeta, dentro do qual nos interessa ressaltar o papel desempenhado pelo acontecimento sideral. Porém, antes de desenvolvermos mais esse argumento, cabe-nos pontuar o que entendemos por *governamentalidade*.

Foucault apresentou a noção de governamentalidade durante as aulas do curso “Segurança, Território, População”, ministrado no Collège de France, no biênio 1977–1978, definindo-a como:

o conjunto composto por instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (Foucault, 2008: 143).

Neste momento, interessava ao filósofo compreender, não por meio da teoria, mas analisando práticas, como, a partir do Século XVI, o Estado Moderno fora *governamentalizado*. Dizer que o Estado passou por um processo de governamentalização significa dizer que nem sempre o governo fora uma atribuição do soberano. Isto é o que mostra Foucault quando encontra na religião cristã e, mais especificamente, no pastorado, a procedência da arte de governar

desenvolvida pelas monarquias europeias na Idade Moderna: a razão de Estado. Com o advento do Estado Moderno, o rei passou a exercer o poder pastoral, aos moldes do sacerdote medieval, incumbira-se de zelar por cada ovelha, assim como por todo o rebanho, devendo prover-lhes meios de subsistência para que seu bem-estar também contribuísse para o esplendor do Estado. Portanto, quando o autor utiliza a palavra governamentalizar, refere-se ao processo pelo qual o Estado assume o protagonismo de governar cada indivíduo e a coletividade, por meio da condução das condutas de cada um e de todos, momento em que o exercício do poder na forma *governo* colmatou-se ao *poder soberano*.

Como afirma o sociólogo Thomas Lemke, o estudo das governamentalidades diz respeito à análise de como uma específica racionalidade política funciona enquanto “política da verdade”, produzindo novas formas de conhecimento, inventando diferentes noções e conceitos que contribuem para o governo de novos domínios de regulação e intervenção” (2017: 202). Ainda no curso “Segurança, Território, População”, Foucault recuperou a emergência, no Século XVIII, de outra governamentalidade, não mais identificada com a razão de Estado, mas com a racionalidade liberal. Essa nova forma de governar não procuraria mais intensificar o Estado. Pelo contrário, agiria no sentido de limitá-lo, de restringir suas intervenções autoritárias, ajustando-o a partir de uma nova verdade, o mercado, e um novo saber, a economia política.

No curso “Nascimento da Biopolítica”, de 1979, Foucault prosseguiu com suas pesquisas sobre governamentalidade. Só que desta vez abordou o neoliberalismo enquanto uma racionalidade política que faria uso de tecnologias ambientais para ampliar liberdades e, ao mesmo tempo, regular o jogo estabelecido entre interesses individuais e coletivos. Em suas considerações, aponta que a racionalidade neoliberal se notabiliza pela extensão da lógica do mercado, estimulada pela concorrência e pela proliferação do modelo da empresa privada a outros âmbitos da vida (Foucault, 2004). Neste sentido, definiu o neoliberalismo (principalmente o estadunidense) como um modo de ser e agir orientado por uma grade de pensamento que prioriza cálculos e probabilidades para a otimização de custos e benefícios, a fim de reduzir riscos e majorar os ganhos de acordo com os interesses dos indivíduos-empresas. Como apontam Dardot e Laval (2013), a racionalidade neoliberal se destaca por sua transversalidade, procurando reconfigurar as relações sociais em diferentes esferas da existência, do econômico ao social, além de atravessar os mais diferentes níveis, do local ao global.

O acontecimento sideral reverbera a transversalidade da racionalidade neoliberal, incluindo em sua grade de pensamento, como diria Foucault, ou em sua

política da verdade, como diria Lemke, o Planeta Terra. É neste sentido que podemos afirmar que entre os mais interessantes e inesperados retornos do acontecimento sideral, do ponto de vista político, está a governamentalização do planeta.

A análise da governamentalização do planeta visa justamente a destacar o processo pelo qual a Terra, com seus fluxos de elementos inorgânicos e orgânicos, tomados em interfaces que conectam humanos e não humanos, tornou-se um “problema” que demanda da racionalidade política certos dispositivos de poder que possibilitem pensar e tornar factível o seu governo. Vemos, portanto, na governamentalização do planeta uma resposta da racionalidade neoliberal ao ter sido desafiada não apenas pelo fator “escala”, mas também pela complexa interconexão colocada pela expansão do capitalismo para o globo terrestre. Mais do que uma contraposição, vemos entre governamentalização do planeta e racionalidade neoliberal uma relação de complementariedade, que coloca em relevo uma reconfiguração do próprio neoliberalismo quando este passa a operar globalmente.

Observar a governamentalização planetária significa verificar como o avanço do neoliberalismo nas sociedades de controle recobre a Terra, transformando-a em um corpo a ser decifrado e compreendido por meio de análises que priorizam cálculos de custo-benefício ou de probabilidades de riscos para otimizar “ganhos” ou “melhorias” telúricas. Neste processo, as tecnologias espaciais possuem um papel ímpar não apenas por terem propiciado visualizar a Terra, mas também por fornecerem dados e informações que fundamentam saberes científicos sobre o planeta, segundo os quais as sociedades de controle selecionam campos para regulação e intervenções em escala planetária. Embora sejam orientadas para o nível macro, essas intervenções também afetam diretamente os âmbitos locais, nacionais e regionais, como vemos ocorrer, por exemplo, a propósito das Mudanças Climáticas.

Desde as décadas finais do Século XX, saberes científicos transformaram os gases do efeito estufa em praticamente “unidades contábeis” utilizadas para mensurar o aquecimento das temperaturas globais, tendo no Painel Intragovernamental das Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC, na sigla em inglês) a principal instância responsável pelo monitoramento das transformações climáticas do planeta. Além de certificar os dados climáticos sobre a Terra, o IPCC estabeleceu-se como um importante polo difusor de políticas climáticas globais e nacionais, ao propor metas de redução de emissões dos gases do efeito estufa com a finalidade de assegurar condições ideais para que o Sistema Terra continue a abrigar a vida no planeta, sem a necessidade de romper com o modo de produção capitalista.

Analisar a projeção da racionalidade neoliberal para o planeta, tendo este sido incluído em sua política da verdade, exige que prestemos atenção a mais um aspecto originalmente observado por Foucault sobre a governamentalidade. No centro da problemática que desenvolveu estava o propósito de abordar a prática de governo das populações sem que esta fosse confundida com o exercício da soberania e nem com a criação de instâncias de dominação. Longe de ser caracterizado como uma forma de poder que age pela coerção, o governo é compreendido pelo filósofo como maneiras de “conduzir as condutas dos homens” (Foucault, 2001: 1056), estrategicamente tomadas no sentido de favorecer que o alvo das práticas de governo (ser ou coisa) venha a realizar sua finalidade, em favor de seu bem-estar. Como observou a respeito do biopoder, o governo se dá na confluência do indivíduo com a população, envolvendo relações para consigo (governo de si) e relações entre sujeitos (governo dos outros). Neste sentido, o poder de gerir a vida comporta tecnologias individualizantes e totalizantes, voltadas para agir sobre o corpo e sobre a espécie humanos (Foucault, 2005). Portanto, estudar uma específica governamentalidade requer a investigação de tecnologias de poder que combinam “complexas técnicas de individuação” e “procedimentos totalizadores” (Foucault, 1982: 1051).

Desde o acontecimento sideral, o Planeta Terra figura como mais um elemento da política da verdade que atravessa os processos de individuação e de totalização nas sociedades de controle. A Terra, seus recursos naturais, os efeitos da ação humana sobre a biosfera tornaram-se fatores relevantes para o comportamento de cada indivíduo, empresa ou Estado. Proteger espécies em extinção, preferir tecnologias limpas às poluentes, fazer coleta seletiva, utilizar de forma racional os recursos naturais, preservar a camada de ozônio, regular as emissões de CO₂ etc. são formas de se comportar em relação a si e aos outros estimuladas pelo agenciamento coletivo que fez da Terra uma nova superfície para a inscrição das relações de poder. Mais do que isso, desde as últimas décadas do Século XX, o cuidado com o planeta é encarado como uma *responsabilidade* de indivíduos, empresas e países. Todos devem colaborar para “salvar” a Terra. Deste modo, a preocupação com a Terra passou a integrar os contemporâneos processos de subjetivação, sendo indissociável dos processos de constituição dos sujeitos na contemporaneidade.

Tal como ocorrera em outros momentos históricos em relação à religião e ao Estado, hoje o planeta deve ser levado em conta em cada mínima ação desempenhada. “Pensar globalmente, agir localmente” é o *slogan* oriundo do meio ambientalista e da ecologia política que melhor expressa esta nova tecnologia

de subjetivação desenvolvida pelas sociedades de controle que busca incorporar o planeta ao escopo de ação de cada indivíduo, de toda a sociedade, integrando sistemicamente o micro ao macro, condutas pessoais a políticas internacionais. Observamos essa política da verdade, por exemplo, nas iniciativas da Organização das Nações Unidas de incentivar a adoção de planos de ação para indivíduos, empresas e Estados, como a Agenda 21 Global, lançada em 1992, durante a ECO-92 e, mais recentemente, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que determina 17 objetivos globais para garantir a paz e prosperidade. Nessas agendas, a proteção da Terra aparece como um compromisso a ser assumido por todos:

Estamos determinados a proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras (Nações Unidas, 2015).

Figura 5 – A modelo australiana Renee Somerfield pousa para campanha em defesa do veganismo promovida pela ONG PETA: salvação do planeta na pele e nas mínimas condutas individuais.



Fonte: ONG PETA

Apontamentos finais

Quando o *beep beep* emitido pelo Sputnik 1, o primeiro satélite artificial lançado ao espaço, em 1957, foi ouvido em todo o planeta, anunciando o acontecimento sideral, imaginava-se que o futuro estaria nas estrelas e não tardaria para que outros mundos fossem colonizados.

Foi preciso algumas décadas para se perceber que, por mais distante que astronautas ou sondas espaciais tenham chegado, não seria simples prescindir da Terra. Pelo contrário, parte desta grande aventura voltou-se para fazer deste planeta mais um corpo a ser observado, cuidado e governado, graças às possibilidades trazidas pelas tecnologias espaciais. As contemporâneas sociedades reorientaram seus investimentos políticos para também abranger o corpo-planeta, atualizando, assim, a biopolítica das sociedades disciplinares que tinham como estratégia ampliar a vida do corpo-espécie dentro dos limites do Estado-nação.

Como pano de fundo deste acontecimento, para além de imagens da Lua e da Terra, podemos verificar mutações nas relações de poder. Graças à perspectiva sideral, as contemporâneas sociedades gestaram seus novos mecanismos de poder voltados para o governo a céu aberto. No centro deste céu, a Terra.

Longe de distanciar o humano de seu planeta, o acontecimento sideral fez da Terra sua extensão. Nas sociedades de controle, o exercício da política sobre a vida se faz em interface com o planeta.

Referências

- BOULDING, Kenneth. The Economics of the Coming Spaceship Earth. In: Jarrett, H. (Ed.) *Environmental Quality in a Growing Economy: Essays from the Sixth Resources for the Future Forum*. Baltimore, Johns Hopkins Press, 1966.
- COSGROVE, Denis. Contested Global Visions: One-World, Whole-Earth, and the Apollo Space Photographs. *Annals of the Association of American Geographers*. n. 84, 1994, pp. 270-294.
- CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. The “Anthropocene”. *Global Change Newsletter*. 41, 2000, pp. 17-18.
- DAY, Dwayne. The development and Improvement of CORONA Satellite. In: DAY, Dwayne, LOGSDON, John e LATELL, Brian (Eds.). *Eye in the Sky: the story of the Corona spy satellites*. Washington e London, Smithsonian Institution Press, 1998, pp. 48-85.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *The new way of the world*. London/New York, Verso, 2013.
- DELEUZE, Gilles. Foucault. Paris, Les Éditions de Minuit, 1986.

- _____. *Pourparlers 1972-1990*. Paris, Les Éditions de Minuit, 1990.
- _____. *El poder: curso sobre Foucault II*. Tradução de Pablo Ariel Ires. Buenos Aires, Cactus, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- _____. Le sujet e le pouvoir. In: *Dits et écrits*, v. 2. Paris, Gallimard, 20, pp. 1041-1062.
- _____. *Naissance de la biopolitique*. Cours au Collège de France (1978-1979). Paris, Seuil/Gallimard, 1994.
- _____. *Naissance de la biopolitique*. Cours au Collège de France (1978-1979). Paris, Seuil/Gallimard, 2004.
- _____. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. 16ª ed. São Paulo, Graal, 2005.
- _____. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- _____. *Du gouvernement des vivants*. Cours au Collège de France (1978- 1979). Paris, Seuil/Gallimard, 2012.
- FULLER, Richard Buckminster. *World Game Series: Document One. The World Game: Integrative Resource Utilization Planning Tool*. Illinois, World Resources Inventory Southern Illinois University Carbondale, 1971.
- _____. *Manual de Instruções para a Nave Espacial Terra*. Porto, Via Optima, 1998.
- GREVSMÜHL, Sebastian Vincent. *La Terre vue d'en haut. L'invention de l'environnement global*. Paris, Seuil, 2014.
- LEMKE, Thomas. Foucault, governamentalidade e crítica. *Plural*. v. 24.1, pp. 194-21, 2017.
- LOVELOCK, James. *As Eras de Gaia: uma biografia do nosso planeta vivo*. Mira-Sintra, Publicações Europa-América, 1988.
- _____. *Gaia, A New Look at Life on Earth*. New York, Oxford University Press, 2000.
- MÉLANDRI, Pierre. Imaginer l'inimaginable. Guerre nucléaire et stratégie américaine depuis 1945. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, n. 1, janvier, 1984, pp. 57-74.
- MEADOWS, Donella; MEADOWS, Denis; RANDERS, Jorgen ; BEHRENS, W. *Limites do Crescimento: Um Relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade*. São Paulo, Perspectiva, 1972.
- MCCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1992.
- NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 20 maio 2019.
- PASSETTI, Edson. *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo, Cortez, 2003.
- _____. Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica. *Revista Ecopolítica*. n. 5, 2013, pp. 81-116.
- SIQUEIRA, Leandro A. de P. *Ecopolítica: derivas do espaço sideral*. Tese de Doutorado.

- Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015, 430 p.
- _____. Bring data! Corrida espacial e inteligência. *Diálogos*. v. 22, 2018, pp. 76-90.
- POOLE, Robert. *Eathrise: How Man First Saw the Earth*. New Haven, Yale University Press, 2008.
- WARD, Barbara; DUBOS, René. *Uma terra somente*. São Paulo, Melhoramentos; Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.
- WHEELON, Albert. CORONA: A Triumph of American Technology. In: DAY, Dwayne; LOGSDON, John; LATELL, Brian (Eds.). *Eye in the Sky: the story of the Corona spy satellites*. Washington e London, Smithsonian Institution Press, 1998, pp. 29- 47.
- VILLAIN, Jacques. *Satellites Espions: histoire de l'espace militaire mondial*. Paris, Vuiber/Ciel&Espace, 2009.

Recebido em 18/01/2019

Aprovado em 18/06/2019

Como citar este artigo:

SIQUEIRA, Leandro. Acontecimento sideral e a governamentalização do planeta: notas sobre a atualizações dos dispositivos de poder nas sociedades de controle. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 1, jan.- jun. 2019, pp. 11-35.



Planet Earth Seen From Space: A Very Brief Visual History

Sebastian V. Grevsmühl¹

Abstract: *The article proposes a brief visual genealogy of scientific whole Earth imagery from the beginning of the nineteenth century until today. It shows in particular that imagination played and still plays an absolutely central role in this history. Indeed, all whole Earth views from outer space – whether these are engravings from the nineteenth century, photographic recordings from the twentieth century, or digital images from the twenty-first century – invoke necessarily imaginative processes. Although data-gathering and visualisation technologies have dramatically modified the accuracy of the scientific knowledge and information that feeds into whole Earth imagery, imagination still has a very strong grasp on how we represent, visualise and finally conceptualise planet Earth.*

Keywords: *whole Earth images, space history, art and science, history of scientific images, space photography*

Planeta Terra visto do espaço: uma breve história visual

Resumo: O artigo propõe uma breve genealogia visual das imagens científicas da Terra inteira desde o início do século XIX até hoje. Mostra, em particular, que a imaginação desempenhou e ainda desempenha um papel absolutamente central nessa história. De fato, todas as visualizações da Terra inteira do espaço exterior – sejam elas gravuras do século XIX, registros fotográficos do século

¹ Centre de recherches historique – CNRS-EHESS – Paris – France – sebastian.grevsmuhl@ehess.fr

XX ou imagens digitais do século XXI – invocam processos necessariamente imaginativos. Embora as tecnologias de coleta e visualização de dados tenham modificado drasticamente a precisão do conhecimento científico e das informações que alimentam as imagens da Terra inteira, a imaginação ainda exerce um forte domínio sobre como representamos, visualizamos e, por fim, conceitualizamos o planeta Terra.

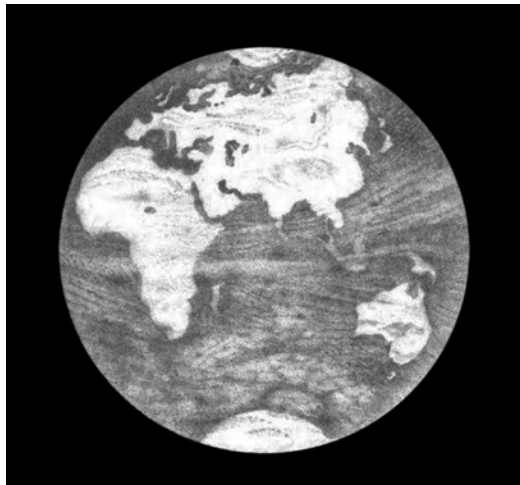
Palavras-chave: imagens da Terra inteira; história da exploração espacial; espaço, arte e ciência; história das imagens científicas; fotografia espacial.

If we think of “planet Earth” today, some of the images that cross our inner eye are in many cases the spectacular visual outcomes of space exploration. To put it in other words, our Western, collective imagination of what we call “Earth” today is fundamentally structured by the visual. Yet the views of Earth as seen or imagined from space did not stay immutable over time but evolved considerably over the past two centuries. Indeed, according to philosopher Hans Blumenberg (1997: 384), whereas Westerners, when thinking of “planet Earth”, imagined in the past an artificial globe suspended in space, we think of Earth today mainly in function of the visual outcomes of the large space programmes. Although globes are still part of what may be called an “iconography of power” (allowing to express, for instance, the global commercial ambitions of multinational corporations), globes were never really able to surpass mostly decorative or rhetoric functions. This is (at least partly) due to their insufficient scale, which proved to be in many cases not very useful in practice, and the important production costs that were in most cases far too high to allow globes to become objects of everyday use. As we all know today, it is representations drawn in the plane, i.e. maps that have become the dominant, privileged visual mode to represent geographical knowledge of planet Earth. However, next to globes and maps, one particular visual mode stands out, also because it has its very own history, a history that is tightly bound to aerial and space exploration: the figure of the terrestrial sphere of which I would like to propose in the following a very brief visual history.

Amongst the first images claiming to show Earth “as one would see it from outer space” figures an engraving which is the frontispiece of an influential book in geology, published in 1834 by Henry De la Beche, a respected member of the Royal Society in London (figure 1). Several aspects make this image a remarkable contribution to early Earth views from space. First, Henry De la Beche decided to commence his geological treaty with a view that is normally reserved to astronomers. Indeed, Earth is shown here as a cosmic object, a planet floating

in black space, clearly detaching itself from the dark background. Moreover, the Earth's atmosphere is also rendered visible through cloud bands which subtly mask landmasses and the world oceans. Finally, De la Beche insists on the rigorous scientific exactness of this representation: Earth is drawn to scale and represented slightly flattened at the poles in order to support the (at the time) very popular thesis of its formerly fluid state. Considered together, all of these elements show that geology, which is at the beginning of the nineteenth century starting to become an autonomous scientific discipline, can successfully occupy a field of inquiry that was formerly reserved to astronomy (Rudwick, 2014: 152). And maybe more importantly, the visual argument allowed scientists outside of astronomy to conceptualise planet Earth in global term as a planet amongst planets and the visual realm, just as this frontispiece from Henry De la Beche, contributed in decisive ways to these new conceptualisations.

Figure 1 – “The Earth Supposed to be seen from Space”, as imagined as early as 1834 by Henry De la Beche



Source: Henry De la Beche, *Researches in Theoretical Geology*. London, Knight, 1834, frontispiece.

However, despite the popularity of the image in geology and outside of its field, this did not imply that astronomy would simply drop this important visual terrain. Indeed, quite the opposite was actually the case. With the rise of illustrated press and in particular popular science during the nineteenth century, one can identify a large number of visual examples staging spectacular

representations of Earth views from space, often invoking novel and innovative elements. For instance, with the help of the inversion of the most classic astronomical perspective, many engravings and illustrations offered the curious reader a perspective of what imagined “Selenites”, i.e. lunar inhabitants would see from the lunar surface. One famous, very early example (probably the first) is a hand drawn magic lantern slide, realised in 1849 by Carpenter and Westley and entitled “Imaginary View of the Earth as Seen from the Moon” (figure 2). Astonishingly, the compendium that accompanied this early visual example had nothing at all to say on the striking appearance of Earth as a planet seen from outer space, with the oceans drawn in vivid blue colour and parts of the white continents veiled by cloud formations. Rather, the authors insisted on the foreground of the image, i.e. the supposedly rugged lunar surface, underlining in particular the absence of an atmosphere and water, and the rough topography which, according to Carpenter and Westley (1849: 25), is the outcome of “violent volcanic activity”.

Figure 2 – “Imaginary View of the Earth as Seen from the Moon” (1849), hand painted magic lantern slide, from Carpenter and Westley



Source: Image reproduced in Elsa de Smet, *Voir l'Espace: Astronomie populaire et science populaire illustrée*. Strasbourg, Presses universitaires de Strasbourg, 2018: 105.

In his famous *Astronomie populaire*, Camille Flammarion successfully picked up on this visual tradition and proposed in 1880 an engraving picturing also planet Earth as seen from the lunar surface, showing once again a mountainous lunar landscape dominating the picture's foreground (figure 3). And

here again, we find an important scientific ambition just as in the two former examples: in trying to offer a highly “realistic” space view of our home planet, Flammarion pictured the Earth as a planet with an atmosphere, clearly distinguishable due to the austere, black background of outer space. This distinct element, present in all three examples, is important to note because it marks a break with another (much older) visual tradition where Earth is depicted as a simple globe, an artefact without atmosphere or any other signs of biospheric activity. Moreover, contrary to Carpenter and Westley who had nothing to say in their *Compendium* on the Earth view, Flammarion noted that his imagined “Selenites” would be truly fascinated by the view of Earth from space. And he was equally convinced that these images would have a lasting impact on society. Indeed, especially during the second half of the nineteenth century, popular astronomers were very attached to the idea of educating the public, in particular the belief that they can help “exercise a stimulating influence on even the simplest mind, especially on the growing youth” (Mayer, 1892: 152).

Figure 3 – The Earth with a well visible atmosphere as seen from the rugged lunar surface and imagined by Flammarion in 1880



Source: Camille Flammarion, *Astronomie populaire*. v.1, Paris, Marpon et Flammarion, 1880: 201.

By the end of the nineteenth century, one thus finds many examples in Europe of popular astronomers mobilising this particular type of iconography during their public lectures and in their written work. One other, iconic example for this educational mission is popular astronomer Wilhelm Meyer's view of Earth from the Moon (figure 4), used in his show in Berlin at Urania "From the Earth to the Moon". With the help of this view, Meyer invited especially the uneducated spectators to experience a solar eclipse "as seen from the Moon", with the Earth clearly identifiable at the rugged horizon.

Figure 4 – A solar eclipse observed from the lunar surface, a view imagined by Meyer in 1892 for his talk "From the Earth to the Moon"



Source: Max Wilhelm Meyer, *Illustrierter Leitfaden der Astronomie, Physik und Mikroskopie in Form eines Führers durch die Urania zu Berlin*, Berlin, Paetel, 1892:153.

Growing out of this tradition, the illustrator and astronomer Lucien Rudaux is a key figure that definitely stands out amongst science popularisers at the beginning of the twentieth century. His naturalist paintings, often infused with great theatricality, allowed a large public – at least with the help of their imagination – to experience and explore the distant worlds of outer space. Figure 5, showing planet Earth as a star amongst others, is a great example for his work on planetary landscapes, and it marks the beginning of nothing less than a new genre in painting, the art of depicting outer space landscapes. This new genre inspired the movement of Space Art where Rudaux's influence still can be felt today (De Smet, 2018 ; 2015). Indeed, by transposing highly familiar perspectives

(such as landscapes as seen by the human observer) into outer space, Lucien Rudaux successfully demystified the space experience thus making it accessible to a large public. Moreover, as art historian Elsa De Smet has convincingly shown, the theatrical aspects of his work make him an important precursor of cinema because his paintings and drawings contributed crucially to the development and establishment of a new aesthetic paradigm. The seventh art was greatly inspired by Rudaux's visual imaginary where one finds during the after-war period, especially in science fiction movies, many visual connections to his seminal work, such as for instance in *Destination Moon* (George Pal, 1950) or in the widely celebrated *Space Odyssey*, directed by Stanley Kubrick (1968).

Figure 5 – The Earth as a star amongst others by Rudaux in 1937

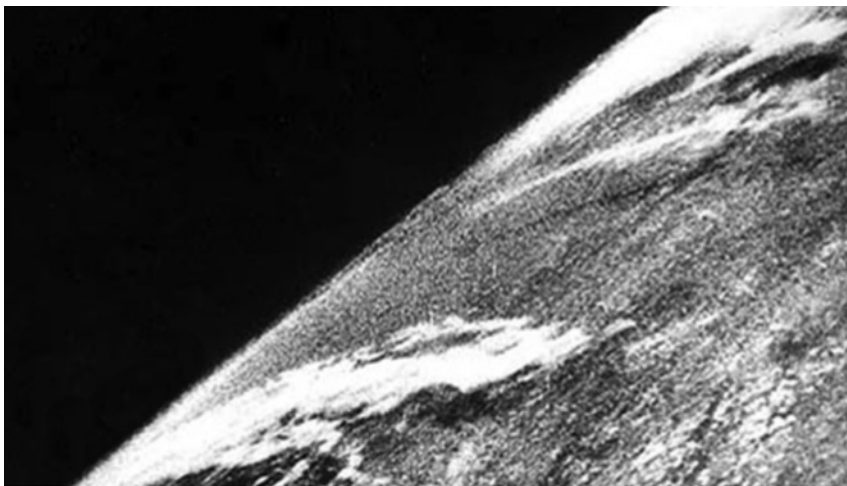


Source: Lucien Rudaux, *Sur les autres mondes*. Paris, Larousse, 1937: 1.

These views imagined and invented by astronomers, science popularisers, illustrators and artists were rapidly confronted with the actual reality of space exploration, thus making increasingly room for documentary recordings which gave birth to yet another, new visual tradition. Indeed, aerial and space photography occupy a central place in the formation of a new terrestrial imaginary all along the first decades after the Second World War. After almost fifty years of research on the possible fusion of photography on the one hand, and balloons, kites, rockets and even pigeons on the other, aerial photography definitely moved out of an early experimental phase during the First World War, thus becoming a central, visual planning aid within many military headquarters

(Grevsmühl, 2014; Newhall, 1969). During the Second World War, this function was further expanded and even industrialised (Babington-Smith, 1958). This strong strategic, military function of aerial and high-altitude photography stayed all along the Cold War an absolutely central function. Even the birth of the space age, well before Sputnik, is closely connected to photographic images. Although a serendipitous outcome of early missile trajectory investigations, the first known Earth photograph taken “from space” (i.e. beyond the symbolic altitude of one hundred kilometres) was realised in 1947 with the help of a captured German V-2 rocket (figure 6). Used during extensive scientific tests in the desert of New Mexico where university researchers and scientists were invited to join the military, the V-2 rockets and their successors, i.e. Aerobee rockets, were the first important vectors of early space photography².

Figure 6 – The first known documentary recording from outer space, a photograph realised with a V-2 rocket on October 24, 1946 at White Sands, New Mexico



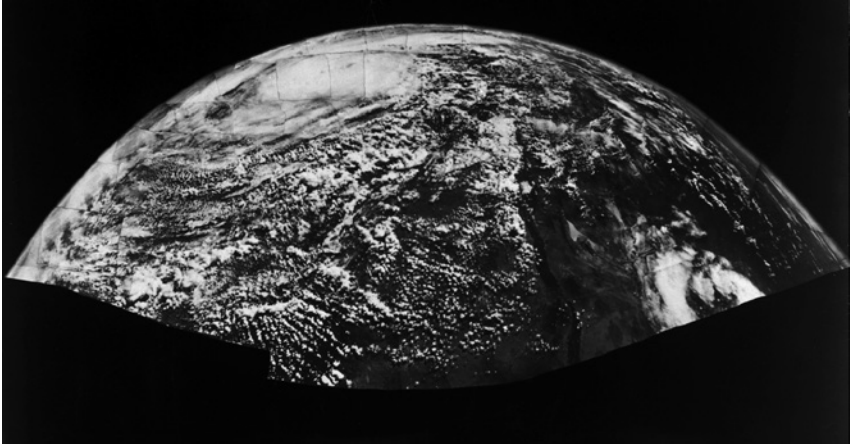
Source: Johns Hopkins University Applied Physics Laboratory.

Although the first experiments were designed to better understand the movements and the exact trajectory of the missile through the atmosphere, the resulting photographs of Earth and its atmosphere quickly stirred the interest of many American meteorologists and the photographs had a decisive impact on their community. Indeed, large meteorological systems, clearly visible on some

² See in particular the important work of DeVorkin, D. *Science with a Vengeance: How the Military Created the US Space Sciences After World War II*. New York, Springer, 1992.

of the early photographic mosaics and reproduced in many magazines and news outlets, showed the enormous potential of high altitude photography (figure 7).

Figure 7 – Composite image showing a tropical cyclone, published in colour on a double-page in *Life Magazine* in 1955



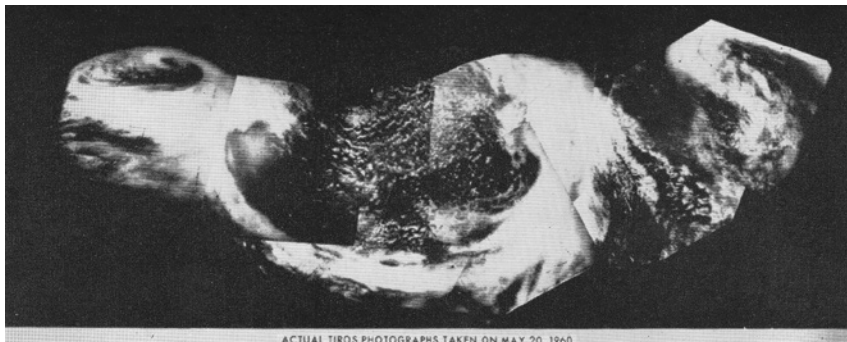
Source: US Naval Research Laboratory.

Harry Wexler of the US Weather Bureau lobbied from the early hours of space photography for the construction of a meteorological satellite as a “storm patrol” (Wexler, 1954: 269). This use was indeed confirmed only a few years later in 1960 when the TIROS satellite (Television Infrared Observation Satellite) started to make the first meteorological observations. The images produced by TIROS were not photographic images in a strict sense but rather television images, composed of five hundred lines transmitted by radio signal to ground stations, visualised on TV screens and finally photographed in order to allow better handling and more easy distribution. Most of the TIROS images were not perpendicular but rather oblique images of the atmosphere favouring large atmospheric volumes, and it was these kind of images that became iconic in the public sphere. However, the poor image resolution of all TIROS images did not allow to profoundly revolutionise meteorological practice in North America, also because a large meteorological ground station network was already available. These images rather had an imaginary and highly symbolic impact³. After all, most of the TIROS images allowed to place an almost banal, commonplace

3 See especially: Mark Monmonier, *Air Apparent: How Meteorologists Learned to Map, Predict, and Dramatize Weather*, Chicago, London, University of Chicago Press, 1999.

phenomenon – the Earth’s meteorological conditions – into an entirely new context. The overlay, in many cases, of these images with gridlines and political boundaries clearly helped for the interpretation and the large public distribution of these images, which circulated well beyond the scientific meteorological community (figure 8).

Figure 8 – Composite image composed of several images from the first meteorological satellite TIROS-I



Source: NOAA image spac0019.

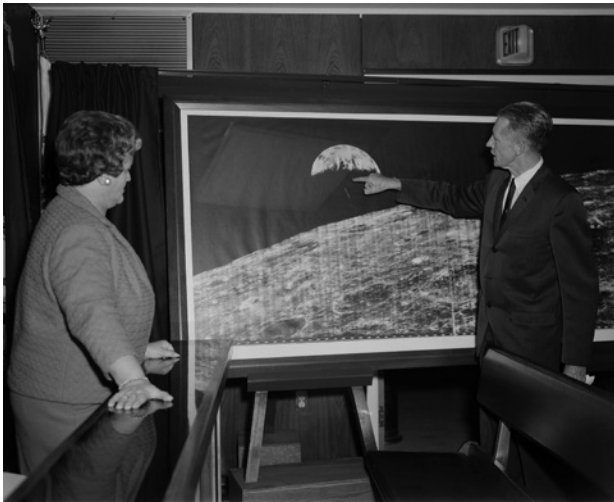
The 1960s were not only influenced by the first satellite programmes but also by many manned space flights, i.e. the Mercury, Gemini and Apollo missions, that produced a steady, continuous and in many ways increasingly spectacular flow of widely circulated images. Although far less known, many unmanned space missions produced during the same period, all along the 1960s, spectacular Earth images, many of which were realised during missions to identify a potential Moon landing site in order to safely place the first American on the Moon, an objective that President Kennedy famously formulated as a key objective to be achieved before the end of the decade⁴.

For example, the Lunar Orbiter I spacecraft realised during one of these unmanned missions the first “Earthrise” image in 1966, thus making it an important precursor of the far better known Earthrise photograph of the Apollo 8 mission. The many individuals who were following closely at the time the rapid American progress in lunar exploration were certainly impressed by the advanced picturing capacities of NASA’s unmanned lunar spacecraft. Indeed,

4 Scans of the speech manuscript may be consulted online here: <http://www.jfklibrary.org/Asset-Viewer/Archives/JFKPOF-034-030.aspx> . Last consulted: January 11, 2019.

as the first interplanetary photographic laboratory, Lunar Orbiter I was carrying highly advanced imaging technology initially conceived for a top secret military reconnaissance programme and it thus was the result of an early, yet successful technology transfer from the military (the National Reconnaissance Office) to the civil domain (NASA) (Hall, 2001). The Lunar Orbiter I camera, fitted with two different objectives, allowed for producing images on 70mm black and white film which was after each shot developed and scanned, dot by dot, and the resulting luminosity signal transmitted to a tracking station on Earth, before being reconverted and distributed as individual 35mm black and white photographic prints. The result, after a cumbersome reversion process, was nonetheless truly remarkable, although one clearly could see that this was not a high-resolution photograph but a complex composite image composed of lines and dots. However, once NASA's press service reoriented the image to give the impression of an "Earthrise" (figure 9) observed from the Lunar surface, the image could actively contribute to the highly symbolic lunar landing objective. Indeed, in this first Earthrise image, planet Earth visualised in some detail in black and white, does not play the leading role. The main objective stays the Moon and the image thus effectively announces the spectacular manned missions that were to follow.

Figure 9 – The first Earthrise image from Lunar Orbiter I, presented at a press conference in 1966 by the director of Langley Research Center



Source: NASA image L66-10055.

During one of those missions, the Apollo 8 mission in 1968, the astronaut William Anders took the far better known photograph “Earthrise” (figure 10) which benefited from quite a different reading and reception, even though the image followed a very similar mode of cultural construction and staging. Presented, once again, as a perfect inversion of the classic landscape view, the change of the technological setting out of which the image was born modified its reception and interpretation considerably. The reader’s attention is no longer drawn to the surface of the Moon which appears in the colour photograph as a grey, inert and even hostile environment. Rather, the attention is now directed towards our blue planet, authenticated by photographic realism and accompanied by widely circulated astronaut interviews, thus effectively reinforcing the myth that we can see what is shown in the very same way as if we were in outer space. More importantly, planet Earth itself becomes the true discovery of space exploration and henceforth the Moon no longer appears to be a target of interest and even less a potentially habitable world⁵.

Figure 10 – The famous Earthrise photograph realised by William Anders on December, 24, 1968



Source: NASA image AS08-14-2383.

5 This “insight” will be confirmed once and for all only seven months later.

NASA's choice to present the image according to the conventions of central perspective may appear as something rather trivial and banal. However, this powerful gesture marks the starting point of the meticulously orchestrated staging of holistic images. The second icon of the Apollo missions, the so-called "Blue Marble" from 1972 (figure 11), thus represents only one of many steps in a long process of a search for an ideal visual form of planet Earth. The Blue Marble is certainly not the first image showing the "totality" of the terrestrial sphere from outer space (the ATS-III satellite, for instance, produced in 1967 an earlier version of a whole Earth image in 1967), nor is it the last one. Indeed, several programmes that followed the Apollo missions produced updated versions of the Blue Marble. However, where the Blue Marble from 1972 did make a true difference is the fact that it actively contributed to the creation of what may be called a "visiotype"⁶. If we, Westerners, think of planet Earth we often think precisely of that visual form.

Figure 11 – The iconic Blue Marble photograph from Apollo 17, 1972



Source: NASA image AS17-148-22727.

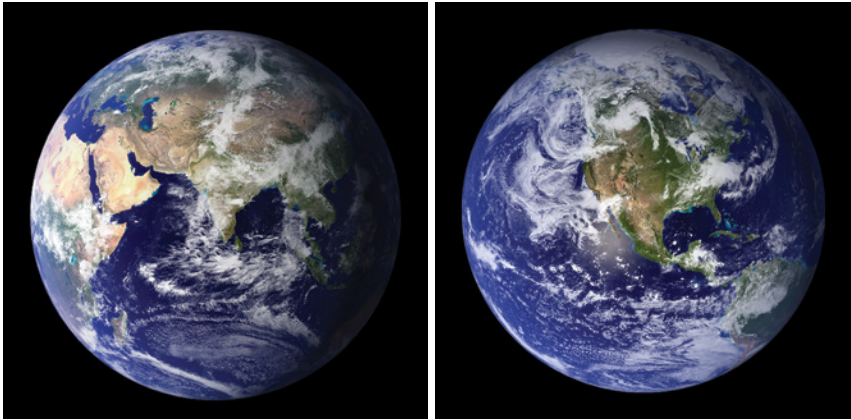
6 In short, a visiotype is the visual equivalent of what Lippmann famously called in 1922 a stereotype. It describes the type of image that crosses your mind when we think of something specific. The visiotype concept was coined in: Uwe Pörksen, *Weltmarkt der Bilder: Eine Philosophie der Visiotype*, Stuttgart: Klett-Cotta, 1997. The notion may be compared with Lippmann's definition of stereotype in: Walter Lippmann, *Public Opinion*. New York, Harcourt, Brace and Company, 1922: 89.

Tangible proof that it is not exaggerated to speak of a visiotype when discussing whole Earth imagery are the many satellite programmes which allowed to produce more recently updated versions of the Blue Marble (figures 12 and 13). These “updates” generally include not only a far better spatial resolution but also multiple spheres – including now not only the Eastern but also the Western hemisphere – thus striving to overcome any former lack of completeness (since one can never see the whole Earth at a time, but only one hemisphere). In order to create these images, extensive use of imaging software and of modelling had to be made. Although these images move further and further away from analogue photography, they still simulate its aesthetic appearance. And contrary to common belief, imagination still plays a major role within this visual universe. To be sure, these are images that show (according to their creators) far more detail and acuteness in colour, effectively reinforcing the myth of an Earth that has been completely surveyed and that may be entirely controlled. But these are also highly virtual views, fed with data from different moments in time and space, and with different instruments, recomposed in order to create the illusion of a coherent whole.

For instance, in order to create the new version of the Blue Marble from 2002, the US Space Agency had to use visual data from different satellites in order to create the now famous satellite mosaic in several steps. Robert Simmon and Reto Stöckli, the data-visualizers and designers at NASA’s Earth Observatory that created the new version of the Blue Marble from 2002, described in detail how they constructed step by step, layer by layer the iconic image that even ended up as standard lock screen on Apple’s iPhone⁷. Starting with a base map as background, Simmon and Stöckli successively added a blue ocean layer, a white and grey polar region and sea ice layer, a shading layer to better represent Earth’s major topographical features, a cloud layer as composite image, stitched together out of views from different days and partially duplicated due to some lacking data, and finally a luminosity layer that allowed to visualise city lights of large urban agglomerations.

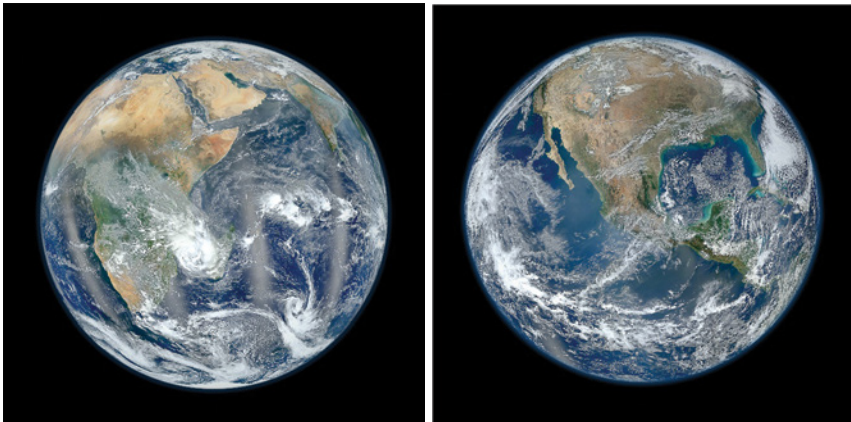
7 See: <<https://earthobservatory.nasa.gov/blogs/elegantfigures/2011/10/06/crafting-the-blue-marble/>>. Last consulted: January 11, 2019).

Figures 12a and b – Eastern and Western hemisphere of planet Earth, created in 2001/2002 by NASA Visible Earth Project



Source: NASA Visible Earth Project.

Figures 13a and b – The Suomi NPP satellite, in orbit since 2011, provided the data for this recent update of the Blue Marble two-hemispheric views in 2012



Source: NASA/GSFC Suomi NPP Marble Collection.

There are thus important lessons to be learnt from this brief visual genealogy of whole Earth imagery that may serve as a brief conclusion. The first lesson would consist in asserting that in any whole Earth image, we can never see the whole Earth but only one hemisphere at a time. In this sense, the global is never a given, but it has to be meticulously composed and assembled at every moment in history. Each image of planet Earth as seen or imagined from space

– whether it’s an engraving from the nineteenth century, or a photographic recording from the twentieth century, or even a digital image from the twenty-first century – participates actively in this globalisation process. Imagination always was a central part of this story and despite the new “hyperrealism”, and the supposed supreme accuracy of the latest versions of the Blue Marble, imagination still plays a fundamental role in this process. Today, and Simmon’s and Stöckli’s account is tangible proof for this, imagination thus still has a very strong grasp on how we represent, visualise and finally conceptualise planet Earth. So instead of thinking of imagination as an antithetic category of reality we should rather accept the fact that it always was and always will be part and parcel of the production universe of scientific image making.

References

- BABINGTON-SMITH, Constance. *Evidence in Camera: The Story of Photographic Intelligence in World War II*. London, Chatto and Windus, 1958.
- BLUMENBERG, Hans. *Die Vollzähligkeit der Sterne*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1997.
- CARPENTER and Westley. *A Compendium On Astronomy Being a Concise Description of the Most Interesting Phenomena of the Heavens*. London, Carpenter and Westley, 1849.
- DE LA BECHE, Henry. *Researches in Theoretical Geology*. London, Knight, 1834.
- DE SMET, Elsa. Le paysage spatial: de l’Ecole de Barbizon aux Pulp magazines [On-line]. *ReS Futurae*, v. 5, 2015. See: <<http://journals.openedition.org/resf/639>>. Last consulted: January 11, 2019. Doi:10.4000/resf.639.
- _____. *Voir l’Espace*. Strasbourg, Presses universitaires de Strasbourg, 2018.
- DEVORKIN, David. *Science with a Vengeance: How the Military Created the US Space Sciences After World War II*. New York, Springer, 1992.
- FLAMMARION, Camille. *Astronomie populaire* (v. 1). Paris, Marpon et Flammarion, 1880.
- GREVSMÜHL, Sebastian. *La Terre vue d’en haut: l’invention de l’environnement global*, Paris, Editions du Seuil, 2014.
- HALL, Cargill. *SAMOS to the Moon: The Clandestine Transfer of Reconnaissance Technology between Federal Agencies*. Chantilly, NRO History Office, 2001.
- MAYER, Wilhelm. *Illustrierter Leitfaden der Astronomie, Physik und Mikroskopie in Form eines Führers durch die Urania zu Berlin*. Berlin, Paetel, 1892.
- MONMONIER, Mark. *Air Apparent: How Meteorologists Learned to Map, Predict, and Dramatize Weather*. Chicago, London, University of Chicago Press, 1999.

- NEWHALL, Beaumont. *Airborne Camera*. New York, Hastings House, 1969.
- RUDAUX, LUCIEN. *SUR LES AUTRES MONDES*. PARIS, LAROUSSE, 1937.
- RUDWICK, MARTIN. *EARTH'S DEEP HISTORY*. CHICAGO, CHICAGO UNIVERSITY PRESS, 2014.
- WEXLER, HARRY. OBSERVING THE WEATHER FROM A SATELLITE VEHICLE. *JOURNAL OF THE BRITISH INTERPLANETARY SOCIETY*, V. 13, 1954, PP. 269-276.

Recebido em 16/01/2019

Aprovado em 16/01/2019

Como citar este artigo:

- GREVSMÜHL, Sebastian. Planet Earth Seen From Space A Very Brief Visual History. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 1, jan.- jun. 2019, pp. 37-53.



John F. Kennedy and the Race to the Moon

John M. Logsdon¹

Abstract: *This essay contains assessments of what Kennedy's commitment to the race to the Moon tells us about how John F. Kennedy carried out his duties as President of the United States; asks whether such a presidentially directed large-scale undertaking can serve as a model for other such efforts; and evaluates the several impacts of Project Apollo. It carries out this last evaluation in terms of how well Apollo served the objectives sought by President Kennedy in sending Americans to the lunar surface, in terms of its impact on the evolution of the U.S. space program since the end of Project Apollo, and in terms of how humanity's first journeys beyond the immediate vicinity of their home planet will be viewed in the long sweep of history.*

Keywords: *Project Apollo; U.S. space program; Moon race; John F. Kennedy.*

John F. Kennedy e a corrida para a Lua

Resumo: Este ensaio contém apreciações sobre o que o compromisso de Kennedy com a corrida para a Lua nos diz sobre como John F. Kennedy desempenhou suas funções como presidente dos Estados Unidos; pergunta-se se tal empreendimento em grande escala dirigido presidencialmente poderia servir de modelo para outros esforços desse tipo; e procura avaliar os vários impactos do Projeto Apollo. Realiza-se esta última avaliação em termos de quão bem o programa Apollo atendeu aos objetivos buscados pelo Presidente Kennedy de

1 George Washington University's Elliott School of International Affairs, Washington (DC) – United States of America – logsdon@gwu.edu

enviar americanos à superfície lunar, quanto em termos de seu impacto na evolução do programa espacial dos EUA desde o final do Projeto Apollo e, por fim, em relação a como as primeiras viagens da humanidade além da vizinhança imediata de seu planeta natal serão vistas a longo prazo na história.

Palavras-chave: Projeto Apollo; Programa espacial dos Estados Unidos; Corrida à Lua; John F. Kennedy.

A half century has passed since Americans first landed on the Moon. Historian Arthur Schlesinger, Jr. some years ago suggested that “the 20th Century will be remembered, when all else is forgotten, as the century when man burst his terrestrial bounds.”² While the broadest historical significance of the initial journeys to Moon may indeed take centuries to fully appreciate, it is certainly possible to evaluate the impacts of the lunar landing program to date and of President John F. Kennedy’s role in initiating the effort and continuing to support it until the day of his death. This essay contains my assessment of what Kennedy’s commitment to the race to the Moon tells us about how John F. Kennedy carried out his duties as President of the United States; asks whether such a presidentially directed large-scale undertaking can serve as a model for other such efforts; and evaluates the several impacts of Project Apollo. I carry out this last evaluation in terms of how well Apollo served the objectives sought by President Kennedy in sending Americans to the lunar surface, in terms of its impact on the evolution of the U.S. space program since the end of Project Apollo, and in terms of how humanity’s first journeys beyond the immediate vicinity of their home planet will be viewed in the long sweep of history.

Understanding Kennedy’s Commitment to Apollo

In deciding to go to the Moon, and then reiterating that choice several times after extensive White House reviews, President Kennedy demonstrated with respect to space a steadiness of purpose and a clear understanding of the arguments for and against implementing his choice. He had the flexibility to pursue a cooperative path if it were open to him, but his judgment that space leadership was in the U.S. national interest made him determined to compete if competition was necessary. Kennedy as he announced his decision to go to the Moon

2 This essay is adapted from the closing chapter of my book *John F. Kennedy and the Race to the Moon* (New York, Palgrave Macmillan, 2010). Unless otherwise cited, quoted material in this essay comes from that book.

warned the American public and their congressional representatives that the undertaking would be “a heavy burden, and there is no sense in agreeing or desiring that the United States take an affirmative position in outer space, unless we are prepared to do the work and bear the burdens to make it successful.” As his science adviser Jerome Wiesner commented, “I think he became convinced that space was the symbol of the twentieth century. It was a decision he made cold bloodedly. He thought it was good for the country.”

The decision to go to the Moon was a choice that reflected particularly American characteristics, such as the assumption that the U.S. democratic system of government was superior to all alternatives, that the United States was rightfully the exemplar for other nations, and that meeting challenges to the U.S. position as the leading world power justified the use of extensive national resources to achieve success. Not only the security of the United States was seen at stake; the decision reflected an almost messianic, expansive drive, one resulting in a sense of destiny and mission, which has for a long time been part of the American world view. The validity of this assumption of American exceptionalism is, of course, open to challenge, but that is not my point. Rather, I conclude that it was this perspective that justified in the minds of President Kennedy and many of his key advisers the decision to begin, as Kennedy said in his speech announcing the decision, what they knew would be an expensive and difficult “great new American enterprise” aimed at winning the battle between “freedom and tyranny” for the “minds of men everywhere who are attempting to make a determination of which road they should take.”

President Dwight Eisenhower had come to a different judgment of the importance of space achievement (or rather its lack of importance) in terms of preserving U.S. global leadership, which he saw as being based more on a sound defense, fiscal soundness, and social stability. John Kennedy, with his much more activist approach to government, had an opposing view. Kennedy was not at all a visionary in the sense of having a belief in the value of future space exploration; rather, his vision was that space capability would be an essential element of future national power, and thus that the United States should not by default allow the Soviet Union to have a monopoly of large-scale capabilities to operate in “this new ocean.” I believe that this was a wise judgment, one from which the United States has benefitted over the past half century. Perhaps the technical capabilities developed for Apollo were in fact too large and too expensive for subsequent regular use, but the principle that the United States should be the leading spacefaring nation has served the country well.

As historian Walter McDougall observed, “perhaps Apollo could not be justified, but, by God, we could not *not* do it.” Even the fiscally conservative Bureau of the Budget (BOB) agreed, commenting in a 1963 analysis that “we are inclined to agree with the conclusion that the fundamental justification at this time for a large-scale space program lies . . . in the unacceptability of a situation in which the Russians continue space activities on a large scale and we do not.”

A Rational Choice?

In my 1970 book *The Decision to Go to the Moon*, I portrayed Kennedy’s 1961 decision to enter a space race with the Soviet Union as closely resembling the rational choice model of decision-making, in which a decision-maker identifies a desirable goal to be achieved or a problem to be addressed, assesses various options for achieving that objective, and selects the option with the best ratio of benefits to costs. It is important to note that what makes this decision process “rational” is the purposeful evaluation of alternatives to achieve a stated goal and the choice of the alternative that embodies the best relationship between benefits and costs; the goal itself is a matter of judgment, and must be evaluated on the quality of that judgment. My reconstruction of the decision process in April and May 1961 suggested that John Kennedy made the following judgments, each of which could be open to debate:

- Kennedy defined the U.S. national interest as requiring the country to be superior to any rival in every aspect of national power.
- This conviction reflected a Cold War interpretation of the international situation in which there was a zero-sum contest for global power and influence conducted between two sharply opposed social and political systems, one led by the United States and the other by the Soviet Union, with an uncommitted “Third World,” and perhaps even more developed countries, deciding with which system it was better to associate.
- National prestige, Kennedy thought, was an important element of national power. As image-conscious as he was, Kennedy judged that what other nations thought about American power and resolve to use it was as important, if not more important, than the reality of that power. Kennedy once wondered aloud “What is prestige? Is it the shadow of power or the substance of power?” He concluded that prestige was a real factor in acquiring and exercising national power (Schlesinger, 1965: 276).
- Kennedy’s own analysis, the answers he got from the many people he queried in the weeks following the April 12 launch of Yuri Gagarin, his

assessment of the national and international reaction to that feat, and the advice he received from people like Vice President Lyndon Johnson and NASA Administrator James Webb convinced the president that dramatic space achievements were closely tied to national prestige and thus “part of the battle along the fluid front of the cold war.” In addition, Kennedy judged that the potential contributions of space capabilities to military power justified a significant investment in developing those capabilities, albeit through a peaceful, civilian-led effort.

Once these judgments were made, the choice of sending Americans to the Moon emerged from a rapid but searching assessment of what space activity would best achieve a dramatic space “first” before the Soviet Union, thereby both enhancing U.S. prestige and serving as the focal point for the development of various space capabilities. It was this decision process that can best be characterized as rational. For example, veteran budget official Willis Shapley, who had been observing national security policy choices since he joined the BOB in 1942, commented that “after having been through quite a few major decisions, there was never a major decision like this made with the same degree of eyes-open, knowing-what-you’re getting-in-for” character. Science adviser Jerome Wiesner agreed, saying that he and Kennedy “talked a lot about do we *have* to do this. He said to me, ‘Well, it’s your fault. If you had a scientific spectacular on this earth that would be more useful—say desalting the ocean—or something that is just as dramatic and convincing as space, then we would do it.’ We talked about a lot of things where we could make a dramatic demonstration—like nation building—and the answer was that there were so many military overtones as well as other things to the space program that you couldn’t make another choice.” Wiesner added that “if Kennedy could have opted out of a big space program without hurting the country in his judgment, he would have.” Also, “these rockets were a surrogate for military power. He had no real options. We couldn’t quit the space race, and we couldn’t condemn ourselves to be second.” *Time/Life* reporter Hugh Sidey suggests that the Moon project “was a classic Kennedy challenge. If it hadn’t been started, he might have invented it all, since it combined all those elements of intelligence, courage, and teamwork that so intrigued John Kennedy.” Some years later, the admiring Sidey added that in deciding to go to the Moon, Kennedy “heard the poets. He was beyond politics and dollars” (Sidey, 1983: 69).

The final words on why he decided to go to the Moon belong to President Kennedy himself. We have in a tape recording of his November 21, 1962, meeting

with his space and budgetary advisers an uncensored record of his thinking on the reasons behind his commitment. Then he said:

- “This is important for political reasons, international political reasons. This is, whether we like it or not, in a sense a race.”
- “I would certainly not favor spending six or seven billion dollars to find out about space no matter how on the schedule we’re doing . . . Why are we spending seven million dollars on getting fresh water from salt water, when we’re spending seven billion dollars to find out about space? Obviously you wouldn’t put it on that priority except for the defense implications. And the second point is the fact that the Soviet Union has made this a test of the system. So that’s why we’re doing it. So I think we’ve got to take the view that this is the key program. Everything we do ought really to be tied to getting on the Moon ahead of the Russians.”
- “I’m not that interested in space.”
- “We’re talking about these fantastic expenditures which wreck our budget and all these other domestic programs and the only justification for it in my opinion to do it in this time or fashion is because we hope to beat them and demonstrate that starting behind, as we did by a couple of years, by God, we passed them.”

Commitment Reviewed and Reiterated

It is important to realize that Kennedy’s decision to go to the Moon was not made once and for all time in April and May 1961. By mid-1961, Kennedy began questioning the costs associated with Apollo, and several times in 1962 and again, more intensely, in 1963 there were intensive reviews of Apollo’s cost and schedule, asking each time whether the benefits of going ahead as planned justified the very high costs involved. In 1963, Kennedy saw an opportunity to cooperate with the Soviet Union in going to the Moon as a means of reducing U.S. costs while achieving other important strategic objectives; if the Soviet Union had responded positively, it certainly would have changed the character of Project Apollo.

There was thus not a single decision to aim at a lunar landing, but rather a series of decisions, each time with alternative paths being considered and each time with the resulting choice being to proceed with the program to land Americans on the Moon “before this decade is out,” either as a unilateral undertaking or cooperatively. Only at the very end of the Kennedy administration was

serious consideration given to slipping the end of the decade schedule, and even then the decision made was to reject such slippage and to stay with the planned schedule.

Kennedy's consistently reiterated commitment to Apollo can be best understood in terms of how he carried out his presidency overall. Theodore Sorensen, as he prepared Columbia University lectures which were later published as his book *Decision-Making in the White House*, asked national security adviser McGeorge Bundy for suggestions on what to say. Bundy replied that "the modes of Presidential decision are enormously varied," that "decisions are made through the ceaseless process by which, if an administration is lively, recommendations and proposals are ground forward," and that in a sense "the entire presidential existence is . . . a process of decision." Viewing JFK's commitment to Apollo in these terms is particularly useful. Bundy suggested that "the president's larger policies: an open door to Moscow, an open door to all underdog Americans, an open door to intelligence and hope, honor to bravery, equal sense of past and future, gallantry to beauty, and pride in politics" were "colors of a permanent palette" and were reflected "in the small as well as the large decisions, drawn from in a hundred ways."³ Policies in the space arena were indeed a reflection of Kennedy's broader objectives as president. As Sorensen suggests, reflecting the multiple facets of Kennedy's space strategy:

I think the President had three objectives in space. One was to ensure its demilitarization. The second was to prevent the field to be occupied to the Russians to the exclusion of the United States. And the third was to make certain that American scientific prestige and American scientific effort were at the top. Those three goals all would have been assured in a space effort which culminated in our beating the Russians to the moon. All three of them would have been endangered had the Russians continued to outpace us in their space effort and beat us to the moon. But I believe all three of those goals would also have been assured by a joint Soviet-American venture to the moon.

The difficulty was that in 1961, although the President favored the joint effort, we had comparatively few chips to offer. Obviously the Russians were well ahead of us at that time . . . But by 1963, our effort had accelerated considerably. There was a very real chance we were even with the Soviets in this

3 Memorandum from McG. B. (McGeorge Bundy) to Mr. Sorensen, "Decisions in the White House," March 8, 1963, John F. Kennedy Presidential Library.

effort. In addition, our relations with the Soviets, following the Cuban missile crisis and the test ban treaty, were much improved—so the President felt that, without harming any of those three goals, we now were in a position to ask the Soviets to join us and make it efficient and economical for both countries.

President Kennedy himself explained the subtlety of his space strategy as he wrote Congressman Albert Thomas in the aftermath of his September 20, 1963, proposal at the United Nations that the journey to the Moon become a cooperative undertaking: “This great national effort and this steadily stated readiness to cooperate with others are not in conflict. They are mutually supporting elements of a single policy.” Kennedy added: “If cooperation is possible, we mean to cooperate, and we shall do so from a position made strong and solid by our national effort in space. If cooperation is not possible—and as realists we must plan for this contingency too—then the same strong national effort will serve all free men’s interest in space, and protect us also against possible hazards to our national security.”

One analyst of the Kennedy presidency correctly comments that “there would have been no race to the moon without the Cold War; the space program became as much a part of that conflict as Cuba, Berlin, and Laos” (Giglio, 2003: 134). Whatever President Kennedy, Vice President Johnson, and NASA Administrator Webb said about the purposes of Project Apollo in their public rhetoric, from April 20, 1961, when Kennedy asked Johnson to identify “a space program that promises dramatic results in which we could win,” it was well understood within the government that the primary objective of Apollo was winning a Cold War–inspired competition to be first to the Moon. To those more focused on the totality of the U.S. space program than was John Kennedy, it was also clear from 1961 on that a program aimed at sending Americans to the Moon could serve as a focal point for the development of space capabilities of strategic value for the United States. By 1963, President Kennedy had seemingly also embraced that view. The November 1963 “Special Space Report” recommending proceeding with Apollo on its then-planned schedule clearly stated that “principal purposes” of the lunar landing program were (1) “demonstrating an important space achievement ahead of the USSR”; (2) “serving as a focus for technological developments necessary for other space objectives and having potential significance for national defense”; and (3) “acquiring useful scientific and other data to the extent feasible.” These were the reasons John F. Kennedy decided in 1961 to go to the Moon, and they remained the objectives of Apollo at the time of his death.

This stability in the actual reasons for the lunar race served as the political foundation for White House decisions to allocate the massive resources required for Apollo's success, even after Kennedy's assassination. It is perhaps his willingness to stay the course in the face of increasing criticisms of the path in space that he had chosen that most indicates the quality and strength of John F. Kennedy's original decision to go to the Moon.

Other Explanations

Historian Roger Launius has been somewhat critical of explaining Kennedy's space decisions as the result of "an exceptionally deliberate, reasonable, judicious, and logical process." He finds such an explanation as overly "neat and tidy." Launius suggests that the strength of the rational choice model "is its emphasis on Kennedy's Apollo decision as a politically pragmatic one that solved a number of significant problems," and that its weakness is "its unwavering belief that individuals—and especially groups of individuals—logically assess situations and respond with totally reasonable consensus actions." He adds that "since virtually nothing is done solely on a rational basis this is a difficult conclusion to accept." Launius also wonders whether Kennedy's attraction to the race to the Moon was a reflection of his "quintessential masculinity."⁴

Of course other considerations than logic were involved in decisions related to the race to the Moon. The question is whether a rational approach was the predominant influence on policy choice in the 1961–1963 period, even as politics and personalities also played a part. A rational decision process can address both solving current problems as well as finding a way to achieve longer-term goals. Certainly the immediate stimulus to the decision to go to the Moon was the threat to U.S. global leadership posed by the world's reaction to Soviet space successes at the same time as the United States looked weak in its conduct of the Bay of Pigs fiasco. Kennedy's desire to regain his personal prestige and his administration's momentum were also problems addressed by the Apollo choice. Finding a way at the same time to move away from current problems and to pursue a worthy goal is an optimum policy-making objective, and Kennedy's space strategy was well-crafted to achieve this outcome. Of course, John Kennedy shared with others in his family an intensely competitive personality, and that characteristic certainly influenced the way he interpreted the U.S.-Soviet space

4 LAUNIUS, Roger D. Kennedy's Space Policy Reconsidered: A Post-Cold War Perspective. *Air Power History*, Winter 2003, 18-19 and Roger D. Launius, Interpreting the Moon Landings: Project Apollo and the Historians, *History and Technology*, v. 22, September 2006, p. 227.

relationship. He constantly used references to “a race,” the need for “winning” and being “first” in both his public and private comments on space.⁵ As Manned Spacecraft Center director Robert Gilruth commented, “he was a young man; he didn’t have all the wisdom he would have had. If he’d been older, he probably would never have done it.” It was a combination of Kennedy’s youthful faith in the future, his fundamentally competitive personality, and his broader conception of the national interest that made him willing to accept the costs and risks of the lunar enterprise.

In 1964, political scientist Vernon van Dyke (1964: 137) suggested that Kennedy’s need to restore national pride, which van Dyke characterized as “a need for national achievement and national morale” and as “gratification stemming from actual or confidently anticipated achievement,” was the basic motivation for the decision to initiate the U.S. lunar landing program. John Kennedy came to the White House believing that by the force of his personality combined with forward-looking government actions he could “get this country moving again”; the combined shocks of the world reaction to the Gagarin flight and the Bay of Pigs fiasco challenged this belief. While restoring national (and perhaps personal) morale was indeed one of President Kennedy’s goals, it seems to me that he saw pride in American society and its achievements not primarily in domestic terms but more as an element of U.S. “soft power”—the ability of the United States to “obtain the outcomes it wants in world politics because other countries want to follow it, admiring its values, emulating its example, aspiring to its level of prosperity and openness.”⁶ In Kennedy’s thinking about Project Apollo, both pride and power were elements of a policy initiative aimed primarily at influencing other nations of the world. As he said in his May 25, 1961, speech announcing the decision to go to the Moon, “no single space project in this period will be more impressive to mankind.”

In summary then, I conclude that President Kennedy’s commitment to a lunar landing program as the centerpiece of an effort to establish U.S. space leadership was the result of thoughtful consideration, particularly given that it was reiterated a number of times between May 1961 and November 1963. The commitment was publicly embellished with rhetorical flourishes, but at its core was a Cold War–driven but rational policy choice.

5 See Linda Krug, *Presidential Perspectives on Space Exploration: Guiding Metaphors from Eisenhower to Bush*. New York, Praeger, 1991, for a discussion of Kennedy’s language as he justified Apollo.

6 On soft power, see Joseph S. Nye, Jr. *The Paradox of American Power: Why the World’s Only Superpower Can’t Go It Alone*, New York, Oxford University Press, 2002, pp. 4–9.

The commitment also reflected values deeply embedded in the national psyche. When I wrote *The Decision to Go to the Moon* over forty years ago, my analysis of that decision reflected what Launius has correctly characterized as “a fundamentally liberal perspective on U.S. politics and society” and a celebration of “the use of federal power for public good.” I suggested then that the Apollo decision reflected assumptions at the core of Western liberal philosophy. That man can do whatever he chooses, given only the will to do it and the techniques and resources required, is a belief that reflects motivations and characteristics basic to Western and particularly American civilization—a will to action, confidence in man’s mastery over nature, and a sense of mission. Specific decisions on what a government should do are made by its leaders, and ideally reflect a lasting conception of the national interest rather than more parochial concerns or the specifics of their character. Through such decisions, the values and aspirations of a society can then be expressed through state action. John Kennedy embraced this activist perspective; in his much-respected June 1963 commencement address at American University, he suggested that “our problems are man-made—therefore, they can be solved by man. And man can be as big as he wants. No problem of human destiny is beyond human beings. Man’s reason and spirit have often solved the seemingly unsolvable.”⁷

I would today revise my 1970 assessment, but only somewhat. The liberal perspective—that it is appropriate for the Federal government to undertake large-scale programs aimed at the public good—has been embraced by American presidents such as Woodrow Wilson, notably Franklin D. Roosevelt with his New Deal initiatives, John F. Kennedy and, after Kennedy, by Lyndon Johnson and Barack Obama, as well as by the more progressive elements of the U.S. political community. Other presidents and the more conservative elements among U.S. intellectuals, media, and most probably the majority of the general public are, in contrast, skeptical of both the appropriateness and the feasibility of large-scale government programs aimed at societal improvement. So the proposal to focus massive government resources on a lunar landing effort in fact reflected only one of the two dominant strains in American political thought, the one that sees government steering of U.S. society as legitimate.

Conservative thinking as it applies to the commitment to Apollo was best articulated by historian Walter McDougall in his 1985 prize-winning study... *the Heavens and the Earth*. McDougall suggests that Kennedy’s proposal that the

7 KENNEDY, John Fitzgerald. *Commencement Address at American University*. June 10, 1963 at <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=9266&st=&sti=>>. Access in: 03 jun. 2019.

United States send Americans to the Moon “amounted to a plea that Americans, while retaining their free institutions, bow to a far more pervasive mobilization by government, in the name of progress.” The lunar landing decision was part of JFK’s assumption that some areas of “private behavior, when they involved the common security and well-being of the country” should be “susceptible to political control,” expressed through a “growing technocratic mentality.” He suggests that Project Apollo and the other initiatives proposed by Kennedy in his first months in office resulted in “an American-style mobilization that was one step away” from the Soviet approach to a planned society. To McDougall (1985: 305-306), “the commitment to go to the moon did more than accelerate existing trends in space. It served as the bridge over which technocratic methods passed from the military to the civilian realm.”

Some justification for McDougall’s concern about the impulses behind the lunar landing decision can be found in the language used in the May 8, 1961, report signed by James Webb and Robert McNamara that recommended setting a voyage to the Moon as a national goal. In portions of the report embodying themes first suggested by McNamara assistant John Rubel, the report argued that the diffusion of U.S. research and development efforts during the 1950s, especially in the national security sector, had had “a strong adverse effect on our capacity to do a good job in space.” While the report did not suggest “that we apply Soviet type restrictions and controls upon the exercise of personal liberty and freedom of choice . . . we must create mechanisms to lay out and insist on achievement.” This call for concentration of effort was also found in Wernher von Braun’s April 29, 1961, letter to Vice President Johnson. Von Braun concluded his letter by noting that “in the space race we are competing with a determined opponent whose peacetime economy is on a wartime footing . . . I do not believe we can win this race unless we take some measures which thus far have been considered acceptable only in times of a national emergency.”

Overall, however, McDougall’s analysis is derived more from his overall conservative perspective than from the facts of the situation in 1961–1963. While those charged with implementing the lunar mission individually went to extraordinary lengths to achieve success, neither John Kennedy’s nor James Webb’s management approach called for strong centralized control. The policy and budget decisions that steered Apollo in its early years were made through the normal decision-making process, not in a war-time or Soviet style. It was not the decision to go to the Moon that “militarized” civilian decision-making and led to such initiatives as President Johnson’s Great Society and James Webb’s attempts to use the space program as an instrument of change with respect to

the U.S. educational and research systems. Those impulses stretched back to the activist presidency of Franklin D. Roosevelt. Both Johnson and Webb were committed New Dealers who used their positions in government to take actions that in their view would be for the common good.

The debate over the appropriate role of the federal government in undertaking large-scale efforts on behalf of the U.S. citizenry is a continuing one, and a full discussion of that role is well beyond the scope of this essay. What *can* be discussed, however, is what lessons can be drawn from the Apollo experience, and particularly from the way it was initiated by President John Kennedy, should there be a desire to begin another very expensive multiyear government initiative.

If We Can Put a Man on the Moon...

Project Apollo became the twentieth-century archetype of a successful, large-scale, government-led program. As peacetime engineering endeavors sponsored by the government, only the construction of the Panama Canal between 1904 and 1914 and the construction of the Interstate Highway System over several decades beginning in the 1950s rivaled Apollo in terms of the scope and difficulty of the task and the scale of human and financial resources required. The success of Apollo has also led to the cliché, “if we can put a man on the Moon, why can’t we . . .?” In their 2009 book titled with that cliché, Eggers and O’Leary (2009: xi) suggest that “democratic governments can achieve great things only if they meet two requirements: wisely choosing which policies to pursue and then executing those policies.”⁸

I believe that a study of Project Apollo demonstrates that it met both of these requirements for success. Eggers and O’Leary attribute much of the successful execution of the lunar landing program to the leadership of NASA administrator James Webb. I suggest that many others, both within and outside of NASA, should share credit for that implementation success, including particularly John Kennedy.⁹ President Kennedy gave Webb a great deal of freedom to manage NASA as Webb saw fit. A number of times between 1961 and 1963 Kennedy heard from others, often science adviser Jerome Wiesner or budget director David Bell, who questioned or disagreed with the path chosen by Webb. In

8 EGGERS, William D.; O’LEARY, John. *If We Can Put a Man on the Moon: Getting Big Things Done in Government*. Cambridge, MA, Harvard Business School Press, 2009, xi.

9 MURRAY, Charles; COX, Catherine Bly. *Apollo: Race to the Moon*. New York, Touchstone Press, 1990, provides the best account of the many NASA managers and employees that made Apollo successful.

particular, Wiesner waged a vigorous campaign to overturn NASA's choice of the lunar orbit rendezvous approach for carrying out the landing mission. NASA's head of manned spaceflight Brainerd Holmes let it be known to Kennedy that Webb opposed his suggestion that the schedule for the first lunar landing be accelerated; Kennedy shared Holmes's desire for the earliest possible landing. Even the Mercury astronauts took their plea for an additional flight in the Mercury program directly to President Kennedy. In every instance, Kennedy deferred to Webb as the individual responsible for carrying out the space program and thus the person who should make these decisions. Kennedy's style as chief executive was to seek as much information as possible in formulating his policy choices, but once a decision was made, Kennedy seldom intervened in its execution.

In my 1970 book, I suggested that "the experience of the lunar landing decision can be generalized to tell us to proceed toward other 'great new American enterprises.'" I set out in that book four conditions that seemed to me to be requirements for making a wise decision regarding an ambitious future objective:

1. The objective sought must be known to be feasible, with a high degree of probability, at the time the decision to seek it is made.
2. The objective must have been the subject of sufficient political debate so that the groups interested in it and opposed to it can be identified, their positions and relative strengths evaluated, and potential sources of support have time to develop.
3. Some dramatic "occasion for decision," such as a crisis resulting from an external or domestic challenge, must occur to create an environment in which the objective and the policies to achieve it become politically feasible.
4. There must be in leadership positions in the political system individuals whose personalities and political philosophies support the initiation of new large-scale government activities aimed at long-term payoffs and who have the political skill to choose the situations in which such activities can be initiated successfully.

Even writing in 1970, I recognized that the first of these conditions was very limiting, and would not work when the end desired required both technological breakthroughs and significant changes in deep-seated behavior patterns. However, I thought that "finding objectives with high social utility which could be achieved by a specific time using technologies, either physical or social, which are based on existing knowledge is not difficult." (Logsdon, 1970: 181). Almost 50

years later, I find these comments either remarkably optimistic or remarkably naïve, probably both. What was unique about going to the Moon is that it required no major technological innovations and no changes in human behavior, just mastery over nature using the scientific and technological knowledge available in 1961. There are very few, if any, other potential objectives for government action that have these characteristics.

The reality is that attempts to implement other large-scale nondefense programs over the past forty years have never been successful, in the space sector or in the broader national arena. President George H. W. Bush in 1989, President George W. Bush in 2004, and President Barack Obama in 2010 set out ambitious visions for the future of space exploration, but none of those visions became reality; the political and budgetary support needed for success were notably missing. The fate of current proposals by President Donald Trump to return Americans to the Moon is unclear.

In the nonspace sector, there have been few opportunities for large-scale government programs that do not require for their success a combination of technological innovation and significant changes in human behavior. The attempts to declare a “War on Cancer,” for example, required not only research breakthroughs but also changing the smoking habits of millions of Americans. Attempts to move toward U.S. “energy independence” run afoul both limited research and development spending and the complex ties between non-U.S. energy suppliers and the U.S. financial and government sectors. Providing adequate health care for all Americans turns out to be primarily a political, not merely a technical, challenge. Managing global environmental change has both high technical uncertainties and challenging social inertia to overcome. And so on.

Given this situation, I am now inclined to accept an alternative explanation that I rejected years ago: that the lunar landing decision and the efforts that turned it into reality were almost unique occurrences, a once-in-a-generation, or much longer, phenomenon in which a heterogeneous mixture of factors almost coincidentally converged to create a national commitment and enough momentum to support that commitment through to its fulfillment. If this is indeed the case, then there is little to learn from the decision to go to the Moon relevant to twenty-first century choices. This would make the lament “if we can put a man on the moon, why can’t we . . .?” almost devoid of useful meaning except to suggest the possibility that governments can succeed in major undertakings, given the right set of circumstances. Other approaches to carrying out large-scale government programs will have to be developed; the Apollo

experience has little to teach us beyond its status as a lasting symbol of a great American achievement.

Apollo's Impacts

Indeed, it may be the symbolic character of America's voyages to the Moon that is the most important heritage of the Apollo program. Certainly the images of the Earth rising over the barren lunar surface taken by Apollo 8 astronaut Bill Anders on Christmas Eve 1968 and of Apollo 11's Buzz Aldrin standing next to the American flag at "Tranquility Base" have become iconic, communicating to subsequent generations that the United States did years ago achieve something unique in human experience, the first steps off the home planet.

John Kennedy chose to go to the Moon as a means of restoring the U.S. prestige that he judged had been lost during the Eisenhower administration. In the shorter term, he also wanted to counteract the prestige loss caused by the conjunction of the Soviet success with the flight of Yuri Gagarin and the U.S. failure at the Bay of Pigs. Kennedy in 1961 conceptualized prestige in a way well described by British diplomatic historian F. S. Oliver thirty years earlier:

What prestige is, it would be hard to describe precisely, It may be nothing more substantial than an effect produced upon the international imagination—in other words, an illusion. It is, however, far from being a mere bubble of vanity; for the nation that possesses great prestige is thereby enabled to have its way, and to bring things to pass which it could never hope to achieve by its own forces. Prestige draws material benefits in its train. Political wisdom will never despise it.¹⁰

In terms of both shorter-term and more lasting impacts on U.S. international prestige and the associated national pride, Apollo was a substantial success. Within months of JFK's clarion call, NASA and U.S. industry were mobilized in a high-profile pursuit of the lunar landing goal. By declaring that the United States intended to take a leading position in space, and by then taking the steps to turn that declaration into practice, Kennedy effectively undercut the

¹⁰ F. S. Oliver, *The Endless Adventure*, Volume II, quoted in Giles Alston, *International Prestige and the American Space Program*, unpublished doctoral dissertation, St. Antony's College, Oxford University, 1989, pp. 8-9. A copy of Alston's thesis, which is an excellent analysis of the links between space achievement and national prestige, can be found in the NASA Headquarters Library in Washington, DC.

unilateral Soviet space advantage in dramatic space achievements well before any comparable U.S. success. The successive achievements of Projects Mercury and Gemini, and most notably the February 1962 first U.S. orbital flight of John Glenn, became initial steps in JFK's lunar quest and thus made the U.S. space program of the 1960s a source of international prestige and national pride. The psychological and political advantages of early Soviet space successes were quickly and effectively countered.

The success of Apollo 11 in July 1969 and five subsequent missions to the lunar surface (Apollo 13, of course, had a major failure on the way to the Moon and did not complete its landing mission) cemented the international perception of the United States as a country committed to peaceful space achievements "for all mankind." Americans who were abroad at the time of the first Moon landings, U.S. diplomats, and Apollo astronauts returning from post-mission international tours all attested to an immense flow of admiration for the country that could accomplish such a feat. Veteran high-level State Department officer U. Alexis Johnson reported that "There is no question that the success of Apollo 11 mission did more to bolster prestige abroad than any single event since the termination of the Pacific War in 1945." Johnson added a qualification, noting that "no one could hope or expect that the euphoric burst of enthusiasm felt by most of the world toward our country . . . could be long maintained—nor has it been." According to Johnson, "we are left, however, with a very substantial residue of admiration and prestige. While benefits are impossible to measure in quantitative terms, these gains should be of very real value with respect to our posture in the world and our relations abroad for many years to come."¹¹ John Kennedy could not have hoped for a better report on the success of his 1961 lunar landing decision.

We now know that during the Kennedy administration the United States was racing only itself to the Moon. While by 1963 the Soviet Union had begun to develop a large space rocket capable of sending a cosmonaut to the Moon, it had not yet decided to use it for lunar missions. It was not until spring 1964 that Central Intelligence Agency (CIA) analysts identified activity at the Soviet launch site in central Asia as a launch complex for a very large rocket. Until then, the CIA in its intelligence estimates had basically assumed without supporting hard evidence that the Soviet Union was pursuing a lunar landing program, both because that was a logical extension of past Soviet space activities and because the United States had identified a lunar landing as the appropriate goal

11 Johnson is quoted in Alston, *International Prestige and the American Space Program*, pp. 258-259.

for human space flight and intelligence analysts reasoned that the Soviet would follow the same course.¹²

Kennedy was aware in 1961 that his decision to go to the Moon was being made without knowledge of Soviet space intentions; he decided that the prestige benefits of the lunar landing program required that the United States be first to the Moon, whether or not the Soviet Union was in the race. But he continually referred to U.S.-Soviet competition in going to the Moon in his public statements defending his decision. This was certainly the politically expedient thing to do; it would have been far more difficult to maintain political support for Apollo if the threat of Soviet competition had been absent. Several of President Kennedy's advisers in 1962 and 1963 alerted Kennedy to the lack of evidence in support of Soviet lunar intentions, and Kennedy was quite aware of the mid-1963 claims by Bernard Lovell that the Soviets did not have a lunar landing program. By then, he seems to have accepted James Webb's argument that the U.S. lunar program was an extremely valuable focal point for developing overall U.S. space capability, and that it should proceed, cooperatively if possible but unilaterally if not, even if the Soviet Union did not have a similar program.

Both during the Kennedy administration and during the rest of the 1960s (and even until today), critics have argued that the Apollo program was an unfortunate reflection of misplaced U.S. priorities. President Kennedy was aware of these criticisms, and in 1963 worked to prepare answers to the program's doubters. Apollo came to culmination at a time when the United States was experiencing urban riots, civil rights conflicts, political assassinations, and a seemingly pointless war in Southeast Asia. Kennedy cannot be faulted for not anticipating the domestic and international upheavals of the 1960s that changed the social context in which the lunar landings actually took place. In starting Apollo, Kennedy gave more weight to the situation in 1961 than to the longer-term situation in which the landings would actually take place. From his perspective in spring 1961, Apollo looked like the right thing to do.

All in all, then, an evaluation of Project Apollo in terms of the objectives that led John Kennedy to initiate and sustain it must be positive. Although it is impossible clearly to separate the positive impacts of Apollo from the many negatives of the decade of the 1960s, if not for the achievements of the U.S. space program at the end of the decade there would be little positive for Americans to remember from that time.

12 See Asif Siddiqi, *Challenge to Apollo: The Soviet Union and the Space Race, 1945-1974*, NASA SP-2000-4408 and John Logsdon and Alain Dupas, How Real was the Race to the Moon? *Scientific American*, June 1994 for a discussion of the Soviet lunar program.

Apollo's Impact on the U.S. Space Program

By contrast, the impact of Apollo on the evolution of the U.S. space program has on balance been negative. Apollo turned out to be a dead end undertaking in terms of human travel beyond the immediate vicinity of this planet; no human has left Earth orbit since the last Apollo mission in December 1972. Writing in 1970, I suggested that the capabilities developed for Apollo would have “broad and significant impacts on human existence in the decades to come.” Like many others close to the space program, I was caught up in the excitement of the initial lunar landing, and could not conceive of the possibility that having served its political purposes, Apollo and whatever human exploration efforts might follow it would so rapidly be brought to a close.

What happened, however, was that most of the Apollo hardware and associated capabilities, particularly the magnificent but very expensive Saturn V launcher, quickly became museum exhibits to remind us, soon after the fact, of what once was had been done. Commenting on this reality in 1989, Walter McDougall lamented the fate of Apollo: “a brilliant creation, carrying tremendous emotional baggage for the nation, achieved so quickly through such skilled and dedicated teamwork, only to be discarded, dismembered, or disinherited.” Columnist Charles Krauthammer at the time of the fortieth anniversary of the Apollo 11 mission in 2009 deplored the fact that humans have not returned to the Moon since the last Apollo mission: “On it are exactly 12 sets of human footprints—untouched, unchanged, abandoned. For the first time in history, the Moon is not just a mystery and a muse, but a nightly rebuke. A vigorous young president once summoned us to this new frontier, calling the voyage ‘the most hazardous and dangerous and greatest adventure on which man has ever embarked.’ And so we did it. We came. We saw. Then we retreated.”

This rapid retreat should not have come as a surprise to careful observers. By being first to the Moon, the United States achieved the goal that had provided the sustainable momentum that powered Apollo; after Apollo 11, that momentum very rapidly dissipated, and there was no other compelling rationale to continue. In 1969 and 1970, even as the initial lunar landing missions were taking place, the White House canceled the final three planned trips to the Moon. President Richard Nixon had no stomach for what NASA proposed—a major post-Apollo program aimed at building a large space station in preparation for eventual (in the 1980s!) human missions to Mars. Instead, Nixon decreed, “we must think of them [space activities] as part of a continuing process . . . and not as a series of separate leaps, each requiring a massive concentration of energy.

Space expenditures must take their proper place within a rigorous system of national priorities . . . What we do in space from here on in must become a normal and regular part of our national life and must therefore be planned in conjunction with all of the other undertakings which are important to us.”

¹³ Nixon’s policy view quickly reduced the post-Apollo space budget to less than \$3.5 billion per year, a Federal budget share one-quarter of what it had been at the peak of Apollo. There were in the 1960s proposals, called the Apollo Applications Program, to use Apollo hardware for a variety of Earth orbit and deep space missions. Only one of those missions, the Skylab space station, ever came to fruition; its May 1973 launch was the last use of the Saturn V. The booster’s production line had been shut down in 1970. The 1975 Apollo-Soyuz Test Program mission was the last use of an Apollo spacecraft and the Saturn 1B launch vehicle. With the 1972 decision to begin the shuttle program, followed in 1984 with the related decision to develop a space station, the United States basically started over in human space flight, limiting itself since 1972 to orbital activities in the near vicinity of Earth.

The policy and technical decisions not to build on the hardware developed for Apollo for follow-on space activities were inextricably linked to the character of President John Kennedy’s deadline for getting to the Moon — “before this decade is out.” By setting a firm deadline for the first lunar landing, Kennedy put NASA in the position of finding a technical approach to Apollo that gave the best chance of meeting that deadline. This in turn led to the development of the Saturn V launcher, the choice of the lunar orbit rendezvous approach for getting to the Moon, and the design of the Apollo spacecraft optimized for landing on the Moon. Perceptive observer Richard Lewis in 1968 spoke of the “Kennedy effect,” noting that

the political decision to send men to the moon also led to unexpected results in the development of space technology . . . It has determined the priorities, the engineering designs, and the scientific objectives of the space program in this decade, and it is quite likely to control future space work for the remainder of this century. This unforeseen result might be called the Kennedy effect. While its intent at the beginning was to enlarge American competence in space, its implementation has built a Procrustean bed and the American space program has been severely mutilated to fit it (Lewis, 1968: 2).

13 NIXON, Richard M. Statement about the Future of the United States Space Program, March 7, 1970. Disponible in: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=2903&st=&st1=>>. Access in: 03 jun. 2019.

The consequences of selecting the lunar orbit approach to the Moon landing were of concern to Kennedy's science adviser Jerome Wiesner as he opposed the LOR choice in 1962. President Kennedy in his determination to be first to the Moon overruled Wiesner, a decision, as Lewis noted, with profound consequences for the space program. NASA during the second half of the 1960s became what James Webb had feared, a one-program agency; given the budget constraints of the period, there was no money available for major new starts on alternative programs.

The "Kennedy effect" went well beyond rockets and spacecraft. The Apollo program created in NASA an organization oriented in the public and political eye toward human space flight and toward developing large-scale systems to achieving challenging goals. It created from Texas to Florida the institutional and facility base for such undertakings. With the White House rejection of ambitious post-Apollo space goals, NASA entered an extended identity crisis from which it has yet to emerge. Repetitive operation of the space shuttle and the extended process of developing and utilizing an Earth-orbiting space station have not been satisfying substitutes for another Apollo-like undertaking. NASA has never totally adjusted to a lower priority in the overall scheme of national affairs; rather, as the Columbia Accident Investigation Board observed in its 2003 report, NASA became "an organization straining to do too much with too little."¹⁴ All of this is an unfortunate heritage of John Kennedy's race to the Moon.

Yale University organizational sociologist Gary Brewer in 1989 observed that NASA during the Apollo program came close to being "a perfect place"—the best organization that human beings could create to accomplish a particular goal. But, suggests Brewer, "perfect places do not last for long." NASA "perfected itself in the reality of Apollo, but that success is past and the lessons from it are now obsolete." The NASA of 1989, according to Brewer, was "no longer a perfect place" and was "deeply troubled." He added:

The innocent clarity of purpose, the relatively easy and economically painless public consent, and the technical confidence [of Apollo] . . . are gone and will probably never occur again. Trying to recreate those by-gone moments by sloganeering, frightening, or appealing to mankind's mystical needs for exploration and conquest seems somehow futile considering all that has happened since Jack Kennedy set the nation on course to the Moon.

14 Columbia Accident Investigation Board, "Report," v. 1, August 2003, p. 209. The report can be accessed at <<http://caib.nasa.gov/>>. Access in: 03 jun. 2019.

Brewer's comments of more than two decades ago might usefully be applied to the twenty-first century NASA and its supportive space community, which still struggle to maintain the approach to human space flight developed during the Mercury, Gemini, and Apollo programs. It is well beyond the scope of this essay to discuss the future of the U.S. space exploration program; the point to make here is that the conditions that made Apollo possible and the NASA of the 1960s a "perfect place" were unique and will not reoccur. I agree with Brewer's conclusion that NASA needs "new ways of thinking, new people, and new means to come to terms and cope with social, economic, and political environments as challenging and harsh as deep space itself."¹⁵

Apollo and History

The set of judgments that led President John F. Kennedy to decide to send Americans to the Moon combined lasting characteristics of the American people, a conviction of American exceptionalism and a mission derived from that conviction, the geopolitical situation of early 1961, and the individual values and style that Kennedy brought to the White House. Apollo was a product of a particular moment in time. Apollo is also a piece of lasting human history. Its most important significance may well be simply that it happened. Humans did travel to and explore another celestial body. Apollo will forever be a milestone in human experience, and particularly in the history of human exploration and perhaps eventual expansion. Because the first steps on the Moon were seen simultaneously in every part of the globe (with a few exceptions such as the Soviet Union), Apollo 11 was the first great exploratory voyage that was a shared human experience—what historian Daniel Boorstin called "public discovery." John Kennedy's name will forever be linked with those first steps. Like other ventures into unknown territory, Apollo may not have followed the best route nor have been motivated by the same concerns that will stimulate future space exploration. But without someone going first, there can be no followers. In this sense, the Apollo astronauts were true pioneers.

Leaving the Earth gave the Apollo astronauts the unique opportunity to look back at Earth and to share what they saw. The Apollo 8 "Earthrise" picture is surely one of the iconic images of the twentieth century. It allowed us, as poet Archibald McLeish noted at the time, "to see earth as it truly is, small and blue and beautiful in that eternal silence where it floats" and "to see ourselves as

15 BREWER, Garry D. Perfect Places: NASA as an Idealized Institution. In Radford Byerly, Jr. (ed.) *Space Policy Reconsidered*. Boulder, CO, Westview Press, 1989, pp. 157-173.

riders on the earth together, brothers on that bright loveliness in the eternal cold—brothers who truly know that they are brothers.”¹⁶ That perception alone cannot justify the costs of going to the Moon, but it stands as a major benefit from going there, one that has influenced human behavior in many ways.

I hope that sometime in the future—if not in the coming decades then in the coming centuries—humans will once again choose to venture beyond the immediate vicinity of Earth. I believe that the urge to explore—to see what is over the next hill—is a fundamental attribute of at least some human cultures. Michael Collins, the Apollo 11 astronaut who remained in orbit as Armstrong and Aldrin experienced being on the Moon, has commented that the lasting justification for human space flight is “leaving”—going away from Earth to some distant destination. As future voyages of exploration are planned, I also hope that the United States chooses to be in the vanguard of a cooperative exploration effort involving countries from around the globe. There are two things I judge as certain, whenever those voyages take place. One is that they will not be like Apollo, a grand but costly unilateral effort racing against a firm deadline to reach a distant and challenging goal. The other is that President Kennedy’s name will be evoked as humans once again begin to travel away from Earth. As he said in September 1962, “We set sail on this new sea because there is new knowledge to be gained, and new rights to be won, and they must be won and used for the progress of all people.” John F. Kennedy, like the astronauts who traveled to the Moon during Apollo, was a true space pioneer.

References

- BREWER, Garry D. *Perfect Places: NASA as an Idealized Institution*. In: Radford Byerly, Jr. (ed.) *Space Policy Reconsidered*. Boulder, CO, Westview Press, 1989, pp. 157-173.
- COLUMBIA Accident Investigation Board. *Report*, v. 1, August 2003, (209). Disponible in: <<http://caib.nasa.gov/>>. Access in: 20 may 2019.
- DYKE, Vernon Van. *Pride and Power: The Rationale of the Space Program*. Urbana, IL, University of Illinois Press, 1964.
- EGGERS, William D.; O’LEARY, John. *If We Can Put a Man on the Moon: Getting Big Things Done in Government*. Cambridge, MA, Harvard Business School Press, 2009, xi.
- GIGLIO, James N. John F. Kennedy and the Nation. In: James N. Giglio and Stephen Rabe, *Debating the Kennedy Presidency*. Lanham, MD, Rowman & Littlefield Publishers, 2003.
- KENNEDY, John Fitzgerald. Commencement Address at American University. June 10, 1963. Disponible in: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=9266&st=&st1=>>. Access in: 20 may 2019.

16 McLeish’s poem appeared in *The New York Times*, December 25, 1968, p. 1.

- KRUG, Linda. *Presidential Perspectives on Space Exploration: Guiding Metaphors from Eisenhower to Bush*. New York, Praeger, 1991.
- LAUNIUS, Roger D. Kennedy's Space Policy Reconsidered: A Post-Cold War Perspective, *Air Power History*, Winter 2003, 18-19 and Roger D. Launius, Interpreting the Moon Landings: Project Apollo and the Historians. *History and Technology*. v. 22, September 2006.
- LEWIS, Richard S. The Kennedy Effect, *Bulletin of the Atomic Scientists*, March 1968.
- LOGSDON, John and DUPAS, Alain. How Real was the Race to the Moon? *Scientific American*, June 1994.
- LOGSDON, John M. *The Decision to Go to the Moon: Project Apollo and the National Interest*. Cambridge, MA, The MIT Press, 1970, 181, 178.
- _____. *John F. Kennedy and the Race to the Moon*. New York, Palgrave Macmillan, 2010.
- MEMORANDUM from McG. B. (McGeorge Bundy) to Mr. Sorensen, *Decisions in the White House*, March 8, John F. Kennedy Presidential Library, 1963.
- MCDUGALL, Walter. *The Heavens and the Earth; A Political History of the Space Age*. New York, Basic Books, 1985, pp. 305-306.
- MURRAY, Charles; COX, Catherine Bly. *Apollo: Race to the Moon*. New York, Touchstone Press, 1990.
- NIXON, Richard M. *Statement about the Future of the United States Space Program*. March 7, 1970. Disponíbil in: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=2903&st=&st1=>>>. Access in: 20 may 2019.
- NYE Jr., Joseph S. *The Paradox of American Power: Why the World's Only Superpower Can't Go It Alone*. New York, Oxford University Press, 2002, pp. 4-9.
- OLIVER, F. S. *The Endless Adventure*, Volume II, quoted in Giles Alston, *International Prestige and the American Space Program*, unpublished doctoral dissertation, St. Antony's College, Oxford University, 1989, pp. 8-9.
- SCHLESINGER JR, Arthur Schlesinger. *A Thousand Days: John F. Kennedy in the White House*. Boston, Houghton Mifflin, 1965.
- SIDEY, Hugh. *Time*. November 14, 1983.
- SIDIQQI, Asif. *Challenge to Apollo: The Soviet Union and the Space Race. 1945-1974*, NASA SP-2000-4408.

Recebido em 18/01/2019

Aprovado em 18/06/2019

Como citar este artigo:

LOGSDON, John M. John F. Kennedy and the Race to the Moon. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 1, jan.- jun. 2019, pp. 55-78.

Nouvelles formes d'occupation de l'espace, la place de la Chine et de l'Inde

Isabelle Sourbès Verger¹

Résumé: *Pour la Chine comme pour l'Inde, les activités spatiales tiennent une place importante dans leur politique nationale de développement depuis les années 1980-1990. Les avantages des technologies spatiales sont en effet essentiels pour ces deux Etats de vaste superficie, très peuplés, manquant d'infrastructures terrestres et soucieux de développer leurs capacités pour une meilleure mise en valeur de leur territoire et de leurs ressources. A côté de ces préoccupations économiques communes, la Chine et l'Inde privilégient des politiques spatiales différentes liées à leurs caractéristiques politiques et socio-économiques propres induisant entre autres une relation très différente avec les autres puissances spatiales. En 2019, la Chine et l'Inde se différencient donc par une organisation interne et des priorités affichées profondément différentes. Pour autant, la maturité croissante de leur secteur spatial laisse apparaître des tendances proches, dans le domaine de l'exploration ou des vols habités. En revanche, l'intérêt accordé par la Chine au développement d'activités spatiales militaires et plus largement au spatial comme symbole de puissance reste une rupture fondamentale par rapport à la politique indienne qui évolue vers un effort accru de commercialisation et de développement de capacités industrielles au-delà de l'agence spatiale, l'ISRO, jusque-là au cœur de tout le dispositif.*

Mots-clés: Exploration spatiale, Politique spatiale chinoise, Oolitique spatiale indienne.

New forms of space occupation, the place of China and India

Abstract: *For both China and India, space activities have been an important part of their national development policy since the 1980s and 1990s. The advantages of space technologies are indeed essential for these two populated and vast States, whose lack of terrestrial infrastructures make them anxious to develop capacities for a better enhancement of their territory and their resources. Sharing common economic concerns, China and India promote different spatial policies related to their own political and socio-economic characteristics, inducing, among other things, a very different relationship with other space powers. In 2019, China and India are thus differentiated by an internal organization and deeply different priorities. However, the maturity of their space sector reveals similar trends, both in the fields of exploration or manned flights. On the other hand, China's interest in the development of military space activities and, more broadly, to use space as a symbol of power, remains a fundamental rupture from Indian policy, which evolves towards the commercialization and development of industrial capabilities beyond the ISRO space agency, the heart of its whole spatial policy.*

Keywords: *Space exploration, Chinese space policy, Indian space policy*

Novas formas de ocupação do espaço, o lugar da China e da Índia

Resumo: Tanto para a China como para a Índia, as atividades espaciais adquiriram destacada posição em suas políticas nacionais de desenvolvimento após os anos 1980-1990. Os benefícios das tecnologias espaciais são essenciais para esses dois Estados de vasta superfície, muito populosos, sem infraestrutura terrestre e preocupados com o desenvolvimento de suas capacidades para o melhor aproveitamento de seu território e recursos naturais. Ao lado de suas comuns preocupações econômicas, China e Índia privilegiam diferentes políticas espaciais ligadas às suas características políticas e socioeconômicas. Em 2019, com a maturidade de seus programas espaciais, China e Índia revelam tendências semelhantes no domínio da exploração e dos voos tripulados, embora possuam diferentes organizações internas e prioridades. O interesse chinês no desenvolvimento de atividades espaciais militares e, mais amplamente, no espaço como

um símbolo de poder, marca uma ruptura fundamental em relação à política indiana, que evolui no sentido de ampliar seu caráter comercial e desenvolver suas capacidades industriais para além de sua agência espacial, até então no centro de toda sua política espacial.

Palavras-chave: Exploração espacial, Política espacial chinesa, Política espacial indiana.

Lorsque L'Union des républiques socialistes soviétiques (URSS) lance le premier satellite Spoutnik, le 4 octobre 1957, l'objectif est d'abord scientifique puisqu'il s'agit, dans le cadre de l'Année Géophysique Internationale², de contribuer à l'étude des propriétés physiques de la haute atmosphère et de compléter ainsi les observations réalisées sur terre par d'autres moyens comme les stations polaires, bateaux ... (Coulomb, 1956).

A cette époque, seuls les États-Unis et l'URSS essayent alors de maîtriser les moyens d'accès à l'espace et tous les deux annoncent qu'ils vont lancer un satellite. L'Union soviétique n'a rejoint le Conseil scientifique des Unions internationales³ qu'après la mort de Staline mais la Chine n'en est pas membre pour protester contre la reconnaissance de Taïwan. L'Inde est, elle, représentée dans ce réseau prestigieux de la science internationale par un scientifique connu, Vikram A. Sarabhai⁴, spécialiste de la physique solaire et du rayonnement cosmique formé à Cambridge au Royaume-Uni.

Être capable d'accéder à l'espace confère alors un statut exceptionnel sur la scène internationale. En ouvrant avec Spoutnik la voie à l'exploration de l'espace extra-atmosphérique, l'Union soviétique remettait symboliquement en cause la supériorité technologique des États-Unis dans un domaine dont il était clair pour tous qu'il allait, avec le nucléaire⁵, déterminer le statut de super-

2 L'Année Géophysique Internationale, elle est aussi connue comme le Troisième Année Polaire Internationale.

3 Le Conseil International des Unions Scientifiques (ICSU, en anglais) fut créé à Bruxelles en 1931, pour promouvoir l'activité scientifique internationale dans les différentes branches des sciences et techniques et son application dans l'intérêt de l'humanité.

4 Membre d'une influente famille indienne de riches industriels progressistes, l'influence et l'énergie de Vikram A. Sarabhai sont citées par tous les témoins comme phénoménales et vont catalyser le développement de la science spatiale indienne. Il est précurseur du programme national de lanceur et de satellites nationaux développé dans les années 1970-1980.

5 Cette relation très étroite alors entre le nucléaire et l'espace tenait à plusieurs facteurs: la proximité technologique entre un lanceur et un missile intercontinental (ICBM) capable de délivrer une bombe nucléaire, le potentiel d'observation à distance sans autorisation préalable du territoire de l'adversaire pour le cartographier et préparer d'éventuels ciblage... D'un autre côté, la mise en place de systèmes spatiaux

puissance. En multipliant les Premières pendant la première décennie (sonde atteignant la Lune, photos de la face cachée de la Lune, premiers homme et femme à l'espace, première sortie d'un cosmonaute dans l'espace hors de son vaisseau...), l'URSS insiste sur l'adéquation entre son modèle marxiste scientifique et la transposition concrète dans l'espace du concept «d'homme nouveau». Cet usage idéologique est particulièrement problématique pour les Occidentaux dans le contexte sensible de la décolonisation et de la concurrence des modèles qui sont alors proposés aux nouveaux États.

Cette dimension directement géopolitique de l'espace va perdurer jusqu'au premier pas triomphal d'un Américain sur la Lune, Neil Armstrong, présenté à son tour, en juillet 1969, 17 ans après Gagarine, comme le représentant de toute l'humanité. Le programme Apollo sanctionne désormais le statut de première puissance spatiale des États-Unis, un statut exceptionnel toujours actuel.

La perception des activités spatiales en 2019 est bien différente. Si les enjeux de prestige n'ont pas disparu, comme le montre le traitement médiatique de quelques missions d'exploration, les usages de l'espace se sont désormais banalisés. L'existence de satellites orbitant autour de la Terre ne suscite aucun intérêt particulier. Il faut la démesure de projets de constellations de satellites de plusieurs milliers de satellites pour relancer l'attention des médias et du public ou les ambitions affichées des nouveaux acteurs du *New Space* issus du monde des GAFA⁶ comme Elon Musk⁷ et son projet de colonisation martienne ou Richard Branson⁸ et ses projets de tourisme spatial.

Plus de 60 ans après le début de l'ère spatiale, le nombre d'États membres actifs du club spatial reste limité. Russie, États-Unis, Japon, Chine, Europe spatiale, Inde, Israël, Iran, Corée du nord et Corée du sud⁹ sont les seuls à maîtriser les moyens d'accès à l'espace et à disposer des moyens industriels pour construire satellites et lanceurs sur une base nationale. En parallèle, les évolutions technologiques, dont la miniaturisation, abaissent le coût de l'accès aux technologies spatiales. C'est particulièrement vrai pour les petits satellites mais pourraient aussi permettre le développement de petits lanceurs. La nature de la puissance spatiale évolue d'autant plus que des sociétés privées annoncent leurs propres

de détection de tirs d'ICBM deviendra un facteur de stabilisation face à la menace de la destruction mutuelle assurée et l'observation par satellite permettra la vérification et donc la signature des accords de limitation des armements SALT/ABM de 1972 et 1978.

6 On appelle GAFA (Google Amazon Facebook Apple) les géants de l'Internet.

7 Elon Musk, il est le président-directeur général (PDG) de l'entreprise Space-X.

8 Richard Bran, il est PDG de l'entreprise Virgin Galactic.

9 L'ordre ici fourni est chronologique mais ne correspond pas à leurs capacités respectives.

ambitions, indépendamment des programmes nationaux suggérant de nouvelles relations avec les acteurs étatiques au moins pour l'écosystème américain.

Dans ce contexte en évolution, comment des puissances spatiales comme la Chine et l'Inde se positionnent-elles ?

1. La place historique de la Chine et de l'Inde en tant qu'acteurs de la mise en valeur de l'espace

1.1 De "nouvelles puissances spatiales" dans les années 1980-1990

De 1957 à 1970, l'Union soviétique et les États-Unis sont les seuls à maîtriser les technologies spatiales¹⁰. La mise en valeur de l'espace est profondément marquée par le contexte historique de la guerre froide. Chacun des deux États s'applique alors à expérimenter les différents usages des satellites à des fins prioritairement de sécurité nationale: découverte et analyse des caractéristiques propres du milieu spatial par les satellites scientifiques et technologiques, cartographie et observation du territoire de l'adversaire et de ses ressources par les satellites dits de reconnaissance essentiellement photographiques, amélioration des communications et du transport de l'information par les satellites de télécommunications, surveillance des essais nucléaires et des tirs de missiles.

Les enjeux de politique étrangère représentent une deuxième dimension considérée comme d'autant plus importante que la décolonisation accuse l'importance pour chacun des leaders, du bloc capitaliste comme du bloc communiste, de se poser en modèle.

Cette phase d'apprentissage dans tous les domaines se traduit par l'utilisation d'un nombre varié d'orbites, de celles en orbite basse des satellites de reconnaissance aux premières mise à poste sur l'orbite géostationnaire et aux trajectoires vers la Lune, Mars, Vénus. Elle est aussi marquée par une présence de plus en plus grande des activités civiles avec la montée en puissance de la NASA¹¹ destinée à contribuer à l'affichage du leadership des États-Unis alors que du côté soviétique l'ensemble des activités relève du complexe militaro-industriel avec une implication particulière de l'Académie des Sciences.

¹⁰ La France accomplit en 1965 la mise sur orbite du satellite Astérix avec un lanceur Diamant depuis Hammaguir devenant ainsi la 3ème puissance spatiale mais ne poursuit pas au niveau national et choisit la voie de la coopération au travers de sa participation à l'Agence spatiale européenne.

¹¹ National Aeronautics and Space Administration (NASA) c'est l'agence gouvernementale civile créée en 1958 pour conduire le programme spatial américain.

Ce duopole se clôt dans les années 1970 par une première ouverture du club spatial à des acteurs asiatiques avec les premiers tirs nationaux du Japon¹² puis, 10 semaines plus tard, de la Chine¹³. Cette démonstration vise à la reconnaissance comme grande puissance concrétisant l'ambition énoncée par Mao dès 1956, avant même le lancement du 1er satellite soviétique. La Chine affiche ainsi sa volonté d'être présente dans les deux domaines technologiques les plus prestigieux du XXI^e siècle, le nucléaire et l'espace, la maîtrise du lancement spatial témoignant aussi de ses capacités dans le domaine des missiles. Pour autant, les bouleversements de la Révolution culturelle pénalisent les projets spatiaux, la rivalité politique entre les factions se traduisant par la mise en place de deux filières concurrentes de lanceurs¹⁴, l'une à Pékin, l'autre à Shanghai alors que les ressources scientifiques et industrielles sont encore extrêmement limitées.

L'Inde, dont l'organisation spatiale se met en place tout au long des années 1970, s'inscrit dans une tout autre logique que celle de la Chine retardant son entrée dans le club spatial d'une dizaine d'années. Alors que la Chine est complètement isolée sur la scène internationale et que, se vivant menacée, elle met la priorité sur son programme de lanceur issu des compétences acquises dans le domaine des missiles, l'Inde met en pratique sa doctrine du non-alignement. Utilisant les possibilités de coopération internationale du fait du choix d'un programme spatial exclusivement civil, elle entreprend de développer d'abord des capacités satellitaires dans le domaine des télécommunications, de la météorologie et de l'observation de la Terre destinées à lui permettre de lutter contre le sous-développement, la priorité du gouvernement Nehru.

Le lancement du SLV-3¹⁵ n'intervient qu'en 1980. Il est la toute première étape de l'acquisition par l'Inde de son statut de puissance spatiale pleine et entière. C'est aussi l'époque du premier lancement réussi de la fusée européenne Ariane-1¹⁶. Si l'on assiste bien à une deuxième vague d'ouverture du club spatial, les deux tirs européens et indiens ne sont pas comparables. Ariane-1 est, en effet, conçu pour effectuer des lancements commerciaux de satellites sur l'orbite géostationnaire, une technologie dont l'Inde ne disposera qu'en 2001.

12 Le lancement le 11 février 1970 du satellite Ohsumi (12 kg) par une fusée Lambda développée par l'Institute of Space and Astronautical Science (ISAS).

13 Le lancement le 24 avril 1970 du satellite Dong Fang Hong de 173 kg par un lanceur Chang Zheng ou Longue Marche (CZ-1).

14 Chang Zhen (Longue Marche) pour Pékin et Feng Bar (Tempête) pour Shanghai.

15 Le lanceur SLV-3, met sur orbite le satellite Rohini de 35 kg le 18 juillet 1980.

16 Le lanceur Ariane 1 effectue son 1er tir le 24 décembre 1979, il est destiné à placer des satellites de plus d'une tonne sur orbite géostationnaire (à 36 000 km de la Terre dans le plan de l'équateur).

Pendant les années 1980-1990, alors que l'activité soviétique s'étiolo, que les États-Unis creusent l'écart en termes de capacités du fait d'un investissement public au moins 2 fois supérieur à celui de toutes les autres puissances spatiales réunies¹⁷, que le spatial occidental propose de plus en plus d'applications civiles sur la scène internationale, la Chine et l'Inde poursuivent chacune leur voie propre avec des ambitions sur le moyen terme.

En Chine, l'arrivée au pouvoir de Deng Xiaoping à la fin de la Révolution culturelle marque un souci de rationalisation des activités, avec un intérêt accru pour le développement des applications satellitaires et la valorisation des compétences déjà acquises. La Chine propose ainsi, en 1985, ses lanceurs sur le marché commercial, une initiative peu couronnée de succès pour des raisons diverses¹⁸ mais qui répond à une volonté de normalisation sur la scène internationale à des fins d'image mais aussi d'ouverture au monde extérieur. C'est ainsi que la Chine développe un partenariat avec le Brésil dans le cadre de sa politique de coopération Sud-Sud en 1988. Le premier satellite CBERS (China Brazil Earth Resources Satellite) prévu pour 1993 n'a toutefois été lancé qu'en 1999, la mise en œuvre financière et technique du programme s'avérant plus compliquée que prévu.

Les capacités spatiales de la Chine se développent ainsi progressivement avec la mise au point d'une gamme de lanceurs, la maîtrise des satellites géostationnaires, une performance croissante dans le domaine des télécommunications, de l'observation de la Terre, de la météorologie et la récupération de capsules automatiques ainsi que la mise en œuvre d'un programme d'envois d'hommes (et femmes) dans l'espace¹⁹.

Sur le plan de l'organisation, les orientations générales sont de la responsabilité de la Commission militaire centrale, la gestion du secteur étant sous la tutelle de la Commission scientifique et technique pour la défense nationale (COSTIND, selon le sigle anglais). L'Armée Populaire de Libération est en charge des bases de lancement et des tirs. La commercialisation des tirs est assurée par la Compagnie de la Grande Muraille (CGWIC, selon le sigle anglais) qui émane des deux grandes entreprises d'état du secteur.

17 Les États-Unis ont un budget de 40 milliards de dollars, l'Europe de 8 milliards, la Chine de 6 milliards, la Russie de 5 milliards, le Japon de 3 milliards, l'Inde de 1,8 milliards en 2018.

18 Il faut l'autorisation du gouvernement américain pour tout satellite utilisant des composants américains ce qui complique les procédures et par ailleurs la fiabilité des lanceurs chinois n'est pas garantie.

19 Le projet 921 Shenzhou profite de la vente par la Russie de ses technologies dans le domaine des vols habités, la fin de l'URSS conduisant les entreprises russes à compenser la fin de leur financement étatique.

L'Inde se caractérise par une remarquable stabilité de ses institutions, avec la place centrale de son agence spatiale (l'ISRO) dans le dispositif. Celle-ci est, en effet, en charge de la recherche et du développement des technologies spatiales. Elle est aussi impliquée dans le processus de décision, son président étant secrétaire du Département de l'espace directement rattaché aux services du Premier Ministre. Sur le plan industriel, le modèle indien est profondément original puisque l'Agence identifie elle-même les technologies disponibles dans le tissu industriel qu'elle les adapte pour répondre aux contraintes physiques particulières du milieu spatial et qu'elle met ensuite à disposition les brevets qu'elle a acquis via une filiale créée spécialement pour les aspects de commercialisation, l'Antrix Corporation Limited.

L'augmentation progressive du budget spatial qui reste cependant modeste²⁰ et le consensus politique sur l'intérêt des technologies spatiales pour le développement du pays conduit au développement de nouveaux programmes dans le domaine des satellites comme des lanceurs avec pour objectif une autonomie croissante. L'Inde diversifie ses coopérations mais doit aussi en passer par les exigences de ses partenaires. C'est ainsi que la dénonciation par les États-Unis du contrat passé avec la Russie pour l'acquisition de technologies et licences destinées à la mise au point d'un moteur cryogénique indien pour le lanceur GSLV destiné aux lancements des satellites géostationnaires nationaux INSAT renforcera la volonté d'accéder à une totale indépendance.

A la différence de la Chine, l'Inde ne cherche pas encore à développer la gamme complète des systèmes spatiaux mais concentre ses efforts sur les satellites d'application et leurs lanceurs, avec une attention particulière sur les services aval largement utilisés par les différents ministères et progressivement les particuliers. Elle effectue un nombre limité de lancements mais dispose de satellites performants construits sur place grâce à des transferts de technologie très diversifiés.

1.2 Des acteurs de plus en plus présents depuis les années 2000

Si l'on regarde le nombre de lancements de satellites par nationalités, les années 2000 témoignent de l'arrivée de nouveaux acteurs, en particulier asiatiques, et confirment la présence croissante de la Chine et de l'Inde. Après l'effacement russe comparé à la présence soviétique pendant la décennie précédente,

20 Il passe de 100 à 400 millions de dollars pendant la période.

la poursuite des programmes chinois et, dans une moindre mesure, indiens amorce une remontée progressive du nombre de tirs.

Devenue en 2003 le 3^{ème} État capable d'envoyer des hommes dans l'espace, la Chine acquiert dès lors une stature internationale qu'elle ne cesse de renforcer. En fait, elle a déjà rendu public en 2000 son premier document officiel de politique spatiale (*White paper on Space Policy*) dans lequel elle décline ses réalisations passées et annonce ses programmes actuels et futurs. La création d'une agence spatiale chinoise, la Chinese National Space Administration (CNSA) correspond aussi à un souci de normalisation de son organisation. Il ne s'agit cependant que d'une entité administrative de taille réduite chargée de signer les contrats avec les partenaires étrangers et de gérer les programmes. La réalité des compétences reste au sein des grandes entreprises qui sont aussi réorganisées afin d'être plus souples et efficaces et prendre davantage en compte une problématique de rentabilité tout en restant sous contrôle de l'État.

La succession des différents documents de politique spatiale en 2006, 2011 et 2016 en conformité avec les plans quinquennaux présente la même structure avec un rappel des avancées réalisées et une annonce des programmes en cours. Au final, c'est plus de 20 ans de politique spatiale qui sont ainsi programmées montrant la remarquable continuité de sa politique de *catch up* en diversifiant de plus en plus ses programmes afin de maîtriser la totalité des compétences spatiales. C'est ainsi qu'en parallèle du développement d'une gamme complète de lanceurs et une diversification des bases de lancement, elle développe un système de navigation/localisation type GPS, Beidou, et multiplie les satellites d'observation de la Terre (dotés de capteurs optiques et radar) et de télécommunications destinés à remplacer l'infrastructure terrestre dont elle ne dispose pas. Elle poursuit par ailleurs un programme d'occupation humaine de l'espace avec la construction d'une station spatiale en orbite pour et envisage une exploration automatique à partir de 2017 puis, éventuellement, habitée de la Lune.

Longtemps considérées comme stratégiques et intégrées dans le complexe militaro-commercialo-industriel, les activités spatiales se normalisent progressivement. C'est ainsi qu'une nouvelle base est construite à Wenchang dans la presqu'île de Hainan pour remplacer – en particulier pour les lancements de satellites géostationnaires compte tenu de sa latitude – la base de Xichang, condamnée à la fermeture qui avait été choisie dans la profondeur du territoire pour en assurer la sécurité en cas de conflit.²¹

21 Les premiers étages de lanceur tirés de la base de Xichang retombant sur des zones habitées.

Sur le plan extérieur, depuis le rapport Cox²² de 1998, la Chine est à nouveau confrontée au refus américain de tout transfert de technologie. C'est donc en mode autonome qu'elle développe ses propres technologies ce qui présente l'avantage de lui laisser toute liberté quant aux usages qu'elle peut en faire vis-à-vis de pays tiers. Cela lui permet de jouer un rôle important dans le cadre de l'organisation régionale Asia-Pacific Space Organisation (APSCO) dont elle est leader.

Sur le plan commercial, elle favorise les premiers achats de satellites chinois par des États interdits d'accès à des produits spatiaux par les États-Unis comme le Nigéria, le Nicaragua ou le Venezuela. La compétence spatiale chinoise devient alors un élément d'influence et s'intègre dans des échanges plus larges comme la fourniture d'énergie ou de matières premières. Mieux encore, ce positionnement renforce l'image que la Chine cherche à promouvoir d'un acteur indépendant ne prétendant pas intervenir dans les affaires nationales de son partenaire.

Le décalage initial demeurant, c'est à partir des années 2010, que l'Inde développe de nouvelles ambitions dans le domaine de l'exploration et des vols habités. Celles-ci sont présentées par l'agence spatiale indienne (l'ISRO) comme un nouveau type de réalisations venant, non plus en soutien direct de la mise en valeur du territoire, mais comme une volonté de contribution à la reconnaissance du pays en tant que nouvelle puissance globale à la hauteur des pays développés.

Les soucis d'économie restent toutefois bien présents. En témoigne le trajet de la sonde Magalyaan, lancée en novembre 2013 à destination de Mars. Sa satellisation réussie autour de la planète rouge en 2014, après une succession de changements de trajectoires pour compenser les limites de puissance du Polar Satellite Launch Vehicle (PSLV) destiné à des tirs en orbite basse, a donné au spatial indien une nouvelle visibilité internationale. C'était d'ailleurs un des objectifs de ce programme décidé aussi dans l'optique de concurrencer la nouvelle notoriété de la Chine comme acteur spatial de premier plan. Il lui a aussi permis de mettre en avant l'originalité d'une approche "d'innovation frugale" (*jugaad*)²³.

Sur le plan de l'autonomie, la réussite en 2014 du lanceur de satellites géostationnaires (Geosynchronous Satellite Launch Vehicle, GSLV), après plus de 20

22 Ce rapport qui porte le nom de son auteur et reste controversé visait à dénoncer l'espionnage mené par la Chine dans le domaine des technologies nucléaires en particulier.

23 La sonde a coûté 55 millions d'euros, chiffre à comparer à celui du rover martien américain *Curiosity* de près de 2,5 milliards de dollars.

ans d'efforts, marque une étape importante. L'Inde peut désormais assurer seule ses lancements sur l'orbite géostationnaire, même s'il lui faut encore augmenter les capacités du GSLV pour correspondre à la masse de ses derniers satellites INSAT.

L'Inde comme la Chine, même si c'est dans une moindre mesure, bénéficie de la grande stabilité d'une demande intérieure en croissance tenant à l'ampleur de ses besoins nationaux et à leur pérennité. En contrepartie, l'Inde se trouve confrontée à la nécessité de développer une industrie nationale pour répondre à des objectifs ambitieux que l'Agence ne peut plus satisfaire seule comme c'était le cas jusqu'ici. La transmission à l'industrie de la fabrication du lanceur PSLV mais aussi de satellites devenue inévitable présente toutefois le risque d'entraîner une augmentation des coûts et la nécessité de prendre en compte les logiques propres à d'autres acteurs. Ce changement de culture va de pair avec l'annonce d'une possible ouverture à des investisseurs et des acteurs privés voulue par le Premier ministre Narendra Modi depuis son élection mais visiblement difficile à mettre en œuvre.

En 2019, la Chine et l'Inde sont désormais des puissances spatiales reconnues, l'effort chinois étant beaucoup plus marqué en termes d'investissement et témoignant d'une ambition de rattrapage plus rapide que celle affichée par l'Inde. Il s'agit maintenant d'analyser la façon dont chacune se positionne face l'émergence d'une nouvelle pratique des activités spatiales liée à l'écosystème américain, avec l'intrusion d'acteurs privés imaginatifs dont les services de communication célèbrent les vertus d'entrepreneur comme l'incarnation de la quintessence de la philosophie américaine.

2. Les ambitions chinoises et indiennes en 2019

2.1 Le contexte du *New Space*

Si la dimension technologique symbolique des compétences spatiales perdure, de tout autres logiques sont désormais au centre de l'attention générale. La miniaturisation des composants spatiaux a été le premier changement majeur avec la mise au point des *cubesats*, utilisant un modèle standard de plateforme de la taille d'une boîte de chaussures.²⁴ Ces nouveaux satellites relativement

24 Un cubesat répond à des standards très précis: il mesure 10x10x10 cm, pèse moins de 1,33 kg et a une puissance d'1W. Il est construit selon des spécifications ouvertes avec des composants en libre accès. Plusieurs cubesats peuvent être assemblés selon les besoins de l'utilisateur.

faciles à réaliser ont popularisé l'usage de technologies spatiales à moindre frais et donc multiplié le nombre d'acteurs. La philosophie sous-jacente est celle de l'intégration de composants déjà testés pour des usages terrestres en renonçant aux très hauts critères de fiabilité initialement prescrits pour répondre aux contraintes physiques particulières du milieu spatial. Les résultats sont impressionnants puisque le nombre de satellites lancés double entre 2014 et 2017, dont 3/4 ont une masse de moins de 250 kg, les satellites de moins de 10 kg représentant à eux seuls la moitié de l'effectif.

Le deuxième grand changement a été la maîtrise croissante des *Big Data* qui, alliée à la possibilité de mobiliser du capital risque, a permis à des entreprises indépendantes de proposer des approches répondant à la croissance attendue des besoins de transmission des informations et de développement des objets connectés. Différents projets de constellations d'observation de la Terre et de télécommunications sont ainsi en cours de réalisation modifiant à leur tour les formes à venir d'occupation de l'espace puisqu'il s'agit de milliers de satellites appelés à orbiter autour de la Terre. Le modèle américain de banalisation de l'activité spatiale poursuivi depuis le président Reagan et le Commercialisation Space Launch Act de 1984 semble désormais en passe de se réaliser au moins dans l'écosystème américain.

L'expression *Alt.space*, également utilisée pour insister sur la notion d'"AlternateSpace" rend bien compte de cette approche se voulant révolutionnaire. Connue aussi comme *Space 2.0* ou *New Space*, ce nouveau paradigme affirme une redistribution des rôles entre acteurs privés et publics et une redéfinition des usages en lien direct avec les utilisateurs. Ce phénomène est cependant très inégal puisque ces petits satellites sont majoritairement américains, les satellites chinois étant 10 fois moins nombreux et les satellites indiens 50 fois.

Dans le domaine des satellites, l'irruption de multiples projets de constellations pour l'observation de la terre et les télécommunications est l'élément majeur pouvant modifier les équilibre en cours. Même si le modèle économique de ces nouvelles constellations n'est pas encore testé, et qu'il faut envisager une baisse drastique par rapport aux réalisations, cela reste un indice de la maturité d'un secteur qui s'ouvre à des compagnies privées dont la culture n'est plus exclusivement aérospatiale mais intègre aussi celle des technologies de l'information. L'ampleur de ce phénomène est toutefois difficile à analyser aujourd'hui. Il pose en tout cas la question de l'adaptation de la Chine et de l'Inde par rapport à ce nouveau contexte issu de l'écosystème US.

2.2 La position chinoise

La Chine est souvent présentée comme le nouveau compétiteur des États-Unis. Le nombre de lancements annuels est souvent mis en avant pour témoigner de cette concurrence potentielle, Chine et États-Unis se disputant la première place depuis 2016. En réalité, ce critère purement numérique témoigne surtout de la rivalité latente dans tous les domaines qui caractérise actuellement la relation sino-américaine. Les capacités spatiales chinoises sont en effet bien loin d'atteindre les capacités américaines, le nombre de satellites ne préjugant ni de leur durée de vie, ni de leur niveau technologique.

Cette comparaison est aussi utilisée comme ressort pour renforcer le volontarisme politique américain face à un concurrent d'autant plus redouté que les systèmes spatiaux nationaux sont explicitement présentés comme les garants de la sécurité nationale et une des clefs du leadership du modèle américain. Elle présente toutefois un autre aspect que l'on peut qualifier de boomerang en montrant à la Chine à quel point ses compétences spatiales sont redoutées et donc l'inciter à accroître son effort dans ce domaine.

Si l'on analyse la réalité des activités spatiales chinoises, le hiatus avec le secteur spatial américain est pourtant flagrant. Ainsi, la part de budget consacré à l'espace, estimée entre 5 et 7 milliards d'euros par an, contre 40 milliards pour les États-Unis confirme l'inégalité des moyens, d'autant plus que cet écart de dépense publique est récurrent depuis 60 ans. Nourries par une manne civile et militaire, les industriels américains disposent ainsi d'un potentiel de recherche et développement sans équivalent.

La question cruciale est celle des ambitions. Le Président Xi Jinping désigne explicitement le spatial comme un élément du rêve chinois qu'il promeut. Les réalisations dans le domaine des vols habités et les missions lunaires comme la mission Chang'E4 d'alunissage d'un rover sur la face cachée de la Lune fin 2018 s'inscrivent dans cette démarche. Elles servent une volonté de démonstration de compétences nationales aussi bien sur le plan intérieur qu'extérieur en proposant des missions originales impliquant une infrastructure technique inédite comme la mise à poste d'un satellite au point de Lagrange²⁵ pour assurer les liaisons entre la Terre et la face cachée de la Lune. Mais les technologies utilisées sont encore loin des réalisations américaines. Alors que la Chine s'exerce à la robotique spatiale sur la Lune, les États-Unis font voyager la sonde américaine New Horizons aux confins du système solaire.

25 Les points de Lagrange sont des positions de l'espace où un objet reste stable par rapport au système formé par deux corps.

De même dans le domaine des applications, le rattrapage par rapport aux pays occidentaux est en bonne voie et ce dans tous les domaines. Sont ainsi concernées au premier chef les télécommunications ou l'observation de la Terre, essentielles pour favoriser le développement économique global et diminuer les inégalités flagrantes dans la mise en valeur du territoire chinois perçues par le pouvoir politique comme un risque majeur pour la stabilité du pays. Plus récemment, les satellites sont mobilisés comme des supports au projet de Nouvelles routes de la soie (*One Belt One Road*, OBOR). Et les technologies spatiales sont aussi sollicitées dans le cadre du système de crédit social actuellement mis en place par le régime s'appuyant sur les technologies digitales appliquées aux comportements des citoyens.

Il est plus difficile d'apprécier la contribution précise des systèmes spatiaux militaires. Développés sous la responsabilité directe de la Direction générale des équipements militaires, ils sont encore relativement peu nombreux comparés à la flotte américaine. Les efforts de montée en gamme des matériels de l'Armée populaire de libération se traduisent néanmoins par un usage croissant des satellites, toutefois loin encore des performances américaines.

Au niveau international, la Chine est particulièrement active dans les forum internationaux. C'est ainsi que le 28 mai 2018, l'Office des Nations Unies en charge de l'espace (UNOOSA) invite en accord avec l'Agence chinoise des vols habités (CMSA) les États membres des Nations-Unies à proposer des expérimentations à bord de la future station spatiale chinoise (CSS)²⁶. Cet appel, dont il n'existe pas d'équivalent, démontre la volonté chinoise de reconnaissance en tant que nouvel acteur majeur et son usage de la tribune des Nations Unies pour le faire savoir.

Il est intéressant de noter d'emblée la parfaite maîtrise par la Chine de l'actualité spatiale. En effet, la station chinoise est supposée opérationnelle à partir de 2022 tandis que les États-Unis annoncent la fin de l'ISS, la station spatiale internationale, pour 2025. Les participants actuels et les éventuels futurs candidats sont donc confrontés depuis plusieurs mois à la délicate question de savoir comment maintenir leur compétence dans le domaine des vols habités. La Chine apparaît alors à peu de frais comme un partenaire incontournable pour des agences nationales naturellement désireuses de profiter d'une telle occasion. En parallèle, elle récupère le rôle de leader précédemment tenu par les

26 Disponible à : <<http://www.unoosa.org/oosa/en/informationfor/media/2018-unis-os-496.html>>. Accès en : 03 juin 2019.

États-Unis et la Russie qui a assuré la permanence des vols habités et dont les modules issus de la station Mir ont été la base de la station.

De plus, cette annonce est l'occasion pour l'UNOOSA de célébrer la puissance spatiale de la Chine et, pour l'ambassadeur chinois aux Nations Unies, Shi Zhongjun, d'affirmer l'attachement de la Chine au Traité de 1967²⁷ et à la libre utilisation et circulation dans l'espace au profit de toute l'humanité. Une telle position dépasse évidemment le seul domaine de l'occupation humaine de l'espace et renvoie à la volonté chinoise, en coopération étroite avec la Russie, de lutter contre la militarisation de l'espace²⁸ et la politique américaine de contrôle de l'espace.

La politique spatiale chinoise repose donc sur une double approche: répondre aux besoins nationaux et conforter son image internationale. Dans cette perspective, la Chine ne peut se tenir à l'écart des nouvelles formes d'occupation et en particulier de la place tenue par les acteurs privés. On voit ainsi apparaître quelques nouveaux acteurs dont la logique s'inspire de celle des entrepreneurs américains mais qui restent proches de groupes étatiques, régionaux ou intégrés dans des réseaux sous contrôle du pouvoir. C'est sans doute par le biais des efforts du gouvernement chinois pour promouvoir l'innovation que des acteurs/entrepreneurs du spatial pourraient progressivement jouer un rôle complémentaire de celui tenu par les instances publiques.

2.3. La position indienne

L'intégration de la communauté spatiale indienne dans les réseaux internationaux, la structure du secteur spatial et la nature civile des programmes spatiaux distinguent nettement l'Inde de la Chine.

C'est ainsi que l'Inde a défrayé la chronique spatiale avec un nombre record de petits satellites (104) lancés en un seul tir du PSLV en février 2017 apparaissant ainsi comme un acteur important du *New Space*. Pourtant l'intérêt manifesté au niveau national pour le segment des petits satellites en tant que tel reste faible. Plus largement les entreprises du *New Space* indien, peinent à trouver leur place dans l'écosystème national. En effet, l'originalité du cas indien – avec le rôle spécifique de l'ISRO comme agence en charge de la réalisation des programmes – se traduit par une extrême faiblesse de l'industrie nationale spatiale.

27 Le traité sur les principes régissant les activités des États en matière d'exploration et d'utilisation de l'espace extra-atmosphérique, y compris la Lune et les autres corps célestes, ou le traité de l'espace, est un traité ratifié en 1967 relatif à l'exploration et à l'utilisation de l'espace extra-atmosphérique.

28 Proposition sino-russe de 2008 pour l'interdiction des armes dans l'espace.

La difficulté à trouver des investisseurs nationaux et la complexité pour accueillir des investissements directs étrangers dans un contexte politique qui reste confus ne permettent pas de dépasser ces limites.

Les activités spatiales indiennes en 2018 sont marquées par deux slogans particuliers du gouvernement Modi: *Make in India* et *Digital India*. Le second a une implication immédiate sur le développement d'infrastructures spatiales puisqu'il s'agit de connecter l'ensemble des zones rurales qui représentent plus de la moitié des 500 millions d'utilisateurs prévus dans le cadre des programmes tels que la e-gouvernance et la reconnaissance par données biométriques des citoyens.²⁹

Compte-tenu de ces besoins et de la géographie de l'Inde avec une population dispersée dans des régions isolées d'accès souvent difficiles, le satellite présente des atouts évidents. Les experts indiens du spatial mettent ainsi en avant leur expérience dans le domaine des télécommunications et la disponibilité enfin acquise du lanceur GSLV qui doit permettre un coût encore réduit dans la mise sur orbite de satellites géostationnaires. Ils soulignent par ailleurs la possibilité d'utiliser des constellations en orbite basse sur le modèle des projets américains. La difficulté qui demeure, et elle n'est pas des moindres, est la capacité du secteur spatial, en l'occurrence l'ISRO, à développer ces satellites et à maîtriser les technologies avancées nécessaires à leur réalisation.

Parallèlement aux tentatives de l'ISRO pour résoudre le goulet d'étranglement des télécommunications, l'observation de la Terre représente le point fort du spatial indien. Les responsables de l'ISRO soulignent ainsi volontiers que la constellation indienne des satellites IRS est la plus importante des flottes gouvernementales, ce qui renforce encore d'ailleurs la singularité du cas national.

Le défi principal auquel est aujourd'hui confronté le spatial indien est de répondre à une demande qui ne cesse de croître. En 2017, plus de 170 projets portés par 60 entités gouvernementales concernaient aussi bien la gestion des ressources naturelles que l'énergie et les infrastructures, la prévention des risques majeurs, la navigation, les flux de télécommunications, la e-gouvernance... bref la gamme complète des applications spatiales civiles mais aussi duales, et désormais aussi liées à des enjeux de sécurité.

Dans les faits, de telles ambitions se traduisent par la programmation de 71 satellites à construire d'ici 2021 et à lancer avec une fréquence atteignant les 18 tirs par an.

29 Le Aadhar number permet à chacun de disposer d'une identité reconnue par l'ensemble des systèmes publics.

Même si des raisons budgétaires compte tenu de la modestie du budget indien (1,8 milliard de dollars en 2018) peuvent entraîner une baisse de ces prévisions, la tendance demeure et interdit de poursuivre sur le modèle actuel d'une agence dont une part croissante des ressources en hommes et en infrastructure serait consacrée à des activités strictes de production.

Différentes logiques sont désormais à prendre en compte. La première est celle du transfert de compétences à l'industrie qui devient dès lors un acteur à part entière. Ce basculement pose la question du partenariat mais aussi de la rentabilité et donc en creux, à terme, celui de la commercialisation du fait de l'ISRO (plus précisément d'Antrix) ou des acteurs industriels.

A ce titre, le secteur spatial indien se retrouve à un tournant de son histoire. La situation actuelle est l'héritage de la volonté d'autonomie d'une bureaucratie spatiale dont les succès sont reconnus et dont la validité des choix dans la définition de ses objectifs n'est pas mise en cause. Les réalisations spatiales indiennes se caractérisent par une vision de type service public qui a fortement contribué à la légitimité du secteur. Le secteur spatial a calculé ses bénéfices essentiellement au travers de retombées indirectes, sectorielles ou globales: efficacité plus grande de la pêche, actions d'aménagement sous différentes formes comme la recherche d'eau, de matières premières, le suivi des récoltes, la télé-éducation ou le télé-enseignement, une commercialisation directe de produits spatiaux peut aussi être bienvenue pour renforcer sa position. Par ailleurs, la diversification des activités (exploration, vols habités) que l'ISRO ambitionne désormais ne sera pas sans conséquence. Les acteurs du spatial sont bien conscients du fait qu'ils ne pourront pas obtenir de hausses exagérées de leurs ressources. L'intervention d'acteurs extérieurs représente un facteur de perturbation que les responsables ont voulu éviter le plus longtemps possible. Il leur faut cependant désormais envisager de concentrer leurs compétences là où elles sont les plus nécessaires et accorder une dévolution plus grande à l'industrie.

La dimension internationale est l'autre grande donnée originale du spatial indien historiquement construit sur la coopération. Pour autant, le monde actuel n'est plus celui de la guerre froide et la position non alignée de l'Inde a été amenée à évoluer.

Dans le cas du spatial, l'Inde reste soumise aux règlementations en matière de transferts de technologies et elle est encore loin de l'indépendance de la Chine en la matière. Il lui faut donc tout à la fois préserver de bonnes relations avec les fournisseurs de technologies modernes pour ses satellites d'application, en particulier les États-Unis et l'Europe. Pour autant, l'Inde n'est pas prête à prendre le risque de renoncer à son partenariat ancien avec la Russie d'autant

plus qu'elle reste intéressée par les compétences de cette dernière dans le domaine des missiles en particulier.

Par ailleurs, l'Inde est désormais une puissance spatiale suffisamment accomplie pour vouloir pratiquer aussi sa propre diplomatie spatiale même si celle-ci reste encore embryonnaire. Cette approche se décline sur différentes aires; régionale afin de contrebalancer autant que faire se peut l'influence de la Chine, Sud-Sud conformément à sa volonté de promouvoir le multilatéralisme et internationale dans le cadre de l'affichage progressif de son *soft power*.

La relation avec la Chine est au cœur des préoccupations indiennes dans tous les domaines. L'importance des échanges commerciaux entraîne des efforts de normalisation réels avec l'organisation de visites officielles croisées, mais l'évolution de la puissance chinoise et son rôle global croissant représente pour l'Inde une menace scrutée en permanence. L'argument de la concurrence potentielle avec les avancées chinoises dans le domaine de la science et technologie est ainsi systématiquement repris dans les réflexions politiques sur le devenir du spatial indien.

Cela favorise la relation avec le Japon qui recherche aussi de nouveaux partenariats et la mise en avant de synergies pour des applications spatiales comme la surveillance maritime et plus largement les technologies duales qui pourraient contribuer à accroître la sécurité régionale.

L'Asia-Pacific Regional Space Agency Forum (APRSAF), une initiative japonaise de la JAXA et du ministère de l'Éducation, de la Culture, des Sports, des Sciences et de la Technologie du Japon (MEXT), trouve en effet un écho croissant du côté de Delhi. C'est ainsi que le meeting de 2017 s'est tenu en Inde avec la contribution de l'ISRO. Les thèmes privilégiés répondent aux préoccupations mises en avant par l'Inde dans ses propres programmes, en particulier, la question du climat et des risques naturels, de même que la formation aux utilisations spatiales et aux services aval.

Le spatial est ainsi un élément du *soft power* indien. Les lancements par le PSLV de micro et petits satellites sont volontiers mis en avant au niveau national pour montrer la maturité de la puissance spatiale indienne, même si les revenus générés par ce type de lancements sont plus symboliques que financiers. Cela permet en tout cas à l'Inde d'établir des liens avec les communautés surtout scientifiques de pays du Nord et du Sud qui correspondent parfaitement à son affichage de multilatéralisme.

Enfin, fidèle à son attachement aux enceintes internationales, l'Inde a répondu aux appels à propositions du sous-comité scientifique et technique du CO-PUOS de février 2017 dans le cadre d'UNISPACE. Le programme de formation

au développement de petits satellites au travers de cours théoriques et d'expérimentations proposé par l'ISRO via l'U.R. Rao Satellite Centre a été retenu et intégré dans la conférence UNISPACE+50 organisée à l'occasion du cinquantième anniversaire de cette initiative sur le thème du développement durable. Pour l'Inde qui avait entamé son programme spatial dans cette enceinte, la coopération affichée de l'ISRO et de l'UNOOSA revêt une valeur particulièrement symbolique.

Conclusion

Conformément à leur image de puissance du XXI^e siècle, la Chine et l'Inde sont appelées à jouer un rôle de premier plan dans le monde spatial. Cependant, leur organisation tant politique qu'industrielle, comme leur place particulière sur la scène internationale ont pour conséquence des priorités nationales différentes. C'est finalement dans la recherche d'une influence régionale significative que la Chine et l'Inde manifeste le plus clairement leurs différences mais aussi leurs ambitions.

Références

- ABDUL KALAM, Avul Pakir Jainulabdeen. *Wings of Fire*, Hyderabad, Universities Press, 1999.
- CHEN, Kuan-Wei; JAKHU, Ram S.; NYAMPONG, Yaw, *Global Space Governance*, Montréal, McGill University CRASL, 2015.
- CHAO, Chien-min; DICKSON, Bruce J. *Remaking the Chinese State: Strategies, Society and Security*, New York, Routledge, 2001.
- COULOMB, Jean. L'Année géophysique internationale (1957-1958). *L'Astronomie*, v. 70. Disponible em: <http://articles.adsabs.harvard.edu/cgi-bin/nph-iarticle_query?1956LAstr..70....1C&data_type=PDF_HIGH&whole_paper=YES&type=PRINTER&filetype=.pdf>. Acesso em: 07 maio 2019.
- HARVEY, Brian. *China in Space: the Great Leap Forward*, London, Springer/Praxis, 2013.
- JAKHU Ram S.; JASANI, Bhupendra. *Commercialisation of Space: Opportunities and Challenges*. Bangalore/New Delhi, NIAS & Pentagon Press, 2015.
- MCDUGALL, Walter A. ... *the Heavens and the Earth: A Political History of the Space Age*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1997.
- MANORANJAN RAO, PV; SURESH, BN; BALAGANGADHARAN, VP. *From Fishing Hamlet to Red Planet: India's Space Journey*. ISRO, e-book, 2015.
- RAJAGOPALAN, Rajeswari; JOHN, Arvind. *A New Frontier: Boosting India's Military Presence in Outer Space*. New Delhi, Observer Research Foundation, 2014.
- RAO, Udupi Ramachandra. *India's Rise as a Space Power*. New Delhi, Cambridge University/Press India, 2014.

SOURBÈS-VERGER, Isabelle; BOREL, Denis. *Un Empire très céleste, la Chine à la conquête de l'espace*. Paris, Dunod, 2008.

SOURBÈS-VERGER, Isabelle (dir.), "L'espace en jeu", *L'Information géographique*. Paris, Armand Colin, Juin 2010, v. 74, n. 2.

VERGER, Fernand (Org.). *The Cambridge Encyclopedia of Space*. Cambridge, Cambridge University Press, 2003.

Recebido em 22/02/2019

Aprovado em 18/06/2019

Como citar este artigo:

VERGER, Isabelle Sourbès. Nouvelles formes d'occupation de l'espace, la place de la Chine et de l'Inde. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 1, jan.-jun. 2019, pp. 79-98.

Tecnologias Espaciais: Fragmentação do território e politização do espaço – o caso brasileiro

Ana Lucia Villas-Bôas¹

Resumo: Existe um movimento na sociedade no qual a dinâmica da ciência e a soberania nacional dos Estados se entrelaçam e atuam conjuntamente na ordenação geopolítica contemporânea. A concentração e o não repasse do conhecimento em C&T, neste artigo especificamente o das tecnologias espaciais, interfere nessa ordenação. O uso dessas tecnologias, capazes de monitorar territórios e ultrapassar barreiras físicas e geográficas, interfere na noção política de espaço, tal como tratado tradicionalmente. A globalização ampliou o campo epistêmico da geografia e a crescente politização da gestão sobre o território e suas fronteiras, que têm suas soberanias ultrajadas, entrelaça-se às tecnologias de ponta que se encontram no Norte desenvolvido. Este artigo trabalha com o pressuposto de que as principais mudanças políticas, sociais e econômicas do fim do Século XX estão conectadas ao desenvolvimento científico que houve na base técnica da sociedade a partir dos anos 1980. Assim, apresentamos como o entrelaçamento das dinâmicas político-econômicas/científico-tecnológicas pode influir na condição dos Estados nacionais na ordem mundial, alterando um leque de referências que, até recentemente, deram inteligibilidade ao mundo (Villas-Bôas, 2016). Tal fato se dá particularmente nos Estados periféricos, onde a luta pela implantação de um moderno sistema de C&T é um capítulo à parte em nossa recente história.

¹ Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) – Rio de Janeiro – Brasil analuvb@gmail.com

Palavras-chave: Política científica; Brasil, Tecnologia espacial, Estratégia.

Space Technologies – Fragmentation of the Territory and Politization of Space

Abstract: *There is a movement in society in which the dynamics of science and the national sovereignty of states intertwine, acting together in contemporary geopolitical ordering. The concentration and non-transfer of knowledge in S & T, in this article specifically that of space technologies, interferes in this ordering. The use of these technologies, capable of monitoring territories and overcoming physical and geographical barriers, interferes in the political notion of space, as traditionally treated. Globalization has broadened the epistemic field of geography and the growing politicization of management over the territory and its borders, which have their sovereignties outraged, intertwining with the leading technologies found in the developed North. This article works with the assumption that the main political, social and economic changes of the late twentieth century are connected to the scientific development that took place in the technical basis of society from the 1980s. It presents how the interweaving of political / economic / scientific-technological dynamics can influence in the condition of the national states in the world order, changing a range of references that until recently gave intelligibility to the world (Villas-Bôas, 2016), particularly in peripheral states where the struggle for the implementation of a modern S & T system is a chapter apart in our recent history.*

Keywords: *Scientific policy; Brazil, Space Technology, Strategy;*

O Brasil foi um dos primeiros países em desenvolvimento do mundo a executar pesquisa na área de tecnologias espaciais de forma institucional, com a criação de organizações governamentais. O desenvolvimento científico dessa área de ponta, entretanto, sofreu uma descontinuidade tal que, até hoje, o país se ressentia. E o futuro é incerto.

No governo de Jânio Quadros, foi criado o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (GOCNAE), inicialmente subordinado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), depois ao Conselho Nacional de Atividades Espaciais (CNAE), que, nos anos 1970, transformou-se no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). O projeto não deslanchou até a ditadura militar. Com os militares no poder, foi formulada a Missão Espacial Brasileira Completa (MECB) – que,

recebendo grandes investimentos, favoreceu um progresso concomitante ao crescimento da indústria aeroespacial e de armamentos em São José dos Campos (Barcelos; Capozoli, 1999). Após um desenvolvimento relevante para os padrões nacionais de desenvolvimento em C&T, nos anos 1990, mas ainda sem ter alcançado a preciosa autonomia, já na Nova República, o programa migrou da esfera militar para a esfera civil, com a criação da Agência Espacial Brasileira (AEB), no governo de Fernando Henrique Cardoso, e assumiu uma nova direção, motivado pelas mudanças ocorridas nas duas últimas décadas do Século XX, que afetaram não só o nosso, mas também os programas espaciais dos outros países que fizeram esse investimento. Os programas espaciais, então, voltaram-se para a monitoração ambiental, utilizando-se das tecnologias desenvolvidas para se observar a Terra pelo espaço nos anos da Guerra Fria, ou seja, uma ferramenta de uso dual foi disponibilizada para a sociedade civil.

A crise do petróleo, nos anos 1970 do Século XX, produziu um tal impacto na economia que induziu a uma verdadeira onda de inovações tecnológicas, conhecida como a Terceira Onda. Uma nova dinâmica internacional emergiu dessa mudança na base tecnocientífica e o panorama mundial sofreu mudanças substanciais. As tecnologias intensivas em capital e energia e voltadas para a produção estandardizada e de massa foram consideradas sucateadas, não sendo mais a ponta da reprodução ampliada do capital e, portanto, foram desbancadas pelas tecnologias intensivas em informação, sensíveis e computadorizadas, características do ciclo de desenvolvimento emergente na época citada e, associadas ao paradigma assentado na microeletrônica, ainda vigente (Albagli, 1999a).

Essas mudanças na base do aparelho produtivo significaram uma ainda maior exclusão dos países periféricos dos movimentos dinâmicos que caracterizaram a economia mundial naquele momento, acentuadas pelo enorme *gap* tecnológico que sublinhou a linha divisória no mundo entre os que detêm conhecimento científico de ponta e entre os que não o detêm, inaugurando uma ordem mundial ainda mais desigual. Esse movimento de exclusão restringiu ainda mais o exercício da soberania dos países periféricos ao centro das inovações tecnológicas, afetando sobremaneira sua capacidade de formulação de projetos nacionais alternativos à ordem mundial vigente, hegemonicamente neoliberal, competitiva e excludente (Furtado, 1987).

No mundo contemporâneo, o conhecimento de C&T concentrado é um ativo estratégico competitivo entre os Estados nacionais, refletindo-se essa disputa sobre a questão do território e sua gestão no mundo globalizado – o

território é um dos fatores que retornaram com revigorada revanche no contexto da globalização. Uma nova explicação da totalidade ganha força e discurso no mundo. Um mundo cuja autorrepresentação se colocou acima das fronteiras nacionais, restringindo, cada vez mais, o já originariamente diminuído poder que tinha o Estado nacional periférico de impor sua autoridade final sobre os fluxos da economia (Ianni, 1995).

Desde a supremacia econômica gestada entre os anos 1980-1990, que alcançou todo o mundo pela esteira da globalização, a leitura do mundo é outra. Já não podemos mais considerar, mesmo os Estados nacionais dominantes na cena internacional, como autoridades supremas, dentro ou fora de suas fronteiras nacionais. Os arranjos, alianças, articulações e formação de blocos de poder e, mais recentemente, o desmembramento de alguns desses blocos de poder, adquiriram um aspecto relevante no jogo de forças travado no cenário internacional. O declínio da soberania do Estado nacional, entretanto, não significa o declínio da soberania como tal, mas sim uma atualização do seu alcance – incluindo-se nesse complexo movimento os retardatários países periféricos. Existem muitos estudos analíticos sobre o atual, e cada vez mais intenso, processo de internacionalização do capital e da importância da concentração do conhecimento em C&T nesse contexto. Apesar do caráter inusitado, e do intenso debate que se desenrolou à época sobre a extensão e o significado do fenômeno da globalização, constatou-se que esses estudos contemplaram pouco o impacto desse processo na periferia do sistema (Furtado, 1987).²

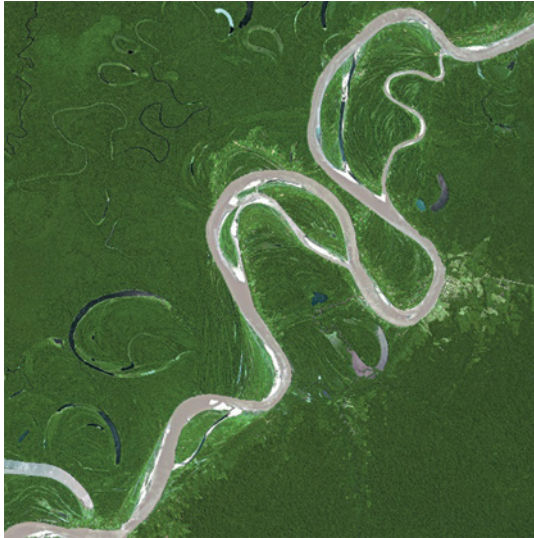
Esse é, com toda propriedade, um ponto em que a ciência e as tecnologias de ponta, sobretudo as espaciais, abrem caminho para indagações e percepções bastante instigantes no contexto do processo anteriormente descrito, que vão muito além da reflexão sobre os impactos causados pela C&T na economia, mas que repercutem nas esferas sociais e políticas, adicionando novos elementos à sua compreensão. Vejamos o caso das tecnologias espaciais e seus desdobramentos políticos com base no redimensionamento de conceitos que até então estavam circunscritos à geografia, como a questão

2 O papel do Estado nacional na periferia do sistema e o alcance de sua soberania foram discutidos na dissertação de mestrado da autora: VILLAS-BÔAS, Ana Lucia. *Mineração e desenvolvimento econômico: a questão nacional nas estratégias de desenvolvimento*. v. I. Rio de Janeiro, Coppe/UFRJ, 1996. e VILLAS-BÔAS, Ana Lucia. *Mineração e desenvolvimento econômico: o projeto nacional no contexto da globalização*. v. II. Rio de Janeiro, Coppe/UFRJ, 1996.

das fronteiras, territórios e territorialidade, trazendo novos elementos à noção de espaço.

As tecnologias espaciais, intensivas em informação, encontram-se no topo do processo contínuo de inovações tecnológicas e causam um diferencial expressivo nessa dinâmica. Os impactos políticos causados por sua utilização podem ser drásticos, rompem barreiras geográficas. Seu alcance transfronteiriço remete à antiga discussão sobre a temática da soberania territorial dos Estados nacionais, que, agora, na modernidade, podem ser escrutinizados, à revelia de seus governos, por outros países que detenham esse tipo de conhecimento científico. Essa lógica é empregada frequentemente em relação à questão ambiental, tema cada vez mais candente. Satélites imageadores monitoraram o meio ambiente terrestre, a motivação desse escrutínio varia, mas é frequentemente invasiva. A Amazônia Legal, por exemplo, é contemplada com relevantes projetos de monitoração ambiental da NASA e, por ser considerada um santuário ecológico, a região é alvo do interesse internacional. No Brasil, o INPE é o instituto de maior excelência do complexo espacial e também monitora a região, mas estamos anos-luz aquém do potencial de C&T da NASA; nossos satélites imageadores, que observam a Terra pelo espaço, os CBERS, foram produzidos em tratados de cooperação científica com a China. Única maneira de acompanhar a evolução contínua do setor é a participação em acordos de cooperação científica internacionais, já que o conhecimento tecnológico é intransferível. As imagens obtidas por esses satélites contêm, como se torna evidente, um poder político intrínseco e ostensivo.

A utilização das informações obtidas pelos satélites é sempre inevitavelmente política, assim como políticas são as decisões tomadas com base nas informações por elas geradas. O país que transgrida as normas internacionais de preservação da natureza, ou que seja rico em recursos naturais que a cada dia ganham mais valor econômico e estratégico –por exemplo a água potável, cuja privatização já começa a ser discutida publicamente –, poderá sofrer intervenção de órgãos multilaterais de poder. Esses organismos interferirão no gerir dos seus recursos naturais ou problema ambiental localizado dentro de suas fronteiras nacionais, inibindo a capacidade do poder público local de gerenciar a questão, uma vez que este frequentemente não possui poder de barganha junto aos países mais desenvolvidos (Viola, 1997).

Figura 1 – Imagem do Rio Amazonas obtida pelo satélite SPOT³

No caso do Brasil, isso se aplica principalmente às regiões como a Amazônia Legal brasileira, que podem vir a sofrer, ainda mais intensamente do que já ocorre, forte especulação internacional sob o alibi ou da preservação ou para garantir sua exploração por outros agentes econômicos que não sejam os determinados pelo Estado brasileiro, mas que a eles se sobreponham. Tornaram-se surradas e inúteis as diversas denúncias de ocorrência de desmatamento da região, seja para o contrabando de madeiras nobres, seja para a criação de monoculturas que agridem fauna e flora locais, como as plantações de soja, milho e outros transgênicos, bem como os enormes hectares desmatados e reservados ao agronegócio (Figura 2); para mineração ilegal e predatória – frequentemente em terras destinadas aos povos indígenas; vastos hectares destinados ao agronegócio e pastoreio; trânsito não autorizado em área de fronteira e extermínio criminoso de povos indígenas, para dizer o mínimo (Santana; Braga Coelho, 1999). As imagens a seguir, obtidas a partir das observações do satélite norte-americano NOAA⁴, exemplificam o atual estado da região e seus desmandos.

3 Disponível em: <http://www.intelligence-airbusds.com/en/5751-image-detail?img=1310#.V3Q_JPkrLIU>. Acesso em: 02 jun. 2019.

4 Esta série de satélites é controlada pela National Oceanic Atmospheric Administration (NOAA), que foi desenvolvida em cooperação com a NASA e integra o sistema Polar Operational Environmental Satellite (POES). Disponível em: <<http://www.pregonagropecuario.com.ar/cat.php?txt=3909>> e <<http://www.sat.cnpm.embrapa.br/conteudo/noaa.htm>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

Figura 2 – Imagem de plantação de soja no meio da floresta amazônica obtida pelo satélite norte-americano NOAA



Figura 3 – Imagem de um foco de desmatamento na floresta amazônica⁵



Frequentemente, esses santuários ecológicos, patrimônios da humanidade, encontram-se além das fronteiras do Primeiro Mundo, onde se concentra o conhecimento científico de ponta. Na periferia do sistema, o longo período de

5 Imagem de um foco de desmatamento na floresta amazônica. Disponível em: <<http://colunas.revistae-poca.globo.com/planeta/2013/05/21/0-desmatamento-cresceu-88-na-amazonia-do-ano-passado-para-ca/>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

recessão econômica não permitiu um investimento em seus complexos de C&T, sendo a recessão econômica apenas um dos aspectos das dificuldades encontradas para se superar o *gap* tecnológico. O sistema de propriedades e patentes vigente, por exemplo, é rigoroso e dificulta o acesso dos países periféricos às novas tecnologias (Albagli, 1999b), tornando vulnerável a soberania territorial de grandes regiões do mundo, que se veem franqueadas à intervenção de interesses econômicos internacionais poderosos. Foi nesse contexto que o desenvolvimento sustentável surgiu como utopia perseguida pela humanidade como objetivo comum, coletivista, embora essa questão inaugure novo elenco de problemas entre os países que detêm essas tecnologias limpas e os que não as detêm, já que o espaço internacional é, desde os primórdios do capitalismo, um espaço hierarquizado.

O investimento dos Estados nacionais em programas de desenvolvimento de tecnologias espaciais de monitoração ambiental – os satélites imageadores – é essencial para um país de dimensões continentais como o Brasil, que demanda acesso a regiões remotas para seu controle de fronteiras, recursos naturais, migrações, poluição de rios e oceanos, trânsito urbano, defesa e segurança territorial e outras. Ao invés de serem usadas invasivamente, ultrapassando barreiras geográficas e políticas e ultrajando a soberania dos povos, essas tecnologias e a escolha de seu uso político podem ser uma grande contribuição à formulação de programas de desenvolvimento sustentável e, assim, garantir soberania relativa às decisões tomadas dentro dos territórios nacionais, enfrentando as premissas neoliberais que se articulam – em todos os níveis – para subordinar o espaço local ao global (Ianni, 1995).

A discussão da temática ambiental, por ser também transfronteiriça, tornou-se mais um fator agressivo à soberania territorial dos países da periferia do sistema, mais vulneráveis à gestão de seus ecossistemas, ameaçados por propostas de intervenção de certas regiões, do que um instrumento de reivindicação de um tratamento qualitativamente diferente nas negociações internacionais que envolvem financiamento a tecnologias de baixo impacto ambiental e de tecnologias espaciais de sensoriamento remoto. Essas tecnologias são úteis à monitoração de áreas inacessíveis ou de difícil acesso, onde o controle territorial é problemático e, por isso mesmo, exposto a práticas ilícitas e invasivas, posto que a transferência tecnológica, ou seja, a desconcentração do conhecimento científico e tecnológico é uma hipótese impensável.

A crescente importância política desse debate é evidente e se torna mesmo emergencial quando vemos o que acontece na Amazônia ao analisarmos a lei de patentes e propriedade intelectual em relação à biodiversidade, por exemplo.⁶

6 A esse respeito, consultar Albagli (1999b: 290-313).

A importância estratégica dessa área no que tange à biodiversidade e à biotecnologia, junto da pilhagem de que é alvo, lesa o país e sua soberania, acarretando uma inserção desfavorável na nova ordem mundial que o quadro tecnocientífico do Século XXI enunciou. Para além disso, a biodiversidade é matriz de informação, considerada a “mercadoria vedete” do mercado global e das indústrias que ocupam posições dominantes na economia globalizada.

As tecnologias espaciais de sensoriamento remoto e monitoração do ambiente surgem, nesse contexto, como mecanismos de implementação de padrões sustentáveis ao desenvolvimento econômico; como meio e resultado do desenvolvimento tecnológico voltado para a exploração não predatória do ecossistema; como vetor sociopolítico, subsidiando a tomada de decisões políticas capitais que se expressariam na formulação de políticas públicas, inclusive políticas globais; portanto, reforçando o exercício soberano do Estado e como determinante geopolítico que se interpõe às relações Norte/Sul. Entretanto, não podemos perder a noção de que são apenas técnicas, ferramentas.

Ainda que se busque ter acesso a essas tecnologias, como o Brasil do Projeto Sivam e do Programa Espacial Brasileiro (PEB), e mesmo que se tenha capacidade técnica de identificar onde acontecem práticas ilícitas recorrentes, não há força política, envergadura e nem amadurecimento das instituições democráticas responsáveis para efetivamente deter o avanço dessas práticas. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), por exemplo, pouco pode fazer diante do poder de retaliação que um poderoso grupo econômico atuante na Amazônia Legal possa sustentar. O Estado brasileiro é quem, por direito e vontade política, poderia fazer frente a esse tipo de situação, que envolve outras questões. Porém, frequentemente também pouco pode fazer, como no recente incidente de rompimento da barragem da empresa Samarco, cuja lama residual tóxica de detritos minerais destruiu o Rio Doce. Os sistemas de alarme de catástrofe, os planos de ação emergencial, a reconstrução do local, o ressarcimento à população ribeirinha que vivia do Rio Doce, as investigações, multas, punições aos responsáveis estão paradas há meses e praticamente saíram das páginas do noticiário nacional. Apesar dos esforços de articulação da comunidade científica, o crime continua impune e, até agora, anos depois, o local afetado não foi reconstruído, mesmo sendo caracterizado como crime ambiental de primeira linha. A imagem de satélite a seguir, obtida pela empresa privada norte-americana Planet Labs Inc., retrata o avanço da lama do Rio Doce até a foz.

Figura 4 – Imagem de satélite da lama do Rio Doce até a foz⁷

O desenvolvimento da área de tecnologias de pontas espaciais, agora voltadas para monitoração ambiental no país, enfrentou inúmeros problemas técnicos, bem como os efeitos do boicote exercido pelo “clube dos países detentores de tecnologia espacial”. Em 16 de abril de 1987, os EUA, França e Inglaterra, entre outros países, assinaram um acordo se comprometendo ao não repasse tecnológico a países que dispusessem de potencial para construir e lançar foguetes próprios – o que é o caso do Brasil (Sato, 1997). Desde a época da Missão Espacial Completa Brasileira (MECB), o país, dirigido por militares que viam no PEB uma fonte de segurança e defesa, tem por meta construir um VL-S – veículo lançador de satélites, não alcançando até agora autonomia nessa tecnologia fundamental a qualquer programa espacial, debalde esforços empenhados pelos pesquisadores do INPE.

Alcançar autossuficiência em tecnologia espacial é estar incluso no restrito grupo dos países que detêm todo o *know-how* e *know-why* para projetar, desenvolver e colocar em órbita engenhos espaciais, como EUA, Rússia, Ucrânia, França, China, Índia, Israel e Japão, por exemplo. Para tentar alçar esse patamar, o país foi desafiado a contornar inúmeras dificuldades e percorrer uma trajetória singular de desenvolvimento endógeno e utilização de C&T.

A globalização da economia favoreceu a concentração do conhecimento tecnocientífico, tornando o acesso às tecnologias avançadas, intensivas em informação, algo extremamente complexo e, no tocante às tecnologias sensíveis, até

7 Imagem de satélite da Lama do Rio Doce até a foz. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/imagens-de-sat%C3%A9lite-mostram-avan%C3%A7o-da-lama-do-rio-doce-at%C3%A9-a-foz-1.1182667>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

impossível. Superar essa questão sempre foi tema presente nas propostas pioneiras da pesquisa espacial brasileira e apresentou resultados positivos por algum tempo, principalmente durante os anos da ditadura militar. Hoje, o país conta com um complexo espacial que apresenta excelência em vários setores e é internacionalmente reconhecido (Sato, 1997).

Embora essa competência interna no momento viva um período de estagnação – com baixos investimentos, provocando celeumas entre os partícipes mais atuantes dos institutos do complexo espacial brasileiro, tanto em função da crise político-econômica pela qual passa o país como em função da prioridade dada pelo Estado nacional a esse setor –, em São José dos Campos assentou-se um aglomerado de empresas de alta tecnologia estreitamente vinculado às atividades do setor aeroespacial. Exibindo um claro nexu entre aparelho produtivo e a política científica adotada, a Avibrás, Órbita e Tecna (Barcelos, 1998), entre diversas empresas, representaram, nos anos 1980, o grupo de empresas largamente vinculadas às necessidades decorrentes do setor aeroespacial e dependentes de órgãos governamentais, seja por meio de suas encomendas específicas ou da cessão de seus recursos humanos, uma conexão muito desejável.

No caso das tecnologias espaciais, ressalta-se que seu desenvolvimento se encontra associado a uma vertiginosa internacionalização do capital, por sua vez associado a uma revolução tecnológica de grandes proporções, que, desde as últimas décadas do Século XX, foi sendo designada como Terceira Revolução Industrial, trazendo um conjunto de mudanças que afetaram a qualidade do quadro das relações internacionais, aprofundando o *gap* econômico, científico e tecnológico entre os países (Maldonado, 1996). Essa desigualdade, como já foi dito, remonta aos primórdios do capitalismo, mas atualmente adquiriu cores mais fortes, afeta agudamente um número maior de Estados nacionais e, com o crescimento demográfico mundial, seu impacto sobre a população mundial acentuou-se. A inserção no mercado de trabalho passa a exigir um grau de qualificação cada vez maior, aquém dos investimentos em educação implementados na periferia, fazendo crescer os bolsões de miséria, dentro e fora dos espaços nacional e local.

A C&T, mais do que nunca, dispõe de um ascendente poder político que se exprime no âmbito das relações internacionais, atualmente comissionadas pelas nações detentoras de tecnologias de ponta, particularmente a espacial e as de informação. A escalada do desenvolvimento científico-tecnológico obtido pelas potências mundiais no fim do Século XX se tornou uma pesada moeda de troca no embate entre as nações.

A tendência predominante do discurso oficial procura apresentar a tecnologia despida de seu viés nacional, como se fosse possível desvincular a produção

científica da ideologia dos Estados nacionais. Só para explicar, temos aí o cerceamento ao conhecimento científico, protegido pelas normas internacionais de patentes e propriedade intelectual. Algumas tecnologias de ponta, como a biotecnologia, por exemplo, desmascaram essa possibilidade e mostram o nível de complexidade política que envolve essa questão constantemente entrelaçada ao poder dos Estados nacionais e ao exercício de suas soberanias. A cobiça internacional sobre a Amazônia, nesse caso, torna-se ainda mais óbvia. No caso das tecnologias espaciais, que ultrapassam as barreiras físicas e políticas entre os países, esse conflito outra vez se expressa, redefinindo a temática do território nacional, hoje no centro das discussões de um mundo onde a vulgata da globalização, difundida nas décadas de 1980 e 1990, apresentou o fim das fronteiras nacionais como fato consumado. E nunca ocorreram tantos conflitos por fronteiras como nesse momento, sejam elas étnicas, religiosas e sociais ou regionais, como a recente saída do Reino Unido da União Europeia.

Após 30 anos sendo a globalização debatida e mesmo incensada, os fatos desmereceram esse discurso de um mundo sem fronteiras, anestesiaram seu impacto. Mas a questão do território nacional e sua gestão continua ativa na agenda governamental da maioria dos países, recrudescendo nacionalismos e guerras potenciais. Assim, revigora-se o interesse pela atualização do que hoje se compreende como soberania territorial, posto seu claro entrelaçamento com a variável C&T, protagonizando o cenário da modernidade. Basta ver o orçamento destinado a C&T nos países mais desenvolvidos do mundo. Resta apenas um discurso falacioso de mundo global, já que a prática predominante se empenha em desvalorizar o território nacional, atacando o conceito de soberania, tal como entendido classicamente.

O território descaracterizado se transformaria num simples “espaço” franqueado a atividades quaisquer. As fronteiras se tornariam supérfluas, e com elas a soberania nacional. Ora, o território é uma realidade histórica e juridicamente construída pelos povos. Terra, território e espaço constituem conceitos diversos, absolutamente distintos. Terra ainda é fator de produção. Engloba os recursos naturais em sua amplitude e pode exprimir-se em termos patrimoniais. Território, onde se edifica uma sociedade organizada na forma de Estado nacional, já representa outro tipo de valor. Espaço, neste contexto, corresponderia a uma noção degradada de território. (Sardemberg, 1996)

Melhor dito: o grupo de regiões que vêm ficando à margem dos movimentos do grande capital, a saber, os países excluídos do atual paradigma tecnocientífico; os países mais atrasados tecnologicamente; ou então, pelo contrário, o

grupo de regiões que vêm sofrendo progressivo processo de desregulamentação de suas fronteiras, o que culmina na criação cotidiana de zonas franqueadas ao acesso irrestrito do capital financeiro, consolidando a característica da atual etapa do capitalismo (Ianni, 1992). Este processo está cada vez mais acentuado, vide o princípio de desmatamento que transforma a Amazônia em cerrado e depois em deserto, caso não seja detido.

Ferramenta de informação poderosa desde o fim da Guerra Fria, as tecnologias espaciais voltadas, agora, para fins pacíficos têm seu uso e importância demonstrados em uma variedade de iniciativas. O registro e posse dessas informações inauguram uma nova forma de conflito no jogo de forças travado no espaço internacional entre os Estados nacionais. Vide, por exemplo, a celeuma sobre a questão da biodiversidade, muito atual, mas que, já na distante Eco-92 forçou uma reavaliação pessimista das possibilidades de exercício da soberania nacional entre os países considerados mais fracos. Exemplo replicado na negativa de adesão ao Protocolo de Kyoto pelos Estados Unidos, em 1997. E, mais recentemente, no não reconhecimento desse país a questão do clima, em Relatório da Mudança Climática produzido pela própria Casa Branca.

Exemplificando, a apropriação privada de materiais genéticos primários está no âmbito das possibilidades da engenharia genética e dos interesses comerciais das empresas transnacionais do Norte desenvolvido que investem pesadamente em P&D, que determinam nas tendências para o emprego intensivo das biotecnologias na agricultura e nas indústrias farmacêutica e alimentícia.

Essas empresas modelam o quadro jurídico internacional, cujas pesquisas científicas se dão, embora exista uma autonomia relativa, basicamente em função de seu interesse na formação e expansão de novos mercados. A importância política desse debate é óbvia: observemos o que ocorre atualmente na Amazônia, a respeito da legislação de patentes e de propriedade industrial sobre biodiversidade (Albagli, 1999b). Não é favorável ao Brasil.

Essa região possui um imenso valor estratégico em relação à biodiversidade e ao desenvolvimento da tecnologia, incluindo a pilhagem de que é alvo, lesando a soberania do país e permitindo sua inserção desfavorável no novo quadro técnico-econômico que o Século XXI prenuncia. Além disso, a biodiversidade é geradora de informação, a mercadoria preferencial do mercado e das indústrias que certamente ocuparão as posições mais fortes na economia globalizada. A situação coloca um instigante questionamento: com o Projeto Genoma, a necessidade de *samples* de medicamentos se extinguirá, pois será possível sintetizá-los.

Ocorre que a apropriação desse patrimônio genético é, visivelmente, uma questão jurídica. Versa sobre o direito de território, de modo que só há apropriação

desse conhecimento se ele for reconhecido como objeto de proteção legal. A capacidade de observação da Terra, pelo do espaço, permite aos países do “Clube” um amplo escrutínio sobre os territórios que não se encontram sob sua jurisdição, subsidiando ingerências extralocais, por meio de órgãos multinacionais de poder, para a incorporação e/ou desterritorialização⁸ dessas regiões, em favor das nações desenvolvidas, o que reforça as discussões sobre direito espacial *versus* países em desenvolvimento (Monserrat, 1999). A apropriação dessas informações recrudescem o jogo de forças desiguais das relações internacionais, onde o *gap* tecnológico tornou-se um ativo estratégico cada vez mais determinante nessas interações.

É imprescindível, portanto, o papel reservado às tecnologias espaciais nessa ordem mundial que se configurou, já que as variáveis C&T e a soberania nacional dos Estados tendem a se entrelaçar e a atuar conjuntamente no circuito relacional estabelecido pela dinâmica mundial dos últimos anos do Século XX. Esses recursos, concretizados nos avanços das tecnologias de informação e comunicação, são o cerne do atual – no recente – processo de transformação e consolidação de uma nova divisão internacional do trabalho induzida pelas mudanças experimentadas na base técnicocientífica, ou aparelho produtivo, da sociedade contemporânea.

Informação e conhecimento hoje são o diferencial básico entre os hemisférios Norte e Sul, posto que informação se converteu em capital simbólico e poder político. O capitalismo do fim do Século XX dividiu a sociedade dentro e fora do Estado. Observa-se uma crescente marginalização das camadas sociais periféricas nos países industrializados e naqueles em desenvolvimento, vítimas do desemprego estrutural, provocado pelas mudanças na base técnica da sociedade, sucateando uma gama de profissões que já não encontram mais validação no atual paradigma científico em que se apoia a sociedade.

A geopolítica mundial se repartiu entre os que detêm e os que não detêm informação. A indústria espacial, portanto, não é somente o deslumbramento humano de romper os grilhões da gravidade, mas sim o fundamento tecnológico de um emergente padrão técnico-científico que, ultimando a expansão do capital para além do globo, tem, na construção da Estação Espacial Internacional, o protótipo da primeira cidade no espaço como seu projeto mais ambicioso. Obviamente, a gama de aplicações de dados de sensoriamento remoto é imensa, principalmente se operados todos os sistemas de observação da Terra. O Brasil foi um dos primeiros países em desenvolvimento a executar atividades espaciais de forma institucionalizada, criando organizações governamentais dedicadas ao espaço. O Quadro 1, a seguir, registra algumas ações governamentais de destaque voltadas para esse fim.

8 Leia-se *internacionalização*.

Quadro 1 – Cronologia da atividade espacial no Brasil

ANO	REF.	EVENTO
1962	Jânio Quadros	Criação do Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais, subordinado ao CNPq e, posteriormente, ao CNAE e que, nos anos 70, transforma-se no Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE).
1962	João Goulart	Criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).
1965	Castello Branco	Criação do Campo de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno (CL-FBI), em Ponta Negra, Natal (RN). Até o ano 2002, mais de 2.600 foguetes de sondagem foram lançados e produzidos no país, sendo 300 séries Sonda I, Sonda II, Sonda III e Sonda IV.
		Lançamento do primeiro foguete meteorológico (Sonda I), um Nike-Apache, em cooperação com a NASA. Cresce a indústria aeroespacial e de armamentos sediada em São José dos Campos (SP).
1967	Costa e Silva	Criado o Projeto RADAM.
1969	Emílio Médici	Ratificação pelo Brasil do Tratado sobre os Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Exterior, inclusive a Lua e demais Corpos Celestes.
1970		Criação do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE).
1971		Proposto o satélite educacional SACI, sobretudo em regiões remotas.
1973		Criação do INPE no CTA. <i>O Brasil, por meio do INPE, começa a receber dados e imagens do primeiro satélite da série Landsat, Earth Resources Technology Satellite (ERTS), o ERTS-1, usando a sua própria estação terrena, logo após os EUA e o Canadá.</i>
1976	Ernesto Geisel	Lançamento do primeiro foguete Sonda III, biestágio, para lançamento de cargas úteis (de 50 a 150 kg) e com 350-650 km de apogeu.
1979	João Figueiredo	Realização do 2º Seminário de Estudos Espaciais. Criação do programa espacial Missão Espacial Completa Brasileira (MECB), delineando três metas: (1) veículo lançador-foguete de propelente sólido; (2) um novo campo de lançamento; (3) e quatro satélites, dois coletores de dados e dois de sensoriamento remoto.
1982		Implantação do complexo Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).
1984		Lançamento do primeiro foguete Sonda IV, biestágio (de 300 a 500 kg e com 700-1.000 km de apogeu), com propelente sólido. Entra em vigor a Convenção sobre as Atividades dos Estados na Lua e nos Corpos Celestes (o Brasil não ratificou até hoje).
1985	José Sarney	Criação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), ao qual o INPE passou a ser vinculado.
1987		Assinatura entre EUA, França, Inglaterra e Canadá do Acordo MTCR (Regime de Controle da Tecnologia de Mísseis).
1989		Último voo de qualificação do Sonda IV. O Brasil e a China iniciam uma cooperação bilateral para o desenvolvimento de satélites de sensoriamento remoto ótico, China Brazil Earth Resources Satellite (CBERS).

(continua)

(continuação)

ANO	REF.	EVENTO
1993	Itamar Franco	É colocado em órbita o primeiro satélite brasileiro da série Satélite de Coleta de Dados (SCD), o SCD-1, para coletar dados sobre clima, previsão de tempo e meio ambiente, tendo sido concebido, projetado, desenvolvido e fabricado no país.
1994	Fernando Henrique Cardoso	Criação da Agência Espacial Brasileira (AEB). Aprovação do Plano Nacional de Atividades Espaciais (PNAE).

Fonte: Quadro construído com base em consulta a documentos do CNPq nos arquivos do MAST. Consultar: Os Primórdios da Atividade Espacial no Brasil. In: *30 Anos na conquista do espaço*. Centro de Lançamento da Barreira do Inferno. Consultar também a publicação de BARCELOS, E. D.; CAPOZOLI, U. *Estudos sobre a Política Espacial Brasileira: uma visão histórica*. São Paulo: SEP, 1999. Antes da explosão do VL-S, em 2003, essas informações encontravam-se dispersas, em sites e publicações, sendo organizadas cronologicamente pela autora em 2001.

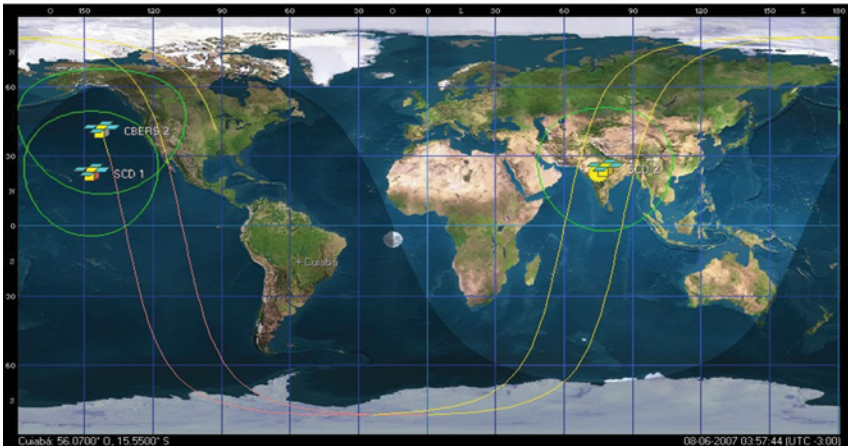
Em 2003, o país lançou os satélites de sensoriamento remoto estritamente nacionais. Hoje, possui dois satélites operacionais de coleta de dados; contudo, esses satélites não são imageadores, como o RADARSAT⁹, o ERS¹⁰, o SPOT¹¹ e o Landsat, por exemplo.

-
- 9 O RADARSAT₁ é um satélite de observação da Terra desenvolvido para monitorar mudanças ambientais e recursos naturais. O projeto envolveu esforços do governo canadense e de suas províncias, além de contar com o apoio da iniciativa privada. Foi lançado em novembro de 1995. O satélite RADARSAT₂ foi lançado em dezembro de 2007. Seu controle é feito pela Agência Espacial Canadense (CSA) e pela empresa MacDonald Dettwiler and Associates (DMA). Disponível em: <<http://www.sat.cnpem.embrapa.br/conteudo/radarsat.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2013.
- 10 A série de satélites SPOT (Système Pour l'Observation de la Terre) é controlada pela empresa francesa Spot Image. O projeto foi iniciado no fim da década de 70, sob liderança do governo francês, pelo Centre National d'Etudes Spatiales (CNES) e apoio da Suécia e Bélgica. Disponível em: <<http://www.sat.cnpem.embrapa.br/conteudo/spot.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2013.
- 11 A série Landsat (Land Remote Sensing Satellite) teve início na segunda metade da década de 60, baseada em um projeto desenvolvido pela Agência Espacial Americana e dedicado exclusivamente à observação dos recursos naturais terrestres. Essa missão foi denominada Earth Resources Technology Satellite (ERTS) e, em 1975, passou a se denominar Landsat. A missão, em sua maioria, foi gerenciada pela NASA e pela U.S. Geological Survey (USGS) e envolveu o lançamento de sete satélites. A série Landsat continua em atividade até hoje, o que significa mais de 30 anos contribuindo para a evolução das técnicas de sensoriamento remoto em instituições do mundo todo. Disponível em: <<http://www.sat.cnpem.embrapa.br/conteudo/landsat.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

Figura 5 – Satélite SPOT

Para participar da intensa e incessante geração de tecnologias de ponta, o Brasil, atendendo a uma tendência mundial, começou a participar de acordos de cooperação científica, sem os quais seria impossível dar prosseguimento ao PEB. Em parceria com a China, como já comentado, o Brasil construiu seu primeiro satélite imageador, o CBERS¹², com resoluções espacial, espectral e radiométrica. Existe no país uma infraestrutura operacional, uma estrutura institucional com institutos cujas atribuições são distintas e complementares, quase todos vinculados à esfera militar, um corpo técnico-científico capacitado e tudo ou quase tudo efetivado com esforço interno nas últimas décadas. Esse patrimônio construído encontra-se atualmente pouco ativo, seus institutos sofrendo cortes de orçamento, seus projetos ameaçados de descontinuidade, mas sua importância é óbvia.

12 O programa CBERS – ChinaBrazil Earth Resources Satellite ou Satélite SinoBrasileiro de Recursos Terrestres – foi implantado em 1988 após convênio técnico assinado entre o INPE e a Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (CAST). Os satélites CBERS integram o Sistema Brasileiro de Coleta de Dados Ambientais. Esse sistema é baseado em Plataformas de Coleta (PCDs) que adquirem e remetem os dados às estações do INPE localizadas em Cuiabá e em Alcântara. Na sequência, ocorre a transmissão para a unidade do INPE localizada em Cachoeira Paulista (SP), onde os dados são tratados e encaminhados ao público interessado. Desde 2001, as imagens são distribuídas gratuitamente aos usuários em território nacional, o que contribuiu para democratizar o uso das imagens de satélites no Brasil. A inserção do Brasil em um sistema completo de sensoriamento remoto possibilitou um grande avanço tecnológico para o país, refletido no fomento da ciência, indústria e serviços relacionados à área espacial. A missão CBERS já lançou três satélites de observação terrestre em órbita: o CBERS₁ (lançado em 1999 e inativo desde 2003), o CBERS₂ (lançado em 2003 e inativo desde 15 de janeiro de 2009, período em que produziu 175 mil imagens) e CBERS_{2B} (lançado em 2007 e operante até o início de 2010). Disponível em: <<http://www.sat.cnpm.embrapa.br/conteudo/cbers.htm>>. Acesso em 24 jun. 2013.

Figura 6 – Satélite CBERS em 07.06.2007 / 23:39

O conhecimento sobre o espaço geográfico é um poder em si. Sobre esse conhecimento, são erigidas a segurança e a defesa do território nacional, a cargo dos militares. No Brasil, as primeiras tentativas de capacitação na área de sensoriamento remoto foram motivadas pelo lançamento do satélite ERSTS-I, da NASA, que operou de 1972 a 1978. Uma equipe brasileira foi treinada nos EUA para interpretar as imagens desse satélite, cujas aplicações se distribuíram em diversas áreas do conhecimento, como agricultura, geologia, estudos de vegetação e oceanografia, entre outras (Krug, 1999). Posteriormente, a equipe se dividiu em duas, ficando uma delas no INPE e a outra no IBGE, ambas com participação no célebre e polêmico projeto RADAMBRASIL que, na época, dividiu a opinião pública (Acervo MAST).

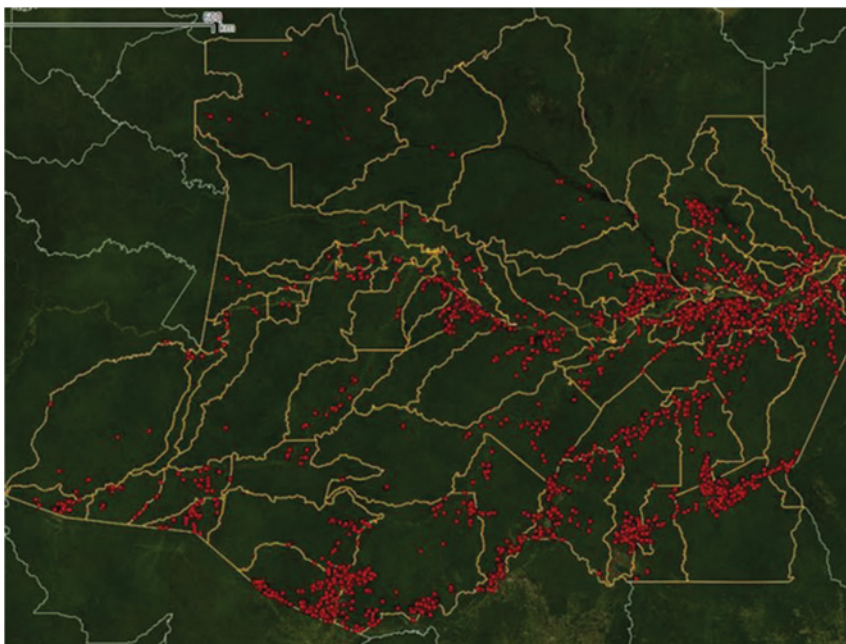
Tal projeto, sem nenhuma inocência, mapeou os recursos naturais do país, principalmente os da Região Norte, notadamente os sempre cobiçados recursos minerais, por intermédio de uma missão aerotransportada equipada com um sistema de radar. A apropriação dessas informações obtidas da Terra desde o espaço provocou acaloradas discussões dentro do Conselho Deliberativo do CNPq à época. Disputavam se a posse dessas informações ficaria com o governo brasileiro ou com o governo dos Estados Unidos, mostrando desde o início a importância de se ter autonomia nessa área.

Após as primeiras imagens transmitidas por esse satélite, o Landsat I, ficou evidente que a utilização de dados orbitais seria a única forma de se obter e sistematizar informações regulares sobre o território nacional, dada sua dimensão continental, ou seja, gerar uma qualidade de informação cuja utilização política é mais do que óbvia e relevante. Além disso, o sensoriamento

remoto como método de escrutínio da superfície terrestre sai a baixo custo quando comparado às técnicas de aerofotogrametria. Tanto que a dianteira da corrida espacial foi realizada pela antiga URSS e pelos Estados Unidos, ambos enormes.

Inúmeros projetos relacionados ao monitoramento de recursos naturais do Brasil foram desenvolvidos com a utilização da tecnologia espacial, destacando-se o PRODES, que faz a estimativa do desflorestamento da Amazônia, o Projeto de Controle de Queimadas e Prevenções de Incêndios Florestais (PROARCO) e o de Zoneamento Ecológico Econômico, para estudos relativos à queima de biomassa (Krug, 1999), e o celebrado projeto ECCO. Todos, ou quase todos, implementados pelo INPE, o mais importante instituto científico do complexo espacial brasileiro.

Figura 7 – Imagem de satélite do INPE de queimadas na Floresta Amazônica¹³



CONCLUSÃO

As condições de possibilidade do PEB e da capacitação institucional do país nessa área de ponta específica são consideradas por muitos como um elemento

13 Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/10/com-recorde-de-queimadas-numero-de-incendios-passa-de-11-mil-no-am.html>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

importante à compreensão do que o Brasil está concretamente garantindo para si em termos de soberania territorial numa ordem mundial que, automeando-se global, vem criando um espaço político-econômico internacional, na verdade, bem menor, posto que se caracteriza pela extrema concentração de poder nos países que detêm capacitação científica, reforçando novos elementos à geopolítica da exclusão.

O país é tecnicamente capacitado a monitorar uma diversificada gama de ocorrências dentro das fronteiras nacionais. Entretanto, há uma dinâmica da ciência na sociedade que não pode ser negligenciada. As tecnologias são mecanismos capazes de prever enchentes, colheitas, ciclones, tempestades, maremotos, terremotos, localizar incêndios, desmatamentos, alagamentos, poluição de rios, detecção de fontes de água potável, monitorar fronteiras e controlar todo o território nacional. E o INPE e seu Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CEPTEC) são habilitados também a monitorar as mudanças climáticas. Mas tudo isso será rapidamente sucateado, dada a velocidade da inovação tecnológica, caso não haja amadurecimento das instituições democráticas e da vontade política do Estado brasileiro para investir, fazendo prevalecer o que for considerado prioridade para o conhecimento, controle, defesa e projeção internacional do país no cenário mundial.

O sistema ECCO, citado apenas como um exemplo dentre tantos outros que nosso passado recente registrou, deverá ser desenvolvido por um consórcio multinacional de empresas. O benefício para o país reside na demanda do projeto, que estimularia nossa quarta tentativa de geração de VLSs nacionais, além de propiciar uma carga tal de trabalho que garantiria a operacionalidade contínua do CLA e a consolidação, na indústria nacional, de tecnologias de fabricação de satélites, estações terrenas e veículos lançadores. Em seus diversos programas, principalmente aqueles voltados para o desenvolvimento de sistemas e de P&D em tecnologias espaciais, procurou-se criar condições para a capacitação em produtos e processos de elevado conteúdo tecnológico e informacional, tanto nas instituições de P&D nacionais quanto nas empresas e Universidades, para que se possibilitasse uma inserção internacional do país na ordem mundial em bases competitivas, em que o vetor tecnocientífico se reveste a cada dia de importância fundamental, excluindo de seu circuito aqueles que não o detêm. Entretanto, todo esse esforço parece ter se esvaído nos últimos anos. Mudanças radicais acontecem incessantemente no Brasil desde 2016, e o enfoque dado à política externa e à concepção de soberania foi profundamente alterado. Além disso, o governo Temer, seguinte ao *impeachment* de Rouseff, em 2016, estabeleceu o congelamento por vinte anos do orçamento destinado

à C&T. Tal fato condena o desenvolvimento nacional ao rápido sucateamento e sequestra qualquer chance de emancipação do país da condição histórica de subalternidade no cenário mundial. O governo seguinte a Temer aprofundou essa nova visão de país e adota um claro alinhamento político-militar com os EUA, com consequências inestimáveis não só para o PEB – cuja operacionalidade da base de lançamento de Alcântara está sendo negociada com os EUA em termos lesivos ao país, mas para todo o sistema de C&T nacional. Abrimos um novo capítulo na história da ciência e da tecnologia em nosso país, no qual as tecnologias espaciais não desempenham papel relevante, seja no controle por satélites, de ilícitos nas fronteiras, no controle da poluição marítima e do desmatamento de florestas tropicais, agora liberado, seja como força combatente na Defesa do país ou como geradora de produtos comerciais no bilionário mercado espacial. Essa história está sendo escrita, mas, amanhã, ainda é cedo para ser analisada.

Referências

- ACERVO MAST. *Documentos textuais. CNPq T3.4.020* – pasta 0305. MAST, S.d. Brasília, Rio de Janeiro, 109 fls.
- _____. *Documentos textuais. Série CNPq T.6.5001*. Decreto de criação e atas de reuniões do Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais – GOCNAE, de 3 ago. 1961 a 12 dez. 1963. MAST, S.d. Brasília. Rio de Janeiro, 17 f. Disponível em: <http://zenith.mast.br/v_dossie_textual_pesqview.php?showdetail=&ID_DOSSIE=759>. Acesso em: 02 jun. 2019.
- BARCELOS, Eduardo Dorneles; CAPOZOLI, Ulisses. *Estudos sobre a política espacial brasileira: uma visão histórica*. São Paulo, SEP, 1999.
- _____. *Programa Espacial Brasileiro: uma perspectiva histórica*. Brasília, AEB – Agência Espacial Brasileira, 1998.
- ALBAGLI, Sarita. *A Dimensão geopolítica da biodiversidade*. Rio de Janeiro, IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais, 1999a.
- _____. Novos espaços de regulação na era da informação e do conhecimento. In: LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita. (Org.). *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro, Campos, 1999b, pp. 290-313.
- FURTADO, Celso. *Transformação e crise na economia mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.
- _____. *A Sociedade global*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1992.
- KRUG, Thelma. Tecnologias espaciais como suporte à gestão dos recursos naturais. *Revistas Parcerias Estratégicas*. CEE/AEB, n. 1, pp. 211-226, 1999.

- MALDONADO, José Manoel. O Brasil face ao processo de globalização: o segmento de novos polímeros em foco. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, 1996.
- MONSERRAT, José Jr. Exploração espacial e direito: interesses e necessidades dos países em desenvolvimento em direito espacial. *Revista Parcerias Estratégicas*. CEE/AEB, 1999, pp. 165-190.
- SANTANA, Carlos Eduardo; BRAGA COELHO, José Raimundo. Tecnologia espacial e aplicações: o projeto CBERS de satélites de observação da Terra. *Revista Parcerias Estratégicas*. CEE/AEB, n. 1, pp. 203-210, Brasília, 1999.
- SARDEMBERG, R. Globalização: visão do Atlântico Sul. In: Nação e defesa. *Revista de assuntos políticos, econômicos, científicos e militares*. Instituto da Defesa Nacional, n. 80, out./dez., Lisboa, 1996.
- SATO, H. Os primórdios da atividade espacial no Brasil. In: *30 Anos na conquista do espaço*. Natal: Centro de Lançamento da Barreira do Inferno, 1997, pp. 6-7.
- VILLAS-BÔAS, Ana Lucia do Amaral. *PEB – Programa Espacial Brasileiro: militares, cientistas e a questão da soberania nacional*. Lisboa, Editora Chiado, 2016.
- _____. *Mineração e desenvolvimento econômico: o projeto nacional no contexto da globalização*. v. I. Rio de Janeiro, Coppe/UFRJ, 1996.
- _____. *Mineração e desenvolvimento econômico: a questão nacional nas estratégias de desenvolvimento*. v. II. Rio de Janeiro, Coppe/UFRJ, 1996.
- VIOLA, Eduardo. Globalização, democracia e sustentabilidade: as novas forças socio-políticas transnacionais. In: BECKER, Bertha K. e MIRANDA, Mariana. (Org). *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ, 1997.

Recebido em 18/01/2019

Aprovado em 18/06/2019

Como citar este artigo:

- VILLAS-BÔAS, Ana Lucia. Tecnologias Espaciais: Fragmentação do território e politização do espaço. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 1, jan.-jun. 2019, pp. 99-120.

Artigos



“Integridade para Pequenos Negócios” e desencantamento da moral

Antonia de Lourdes Colbari¹

Resumo: O artigo inspira-se nas complexas relações entre os domínios da economia e da moral e retoma o debate a respeito da inserção social do mercado, tendo como matéria de análise o texto publicado pelo Sebrae – *Integridade para Pequenos Negócios*. Explora as ambiguidades da narrativa institucional – a visão pragmática da integridade, porém pontuada por referências de ordem moral. Além do encaixe na ordem jurídica, o alvo é o aprendizado e a promoção da “cultura” da integridade, replicando o repertório de outras linhas de ação, como a cultura do empreendedorismo e da inovação.

Palavras-chave: Integridade Empresarial; Micro e Pequenas Empresas; Economia e Moralidade

“Integrity for Small Business” and disenchantment of morality

Abstract: *The article draws on the complex relations between economy and moral domains, and it resumes the discussion over market social insertion by having the text– Integridade para Pequenos Negócios – published by Sebrae, as its review matter. The work explores the ambiguities of institutional narrative – the pragmatic view of integrity, nonetheless marked by morality references. Besides fitting in legal order, the target is at the learning and promotion of the integrity*

¹ Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – Vitória – Brasil – antonia.colbari@uol.com.br. Registro o apoio financeiro do CNPq, na modalidade Bolsa de Produtividade em Pesquisa.

“culture”, replicating *other action lines repertoire, such as entrepreneur and innovation culture*.

Keywords: *Compliance; Micro and Small Business; Economy and Morality*

Introdução

Desde as últimas décadas do Século XX, a moral foi reposicionada na ordem do dia, expressando a reação à avalanche de acontecimentos impróprios vindos a público em diversos países. Causou indignação a divulgação de práticas ilegais, predatórias e imprudentes consideradas imorais no crivo dos padrões de decência e do senso de justiça da população. Figuraram nesse portfólio os desfalques em empresas ou fundos corporativos; a evasão fiscal; o suborno de autoridades públicas e em licitações públicas; a pirataria intelectual e o tráfico de informações; as manobras financeiras; a lavagem de dinheiro; o descomunal nível de remuneração dos executivos das grandes empresas etc. (Comte-Sponville, 2005; Srour, 1998; Streeck, 2013). Além da afronta aos valores, tais práticas foram condenadas por comprometerem o desempenho econômico dos países, gerando instabilidade no ambiente de negócios, fuga de investimentos, elevação dos gastos públicos e abalos na legitimidade dos governos e na confiança no Estado.

Não menos indignadas foram as reações ao agravamento da crise financeira que explodira em 2008, reacendendo o debate sobre as questões morais embutidas nas medidas de política econômica que, invocando as ameaças de risco sistêmico, vários governos implantaram. Mais acentuada se tornou a contraposição entre diferentes visões acerca do mercado e da pobreza, das concepções de justiça e da natureza humana. São elas parâmetros tanto para as críticas ou justificativas da conhecida fórmula de socialização do ônus das crises econômicas embutido nos programas de ajuste fiscal quanto para a demarcação dos limites de tolerância moral – os cursos de ação aceitáveis e não aceitáveis na relação entre o público e o privado (Fourcade; Healy, 2007; Steiner, 2013). Na condição de um “*soft power*”, quando confrontado com o peso da política e da economia, a moral fermentou as denúncias de condutas antiéticas e as demandas de transparência e de responsabilização.

Na pauta da investigação acadêmica, a moral manteve o *status* de objeto onipresente e continua a fermentar a pluralidade teórica e a transversalidade disciplinar, desde as clássicas reflexões filosóficas e as tradições analíticas das ciências sociais até as recentes descobertas das neurociências (Weiss, 2015; Hitlin, 2015). No campo da sociologia, as intrínsecas relações com a moral se prestam

a diversos recortes temáticos e múltiplos níveis de análise (grupos, instituições e sociedades), sobressaindo a sua conotação ampla de orientação para a dimensão prática da vida humana, em parte, indelevelmente marcada pelos esforços em decifrar as conexões entre as pressões oriundas das macroestruturas, das instituições e da cultura e as dimensões interativas da ação, as experiências vividas e as percepções autorreflexivas dos agentes (Collins, 1981; Giddens, 2003).² Outro suporte da reposição da moral no discurso público e acadêmico remete ao conjunto de iniciativas regulatórias com o intento de reafirmar o imperativo da ética no universo corporativo e na vida pública. Diante de uma situação que tendia a sair do controle, tornou-se imperioso o reestabelecimento do curso da moral, repactuando-se os termos contratuais no sentido de recuperar a sintonia entre instituições/ organizações e valores sociais e modular as suas interações recíprocas. Estava em questão, como lembra Polanyi (1980), algo mais precioso: a salvaguarda de uma situação social, de um conjunto de expectativas e de um patrimônio social. Nesse sentido, eram bem-vindos os efeitos morais de políticas “corretivas” que expressavam propósitos civilizadores, modernizadores e educativos no sentido de garantir *performances* adequadas no campo fiscal, econômico e social (Fourcade, 2013).

Esse preâmbulo antecipa considerações pertinentes para situar a proposta desse ensaio, cujo ponto de partida é a “cartilha” *Integridade para Pequenos Negócios*, publicada, em 2015, pelo Sebrae, em parceria com a Controladoria Geral da União. Trata-se de um manual de “bom comportamento empresarial” que exorta o pequeno empreendedor a aproveitar os benefícios de uma postura ética nos negócios e, ao mesmo tempo, detalha a engenharia (procedimentos práticos e questões logísticas) para implantar o programa Empresa Íntegra. A adesão ao referido programa é decisiva para assegurar o tratamento diferenciado ao pequeno negócio nas licitações governamentais, como previsto nos dispositivos da Lei Complementar nº 123/2006 (Brasil, 2006) – popularizada como Lei Geral – que ampara o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Vários registros conceituais foram acionados para armar a grade analítica das narrativas produzidas pelo arranjo institucional que ancora as políticas públicas de fomento aos empreendedores individuais e às micro e pequenas empresas. Um seletivo material documental instigou as problematizações acerca das

2 A despeito desses registros, é oportuna a observação de que a sociologia da moral, ou em escopo mais abrangente – a sociologia dos valores –, teria permanecido pouco desenvolvida nos aspectos conceituais (Heinich, 2006). Em contrapartida, segundo Vandenberghe (2015), é irrefutável o acentuado caráter político e moralizante de grande parte do patrimônio analítico da teoria social contemporânea.

complexas relações entre os domínios da economia e da moral, as incompatibilidades ou as conexões virtuosas entre o bem (moral) e os bens econômicos. Nesse aspecto, é indiscutível o tributo à consolidada tradição de pesquisas oriundas de várias disciplinas científicas e que sustenta a inserção do mercado em uma ordem social e moral e desautoriza a crença a respeito da economia como esfera diferenciada e autônoma em relação ao conjunto da sociedade, bem como do comportamento motivado apenas por interesses individuais de posse de bens.

No plano analítico-conceitual, sublinha-se a potência das categorias morais para o entendimento dos fatos econômicos, inclusive dos mecanismos regulatórios (formais e informais) que incidem sobre eles. Tanto o arsenal teórico quanto a densidade numérica das análises econômicas não estão desconectados das disposições morais e do sistema de crenças dos indivíduos e dos grupos sociais. Por sua vez, as transações e interações econômicas substanciam a categorização moral, tornando-se veículos para a obtenção de reconhecimento social (Fourcade, 2013; Steiner, 2013).

Posto isso, faz sentido supor que a prática das boas condutas, inicialmente uma imposição da lei, produza o aprendizado moral, a elevação e o refinamento do senso moral? O desafio mais instigante é perceber em que ponto a cartilha da integridade adquire interesse cultural e sociológico ou como suas funções e significados estão conectados aos mecanismos e disposições que acionam as engrenagens do capitalismo contemporâneo.

O desenvolvimento da presente reflexão moveu-se em duas direções: uma delas rastreou os avanços da racionalidade jurídica, ora no rastro da racionalidade econômica ora antecipando-se a ela, e a outra explorou a miríade de significados e de representações em que se insere o Programa de integridade para os pequenos negócios. A exposição estrutura-se em tópicos, cujos conteúdos exploram o contexto da institucionalização do referido programa; os seus eixos estruturadores; a relação entre as virtudes, como utilidade e prudência, e os interesses; o esboço de uma reflexão sobre a adesão às normas e/ou o aprendizado da virtude; e, para concluir a exposição, alguns comentários pontuais a respeito da intrigante "atualidade" do discurso da moral.

Aspectos contextuais do programa de integridade nos pequenos negócios

Não tem sido fácil enfrentar o desafio de inserir a integridade no ambiente sistêmico empresarial, em grande medida por conta do descompasso observado entre as práticas tradicionais vigentes, moldadas por um suporte prescritivo fundado em convenções, portanto baixo grau de formalização, e a ordenação burocrática da administração pública. Torna-se necessária a ordem normativa

institucionalizada do direito, tendo em vista a garantia do cumprimento e da eficácia das normas jurídicas (Cunha Filho; Feres, 2016).

Algumas breves considerações facilitam o entendimento de *como e porque* se chega ao programa de integridade empresarial específico para os pequenos negócios. Na genealogia dessa normatização, foi promissor o rastreamento de duas linhagens de eventos conectados: uma pontuando o alinhamento do Brasil com iniciativas contra a corrupção derivadas de convenções de organismos internacionais multilaterais e de agências não governamentais, apesar do reconhecimento de que não há uma única estratégia adequada para todas as organizações interessadas em implantar programas de integridade; e outra explorando aspectos pontuais do empenho institucional para formalizar e alavancar os empreendimentos individuais e a micro e pequena empresa.

Na primeira linhagem, aponta-se de antemão o fato de ser o Brasil signatário de três convenções internacionais contra corrupção: a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção; a Convenção Interamericana contra a Corrupção da Organização dos Estados Americanos; e a Convenção sobre o Suborno de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (CGU; Instituto Ethos, 2009).

Dentre as iniciativas contra a corrupção empenhadas por organizações internacionais que replicaram efetivamente no contexto brasileiro, registra-se, em 2006, o lançamento do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, cujas entidades e empresas signatárias assumem a responsabilidade de divulgar e seguir um conjunto de diretrizes e procedimentos de combate à corrupção e de incentivo à promoção de um “mercado mais íntegro e ético” (CGU; Instituto Ethos, 2009), que impacte a sociedade pelo seu efeito civilizador em detrimento da omissão ou da destruição (Hirschman, 2000). Reafirma-se uma perspectiva em destaque no campo da sociologia econômica: a do mercado moralizado e moralizante, apreendido como fenômeno cultural e projeto moral (Fourcade; Healy, 2007), que alimenta um conjunto distintivo de crenças, hábitos e vínculos sociais.

E, ainda nessa trilha, cabe a menção ao Cadastro Empresa Pró-Ética, instituído em 2010, resultante da parceria entre a Controladoria Geral da União e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Operado por um Comitê Gestor composto por entidades dos setores público e privado, a esse comitê cabe analisar as solicitações das empresas interessadas em fazer parte do Cadastro e manter atualizados os requisitos que pautam essa participação. Não se trata de uma certificação, um aval para acesso a benefícios ou privilégios nas relações das empresas com o setor público, mas sim de uma forma de

reconhecimento público das organizações comprometidas com as medidas de integridade (Brasil, s/d).

Quanto aos avanços reguladores, dois atos normativos são referências para o programa de integridade no universo dos pequenos negócios: o Decreto nº 8.420/2015 (Brasil, 2015), que regulamentou a Lei nº 12.846/2013 (Brasil, 2013), popularizada como Lei Anticorrupção, e a Portaria Conjunta CGU-SMPE nº 2.279/2015 (Brasil, 2015a), que simplificou o entendimento desses parâmetros, favorecendo sua aplicabilidade no segmento dos pequenos negócios.

Na segunda linhagem, o ponto de partida é a Lei Geral, resultado de um amplo processo de mobilização social de vários atores políticos e instituições, cujo propósito era estabelecer um marco legal que legitimasse o segmento dos empreendedores individuais e das micro e pequenas empresas (MPE), reconhecendo nele o núcleo de uma política pública com alcance macrossocial – uma plataforma de inclusão produtiva e social e um modelo de desenvolvimento estruturado com base nas potencialidades locais (Sebrae, 2007).

Na fase atual do percurso de implantação dessa legislação, as instituições envolvidas concentram as ações de consultorias e de treinamentos nos municípios mais empenhados no processo, buscando garantir a sustentabilidade dos resultados obtidos (CNM/Sebrae, 2011). Um dos suportes para enfrentar os desafios dessa etapa é o capítulo V da Lei Geral, que versa sobre as condições de participação dos empreendedores individuais e das empresas de pequeno porte nas licitações para compras do poder público.

Na sequência, cabe agregar comentários pontuais a respeito das compras governamentais, concebidas também como estratégia política de fomento das micro e pequenas empresas e de promoção do desenvolvimento local e não apenas como mecanismo de suprimento dos bens, serviços e obras requisitados para o funcionamento regular da máquina administrativa e para a execução das políticas públicas. Essa postura não é novidade em diversos países, como os Estados Unidos, o Japão e os estados-membros da União Europeia, que adotam medidas para garantir, estimular e facilitar o acesso do pequeno empreendimento nas licitações do governo. Em resumo, são medidas que organizam esses processos de forma a evitar grandes contratações, reservando parte delas aos fornecedores de pequeno porte e programando as entregas de acordo com capacidade logística do referido segmento (Fernandes, 2009).

No Brasil, a rigidez da tradição normativista (mais centrada no controle dos processos e menos nos resultados) teria dificultado a percepção das potencialidades econômicas e sociais embutidas nas compras do governo, sobretudo como uma forma seletiva de direcionar recursos públicos com vistas a apoiar

grupos ou segmentos sociais mais vulneráveis ou aqueles considerados estratégicos para a economia nacional (Moreira; Moraes, 2002; Brasil, 2013a). Não sendo um ato meramente administrativo, a “Compra pública é política de Estado” que garante à sociedade a apropriação de elevado montante de recursos financeiros (Sebrae, 2016: 29), além de reposicionar as políticas de desenvolvimento na agenda da administração pública. Nesse teor, o material discursivo analisado é farto e incisivo quando destaca o papel dos tribunais de conta na aplicação da Lei Geral, contribuindo, dessa maneira, para elevar a segurança dos gestores municipais na implantação de políticas mais ousadas. Reitera-se a importância das configurações institucionais e de como elas enquadram sua atuação nos parâmetros da segurança jurídica e do cumprimento dos contratos, fato que aumenta o lastro de confiança junto à sociedade.

A fortuna documental é densa em conteúdos relativos aos padrões morais que devem sustentar a implantação e o controle das políticas de governo. A ênfase no TCU como instituição chave no circuito de controle da ação pública, na linha das “boas práticas”, foi a tônica do painel temático *A ação dos órgãos de controle fortalecendo o ambiente de negócios das compras públicas*, apresentado durante o VII Fomenta, realizado em 2014, em Cuiabá (MT). A parceria articulada entre os tribunais estaduais e o Sebrae mira a difusão da legislação nos municípios e a ação fiscalizadora de sua aplicação, acentuando-se, nesse ponto, a tendência de minimizar o recurso à ação repressiva, valendo-se da mobilização em prol da aderência aos padrões normativos (Sebrae, 2016). Ainda, reforçando o lastro moral embutido nas ações dos tribunais de conta, é ilustrativa a afirmação de um conselheiro de que essas cortes não se limitam ao papel de “juizadores de contas”, pois analisam “contratos sociais, não apenas contas” (Sebrae, 2016: 34).

Retomando o programa de integridade, é pertinente destacar a sua retaguarda institucional formada pelo Sebrae, Controladoria Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), tribunais estaduais (TCE), Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e Instituto Rui Barbosa. Alinha essa atuação conjunta, que aciona *expertises* diferenciadas (capacitação, controle e fiscalização), a crença de que a aplicação adequada da Lei Geral não pode dispensar a profissionalização dos gestores públicos e dos agentes de desenvolvimento, no âmbito municipal e regional. Não menos relevante seriam a qualificação do empreendedor para o acesso às licitações do governo e o aprimoramento do trabalho dos tribunais de contas no exercício de suas funções de fiscalização e controle dos gastos públicos. Da conjugação dessas ações depende a conversão das compras governamentais em uma política pública que, conectada às dinâmicas econômicas e sociais nos municípios, deve garantir o

tratamento diferenciado aos pequenos negócios. E mais: embute nessa transação um princípio educador, envolvendo um padrão de qualidade, o cumprimento de leis etc. (Sebrae, 2016).

Em 2017, outro ato conjunto envolvendo o Sebrae e o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União lançou a Rede Nacional da Empresa Íntegra, abrangendo, na primeira fase, onze estados da federação. Nesse momento, por meio de videoconferência, alguns profissionais reunidos à distância definiram as diretrizes de implantação da Rede e ações conjuntas, tendo como alvo a propagação da Lei Anticorrupção Empresarial e das políticas de integridade para os pequenos negócios. A Rede opera como uma plataforma ferramental (eventos específicos ou compartilhados, palestras, *workshops* e disponibilidade de conteúdo na *internet*), mirando a sensibilização dos empresários de pequenos negócios para a integridade empresarial e a difusão e troca de conhecimentos e informações relativos ao assunto (Brasil, 2017).

Cabe observar, nesse enredo, a sobreposição da ação institucional das agências oficiais em detrimento da ação coletiva horizontal, na contramão da orientação do Banco Mundial, cuja prescrição destaca a colaboração entre organizações como forma de efetivar um processo sustentável de implantação de medidas de integridade (World Bank Institute, 2008). Apesar dos acenos ao coletivo, o foco da Cartilha permanece nas ações individualizadas, nos contextos organizacionais específicos, e a Rede Nacional da Empresa Íntegra, restrita a operar uma plataforma ferramental, não finca alicerces em bases tipicamente associativas derivadas de algum movimento de solidariedade.

Na seção seguinte, o intuito é rastrear a cartilha *Integridade para Pequenos Negócios*, lançada durante o VII Fomenta, realizado em 2014, como um instrumento de divulgação e de esclarecimentos que sistematiza orientações práticas para a elaboração e implantação de um programa de integridade empresarial.

O Programa de Integridade para os pequenos negócios

Na retaguarda da supracitada Cartilha está a Lei Anticorrupção, que prevê a responsabilização objetiva (administrativa e civil) de empresas, inclusive de pequenos negócios, em decorrência de práticas irregulares, ilícitas e lesivas à administração pública brasileira ou de outros países. Como principal fonte de inspiração para o programa de integridade, essa Lei orienta a formalização e a difusão de mecanismos e procedimentos internos de vigilância da boa conduta. Muito além do mero cumprimento burocrático das exigências legais, almeja-se a prevenção de infrações e a redução de riscos (Brasil, 2013; 2014). Por sua vez, a Portaria Conjunta CGU-SMPE definiu critérios mais específicos em tópicos presentes na legislação

anticorrupção, em particular quanto à aplicação das multas aplicadas, além das diretrizes para a adoção do “programa de integridade” (Brasil, 2015).

No texto da Cartilha, são fartos e didáticos os conteúdos a respeito da importância (e das vantagens) da integridade para os pequenos negócios; da definição do passo a passo para se implantar o programa; e da apresentação de exemplos a serem seguidos (Sebrae, 2015: 7). O argumento central é que a integridade nos negócios é benéfica para todos os envolvidos e depende das virtudes do empreendedor e de um coletivo “virtuoso”, portanto, de uma rede comprometida com práticas responsáveis e valores éticos. Às empresas cabe a adoção de

[...] valores, regras, mecanismos e procedimentos para orientar a atuação de seus funcionários e dirigentes, tanto internamente, quanto na relação com clientes e parceiros, com o objetivo de prevenir, detectar e sanar a ocorrência de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional e estrangeira (Sebrae, 2015: 13).

Diferentemente das congêneres de grande porte, as micro e pequenas empresas não dispõem de um aparato de especialistas (advogados, consultores e contadores), tornando-se desproporcionalmente mais vulneráveis a riscos que podem comprometer a sua sobrevivência (World Bank Institute, 2008).

A responsabilidade coletiva com a integridade também atua para preservar, no imaginário social, a reputação dos pequenos negócios comprometidos com a retidão de suas ações (Sebrae, 2016). Assim sendo, com base no Decreto nº 8.420/2015 (Brasil, 2015), a “cartilha” apresenta os parâmetros de integridade estabelecidos para os pequenos negócios, marcando os avanços na racionalidade formal na atuação dos empreendedores individuais e de micro e pequenos empresários. Arrolam-se as seguintes recomendações:

1. Comprometimento da direção da empresa com a adoção de um programa de integridade (garantir a presença de quadros para compor a equipe do programa e a transparência de informações);
2. Adoção de um código de ética, padrões de condutas aplicados ao exercício de todas as atividades, incluindo as regras de relacionamento com o setor público e medidas disciplinares para casos de infração;
3. Ações contínuas de treinamentos e divulgação do programa, estendido a todos os funcionários, diretores, parceiros e fornecedores;
4. Registros contábeis confiáveis, nos moldes legais, das transações realizadas e valores envolvidos, de preferência em sistemas eletrônicos; preservação dos registros e documentos comprobatórios;

5. Controles internos (contábeis e administrativos) como forma de prevenção às fraudes e irregularidades; adoção de mecanismos de controle e aferição de transações, compras, vendas, controle de estoque, pagamentos etc.;
6. Procedimentos para prevenção de fraudes e irregularidades em licitações, na execução de contratos administrativos e demais interações com o setor público; e orientação dos funcionários sobre procedimentos corretos e leis a serem seguidas, sobre multas e punições; análise de risco para participação em processo licitatório;
7. Definição de medidas disciplinares/ punições de aplicação rápida e efetiva; e formalização e publicação dos procedimentos de apuração e de penalização;
8. Procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades e correção de danos; e adoção de medidas preventivas contra as reincidências;
9. Transparência na doação a candidatos e a partidos políticos; divulgação dessas doações em cumprimento aos instrumentos legais.

São notórias as exortações mobilizadoras para convencer o pequeno empreendedor sobre a importância e a “utilidade” da implantação de um programa de integridade adaptado à realidade específica da empresa. Ao se tornar uma marca de distinção, a adesão ao programa garante às empresas o acesso a um conjunto de benefícios, entre eles, a qualificação para participar de transações com grandes corporações multinacionais, a obtenção de apoio da Câmara de Comércio Exterior às empresas exportadoras e o acesso aos créditos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (Sebrae, 2015). Além de ser um mecanismo de autoproteção, de prevenção e redução de ilícitos, no caso de ocorrência de infrações, tal adesão pode figurar no rol de possíveis atenuantes na aplicação da dosimetria das sanções previstas no escopo da Lei nº 12.846/2013.

Outros benefícios citados reportam à ampliação do conhecimento sobre o próprio negócio, inclusive das condições de mercado, acarretando vantagens em diversas frentes: condições de concorrência; iniciativas de inovação; aplicações de recursos financeiros; obtenção de melhores resultados; seleção e manutenção de funcionários em comunhão com os valores de integridade assumidos pela empresa (Sebrae, 2015).

Um aspecto a ser pontuado nessa cruzada institucional, não obstante as especificidades das instituições partícipes, é a convergência interpretativa em torno da relevância da integridade nos pequenos negócios, produzida tanto pela presença de uma comunidade de ideias e de valores quanto por uma decisão estratégica de adotar a boa conduta para evitar constrangimentos legais e morais de qualquer ordem, inclusive a aplicação das medidas punitivas (Cunha Filho; Feres, 2016).

Reafirma-se a argumentação de Polanyi (1980) de que os arranjos institucionais interferem no ritmo das mudanças, modelando o comportamento dos atores de acordo com os padrões reconhecidos. As agências assumem um papel civilizador (Hirshmann, 2000), de estímulo e de facilidades para convencer o pequeno empreendedor quanto à importância do cumprimento da lei. O programa de integridade incorpora um conjunto de crenças objetivas que orienta o sistema de referências dos indivíduos, na complexa relação entre interesse e virtude, sendo este o foco da reflexão na sequência do artigo.

O interesse e a virtude: o *ethos* moral do capitalismo e a cartilha da integridade

A memória das sentenças de Benjamim Franklin, matéria-prima da análise de Weber (2004), é inevitável diante de algumas afirmações da Cartilha (Sebrae, 2015), nas quais o caráter utilitário da virtude não deixa margem a dúvidas. Destacam-se os seguintes excertos:

[...] investir em integridade é um bom negócio, que pode ser realizado com baixo custo e sem causar grandes mudanças no seu dia a dia (2015: 7).

Ter integridade significa dar exemplo, ter valores e adotar uma conduta correta. E não é só no campo das amizades e dos relacionamentos que a integridade tem valor: tanto para a vida pessoal ou comunitária, quanto para as relações comerciais a integridade é um bom negócio! (2015: 9).

As máximas de Franklin, segundo Weber, são de cunho utilitário e compõem um ensaio sobre a “perspicácia” nos negócios; configuram uma técnica de vida e um dever, expressando um *ethos*. A descoberta da “utilidade” como virtude, reconhecida pelo próprio Franklin, explicita-se em suas exortações morais: “honestidade é útil porque traz crédito, e o mesmo se diga da produtividade, da presteza, da frugalidade [...]”. Virtudes são virtudes se efetivamente são úteis ao indivíduo e se basta “o expediente de simples aparência dessas virtudes”, ir além seria, aos olhos de Franklin, um “excesso desnecessário”, um “desperdício condenável” (Weber, 2004: 45-46). A esse “utilitarismo estreito”, não há como negar a sua condição de indício inequívoco da racionalidade instrumental que se sobrepõe a supostas convicções morais.

Tal despurorada percepção de virtude no interesse é realçada por Bourdieu (2008: 219) na seguinte afirmação:

[...] a existência do interesse na virtude e de lucro na conformidade ao ideal social de virtude é universalmente conhecida e não há tradição que ignore as precauções contra o farisaísmo, a defesa ostensiva (e mais ou menos hipócrita) das “boas causas”, o exibicionismo da virtude sob todas as suas formas.

Assim sendo, o interesse se apresenta como “instrumento de ruptura com uma visão encantada, e mistificadora, das condutas humanas” (Bourdieu, 2008: 137).

Ainda na trilha das virtudes, Comte-Sponville (1996: 39) sublinha a prudência que, no ângulo da razão moderna, ocupa o lugar de uma moral aplicada, sabedoria prática, o princípio de realidade presente na realização de todas as virtudes, portanto, centrada na escolha dos meios a serviço de outros fins que não são os seus. Estaria, dessa forma, mais afinada com o cálculo do que com o dever, mais próxima do domínio da psicologia do que da moral e mais afeita ao senso de responsabilidade/ instrumentalidade (perspectivas, consequências e resultados) do que às convicções (princípios e construções idealizadas de vida coletiva). A despeito da razão moderna, para o referido autor, moral e prudência se afirmam como espaços diferenciados e a prudência torna-se virtude quando posta a serviço de uma finalidade “estimável”, ou seja, quando os fins se impõem independente da deliberação sobre os meios. E um fim virtuoso é aquele alcançado por meios adequados, caso contrário seria habilidade, algo mais próximo da astúcia (Comte-Sponville, 1996: 42). Na rubrica da astúcia, também Moore (1999) associa a ética nos negócios com a prudência, um meio de evitar sanções, como ser excluído de licitações e de outros benefícios. Sen (1999: 39), citando Smith, percebe na prudência uma virtude que auxilia o próprio indivíduo, ao unir a “razão e o entendimento” com o autodomínio, enquanto outras virtudes como “humanidade, justiça, generosidade e espírito público” seriam mais úteis aos outros, ao coletivo.

No programa de integridade, a racionalidade produzida no cultivo da “perspicácia” nos negócios explicita um mecanismo de segurança empresarial, além de um “bônus” a ser utilizado para amenizar as penalidades aplicadas às possíveis transgressões ocorridas. A formulação do programa tem como ponto de partida o desenho do mapa de risco [das possíveis afrontas à virtude] – uma análise objetiva e sistemática das vulnerabilidades da empresa, antecipando-se às possíveis ameaças de transgressão. Um estudo prévio rastreia as possibilidades (as brechas) de irregularidades praticadas por funcionários e fornecedores, além de estimular medidas para sua prevenção e controle. Esse mapa de risco envolve o levantamento das condutas inadequadas no histórico da empresa e de situações que maximizam as oportunidades de ocorrências de condutas antiéticas envolvendo funcionários, em todos os níveis hierárquicos.

Outra dimensão dessa racionalidade se manifesta na padronização das condutas mediante o aprendizado de regras práticas “íntegras”, uma espécie de organização científica do comportamento e das ideias morais, que estende ao conjunto das ações, no interior das organizações, os esforços de racionalização

de produtos e processos e de gestão. Assim sendo, “racionaliza” e instrumentaliza a moral quando a reduz a padrões a serem seguidos com base em uma análise objetiva e sistemática das situações em que os supostos conteúdos morais estão mais sujeitos às ameaças de transgressão. Enquadra-se a moral nos parâmetros da eficiência, produto de uma deliberação estratégica, de um comportamento racional que objetiva a construção de uma imagem favorável dos negócios, preservando a credibilidade da empresa.

Se isso não é novidade no universo das grandes empresas, nas quais o sistema de “*compliance*” (procedimentos e diretrizes éticas que normatizam a atuação dos *stakeholders*) elevou seu *status* na configuração corporativa, no contexto brasileiro, principalmente após a Lei Anticorrupção (nº 12.846/13), o que está em questão neste artigo é a extensão dessa racionalidade para o segmento do empreendedor individual e das micro e pequenas empresas.

A inspiração pragmática dessas ações sempre esteve presente. O risco de arcar com as responsabilidades estende para a cadeia de fornecedores a necessidade de padronização de condutas adequadas às normas, incluindo transparência e responsabilização, convergindo com os interesses da coletividade e com a consciência moral da época. Diretrizes éticas e bom comportamento empresarial integram o domínio do interesse: respeitar as leis para não ser punido; poder participar de licitações; e ter acesso a determinados nichos de mercado cujas empresas participantes exigem o compromisso com certos protocolos e padrões de conduta (as boas práticas) relativos ao meio ambiente, cumprimento de leis trabalhistas etc.

A integridade torna-se um diferencial ou credencial, fator de distinção das empresas, quase um ativo na linguagem dos economistas, uma modalidade de acumulação de capital simbólico. Embora nem sempre valha a máxima “*good ethics is good business*”, a moral da integridade significa sabedoria preventiva em um campo de enfrentamento de forças sociais (Srouf, 1998). Reporta às funções econômicas da empresa e as insere em um conjunto de normas e obrigações sociais que também deverá ser incorporado à “economia moral” do empreendedor individual e das micro e pequenas empresas. O respeito às normas e leis, “ainda que formal ou fictício”, assegura os “lucros de regularidade (é sempre mais fácil e mais confortável estar de acordo com a regra) ou de ‘regularização’ (como, às vezes, diz o realismo burocrático que fala, por exemplo, em ‘regularizar uma situação’)” (Bourdieu, 2008: 219).

No texto da Cartilha, os traços característicos do utilitarismo individualista aparecem mesclados com o ideário de moralidade, da integridade como um bem cívico, que impele ao respeito à normatividade social, tal como explicitados

nos argumentos contra a corrupção, nas denúncias de abusos nas relações públicas e privadas, e também nas referências ao bem-estar social, aos interesses coletivos. São ilustrativas dessa mesclagem as citações a seguir:

Além de cumprir com a sua função social e contribuir para o desenvolvimento de nossa sociedade, a empresa será diretamente beneficiada, ao atrair clientes, funcionários, fornecedores e parceiros que adotam a mesma postura (Sebrae, 2015: 16).

Adotar uma postura correta é um dever de cada cidadão, empresa ou instituição. [...] ter integridade é um compromisso com você, com sua empresa e com sua sociedade (Sebrae, 2015: 15).

A afirmação de compromissos para além dos interesses privados é frequente na retórica empresarial e em programas e ações dirigidos ao setor. Na mesma sintonia, o texto de apresentação do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção situa as organizações signatárias como integrantes da coletividade “conscientes de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do País, assim como anseiam pela efetiva prática de tais princípios”, [...] “desejosas de oferecer à nação uma resposta à altura das suas expectativas” (CGU; Instituto Ethos, 2009: 56).

Para concluir essa argumentação, é oportuno sublinhar os vínculos dessa mobilização pela integridade com a reafirmação do *ethos* fordista de organização e da mudança social capitaneada pelos empresários com base em suas próprias empresas. Além disso, imersos na cultura, os padrões normativos que prescrevem as condutas íntegras são também mecanismos de avaliação, julgamento, justificação e legitimidade. Novamente, faz-se apropriada a contribuição providencial de Bourdieu para entender essa reverência às virtudes éticas e ao bem-estar coletivo. Para o autor, a celebração real ou fictícia do desinteresse, do sacrifício dos interesses particulares e do arbítrio subjetivo aos ideais e interesses coletivos agrega “potência simbólica” à regra universal e afirma a superioridade da ordem ética. Ao mesmo tempo, “curvar-se, exteriormente, à regra oficial” pode resultar em ganhos materiais e/ ou simbólicos (Bourdieu, 2008: 219). O reconhecimento da universalização no plano lógico e ético serve tanto para enunciar quanto para denunciar a lógica egoísta, interessada, parcial e subjetiva das próprias estratégias de universalização – “a estratégia de legitimação por excelência” (Bourdieu, 2008: 220).

A adesão às normas e/ ou o aprendizado da virtude?

No conjunto de documentos analisados, saltam aos olhos as ambiguidades da narrativa institucional e a sinuosidade do seu movimento: é notória a visão simplista (em parte, decorrente do caráter didático dos conteúdos), mecânica e pragmática da integridade, explicitamente vinculada aos benefícios de cumprimento das leis, mas sem anular a presença velada de significações associadas às convicções e condutas éticas motivadas subjetivamente. O pacto com a lei, o dever, a honestidade, a lealdade e a boa vontade têm sido importantes para a obtenção da eficácia econômica tanto do indivíduo quanto do grupo, reforçando a crença nas relações virtuosas entre a produtividade e os comportamentos e juízos dos agentes.

Outra revelação desses documentos é que o encaixe na ordem jurídica não basta, sendo necessária a mudança cultural, agora incidindo na prevenção e combate à corrupção. Os parâmetros para o desenho do programa de integridade antecipam a possível conversão de uma normatividade prescrita, impositiva, em um código moral de base consensual, de legitimidade mais sólida. Expressões como *cultura* e *aprendizado* sugerem a presença de processos de socialização e/ou ressocialização que estimulam a incorporação de valores e posturas, como honestidade, transparência e parceria, portanto, mais eficientes e efetivos do que os mecanismos de prevenção de infrações.

Se a vigilância, as ameaças e a punição são onerosas, elevam os níveis de tensão e exigem um aparato de repressão, a germinação de uma cultura de integridade, na teia de ações e relações que formatam as organizações, faz aflorar de forma mais “naturalizada”, vagamente percebida ou mesmo reflexiva, as condutas esperadas. Movimenta-se no sentido de favorecer a substituição dos mecanismos coercitivos de controle social por outros mais consensuais construídos por meio da informação, da educação e dos treinamentos, bem como do estímulo vindo do grupo de referência – os líderes e os gestores. Seria uma expressão do controle interiorizado e imperceptível, nos termos de Foucault (2009), mas sem descartar a afirmação de uma ética da convicção, na ótica weberiana. No cimento dessa base cultural, a exemplaridade (recurso fartamente explorado no material documental analisado nesta pesquisa) é uma das fontes inspiradoras para a construção de parâmetros morais e mecanismos regulatórios, pois estimula a dimensão da vida prática pautada pelo dever de agir corretamente, aproximando o “fazer o certo” do “fazer o bem” (Rosati; Weiss, 2015; Hitlin, 2015), simultaneamente, a obrigação/ obediência, o reconhecimento da autoridade moral das normas e leis e o respeito aos ideais comuns.

Uma questão crucial ainda permanece em aberto e aponta para a necessidade de reflexões mais focadas e refinadas a respeito dos mecanismos de conexão entre a exemplaridade e os sistemas simbólicos que operam simultaneamente como instrumento de conhecimento, reconhecimento, comunicação e de dominação (Bourdieu, 1990; 2008a). O tratamento dispensado aos “casos exemplares” delinea um tipo a ser perseguido, mas pouco atento à pluralidade da realidade social, à heterogeneidade dos contextos sociais e das experiências vividas.

Outra questão posta no decorrer da exposição – se a prática de boas condutas, inicialmente pautada por normas jurídicas impostas, pode produzir o aprendizado da moral ou o refinamento do senso moral – é de difícil resposta. A função de qualquer código moral é definir os padrões de comportamento, coibindo e condenando as transgressões. As violações podem ser nocivas tanto aos interesses particulares do transgressor quanto à ordem social (Moore, 1999). Por sua vez, a dimensão educativa da integridade visa a moldar um caráter específico, o cultivo das virtudes da prudência e da utilidade, no crivo dos interesses individuais, da ordem jurídica e da moralidade coletiva.

Parece óbvio que a imposição de código moral desencadeie e dependa do aprendizado das práticas, das condutas e procedimentos necessários para o cumprimento das normas prescritas. Mais próximo das condutas, o código de ética das empresas – concebido um guia prático de ação e de decisão no cotidiano corporativo, uma fonte de consulta para funcionários e para a direção – pode gradativamente contribuir para o continuado esforço de construção e reconstrução de uma cultura de trabalho e de negócios, nos parâmetros da integridade, e que se interioriza no sistema referencial coletivo. Também, nesse sentido, atuam os treinamentos de cujos conteúdos deve fazer parte a discussão dos “valores” relevantes para a empresa. Replica-se o que vale para outras linhas de ação centradas na promoção dos pequenos negócios, como a cultura do empreendedorismo e a da inovação.

A dúvida, no entanto, permanece quanto ao aprendizado do conteúdo moral que as normas encerram, as mudanças no plano valorativo-simbólico. Em outras palavras, o desafio é converter as normas jurídicas, que expressam relações de poder (coerção externa da lei), em normas morais traduzidas em valores e símbolos, produto de uma construção social e histórica e que se afirmam pela adesão e legitimidade, formatando o discurso de validação, de justificação (Srouf, 1998; Bourdieu, 2001; Boltanski; Thevenot, 1991).

Nesse aspecto, torna-se oportuno o recurso às explicações sobre a complexidade dos processos socializadores que ancoram essa discussão. Permanentes, contínuos, formais e informais, esses processos vão além da mera transmissão

de valores, normas e regras. Estão atrelados a um sistema de referências simbólicas e de representações sociais – o repertório para interpretação das situações vividas e das preferências quanto ao curso das ações (Dubar, 2005). Caberia explicitar os mecanismos que asseguram a submissão dos indivíduos a uma ordem normativa, convertendo a necessidade (obrigação) em uma virtude aprendida e cultivada. Em síntese, a socialização inclui a aprendizagem moral. Porém, os aprendizes, tal como na formulação de Hitlin (2015), são seres humanos multifacetados, em constante mutação, calculistas, emocionais e ilógicos, além de nem sempre serem autoconscientes de seus atos e percepções. As capacidades de agir, pensar e sentir sofrem múltiplas influências geradas no decorrer de processos históricos, na ação das forças estruturais e culturais e no exercício do livre arbítrio. O propósito de fazer do programa de integridade nos negócios um instrumento moralizador capaz de moldar os agentes econômicos como pessoas “morais” significa reconhecer a ancoragem moral também dos comportamentos racionais. A situação desejada é a incorporação da integridade no *habitus*, gerando a adequação subjetiva dos empreendedores aos imperativos das normas, ao referencial moral embutido na Cartilha. Por sua vez, essa complexa operação clama por uma nova arquitetura cultural para o mundo empresarial.

Comentários Finais

Nas teias conceituais da sociologia econômica, do movimento de *embeddness/re-embeddness* social da economia, a compreensão das iniciativas institucionais de fomento às micro e pequenas empresas, no plano jurídico e no campo da ação operacional, aciona uma conexão complexa de vários pontos: o funcionamento do mercado e a construção democrática, a participação ativa do Estado e da sociedade civil e as demandas de *accountability* e *responsiveness* que a opinião pública incorpora.

Nessa embocadura teórica, situam-se o conceito de Empresa Íntegra e a armação do discurso da integridade que, consoante explorado nas seções anteriores, mobiliza tanto os padrões cognitivos (desenho do plano, análise de risco, aprendizagem, criação de mecanismos regulatórios etc.) quanto os recursos morais do público a ser atingido. Assim sendo, não convém o reducionismo analítico, atendo-se às conexões entre o programa de integridade e o autointeresse – a maximização da utilidade mediante o ajuste da lei aos fins estritamente empresariais –, e se esquivando da compreensão de significados subjetivos e contextuais presentes na própria lógica da constituição dos agentes. Uma multiplicidade de lógicas de ação se ancora em interesses materiais individuais, mas

também em outras motivações referenciadas a um código cultural, provenientes de outros repertórios, como o da moral, dos sentimentos, dos laços sociais e das identificações no plano do simbólico. O discurso de legitimação do mercado não se sustenta solidamente nos tradicionais argumentos construídos com base no autointeresse e na eficiência, exigindo uma narrativa elaborada em termos mais elevados (morais e civilizadores) (Fourcade; Healy, 2007).

O reconhecimento das referências éticas na modelagem do comportamento e do juízo humano também nas relações de mercado não esgota o debate acerca da relação sempre problemática entre moral e interesse. Segundo Comte-Sponville (2005: 45), a ação moral pode comportar um interesse, porém, “ela só é válida, moralmente, na medida em que sua motivação não se reduzir a esse interesse – portanto, somente na proporção do desinteresse, pelo menos parcial, que ela comporta ou manifesta”. Nesses parâmetros de avaliação, a normatividade da integridade empresarial estaria na ordem jurídica e política e não na ordem moral ou na ordem ética. É nítida a acepção oportunista da virtude como fonte de lucro, marcando a presença da racionalidade instrumental na esfera dos valores, das crenças não exatamente para desencantá-las, mas para fazer do encantamento uma fonte de realização dos interesses. Reafirma-se o pragmatismo da virtude, mas aqui, o contexto institucional é mais aparelhado, sobretudo em seus mecanismos de controle e de fiscalização, para responder às demandas de transparência e de responsabilização.

Há que se ponderar, no entanto, que a integridade, em seu *status* ontológico ou axiológico, é uma categoria aberta e ambígua, afirmando-se ora como um valor em si ora como valor econômico, mediado pela utilidade. O valor utilitário interesseiro não exclui o significado moral, mais virtuoso (o dever), pois a integridade nos negócios seria benéfica tanto às empresas quanto ao interesse coletivo. Nessa promessa de universalização dos ganhos, explicita-se o código moral que legitima o interesse, as aspirações e vantagens relativas ao bem-estar de uma pessoa ou grupo, mas também as realizações e oportunidades em termos de objetivos mais gerais.

A despeito dos comportamentos oportunistas, a honestidade e a integridade são valores interiorizados, constatação que contribui para se entender a força de sedução e a própria banalização das construções discursivas da moral, tão em voga. A discussão sobre o retorno da moral, o ponto de partida dessa exposição, situa-se no contexto mais amplo caracterizado pela fragilidade do potencial de radicalidade embutido na crítica ao capitalismo diante do “quase monopólio ideológico” dessa forma de organização econômica e social, como também pela crise da política (nos mecanismos de regulação e de representação) e da

religião, fraturando-se os pilares da solidariedade social (Boltanski; Chiapello, 2009; Comte-Sponville, 2005).

A moral pode ser o repositório de valores e ideias, uma tábua de salvação, a resposta possível à demanda sistêmica por justificação e legitimidade diante da erosão das ideologias, a fragmentação das referências identitárias e a fragilidade das narrativas utópicas de apelo coletivistas. Do novo espírito do capitalismo (Boltanski; Chiapello, 2009) ou do atual circuito cultural do capitalismo (Thrift, 2005) faz parte a integridade empresarial, a palavra de ordem que baliza inclusive as retratações públicas e delações “premiadas”, tão em voga no cenário atual, no Brasil e no mundo. Não obstante a expressividade da retórica da integridade, o farto noticiário sobre o envolvimento de grandes corporações (inclusive algumas certificadas em “boa conduta”) em práticas de corrupção sinaliza a impotência operante dos programas internos de “*compliance*” para evitar ou prevenir a ocorrência de ilícitos, fazendo parecer triviais e ingênuos os esforços de explorar analiticamente o programa de integridade para os pequenos empreendimentos – o foco deste artigo.

Referências

- BOLTANSKI, Luc.; CHIAPELLO, Eve. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, 2009.
- _____.; THÉVENOT, Laurent. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris, Gallimard, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.
- _____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. 9ª ed. Campinas, SP, Papyrus, 2008 (1996).
- _____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, EDUSP; Porto Alegre, RS, Zouk, 2008a.
- BRASIL. *Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006*. Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, 2016. Disponível em: <<http://receita.economia.gov.br/aceso-rapido/legislacao/leis-complementares#LC2006>>. Acesso em: 26 mar. 2019.
- BRASIL. *Lei n. 12.846 de 01 de agosto de 2013*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12846.htm>. Acesso em: 26 mar. 2019.
- BRASIL – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Comprando das Micro e Pequenas Empresas. *Caderno de Logística n. 4*. Brasília (DF), 2013a.
- BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União. Projeto Integridade: um grande compromisso para pequenas empresas. *CGU*, 23/12/2014.

- Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/assuntos/etica-e-integridade/setor-privado/micro-e-pequenas-empresas/projeto-integridade-sebrae-cgu>>. Acesso em: 26 mar. 2019.
- BRASIL. Presidência da República. *Decreto Lei n. 8.420/2015*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8420.htm>. Acesso em: 26 mar. 2019.
- BRASIL. CGU-SMPE. *Portaria n. 2.279/2015*. Diário Oficial da União – Seção 1. n. 173, quinta-feira, 10 de setembro de 2015, 2015a.
- BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União. *Empresa Pró-Ética*, s/d. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/assuntos/etica-e-integridade/empresa-pro-etica>>. Acesso em: 26 mar. 2019.
- BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União. Ministério da Transparência e Sebrae lançam Rede Nacional Empresa Íntegra. *CGU*, 11/07/2017. <<http://www.cgu.gov.br/noticias/2017/07/ministerio-da-transparencia-e-sebrae-lancam-rede-nacional-empresa-integra>>. Acesso em: 26 mar. 2019.
- CNM/SEBRAE. *Manual de Desenvolvimento dos Municípios*. Brasília: CNM/SEBRAE, 2011. Disponível em: <www.portaldodesenvolvimento.org.br>. Acesso em: 26 mar. 2019.
- COLLINS, Randall. On the microfoundations of macrosociology. *American Journal of Sociology*. v. 86, n. 5, 1981, pp. 984-1014.
- COMTE-SPONVILLE, André. *O capitalismo é moral? Sobre algumas coisas ridículas e as tiranias de nosso tempo*. São Paulo, Martins Fontes, 2005.
- _____. *Pequeno Tratado das Grandes Virtudes*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- CGU (Controladoria Geral da União); INSTITUTO ETHOS; GRUPO DE TRABALHO DO PACTO EMPRESARIAL PELA INTEGRIDADE CONTRA A CORRUPÇÃO. *A responsabilidade social das empresas no Combate à corrupção*. Junho 2009. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/arquivos/manualrespsocialempresas_baixa.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2019.
- CUNHA FILHO, Marcelo de Castro; FERES, Marco Viniceo Chein. Ordem normativa institucional e liberdade. *RBCS*. v. 31, n. 90, fevereiro/2016, pp. 137-150.
- DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. *O Município contratando com a micro e pequena empresa: o estatuto da micro e pequena empresa fomentando a economia dos municípios*. Brasília: SEBRAE, 2009. Disponível em: <<http://sites.pr.sebrae.com.br/leigeral/wp-content/uploads/sites/35/2013/12/Municipio-contratando-MPE.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. 36ª ed. Petrópolis, Vozes, 2009.

- FOURCADE, Marion; HEALY, Kieran. Moral Views of Market Society. *Annual Review of Sociology*. v. 33, 2007, pp. 285-311. Disponível em: <<http://soc.annualreviews.org>>. Acesso em: 26 mar. 2019.
- FOURCADE, Marion. The economy as morality play, and implications for the Eurozone crisis. In: FOURCADE, Marion; STEINER, Philippe; STREECK, Wolfgang; WOLL, Cornelia. (Orgs.) *Moral Categories in the Financial Crisis*. MaxPo Discussion Paper. *Max Planck Sciences Po Center on Coping with Instability in Market Societies*. n. 13, v. 1. June 2013, pp. 21-27. Disponível em: <https://pure.mpg.de/rest/items/item_1854550/component/file_1854548/content>. Acesso em: 14 mai. 2019.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 2. ed, 2003.
- HEINICH, Nathalie. La Sociologie à l'épreuve des valeurs. *Cahiers Internationaux du Sociologie*. v. 2, n. 121, 2006, pp. 287-315. DOI 10.3917/cis.121.0287.
- HITLIN, Steven. Os Contornos e o Entorno da Nova Sociologia da Moral. *Sociologias*. Porto Alegre, n. 17, v. 39, mai/ago 2015, pp. 26-58. <<http://dx.doi.org/10.1590/15174522-017003902>>. Acesso em: 26 mar. 2019.
- HIRSCHMAN, Albert. *As paixões e os interesses. Argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- MOORE, Barrington. *Aspectos morais do crescimento econômico e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- MOREIRA, Heloísa Camargo; MORAIS, José Mauro. *Compras Governamentais: Políticas e Procedimentos na Organização Mundial de comércio, União Europeia, Nafta, Estados Unidos e Brasil*. Texto para Discussão nº 930, IPEA. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0930.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2019.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens políticas e econômicas de nosso tempo*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- ROSATI, Massimo; WEISS, Raquel. Tradição e autenticidade em um mundo pós-convenção: uma leitura durkheimiana. *Sociologias*. Porto Alegre, n. 17, v. 39, mai/ago 2015, pp. 110-162. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/15174522-017003904>>. Acesso em: 26 mar. 2019.
- SEBRAE. *Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. A história de uma lei que veio para fazer História*. Brasília, Sebrae Nacional, 2007. Disponível em: <www.sebrae.com.br>. Acesso em: 26 mar. 2019.
- _____. *Integridade para Pequenos Negócios. Construa o país que desejamos a partir da sua empresa*. Brasília (DF), SEBRAE Nacional, 2015.
- _____. *Conhecer Projeto Prosperar*, n. 33, janeiro de 2016. Disponível em: <www.sebrae.com.br>; Acesso em: 26 mar. 2019.
- SEN, Amartya. K. *Desenvolvimento com liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

- SROUR, Robert. H. *Poder, Cultura e Ética nas Organizações*. Rio de Janeiro, Campus, 1998.
- STEINER, Philippe. High wages in the financial crisis. In: FOURCADE, Marion; STEINER, Philippe; STREECK, Wolfgang; WOLL, Cornelia. Moral Categories in the Financial Crisis. MaxPo Discussion Paper 13/1. *Max Planck Sciences Po Center on Coping with Instability in Market Societies*. n. 13, v. 1. Jun. 2013, pp. 5-9. Disponível em: <https://pure.mpg.de/rest/items/item_1854550/component/file_1854548/content>. Acesso em: 14 maio 2019.
- STREECK, Wolfgang. The construction of a moral duty for the Greek people to repay their national debt. In: FOURCADE, Marion; STEINER, Philippe; STREECK, Wolfgang; WOLL, Cornelia. Moral Categories in the Financial Crisis. MaxPo Discussion Paper 13/1. *Max Planck Sciences Po Center on Coping with Instability in Market Societies*. n. 13, v. 1. June 2013, pp. 14-20. Disponível em: <https://pure.mpg.de/rest/items/item_1854550/component/file_1854548/content>. Acesso em: 14 maio 2019.
- THRIFT, Nigel. *Knowing Capitalism*. London, Sage, 2005.
- VANDENBERGHE, Frédéric. A Sociologia como uma Filosofia Prática e Moral (e vice-versa). *Sociologias*. Porto Alegre, n. 17, v. 39, maio/ago 2015, pp. 60-109.
- WEBER, Max. *A ética protestante o "espírito" do capitalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
- WEISS, Raquel. Apresentação do dossiê: Sociologia e Moral. *Sociologias*. Porto Alegre, n. 17, v. 39, maio/ago 2015, pp. 16-24.
- WORLD BANK INSTITUTE. *Fighting Corruption Through Collective Action – A Guide for Business*. Washington, DC, 2008. Disponível em: <https://www.globalcompact.de/wAssets/docs/Korruptionspraevention/Publikationen/fighting_corruption_through_collective_action.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

Recebido em 17/10/2017

Aprovado em 30/05/2019

Como citar este artigo:

- COLBARI, Antonia de Lourdes. "Integridade para Pequenos Negócios" e desencantamento da moral. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 1, jan.-jun. 2019, pp. 123-144.

A dificuldade de morar. Exercícios de poder no fenômeno dos sem-abrigo¹

João Aldeia²

Resumo: De modo dominante, os sem-abrigo são percebidos como indivíduos anormais e/ou anormativos que vivem na rua devido a esta insuficiência fundamental. Desta forma, considera-se que cada indivíduo sem-abrigo só poderá sair da rua se, sob a tutela de um profissional assistencialista, modificar quem e o que é. Essa relação tutelar apresenta-se como uma forma de dominação na qual os sem-abrigo são incentivados e/ou coagidos a aceitar a sua posição desqualificada. Usando como base empírica da reflexão o processo de cedência de moradas institucionais a sem-abrigo para que estes possam receber correspondência, o texto aborda diferentes exercícios e lógicas de poder pelas quais é produzida a submissão sociopolítica dos sem-abrigo.

Palavras-chave: Governamentalidade da vida na rua; Morada; Poder; Sem-abrigo.

Inhabiting difficulties. Power exercises in homelessness.

Abstract: *The homeless are commonly perceived as individuals who live on the street due to their fundamental inadequacy. As such, it is generally considered that each*

-
- 1 Este texto resulta da investigação de doutoramento em Sociologia que realizei na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, com o acolhimento científico do Centro de Estudos Sociais da mesma universidade, financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia com a bolsa individual de doutoramento com a referência SFRH/BD/85867/2012. Agradeço a Ana Manso, Sílvia Portugal e Sónia Ferreira pela leitura do texto e comentários. Todos os problemas que permaneçam são da minha responsabilidade.
 - 2 Centro de Ecologia Funcional da Universidade de Coimbra – Coimbra – Portugal – alvesaldeia@gmail.com

homeless individual can only leave the street if he changes who and what he is. To be able to do this, it is accepted that he has to be under the tutelage of a welfare professional. This tutelary relationship presents itself as a form of domination in which the homeless are encouraged and/or coerced to accept their disqualified position. Empirically anchored in the provision of institutional addresses to homeless individuals so that they can receive mail, this article reflects on different exercises and logics of power by which the sociopolitical submission of the homeless is produced.

Keywords: *Address; Governmentality of life on the street; Homeless; Power.*

Introdução

O dispositivo de governo da vida na rua corresponde ao conjunto de instituições, atores, procedimentos, enunciados *etc.* que, de modo direto ou indireto, influenciam a forma do fenômeno dos sem-abrigo. Esse dispositivo tende a operar no registo da individualização patológica do fenômeno dos sem-abrigo: invisibilizando e/ou naturalizando as suas dimensões estruturais (*e.g.*, o modo de organização dos mercados habitacional e de trabalho, a forma como os órgãos políticos oficiais se relacionam com os sujeitos), cada sujeito sem-abrigo é percebido como inerentemente anormal (doente e/ou deficiente mental) e/ou anormativo (preguiçoso, mentiroso, aproveitador, debochado, toxicodependente, alcoólico). Face a isto, o objetivo estratégico desta rede de elementos é a normalização e normatização dos indivíduos e da população sem-abrigo.

Neste registo de ação, o dispositivo produz efeitos de realidade pela mobilização de diferentes procedimentos de poder, aqui conceptualizados a partir da herança de Foucault (1994; 2006; 2009; 2012a). Esses procedimentos visam tanto disciplinar cada indivíduo sem-abrigo, tornando-o dócil, quanto regular a população sem-abrigo. Essas orientações individualizantes e totalizantes são duas dimensões fundamentais da biopolítica moderna que, na conceptualização foucaultiana, apresenta-se como um exercício em prol da vida, como um poder de “fazer viver ou rejeitar para a morte” (Foucault, 1994; 2006) que procura não só preservar a vida como dar-lhe uma forma particular.

Contudo, no fenômeno dos sem-abrigo, a estratégia biopolítica nunca se apresenta como um estímulo indiscriminado da vida. Tanto quanto biopolítica, a lógica operativa do dispositivo permanece soberana, exercendo-se como um poder de “matar ou deixar viver” (Foucault, 1994; 2006; 2012a). Isso constrange as possibilidades de vida dos sem-abrigo, tornando formas variadas de morte sociopolítica onipresentes na estratégia do dispositivo de governo da vida na

rua. A vida que o dispositivo procura preservar é a vida biológica de cada indivíduo sem-abrigo e não a sua vida politicamente qualificada.

Este *modus operandi* do poder expõe a vida dos sem-abrigo a ações arbitrárias de diversos atores domiciliados que, com boa ou má vontade, condicionam as possibilidades de vida dos primeiros. Deste modo, em termos rigorosos, a estratégia de ação do dispositivo de governo da vida na rua não é biopolítica *tout court*. Antes, ela assume a forma de uma bio-tanato-política que faz os sem-abrigo sobreviver sem nunca lhes permitir afastarem-se significativamente do limiar entre a vida e a morte.

Esta amálgama de mecanismos de poder em operação no fenômeno dos sem-abrigo resulta numa lógica de intervenção condicional na qual é fornecida uma assistência minimalista aos sem-abrigo em troca da sua participação numa relação tutelar (formalizada ou não na figura do gestor de caso). No seio desta relação, cada sem-abrigo é analisado na sua anormalidade e/ou anormatividade, sendo incentivado a realizar um processo de ressubjetivação. De forma idealizada, por este processo, o sujeito deixaria de ser anormal e/ou anormativo, logo, adquiriria condições de possibilidade íntimas para deixar de ser sem-abrigo. Contudo, na prática, a relação tutelar *de facto* existente obstaculiza a própria possibilidade desse processo de transformação de si poder ter o sucesso pretendido pelo dispositivo de governo da vida na rua – sobretudo, dado que essa relação se desenvolve no contexto da ausência de ação no sentido de qualquer mudança estrutural. Assim, na maioria das situações, a relação tutelar torna-se numa forma de dominação no seio da qual se visa efetivar *de facto* uma transformação de cada sujeito sem-abrigo, mas no sentido de este se tornar submisso. O resultado dessa forma da operação das tecnologias de poder mobilizadas pelo dispositivo é a constante negação de direitos – no limite, é a negação do arendtiano “direito a ter direitos” (Arendt, 2010: 353-401) – aos sem-abrigo e o estímulo da sua aceitação do tipo particular de vida desqualificada que lhes é imputada.

Uma das tecnologias (*i.e.*, dos procedimentos de poder, mais ou menos formalizados, que produzem efeitos de realidade) mobilizadas pelo dispositivo de governo da vida na rua que mais explicitamente espelha a amálgama bio-tanato-política é a cedência de moradas. Esta consiste na permissão concedida por profissionais assistencialistas a indivíduos sem-abrigo que pernoitam na rua em sentido literal³ para que estes últimos usem a morada administrativa da ins-

3 Ou em espaços não previstos para pernoita humana, tais como edifícios abandonados, muitas vezes em estados de conservação arquitetónica muitíssimo degradado, colocando em causa a integridade física de quem neles dorme.

tituição para a qual trabalham os primeiros, de modo a poderem receber correspondência. Na operação dessa tecnologia, são nítidos vários dos procedimentos e lógicas de poder característicos do governo da vida na rua.

Neste texto, como base empírica para pensar a operação do dispositivo de governo da vida na rua, mobilizo o trabalho de campo que realizei no âmbito de uma pesquisa de doutoramento. Em particular, durante alguns meses, observei reuniões interinstitucionais periódicas nas quais estavam presentes profissionais assistencialistas (sobretudo, assistentes sociais e psicólogos) e profissionais da área da psiquiatria em representação de diversas instituições públicas e terceiro setor que intervêm quotidianamente no fenômeno dos sem-abrigo.

Este trabalho não pode deixar de ser localizado no espaço e no tempo, não pretendendo valer por quaisquer critérios de representatividade. Antes, a investigação assume-se como heurísticamente válida enquanto exemplar. Tendo a observação das reuniões sido realizada numa cidade portuguesa de média dimensão, em 2013 e 2014⁴, necessariamente, haverá questões que são particulares a esta realidade e que poderão não estar presentes noutros espaços-tempo, ou não o estar com a mesma importância relativa. Não obstante, o registo de observação reflexiva mobilizado permite abrir uma porta para a compreensão não só do contexto particular estudado mas do próprio dispositivo de governo da vida na rua. Ainda que este último não seja igual em toda a parte, ele apresenta fortes isomorfismos à escala do modelo societal moderno ocidental que estão para além dos campos empíricos concretos das investigações.

Vida na rua

O fenômeno dos sem-abrigo é uma forma de vida na rua. Esta expressão indica que há uma forma de vida específica estrutural e ontologicamente associada aos sem-abrigo, bem como que a rua é um espaço social particular. Interpretando a rua a partir da experiência de dominação dos sem-abrigo, ela apresenta-se como um espaço de exceção permanente, como uma “zona de indistinção” (Agamben, 1998; 2010) na qual a normatividade (escrita como lei ou regulamento e/ou transmitida culturalmente na sucessão das gerações) dominante que regula as vidas dos sujeitos domiciliados das classes médias e elites é suspensa e, podendo reter validade *de jure*, não é *de facto* aplicável na orientação das interações em que os sem-abrigo estão presentes, nomeadamente, daquelas em que estes se relacionam com não-sem-abrigo. Na rua, esta normatividade é

4 O trabalho de campo total, realizado na mesma cidade mas recorrendo a outros processos de produção de informação, decorreu entre 2010 e 2014.

substituída por exercícios arbitrários de poder que condicionam as possibilidades de vida dos sem-abrigo ao permitirem ou impedirem que estes acedam a recursos e sejam tratados com respeito (Arnold, 2004; Feldman, 2006).

Em termos exatos, a normatividade dominante não tem, forçosamente, de estar ausente na regulação das interações em que os sem-abrigo estão envolvidos. Ela pode *de facto*, a espaços, servir para os orientar. Porém, aplicando-se ou não se aplicando, a sua efetivação ou não efetivação está para além da capacidade de influência dos próprios sem-abrigo. É outrem que não eles que decide, a cada momento específico, se uma normatividade *de jure* válida é mobilizável para regular uma interação ou se, pelo contrário, esta última constitui uma situação de exceção e, logo, deve ser orientada segundo a vontade do decisor. Deste modo, como zona de indistinção, a rua caracteriza-se pela mobilização de um “direito de matar ou deixar viver” (Foucault, 1994; 2006) pelos sujeitos que, temporariamente e com intensidades diferentes consoante a sua posição hierárquica e heterárquica, comportam-se como soberanos face aos sem-abrigo.

Numa conceptualização schmittiana, “o soberano é aquele que decide sobre a exceção” (Schmitt, 2005: 5),⁵ indicando que este sujeito se encontra na posição de, a cada instante, decidir se uma situação constitui ou não uma exceção e, em simultâneo, caso a considere excecional, decidir que conjunto de procedimentos casuísticos mobilizar para orientar a interação (Strong, 2005: xii). O modelo societal ocidental contemporâneo coloca limites a esta posição, impedindo – pelo menos, à esmagadora maioria dos sujeitos e na esmagadora maioria das situações – que seja dada morte biológica aos sem-abrigo. Porém, face aos sem-abrigo todos os sujeitos domiciliados das classes médias e elites podem comportar-se como soberanos, pois, de forma arbitrária, as suas ações podem diminuir significativamente as possibilidades de vida de quem vive na rua. Normalizando-se o caráter excecional dos exercícios de poder na rua⁶, a cada instante, o tratamento dos sem-abrigo fica dependente não de uma normatividade estável, mas, pelo contrário, da boa ou má vontade de cada não-sem-abrigo que, naquela ocasião, assume o exercício da soberania.

Existindo na exceção permanente, os sem-abrigo tornam-se dependentes do arbítrio soberano com que outrem os pode bem ou maltratar, o que os reduz *de facto* a uma forma de vida nua, a uma vida constantemente exposta à possibilidade aleatória de lhe ser dada morte (Agamben, 1998) – no caso, sobretudo, morte política. Aprisionados no espaço social da rua, os sem-abrigo são

5 Todas as citações em língua original que não o português foram por mim traduzidas.

6 Sobre a normalização da exceção na contemporaneidade, cf. Agamben (1998; 2010).

politicamente abandonados ao ser-lhes vedada uma qualificação como *bios*, a vida política que os gregos clássicos associavam à *polis*, e ao serem circunscritos a uma existência como *zoe*, como pura vida biológica, “o simples facto de viver” (Agamben, 1998: 11), associada na Antiguidade helênica ao espaço do *oikos* (Agamben, 1998; Arendt, 2001).

Classicamente, essa vida biológica, tendo como objetivo exclusivo a reprodução individual e da espécie, era desqualificada face à *bios*. Esta última era a vida naquilo que nela se reporta à produção de algo mais do que o estritamente necessário à sua reprodução, característica de todos os cidadãos livres. Por seu lado, a *zoe* surgia como forma de vida que era reservada a todos os que não eram cidadãos – escravos, mulheres, crianças, bárbaros. Estes últimos sujeitos, tendo as suas vidas consumidas com a reprodução biológica, atividade elementar que partilhavam com os animais não humanos, eram percebidos como não inteiramente humanos devido à sua desqualificação política (Agamben, 1998; Arendt, 2001: 52 *et passim*).

Com o início da modernidade ocidental, a vida biológica penetrou firmemente no espaço político que, anteriormente, era o domínio da *bios* (Agamben, 1998; Arendt, 2001; Esposito, 2010; 2011; Foucault, 1980a; 1994; 2006). Neste movimento de politização do biológico pela sua transformação em assunto público, a *zoe* tornou-se objeto de ação política e, deste modo, deixou de ser exatamente aquilo que era para os gregos clássicos. Ela se transformou em vida nua precisamente ao tornar-se numa forma de vida biológica que, porém, existe no espaço da *bios* e, assim, passa a estar dependente do arbítrio com que outrem pode condicionar as suas possibilidades de existência, mantendo-as, aumentando-as, diminuindo-as ou eliminando-as (Agamben, 1998).

Ao serem abandonados na rua como exceção permanente, é esta vida nua, e não meramente a *zoe*, que caracteriza os sem-abrigo. Estes sujeitos não são, pura e simplesmente, deixados existir. A sua manutenção vital não é deixada ao sabor de um acaso natural para lá de qualquer possibilidade ou interesse de intervenção política. Ela é deixada ao sabor do acaso, mas do acaso politicamente intervencionado. A vida dos sem-abrigo é exposta em toda a sua nudez na exata medida em que é tornada assunto público. Ela está despida face à aleatoriedade do exercício do poder. É esta forma de acaso que a condiciona, proveniente da prerrogativa soberana pela qual as suas possibilidades de manutenção, desenvolvimento ou eliminação são decididas, com quase total liberdade e impunidade, por outrem que não o próprio sujeito que vive na rua.

O dispositivo de governo da vida na rua

O dispositivo de governo da vida na rua, conceptualizado neste texto a partir de uma herança intelectual foucaultiana (Foucault, 1980b; 1994; 2009; 2010; 2012a), corresponde à rede de elementos – instituições, atores, procedimentos, enunciados, objetos *etc.* – que, de modo direto ou indireto, contribuem para dar uma forma específica ao fenómeno dos sem-abrigo num espaço-tempo concreto. Esse dispositivo é composto por dois subdispositivos. Por um lado, ele tem uma parte oficial, composta por aqueles elementos que são formalmente incumbidos da intervenção na vida na rua e sobre os sem-abrigo (Instituto da Segurança Social, Instituições Particulares de Solidariedade Social, decisores de políticas públicas da pobreza, instituições psiquiátricas que lidam frequentemente com sem-abrigo, órgãos diversos do Estado central e local). Por outro lado, o dispositivo tem uma parte não oficial, correspondente àqueles elementos que não são formalmente legitimados para produzir efeitos de realidade sobre o fenómeno dos sem-abrigo, mas cuja ação quotidiana, contudo, produz tais efeitos, condicionando as possibilidades de vida de quem vive na rua (associações de moradores e comerciantes cujos espaços residenciais e comerciais se encontram em áreas de circulação habitual de populações sem-abrigo, polícia, decisores económicos locais, nacionais e transnacionais cujas ações influenciam a vida da esmagadora maioria dos sujeitos numa localidade, país ou no globo, órgãos de comunicação social, partes da Academia que trabalham sobre o tema). Se o fenómeno dos sem-abrigo é, em si mesmo, o conjunto de elementos heterogêneos agonisticamente articulados que têm alguma relação mais ou menos direta com a vida na rua, então, ele é o dispositivo de governo da vida na rua. Necessariamente, na medida em que os sem-abrigo não são meros recetáculos de exercícios de poder ou entidades que simplesmente reagem ao que lhes é feito, esses sujeitos são tanto parte do dispositivo quanto os outros atores envolvidos.

Os dispositivos implicam a circulação simultânea de fluxos de saber e poder que estão sempre inextricavelmente relacionados. Por sua vez, estas relações de saber-poder produzem sempre subjetivações específicas, criam tipos de sujeito (Agamben, 2009; Binkley, 2011; Deleuze, 1992; Foucault, 1980b; 1994; 2009; 2010; 2012a; 2012b). Nesta medida, ao mesmo tempo e com igual peso relativo, os dispositivos revelam-se sempre produtivos e destrutivos, criadores e constrangedores. Em particular, geram condições de possibilidade de certos modos particulares de enunciação, ação e subjetivação, fazendo isto, necessariamente,

à custa do impedimento ativo de outras formas de dizer e agir e de outros processos de constituição de (outros tipos de) sujeitos.

A agregação heterogênea e agonística de elementos que é o dispositivo gera uma intencionalidade global, estratégica, que não corresponde nunca de modo exato às intenções individuais de cada um dos seus elementos. Essa estratégia de ação é, acima de qualquer outra coisa, não-subjetiva (Deleuze, 1992; Elias, 1997; 2004; 2005; 2006; Foucault, 1980b; 1994; 2009; 2010; Law, 1991; Raffnsøe; Gudmand-Høyer; Thaning, 2014). À semelhança da mudança social numa conceptualização eliasiana, a estratégia de um dispositivo vai “crescendo por planos, mas de forma não planeada” (Elias, 2004: 85). As racionalidades, intenções e ações individuais associam-se umas com as outras progressivamente, numa lógica conflitual, levando a que o resultado de cada momento de confronto não equivalha nunca ao que fora planeado por qualquer um dos elementos individuais do dispositivo. A estratégia holística que daqui resulta tem uma inércia própria, condicionando as ações dos elementos individuais do dispositivo – ainda que essa estratégia apenas possa existir a partir da associação de todas as ações individuais que a compõem.

Essa intencionalidade estratégica do dispositivo, de forma incontornável, torna-o num fenômeno de “governo”. Até ao Século XVII, o termo “governo” não tinha o significado contemporâneo de executivo governamental formal de um Estado-nação. Antes, esse termo remetia para o conjunto “de mecanismos e de procedimentos destinados a conduzir os homens, a dirigir a conduta dos homens, a conduzir a conduta dos homens” (Foucault, 2012b: 14). Neste sentido, o exercício de governo é aquele agregado de ações humanas que tem como objetivo a condução de conjuntos de elementos, nomeadamente, mas não só, humanos, procurando *dispô-los* de uma certa forma para atingir objetivos específicos. Governar é exercer uma certa “condução de condutas” que respeita os princípios tácitos e explícitos de uma dada “governamentalidade”, de uma certa “arte de governo”, de uma certa “racionalidade de governo” (Foucault, 1983; 2009; 2010; 2012b). Governar é procurar que um fenômeno espacio-temporalmente concreto atinja uma forma pretendida, de modo subjetivo ou não subjetivo, implicando que os seus elementos, na sua agregação como população e na sua individualidade, precisem de ser guiados até que cada um deles e as relações entre eles circulem de um modo desejável. No esquema de qualquer governamentalidade, a produção de tais efeitos de realidade é conseguida através da ação de dispositivos.

A estratégia governamental do dispositivo de governo da vida na rua não visa eliminar o fenômeno dos sem-abrigo. Antes, este dispositivo pretende gerir,

conduzir, os indivíduos e a população sem-abrigo até que eles adquiram uma certa forma. De modo geral, a ação governamental na vida na rua apresenta-se como uma individualização patológica que tem duas orientações fundamentais.

Por um lado, a individualização patológica opera num registo de normatização dos sem-abrigo, procurando que eles se transformem em sujeitos submissos à normatividade dominante num dado espaço-tempo através de ações punitivas. Esse *modus operandi* tem uma longa história no mundo ocidental, acompanhando o fenómeno dos sem-abrigo desde o seu surgimento na forma atual, nas décadas de 1970 e 1980 (Hopper, 2003; Gowan, 2010). Mas, antes disto, essa racionalidade de governo é predominante na conceptualização da e ação sobre a pobreza desde a Idade Média europeia, oscilando historicamente o tratamento dos pobres entre a “piedade” e a “força” (Geremek, 2010). Nesse registo, os sem-abrigo são sujeitos preguiçosos, desonestos, debochados, alcoólicos, toxicodependentes, aproveitadores, que recusam comportar-se de acordo com a normatividade dominante e preferem sobreviver à custa da generosidade coletiva e individual alheia.

Por outro lado, a individualização patológica desenvolve-se de acordo com um registo medicalizante que percebe os sem-abrigo e age sobre eles como sujeitos inerentemente anormais, neuro-psiquiatricamente errados. Essa racionalidade de governo da vida na rua emergiu no final da década de 1980 e é hoje em dia dominante (Gowan, 2010; Hopper, 2003; Lovell, 1992; Lyon-Callo, 2008; Mathieu, 1993; Wasserman; Clair, 2010). A medicalização é um processo de extensão de uma grelha conceptual de origem médica à totalidade ou quase totalidade do campo social de um fenómeno, previamente interpretado de outra forma, passando os seus atores a mobilizar discursos, definições, enfim, toda uma semântica médica para abordá-lo (Conrad, 1992; 2007; Conrad; Schneider, 1992). No caso da vida na rua, essa racionalidade consiste na representação ubíqua dos sem-abrigo como doentes e/ou deficientes mentais⁷ que importa normalizar através de procedimentos e relações derivadas do dispositivo médico (em particular, psiquiátrico).

Privilegiando uma ou outra destas orientações da individualização patológica, ou mesclando-as, o dispositivo de governo da vida na rua fragmenta o fenómeno dos sem-abrigo numa multiplicidade de entidades ontologicamente inferiores. Em geral, a medicalização tende a se articular com a normatização,

7 Mas também como alcoólicos e toxicodependentes, pois essas duas questões são em si mesmas recodificadas num campo medicalizado como problemas neuro-psiquiátricos.

levando a que os sem-abrigo sejam, em simultâneo, doentes e perversos, necessitados de tratamento e de punição.⁸

Essa intencionalidade estratégica se efetiva quer como exercício individualizado e individualizante, incidindo sobre os corpos individuais que vivem na rua, quer como exercício totalizante, visando regular a população sem-abrigo que existe num dado espaço-tempo. Apesar da individualização patológica privilegiar intervenções dirigidas a cada sujeito sem-abrigo isolado, as medidas de regulação populacional não estão ausentes – ainda que, muitas vezes, sejam consequências não reflexivamente planeadas do conjunto das ações individuais levadas a cabo pelos agentes do dispositivo de governo da vida na rua.

Numa matriz foucaultiana, essas duas lógicas da circulação do poder são indissociáveis (Foucault, 1994; 2006; 2009). Ambas são dimensões fundamentais da biopolítica moderna que emerge, do Século XVII em diante, já não como expressão do “direito de matar ou deixar viver”, mas, pelo contrário, de um poder de “fazer viver ou rejeitar para a morte” (Foucault, 1994; 2006; 2009). Portanto, na modernidade ocidental, o poder deixa de se efetivar de modo privilegiado pelo lado da morte e se transforma numa intervenção continuada sobre a vida, “sobre a maneira de viver e sobre o «como» da vida” (Foucault, 2006: 264), o que, necessariamente, relega a morte para o seu limite, torna-a no ponto em que o poder deixa de se poder exercer.

Na biopolítica moderna, os exercícios individuais e individualizantes sobre os corpos individuais obedecem a uma lógica disciplinar de controlo total asente em diversas tecnologias: a vigilância ubíqua; o constrangimento espacial (*e.g.*, encarceramento); o exame exaustivo e contínuo das ações e pensamentos dos sujeitos; a definição apriorística das atividades a realizar e das temporalidades em que estas devem ser executadas; e a punição generalizada e detalhada de todas as infrações à conduta prescrita. O objetivo central desta lógica de “vigiar e punir” (Foucault, 2012a) é intervir sobre o íntimo de cada indivíduo disciplinado, transformando-o num sujeito dócil (que não coloca em questão a forma da organização societal em que existe, que o prejudica) e útil (passível de ser utilizado pelo sistema produtivo capitalista).

No que toca ao nível totalizante, a biopolítica moderna apresenta-se como um exercício de regulação populacional (Foucault, 1980a; 1994; 2006; 2009). Na modernidade ocidental, os atos de governo passam a ter como objetivo a

8 Esta associação com a normatização não é uma idiossincrasia da medicalização da vida na rua. Antes, ela é uma característica constitutiva da própria medicalização, que, desde a sua gênese moderna, no Século XVIII, revela uma tendência simultaneamente normalizante e normativizante (Foucault, 1978; 1999; 2012a).

preservação e o desenvolvimento vital da população existente num dado espaço-tempo. A estatística e a demografia tornam-se em tecnologias centrais desta regulação, permitindo identificar regularidades populacionais em torno de normas científicas, bem como desvios face à normalidade (*i.e.*, situações em que uma população tem um comportamento atípico face a uma dada variável). Graças a isto, torna-se possível intervir tecnicamente sobre as condições de vida de uma população, corrigindo (*i.e.*, normalizando) as condutas desta última que a afetam de modo negativo.

Apesar da governamentalidade da vida na rua revelar inegáveis orientações disciplinares e reguladoras, a estratégia biopolítica de governo deste fenômeno nunca se apresenta como um estímulo indiscriminado da vida dos sem-abrigo. Reduzindo os (indivíduos e a população) sem-abrigo a uma vida nua permanentemente exposta ao arbítrio com que sujeitos não-sem-abrigo condicionam as suas possibilidades de existência, a intencionalidade estratégica do dispositivo de governo da vida na rua é incontornavelmente bio-tanato-política. Tanto quanto uma forma de exercer poder sobre a vida, ela é um modo de exercer poder através da morte. A ação desse dispositivo é produtiva e destrutiva ao mesmo tempo, geradora e constringedora com o mesmo peso relativo. O governo da vida na rua estimula ativamente a manutenção da vida biológica dos sem-abrigo. Mas esse campo de possibilidades de ação, discurso e subjetivação é feito existir à custa da anulação de quaisquer outros campos de possibilidades de ser alternativos, nomeadamente da esfera de ação na qual a *bios* poderia desenvolver-se. Desse modo, a governamentalidade da vida na rua não visa pura e simplesmente matar, ainda que tenha o efeito de reduzir a vida, nem fomentar de modo indiscriminado a vida, ainda que tenha o efeito de fazer viver. Antes, a estratégia global do dispositivo de governo da vida na rua apresenta-se como uma bio-tanato-política que faz os sem-abrigo sobreviver sem nunca lhes permitir afastarem-se de modo significativo desse limiar entre a vida e a morte.⁹

A cedência institucional de moradas a quem não tem habitação

Nas discussões entre profissionais das instituições envolvidas na intervenção assistencialista na vida na rua (sobretudo, mas não só, assistentes sociais e psicólogos), as questões práticas do quotidiano apresentam uma enorme

9 Esta conceptualização de uma bio-tanato-política que faz sobreviver no governo da vida na rua é derivada das reflexões de Esposito (2010, 2011) sobre o funcionamento do mecanismo imunitário na modernidade ocidental. O desenvolvimento do quadro conceptual deste autor está para além deste texto, mas impõe-se creditá-lo.

relevância. Uma das questões fundamentais para diversos desses atores, recorrentemente abordada nas reuniões interinstitucionais que observei durante o trabalho de campo realizado, é o processo pelo qual cada instituição assistencialista atribui moradas aos sem-abrigo que pernoitam na rua em sentido literal (espaços públicos não previstos para a habitação, casas abandonadas *etc.*) para que estes sujeitos possam receber correspondência.

Não tendo casa, esses sem-abrigo não têm também uma localização administrativa onde possam ser contactados. Isso dificulta a sua localização, desde logo, pelos profissionais de diversas instituições quando estes desejam contactá-los. Essa dificuldade de contacto devido à ausência de morada pode ter consequências negativas consideráveis sobre as vidas dos sem-abrigo, tais como o agravamento de problemas judiciais ou a suspensão de uma prestação pública da pobreza, diminuindo significativamente as possibilidades de vida de quem vive na rua em sentido literal.

A cedência de moradas institucionais para que os sem-abrigo que pernoitam na rua em sentido literal possam receber correspondência é uma tecnologia de poder particularmente interessante para compreender a governamentalidade da vida na rua. Nesta tecnologia é notória a articulação de diversos mecanismos de poder e é identificável o caráter agonístico das práticas interligadas de diversos profissionais e instituições da parte oficial do dispositivo de governo da vida na rua. Por um lado, há instituições que cedem as suas moradas após um primeiro contato com um sujeito que se apresente como de tal necessitado aos olhos de um profissional assistencialista concreto. Por outro lado, há instituições que apenas cedem as suas moradas a sujeitos que aceitem ser acompanhados por um gestor de caso na instituição. A localização num ou noutro desses casos depende da normatividade oficial e informal de cada instituição concreta, bem como do arbítrio de cada profissional assistencialista que contata com um sem-abrigo necessitado de um local onde possa receber correspondência – sendo que este arbítrio é limitado pela normatividade institucional, mas esta, em si mesma, tem uma dose de aleatoriedade.

A prática de fazer a cedência de moradas institucionais depender da aceitação de um acompanhamento por um profissional assistencialista torna inegável que esta morada é usada como contrapartida num processo assistencialista condicional. Esse acompanhamento expressa-se como relação tutelar na qual se procura desenvolver aquilo que diversos profissionais assistencialistas designam como a “motivação para a mudança” do sem-abrigo tutelado. Pressupondo que este sujeito é sem-abrigo devido a uma insuficiência ontológica fundamental, que ele é inerentemente anormal e/ou anormativo, a possível solução

conceptualizada e apresentada pelo dispositivo de governo da vida na rua é a ressubjetivação do sujeito sem-abrigo. Se ele é sem-abrigo por ser quem e o que é, só poderá deixar de ser sem-abrigo transformando-se. Num campo de práticas no qual os apoios prestados a quem vive na rua não são *de facto* direitos destes sujeitos derivados da sua mera necessidade, os fluxos assistencialistas que lhe são dirigidos são apresentados num registo de *quid pro quo*. Na medida em que a falta de recursos materiais é uma característica basilar da vida na rua, a única forma dos sem-abrigo pagarem esses apoios é darem-se a si mesmos, aceitando inserir-se nessa relação tutelar na qual trabalharão sobre si próprios para se ressubjetivarem.

Essa operação da tecnologia de cedência de moradas reduz *de facto* as possibilidades de vida dos sujeitos sem-abrigo no exato processo pelo qual se procura que esses se transformem. Assim é porque ela torna esta ressubjetivação dependente da aceitação de uma posição subordinada na relação tutelar na qual o seu bom ou mau tratamento, o acesso ou negação de recursos, o respeito ou desrespeito que lhe é dado, se encontra fora da sua capacidade de controlo e passam inteiramente para as mãos da parte superordinada que tutela. E, desde logo, num nível anterior, essa forma de operação da cedência de moradas sustenta a invisibilização da posição estrutural dos sem-abrigo, substituindo a observação das dinâmicas econômicas, políticas e sociais que dirigem os sujeitos para a vida na rua por uma interpretação individual voluntarista e patológica. Nesta medida, de base, a operação da cedência de moradas é inerentemente violenta, sustentando e sustentando-se na governamentalidade da vida na rua que, de modo ubíquo, diz a cada sem-abrigo que ele é um sujeito fundamentalmente errado, que as suas diminutas possibilidades de vida se devem a esta sua insuficiência ontológica e que, deste modo, a única forma dessas possibilidades de vida aumentarem (mesmo que apenas residualmente) é a modificação essencial de si mesmo.

Contudo, sendo a cedência de moradas um procedimento de poder, ela revela-se, em simultâneo, constrangedora e produtiva. Um dos seus objetivos é ultrapassar os bloqueios institucionais respeitantes à receção de correspondência (nomeadamente, correspondência oficial com Instituto da Segurança Social), logo, é facilitar o quotidiano da vida dos sem-abrigo e da atividade profissional assistencialista. Mas, ao mesmo tempo, a cedência de moradas é uma tecnologia estrategicamente indissociável do trabalho sobre si, tendo uma forte dimensão normativizante e normalizante. O fato dos sem-abrigo precisarem de uma morada oficial para poderem ter uma relação com várias das instituições do dispositivo de governo da vida na rua (com algumas Instituições Particulares

de Solidariedade Social e, em particular, com o Instituto da Segurança Social) tem, inegavelmente, um propósito regulador biopolítico na medida em que é um processo que visa introduzir os sujeitos administrativamente na parte formalmente assistencialista do dispositivo. Tal mecanismo permite saber como contatar oficialmente os sujeitos, supondo que estes são inseridos numa relação assistencialista tutelar de trabalho sobre si. Portanto, a cedência de moradas institucionais para receção de correspondência apresenta-se de modo inegável como um meio de exercício de um biopoder simultaneamente dirigido à população sem-abrigo (a ser administrativamente localizada, a ser controlada) e a cada corpo individual que vive na rua (a ser introduzido como unidade numa base de dados, a ser alterado na sua essência). Mas todo o processo revela igualmente uma articulação fundamental com uma soberania necessariamente arbitrária na medida em que cada decisão casuística sobre a cedência ou não cedência desta morada é realizada por um profissional assistencialista no momento da sua interação com um sujeito sem-abrigo concreto, e logo, a partir da representação ontológica que faz desse sujeito – ele mente ou não mente, ele precisa ou não precisa, ele pode ou não ser ressubjetivado *etc.*

Há claras irracionalidades em todo este processo. Um jogo de ping-pong administrativo leva a que a morada oficial dos sujeitos possa mudar com frequência, dificultando o conhecimento exato do local onde estes podem ser contactados a cada momento. Ao ser acompanhado por um gestor de caso de uma instituição assistencialista, um sujeito que pernoite literalmente na rua tenderá a ter como morada oficial esta instituição. Caso ele passe a pernoitar num centro de acolhimento por um período de tempo limitado, a sua morada poderá ser alterada, passando para esta última instituição. Caso ele saia do centro de acolhimento, terá de alterar novamente a sua morada oficial, provavelmente para uma outra instituição do dispositivo. Tudo isso leva a que alguns sem-abrigo, não tendo casa, encontrem-se na estranha situação de mudarem de morada mais vezes do que muitos sujeitos domiciliados.

Os custos e atrasos de circulação da informação por diversos pontos do dispositivo, mesmo considerando apenas a sua parte oficialmente assistencialista, levam a que a informação que uma instituição tem sobre a morada para onde pode enviar correspondência a um sujeito concreto esteja, muitas vezes, desatualizada. Isso é particularmente problemático na relação com o Instituto da Segurança Social dado que tais moradas oficiais cedidas são, muitas vezes, a única forma que os sujeitos que pernoitam literalmente na rua têm de poder receber prestações públicas da pobreza, em particular, mas não só, o Rendimento Social

de Inserção.^{10,11} As consequências negativas derivadas da falta de recebimento de correspondência proveniente desta instituição são significativas, sobretudo, pois todo este processo decorre num contexto de crescentes constrangimentos associados à receção desta prestação pública, regularmente formalizados pela assinatura de um contrato individual de reinserção (obrigatoriedade de realização de atividades específicas, de comparecer quando é convocado por profissionais assistencialistas, de apresentação de documentação comprovativa *etc*). Toda a comunicação escrita enviada pelo Instituto da Segurança Social para um sem-abrigo é dirigida para a morada oficial que o primeiro tem para o segundo, que poderá estar desatualizada ou ser uma morada com a qual o sujeito tem um contato menos frequente no momento (*e.g.*, casos em que os sujeitos saíram de um centro de acolhimento e continuam temporariamente a receber lá a sua correspondência). Essa situação de desfasamento leva alguns sujeitos beneficiários a serem em incumprimento formal do que foi estabelecido no âmbito dos contratos individuais de reinserção que assinaram, simplesmente, por desconhecimento de uma obrigação específica (*e.g.*, comparecer a uma reunião ou entregar um documento) cuja notificação não receberam atempadamente. Por vezes, tais ocorrências resultam na suspensão ou fim do recebimento da prestação pública em causa por fatores incontroláveis pelos beneficiários.

Mas não só nesta relação institucional específica surgem problemas. Em particular, a correspondência enviada para estas moradas oficiais por instituições do sistema judicial leva a que, por vezes, pequenas questões jurídicas facilmente solucionáveis no seu início apenas cheguem ao conhecimento dos sem-abrigo depois

10 O Rendimento Social de Inserção foi instituído em Portugal em 2003, substituindo o Rendimento Mínimo Garantido, que vigorou desde 1996. Oficialmente, trata-se de uma prestação pública que procura garantir um rendimento mensal a sujeitos que não possuem outros rendimentos, visando combater situações de pobreza, mediante a assinatura de um contrato de inserção individual. Em 2015, tinha um valor máximo de 178.15€ mensais, o que correspondia a cerca de 35,3% do salário mínimo nacional (505€).

11 Para funcionarem de modo minimamente adequado, as políticas públicas têm de contemplar a heterogeneidade de situações dos seus recipientes potenciais e factuais. Ora, isto não se verifica na atribuição do Rendimento Social de Inserção a quem vive na rua. Tornar obrigatória uma morada para requerer esta prestação pública leva a que esta medida seja desajustada para a situação de maior pobreza que as sociedades ocidentais conhecem. Para mais, ainda que de forma não subjetivamente intencional, é insultuoso para um sem-abrigo ser colocado numa situação em que, para poder ser assistido com um reduzidíssimo rendimento mensal, tenha de ter uma morada – dado que esta é, em grande medida, a forma oficial do que lhe falta na praxis. Deste modo, apenas pervertendo o próprio sistema público é possível torná-lo minimamente operacional, levando a que partes do dispositivo tenham de criar moradas, em rigor, virtuais (pela sua não correspondência a uma habitação) para sujeitos cujo problema é a falta de habitação para que estes possam aceder a uma prestação pública que, nos enunciados oficiais do próprio Instituto da Segurança Social, deve ser por cada sem-abrigo aplicada para conseguir habitação. Aqui como noutros pontos, a estratégia de governo da vida na rua é feita de tensões permanentes.

de ser ultrapassado o prazo legal previsto para a resolução da questão. Deste modo, quando estes sujeitos tomam conhecimento dessas questões judiciais, elas se revelam bastante mais problemáticas do que eram aquando do envio da correspondência, gerando multas, coimas ou mesmo penas de encarceramento prisional.

O governo da vida na rua revela claramente a sua dimensão coerciva quando a cedência de moradas institucionais é tornada dependente da aceitação dos sem-abrigo realizarem um trabalho sobre si sob a tutela de um gestor de caso da instituição que cede a morada. O poder exercido na governamentalidade da vida na rua é sempre negativo e positivo, proibitivo e produtivo. Um campo de possibilidades de ação é criado pelas tecnologias que este mobiliza, levando a que outras ações se tornem *de facto* impossíveis ou, pelo menos, bastante mais custosas. A restrição da cedência de moradas institucionais para receção de correspondência não tem a intenção estratégica ou subjetiva de eliminar *de facto* um direito (a receção de prestações públicas) a quem vive na rua – ainda que possa ter este efeito, tal como outros. O seu objetivo é bastante mais ambicioso e complexo. O que está em causa nesta decisão-ação é a coerção à ressubjetivação tutelar usando a morada institucional como instrumento para forçar os sujeitos a associarem-se a uma localização administrativa e ontológica em troca de um rendimento minimalista.

Por esse processo, a tutela torna-se coerciva por princípio, revelando-se como uma forma de dominação. Noutras situações, a dominação está presente na relação assistencialista apenas em potência. Mas, no momento em que um sujeito precisa de assentir voluntariamente a ser governado a partir de uma instituição específica, através de um dos seus profissionais, a dominação passa da potência ao ato – mesmo que possa ser de novo remetida para o campo do obscuramento em momentos posteriores do processo tutelar de ressubjetivação. Adicionalmente, neste mesmo momento, o direito *de jure* a receber uma prestação pública em caso de pobreza revela-se *de facto* inexistente pela sua condicionalidade absoluta e draconiana. Em troca de 178,15€ mensais, os sujeitos têm de se oferecer a si mesmos, têm de permitir a sua integração administrativa em bases de dados que os agregam como população, têm de aceitar um conjunto de constrangimentos, obrigatoriedades de realização de atividades e de presença em espaços-tempo concretos, caso isso lhes seja exigido, e têm de aceitar ser inseridos numa relação tutelar como parte ontologicamente inferior.

Para o funcionamento do poder na vida da rua, não basta que o sujeito aceite todas essas condições: ele tem de o fazer de um modo pelo qual se assume como sujeito, tem de o fazer de modo (superficialmente) voluntário, tem de se apresentar como sujeito da sua própria submissão, materializando este seu

voluntarismo no momento em que assina um contrato individual de reinserção. A violência extrema da vida na rua revela-se em variadíssimos momentos e situações. Mas em nenhum outro momento ela é simbolicamente mais intensa do que aquando da exigência de submissão voluntária, do que no momento de desespero em que o sujeito é chamado a enunciar «sim, estou aqui, preciso, por isso, governem-me e digam-me como me devo governar».¹²

Essa violência simbólica apresenta-se ainda mais nítida quando se observam as condições *quid pro quo* exigidas aos sujeitos que vivem na rua para terem direito a usar a morada de uma instituição para receber correspondência. Nem em todos os casos estes sujeitos são declaradamente maltratados. Mas são-no ou não consoante o arbítrio dos profissionais assistencialistas concretos que casuisticamente decidem que condições impor a que sujeito – ainda que esta aleatoriedade opere dentro de um esquema representacional e praxiológico estandardizado, quer pela ligação fundamental de todos os corpos individuais que vivem na rua ao arquétipo de sem-abrigo anormal e anormativo, quer pelas *de facto* reduzidas propostas de conduta, ressubjetivação e benefícios disponíveis que, pretendendo adaptar-se a cada indivíduo, são *de facto* extraordinariamente semelhantes para todos os indivíduos.

Mesmo antes de aceder ao conjunto de condições draconianas pelas quais se posiciona no centro da ação de modo aparentemente voluntário e aceita ser governado sob a tutela de outrem, o sujeito tem de dar, em cada caso, provas da sua vontade em entrar seriamente nesta relação, tem de provar a sua “motivação para a mudança”.¹³ Casos há em que tais provas podem ser consideradas desne-

12 Este processo torna-se ainda mais violento na medida em que não é realizado com a intenção subjetiva de maltratar quem vive na rua – ainda que intencionalidades subjetivas que desejam prejudicar quem vive na rua existam dentro do dispositivo – mas, antes, pela sua conversão em “trabalho técnico”, para usar uma expressão frequentemente presente nos discursos de vários profissionais assistencialistas. Ou seja, todo este processo se desenrola na forma de um ato político despolitizado e que rejeita afirmar-se como ação moral mas, enquanto *techne*, apresenta-se como ação adiaforética, como ação valorativamente indiferente em si mesma e que não pode ser avaliada no campo da moral (Bauman, 1991: 144 *et passim*, 2000: 92 *et passim*, 2007: 155 *et passim*; Bauman; Donskis, 2013: *passim*). Porém, sendo as possibilidades de vida de quem vive na rua diminuídas *de facto* nestas condições, uma *techne* adiaforética assente em benefícios condicionais na qual os sujeitos subordinados têm de se tornar parte ativa da sua dominação para poderem ter acesso apenas ao nível mínimo de recursos que permite a sua sobrevivência biológica não pode deixar de se revelar como imoral no sentido preciso levinasiano (Lévinas, 1988; 1991): saindo da responsabilidade pré-ontológica pelo Outro que se me apresenta como rosto, esta ação transfere a responsabilidade para os ombros do sujeito mais fraco e faz com que a parte superordinada, em vez de se tornar responsável pelo Outro, torne-se soberana face a ele.

13 Sobre a exigência continuada de provas – se assim se quiser pensar, sobre a prova como tecnologia de governo – no dispositivo assistencialista em geral, e, em particular, sobre a necessidade do sujeito provar a sua “motivação para a mudança” como condição de base da intervenção, cf. Castra (2011) e, sobretudo, Chelle (2012).

cessárias, mas também aqui tal depende, em grande medida, da articulação da normatividade oficial do dispositivo (há etapas e documentos obrigatórios no processo) com o arbítrio do profissional do dispositivo cuja posição lhe permite considerar que provas adicionais são desnecessárias ou necessárias. Se tais provas de boa vontade do sem-abrigo concreto cuja escassez de recursos empurra para uma relação de assistência forem consideradas necessárias, ele terá de fornecê-las. Frequentemente, tal passa pela aceitação do início de um acompanhamento psiquiátrico para distúrbios mentais, alcoolismo ou toxicodependência, que opera na lógica tutelar de identificação do problema biológico-psiquiátrico (ontológico) individual, reconhecimento individual desse problema, aceitação de tratamento médico (*e.g.*, internamento em instituição psiquiátrica ou administração de medicação) e ressocialização em sujeito normal e normativo.

De modo também habitual, é exigido a certos sujeitos que provem a sua motivação num registo que se localiza no cruzamento da normatividade, da norma científico-estatística e da estética. Neste caso, os indivíduos têm, sobretudo, de se mostrar dispostos e capazes de trabalhar sobre si através da sua higiene pessoal. Não é excessivo frisar a importância semiótica dessa questão para vários dos agentes do dispositivo. Os sujeitos que vivem na rua são não só percebidos como sujos; a sua sujidade é alvo de dois processos representacionais articulados. Por um lado, é generalizada à totalidade da população sem-abrigo, negando tacitamente os muitíssimos casos de indivíduos que, com um enorme esforço, mantêm uma aparência e uma higiene próxima da norma domiciliada (mais idealizada do que estatística; eles são sujos, nós somos limpos; não se aceita que a sujidade possa ser característica dos sujeitos domiciliados das classes médias e elites, apenas de quem vive na rua). Por outro lado, a falta de higiene e a estética contrastante com esta norma idealizada são remetidas para o domínio da ontologia deficiente – os sujeitos são ou não porcos devido a um conjunto de características biológico-psiquiátricas e culturais,¹⁴ claramente anormais e anormativas, e não devido às circunstâncias materiais das suas vidas.

A partir desta representação englobante, certos sujeitos sem-abrigo são compelidos a deixar de ser (e não estar) sujos para provarem que estão motivados para entrar numa relação tutelar de assistência e assinar um contrato de reinserção individual junto de uma instituição assistencialista, ganhando acesso ao uso da sua morada para receber correspondência. O processo-padrão para mostrar essa motivação para largar a sujidade ontológica passa pela aceitação

14 Características culturais essas que, contudo, não são sociologicamente percebidas mas são também elas interpretadas no registo da individualização patológica.

de um controlo exógeno de um profissional assistencialista sobre atividades como tomar banho, cortar as unhas ou cortar a barba e o cabelo.

Em grande medida, isso decorre da necessidade de corresponsabilização dos assistidos sentida por muitos profissionais assistencialistas e que se apresenta como estratégia oficial do próprio subdispositivo assistencialista. Essa exigência de corresponsabilização converte a relação de assistência numa sucessão de interações em que benefícios condicionais são cedidos numa lógica de *quid pro quo* segundo a qual os sujeitos sem-abrigo, não tendo mais nada para dar, têm de se dar a si mesmos, trabalhando sobre o seu íntimo problemático.

Caso correspondesse a 100% ao que é enunciado, sem desfasamento entre o discurso e a *praxis*, essa pretensa reciprocidade seria em si mesma desigual, exigindo bem mais em troca do que aquilo que é fornecido a quem vive na rua. Porém, na empiria, a desigualdade torna-se ainda mais fundamental, em parte, pelos desfasamentos temporais da ação. Um dos casos mais extremos de que tenho conhecimento, mas de todo não único, é o de um sujeito a quem foi exigido tomar banho regularmente numa instituição que presta (e, como se vê, em alguns casos, constrange a) esse serviço a quem não tenha outro local onde o fazer antes que lhe fosse cedida uma morada institucional e fosse iniciado o processo de requisição do Rendimento Social de Inserção. Foram necessários dois meses de deslocações regulares para tomar banho na instituição para que o profissional assistencialista que, soberanamente, decidira este regime específico de condicionalidade considerasse que, efetivamente, o sujeito estava “motivado para a mudança”, revelara-se confiável, e o processo de assistência tutelar poderia ter início. (A medicalização e a estética articulam-se: foi-lhe também exigido realizar uma desintoxicação alcoólica.) Nas palavras do profissional assistencialista em questão, “tem de ser uma contrapartida. Vamos ajudá-los, mas não vamos ter pena” (entenda-se: “pena”, neste registo discursivo, seria garantir direitos incondicionais e, assim, desresponsabilizar os sujeitos que vivem na rua por viverem na rua). Ou, nas palavras da mesma pessoa, igualmente esclarecedoras: “devemos ajudar, desculpem-me lá, é o tanas!”

Sendo o dispositivo uma articulação agonística de elementos, profissionais e instituições distintas revelam diferentes práticas. Contudo, de modo estratégico, qualquer ajuda fornecida oficialmente pelo dispositivo assenta na exigência de contrapartidas e na demonstração de disponibilidade para a realização de um trabalho sobre si tutelado. Deste modo, o princípio da assistência sob contrapartida apresenta-se como uma tecnologia de biopoder sem a qual é impossível compreender as implicações sociológicas e políticas do dispositivo de governo da vida na rua.

O princípio da contrapartida não assenta, claro está, numa real necessidade de recebê-las por motivos materiais. Ou seja, com ou sem contrapartidas fornecidas por sujeitos sem-abrigo, o nível de vida médio dos restantes elementos de uma sociedade mantém-se inalterado. A contrapartida é um princípio político – despolitizado na forma da *techne* da ativação dos sujeitos pelo trabalho sobre si – que visa a ressubjetivação de quem vive na rua, tornando estes sujeitos em entidades dóceis e, eventualmente, em entidades com potencial para virem a ser produtivas.¹⁵

A contrapartida, recorrendo a uma expressão igualmente frequente nos enunciados de vários agentes do dispositivo, é um modo de “moralizar o sistema” por via da “moralização” dos assistidos. Essa moralização, definitivamente, não se processa no sentido levinasiano de responsabilização pelo Outro (Lévinas, 1988, 1991) mas, antes, no sentido de ajustamento dos sujeitos desviantes à normatividade dominante do modelo societal. Assim, trata-se de um ato de poder pelo qual os assistidos são feitos pagar um benefício minimalista com uma alteração ontológica e tornados parte ativa no processo pelo qual deixam de ser assistidos – pois a instalação na assistência apresenta-se como indicador fundamental de anormatividade e/ou anormalidade.

Dado que o dispositivo de governo da vida na rua é um mecanismo de poder com uma articulação *agonística* de intencionalidades subjetivas – cuja agregação resulta numa intencionalidade global não-subjetiva –, há agentes do dispositivo com posições críticas do posicionamento dominante discutido. Grande parte da crítica provém da consciência da inevitável arbitrariedade soberana inerente a todo o processo de atribuição de moradas institucionais e, em geral, ao processo de assistência condicional. Há profissionais assistencialistas que consideram que a cedência de uma morada institucional para receção de correspondência “não é um favor que lhes fazemos [aos sujeitos sem-abrigo]” pelo que tem de operar num regime de responsabilidade política do dispositivo e dos seus profissionais e não num regime de aleatoriedade soberana. Porém, esta é uma posição claramente minoritária dentro do dispositivo, sendo os enunciados emitidos neste registo (e quem os enuncia) representados de forma negativa pelos restantes agentes.

Para diversos profissionais assistencialistas, o argumento que serve para rebater o enunciado crítico é o da desnecessidade da cedência institucional de

15 Num registo bem diferente do que vigorava no Século XIX, quando a produtividade dos corpos tinha uma relação bastante mais direta com a sua ressubjetivação (Foucault, 2012a). Hoje, com taxas de desemprego estrutural de dois dígitos, a ressubjetivação como sujeito dócil e produtivo não implica de forma direta a possibilidade de ocupação de uma posição reticular que permita efetivar essa nova subjetivação.

moradas para recebimento de correspondência (incluindo os cheques com que é pago mensalmente o Rendimento Social de Inserção). A partir deste último – e mais frequente – posicionamento, em última análise, os sem-abrigo poderiam arrendar um apartamento¹⁶ nos CTT¹⁷ para receberem correspondência, não havendo necessidade de mediação institucional. Deste modo, só com a aceitação do trabalho sobre si esta cedência de morada faz sentido. A proveniência do dinheiro para arrendar um tal apartamento não entra no argumento. Certamente, ele proviria do próprio Rendimento Social de Inserção para cuja receção o apartamento seria arrendado, levando a que, dada exiguidade do montante desta prestação pública, em rigor, o apartamento fosse arrendado para a receber e, em parte, esta fosse recebida para pagar o arrendamento do apartamento.

A partir desta posição dominante, a cedência de moradas institucionais não é uma responsabilidade política, moral ou sequer técnica, uma vez que há alternativas. Porém, dada a escassez de recursos de quem vive na rua, a alternativa que está em causa é menos uma escolha *de facto* do que uma fantasia-de-escolha.¹⁸ O processo de cedência de moradas institucionais a quem pernoita literalmente na rua revela-se como uma forma de tornar estes sujeitos dependentes das instituições da parte oficialmente assistencialista do dispositivo de governo da vida na rua, pois esses sujeitos só acedem à possibilidade de nelas receberem correspondência submetendo-se às condições impostas exogenamente de modo não negociável. Assim, a operação desta tecnologia reforça a dependência factual dos sujeitos – mesmo operando dentro de um registo que, pelo menos ao nível dos enunciados, visa a sua autonomização (através da sua normalização e normatização). Ou seja, tornando os sujeitos dependentes das instituições assistencialistas – via instituição concreta, via profissional assistencialista

16 Termo usado em Portugal para “caixa postal”.

17 Correios e Telecomunicações de Portugal. A sigla CTT provém da designação anterior, Correios, Telégrafos e Telefones.

18 Em 2015, o preço anual de arrendamento de um apartamento nos CTT era de 61.50€. Dado que o Rendimento Social de Inserção tinha um valor máximo de 178.15€ mensais, um apartamento representava cerca de 2.88% deste montante, aproximadamente o mesmo que custa uma refeição ou um produto elementar de higiene pessoal. Face à escassez brutal de recursos de quem vive na rua, afirmar exogenamente que este valor poderia ser usado para o arrendamento de um apartamento é um enunciado em si mesmo violento. Para mais, pressupõe que, para que uma tal alocação de recursos não tivesse como custo de oportunidade uma refeição que se deixaria de consumir, os sem-abrigo tenham, como princípio-exigência de governo, de se alimentar em exclusivo do que lhes é disponibilizado como caridade institucional. Do mesmo modo, ao levar a que se prescindia da aquisição de um produto elementar de higiene pessoal, uma tal alocação de recursos facilmente resultaria numa governamentalidade da vida na rua na qual os sem-abrigo seriam institucionalmente forçados a apresentar precisamente a higiene e a estética normativamente desprezadas pelo próprio dispositivo e que são em si mesmas interpretadas como razões para os inserir numa relação tutelar na qual devem ser ressubjetivados.

concreto –, é reforçada a expulsão do sujeito do campo da normatividade dominante e a sua entrada no âmbito da arbitrariedade soberana com que se decide se ele tem ou não direito a uma morada oficial, logo, tem ou não direito a uma prestação pública, logo tem ou não direito a um direito, logo, tem ou não “direito a ter direitos” (Arendt, 2010: 353-401).

Os paradoxos deste processo são inegáveis. Partindo do pressuposto acriticamente aceite de que os sem-abrigo são anormais e anormativos, a assistência condicional tem como propósito explícito autonomizar esses sujeitos. Nos termos do dispositivo, esta autonomização implica a realização de um trabalho sobre si através do qual os sujeitos ultrapassam a anormalidade e a anormatividade que os constrange a partir do seu íntimo. Mas, para desenvolver este processo de autonomização, os sem-abrigo têm de ser firmemente inseridos numa situação de heteronomia no seio de uma relação tutelar na qual estão sujeitos às decisões arbitrárias da parte superordinada. Deste modo, por definição, esta forma de autonomização não autonomiza, pois opera de uma forma que reforça a submissão sociopolítica de quem vive na rua e a sua dependência (inferioridade) em relação às instituições e profissionais assistencialistas (Chelle, 2012; Duvoux, 2012; Franssen, 2003; 2006; Le Goff, 2006).

Ao longo de todo este processo, é reforçada a negação de um direito específico – e, no limite, a negação do direito a ter direitos. Por definição, quem vive na rua vê vedado o acesso à habitação como realidade praxiológica – com as suas dimensões jurídica, arquitetônica, emocional e sociológica. Mas, pelo processo descrito, de modo acrescido, é igualmente negado a estes sujeitos o direito à morada – aqui já não como realidade sociológico-jurídica mas tão somente como realidade administrativa. Mesmo a abstração que é a morada torna-se incompatível com a vida na rua.

Conclusão

Como mostra a cedência de moradas institucionais, o dispositivo de governo da vida na rua opera de modo privilegiado através de intervenções individualizadas e individualizantes, dirigidas a cada um dos sujeitos sem-abrigo, percebidos como fundamentalmente insuficientes. Num registo de invisibilização e/ou naturalização estrutural, esta insuficiência de quem vive na rua é percebida como causa exclusiva para que os sujeitos sejam sem-abrigo. Por alargamento desta lógica através do somatório de indivíduos insuficientes, toda a população sem-abrigo passa a ser interpretada como inerentemente patológica, anormal e/ou anormativa. Deste modo, no dispositivo de governo da vida na

rua, qualquer eventual solução para que cada indivíduo específico deixe de ser sem-abrigo tem de passar pela sua transformação fundamental. O sujeito tem de deixar de ser quem e o que é.

Porém, sendo este sujeito ontologicamente insuficiente, por si mesmo, ele é percebido como incapaz de realizar este processo de ressubjetivação. Assim sendo, o dispositivo procura inseri-lo numa relação tutelar com profissionais assistencialistas no âmbito da qual esta transformação pode ter origem. Contudo, a relação tutelar tende a ser transformada numa interação de dominação na qual a ressubjetivação *de facto* estimulada se apresenta como submissão dos sem-abrigo, que deverão aceitar os constrangimentos brutais que a vida na rua lhes impõe.

É esta submissão que o dispositivo procura gerar através do uso particular que dá à cedência de moradas institucionais. Em si mesma, a forma como esta tecnologia é mobilizada é constrangedora. Ela força – e pretende forçar – a introdução de cada sem-abrigo necessitado de uma morada onde possa receber correspondência numa relação de profunda dependência face às instituições e profissionais assistencialistas. Ao nível do discurso explícito, esta relação visa criar condições interiores no sujeito para que ele deixe de ser dependente. Porém, na *praxis*, esta relação solidifica-o numa posição de dependência-como-submissão e a operação factual de tecnologias como a cedência de moradas institucionais cria bloqueios significativos a qualquer saída desta situação.

No limite, a cedência de moradas institucionais expressa um posicionamento sociopolítico mais abrangente do dispositivo de governo da vida na rua face a quem vive na rua. E, na medida em que este dispositivo age dentro de um modelo societal específico, para cuja legitimação e reprodução contribui, a cedência de moradas institucionais manifesta o próprio posicionamento dominante deste modelo societal face aos sem-abrigo. Representados de modo negativo e apenas negativo, compreendidos como detendo no seu íntimo individual (por vontade ou incapacidade) os motivos para a sua posição social desqualificada, eles são feitos sair do regime do “direito a ter direitos” e localizados num campo em que o seu tratamento será bom ou mau segundo a avaliação exógena que outrem faz da sua conduta. Contendo sempre um grau de arbítrio, esta decisão determina o acesso a recursos ou a sua negação, condicionando as possibilidades de vida dos sem-abrigo. Não pretendendo o fim da sua vida biológica – que é precisamente aquilo que o dispositivo, e logo, o modelo societal em que este existe, considera como merecedor de preservação –, a ação estratégica do dispositivo através de tecnologias como a cedência de moradas institucionais impede o desenvolvimento de formas de vida para além da mera biologia,

negando aos sem-abrigo os mais elementares direitos que são reconhecidos aos sujeitos domiciliados das classes médias e elites cujas vidas são politicamente qualificadas de modo positivo.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *O poder soberano e a vida nua. Homo sacer*. Lisboa, Presença, 1998 (1995).
- _____. O que é um dispositivo? In: *idem, O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó, Argos, 2009, pp. 25-51.
- _____. *Estado de exceção*. Lisboa, Edições 70, 2010 (2003).
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Lisboa, Relógio D'Água, 2001 (1958).
- _____. *As origens do totalitarismo*. Alfragide, Dom Quixote, 2010 (1951).
- ARNOLD, Kathleen R. *Homelessness, Citizenship, and Identity. The Uncanniness of Late Modernity*. New York, State University Press of New York, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. The Social Manipulation of Morality. Moralizing Actors, Adiaphorizing Action. *Theory, Culture & Society*, n. 8, 1991, pp. 137-151.
- _____. Ethics of Individuals. *Canadian Journal of Sociology/Cahiers canadiens de sociologie*, v. 25, n. 1, 2000, pp. 83-96.
- _____. *A vida fragmentada. Ensaios sobre a Moral pós-moderna*. Lisboa, Relógio D'Água, 2007 (1995).
- BAUMAN, Zygmunt; DONSKIS, Leonidas. *Moral Blindness. The Loss of Sensitivity in Liquid Modernity*. Cambridge/Malden, Polity, 2013.
- BINKLEY, Sam. Psychological Life as Enterprise. Social practice and the government of neo-liberal interiority. *History of the Human Sciences*, v. 24, n. 3, 2011, pp. 83-102.
- CASTRA, Dennis. *L'insertion professionnelle des publics précaires*. Paris, PUF, 2011 (2003).
- CHELLE, Élisabeth. *Gouverner les pauvres. Politiques sociales et administration du mérite*. Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2012.
- CONRAD, Peter. Medicalization and Social Control. *Annual Review of Sociology*, n. 18, 1992, pp. 209-232.
- _____. *The Medicalization of Society. On the Transformation of Human Conditions into Treatable Disorders*. Baltimore, The John Hopkins University Press, 2007.
- CONRAD, Peter; SCHNEIDER, Joseph W. *Deviance and Medicalization. From Badness to Sickness*. Expanded Edition, with a new afterword by the authors. Philadelphia, Temple University Press, 1992 (1980).
- DELEUZE, Gilles. What is a *dispositif*? In: T. J. Armstrong (org.), *Michel Foucault. Philosopher*. New York, Routledge, 1992, pp. 159-168 (1989).
- DUVOUX, Nicolas. *L'autonomie des assistés. Sociologie des politiques d'insertion*. Paris, PUF, 2012 (2009).

- ELIAS, Norbert. *Envolvimento e distanciamento. Estudos sobre sociologia do conhecimento*. Lisboa, Dom Quixote, 1997 (1990).
- _____. *A sociedade dos indivíduos*. Lisboa, Dom Quixote, 2004 (1987).
- _____. *Introdução à sociologia*. Lisboa, Edições 70, 2005 (1970).
- _____. *O processo civilizacional. Investigações sociogenéticas e psicogenéticas*. Lisboa, Dom Quixote, 2006 (1939).
- ESPOSITO, Roberto. *Bios. Biopolítica e filosofia*. Lisboa, Edições 70, 2010 (2004).
- _____. *Immunitas. The Protection and Negation of Life*. Cambridge/Malden, Polity, 2011 (2002).
- FELDMAN, Leonard C. *Citizens Without Shelter. Homelessness, Democracy and Political Exclusion*. Ithaca/London, Cornell University Press, 2006 (2004).
- FOUCAULT, Michel. About the Concept of the “Dangerous Individual. In 19th-Century Legal Psychiatry”. *International Journal of Law and Psychiatry*, n. 1, 1978, pp. 1-18.
- _____. “The Politics of Health in the Eighteenth Century. In: C. Gordon (org.) e Michel Foucault, *Power/Knowledge. Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977*. New York, Pantheon, 1980a, pp. 166-182 (1976).
- _____. The Confession of the Flesh. In: C. Gordon (org.) e Michel Foucault, *Power/Knowledge. Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977*. New York, Pantheon Books, 1980b, pp. 194-228 (1977).
- _____. The Subject and Power. In: H. L. Dreyfus e P. Rabinow (org.), *Michel Foucault. Beyond Structuralism and Hermeneutics*. Chicago, Chicago University Press, 1983, pp. 208-226 (1982).
- _____. *História da sexualidade – I. A vontade de saber*. Lisboa, Edições 70, 1994 (1976).
- _____. *Les anormaux. Cours au Collège de France, 1974-1975*. Paris, EHESS/Gallimard/Seuil, 1999.
- _____. «É preciso defender a sociedade». Curso no Collège de France (1975-1976). Lisboa, Livros do Brasil, 2006 (1997).
- _____. *Security, Territory, Population. Lectures at the Collège de France, 1977-1978*. Basingstoke/New York, Palgrave Macmillan, 2009 (2004).
- _____. *Nascimento da biopolítica*. Lisboa, Edições 70, 2010 (2004).
- _____. *Surveiller et punir. Naissance de la prison*. Paris, Gallimard, 2012a (1975).
- _____. *Du gouvernement des vivants. Cours au Collège de France, 1979-1980*. Paris, EHESS/Gallimard/Seuil, 2012b.
- FRANSSSEN, Abraham. Le sujet au coeur de la nouvelle question sociale. *La Revue Nouvelle*, n. 12, 2003, pp.10-51.
- _____. L'État Social actif et la nouvelle fabrique du sujet. In: I. Astier e N. Duvoux (orgs.), *La société biographique. Une injection à vivre dignement*. Paris, L'Harmattan, 2006, pp. 75-104.

- GEREMEK, Bronislaw. *La potence ou la pitié. L'Europe et les pauvres du Moyen Âge à nos jours*. Paris, Gallimard, 2010 (1978).
- GOWAN, Teresa. *Hobos, Hustlers and Backsliders. Homeless in San Francisco*. Minneapolis/London, University of Minnesota Press, 2010.
- HOPPER, Kim. *Reckoning with Homelessness*. Ithaca/London, Cornell University Press, 2003.
- LAW, John. Power, Discretion and Strategy. In: _____. (org.), *A Sociology of Monsters. Essays on Power, Technology and Domination*. London/New York, Routledge, 1991, pp. 165-191.
- LE GOFF, Frédérique. Lorsque les stratégies d'empowerment épousent les trajectoires. Laide à l'emploi dans des organismes communautaires au Québec. In: I. Astier e N. Duvoux (orgs.), *La société biographique. Une injection à vivre dignement*. Paris, L'Harmattan, 2006, pp. 139-172.
- LÉVINAS, Emmanuel. *Totalidade e infinito*. Lisboa, Edições 70, 1988 (1961).
- _____. *Otherwise than Being or Beyond Essence*. Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 1991 (1974).
- LOVELL, Anne M. Classification and Its Risks. How Psychiatric Status Contributes to Homelessness Policy. *New England Journal of Public Policy*, v. 8, n. 1, 1992, pp. 247-263.
- LYON-CALLO, Vincent. *Inequality, Poverty and Neoliberal Governance*. Toronto, University of Toronto Press, 2008 (2004).
- MATHIEU, Arline. The Medicalization of Homelessness and the Theater of Repression. *Medical Anthropology Quarterly*, v. 7, n. 2, 1993, pp. 170-184.
- RAFFENSØE, Sverre; GUDMAND-HØYER, Marius; THANING, Morten S. "What is a dispositive?" Foucault's historical mappings of the networks of social reality. *Open Archive*, 2014. Disponível em: <<http://openarchive.cbs.dk/bitstream/handle/10398/9077/Raffinsoe.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 04 abr. 2019.
- SCHMITT, Carl. *Political Theology. Four Chapters on the Concept of Sovereignty*. Chicago/London, University of Chicago Press, 2005 (1922).
- STRONG, Tracy B. Foreword. The Sovereign and the Exception: Carl Schmitt, Politics, Theology, and Leadership. In: C. Schmitt, *Political Theology. Four Chapters on the Concept of Sovereignty*. Chicago/London, University of Chicago Press, 2005, pp. 7-35.
- WASSERMAN, Jason Adam; CLAIR, Jeffrey Michael. *At Home on the Street. People, Poverty & a Hidden Culture of Homelessness*. Boulder/London, Lynne Rienner Publishers, 2010.

Recebido em 13/02/2017

Aprovado em 17/10/2018

Como citar este artigo:

ALDEIA, João. A dificuldade de morar. Exercícios de poder no fenômeno dos sem-abrigo. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 1, jan.- jun. 2019, pp. 145-171.



El dinero: organizador social de la ciudad de Pichari¹

Sofía Isabel Vizcarra Castillo²

Resumo: A cidade de Pichari, no principal vale produtor de coca do Peru, conhece um boom econômico ligado a um segundo boom do narcotráfico. Na cidade, existe uma coexistência diária entre atores ligados às esferas econômicas legais e ilegais. Como ocorrem as interações? Como os cidadãos concordam fazer trocas com atores ilegais? Empregando métodos qualitativos, se analisa a circulação do dinheiro na cidade para demonstrar como ela permite uma coabitação pacífica entre os diferentes atores da cidade. Nesse sentido o dinheiro é organizador social da cidade.

Palavras-chave: Sociologia econômica; Moral; Dinheiro; Narcotráfico; Peru.

Money: Pichari's social organizer

Abstract: *The city of Pichari, located in Peru's main coca-producer valley, knows an economic boom linked to a second boom of drug trafficking. There is a daily co-existence between actors linked to the legal and illegal economic spheres. How do these interactions occur? How people accept to interact with illegal actors? Based on qualitative methods, I use money analysis, considered as a social organizer, to*

1 Investigación financiada por el Premio de Apoyo a la Investigación de Posgrado 2017 de la Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP).

2 Departamento de Ciencias Sociales – Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP) – Lima – Perú – sofia.vizcarra@pucp.edu.pe

show how its circulation allows pacific cohabitation between the different actors of the city.

Keywords: *Economic Sociology; Moral; Money; Drug-trafficking; Peru.*

Resumen: La ciudad de Pichari, ubicada en el principal valle cocalero del Perú, conoce un auge económico vinculado a un segundo boom del narcotráfico. Allí existe una convivencia cotidiana entre actores vinculados a las esferas económicas legales e ilegales. ¿Cómo se dan las interacciones? ¿Cómo se acepta relacionarse con actores ilegales? A partir de métodos cualitativos, se emplea la pista de análisis del dinero, considerado como organizador social, para mostrar como su circulación permite una cohabitación pacífica entre los diferentes actores de la ciudad.

Palabras Clave: Sociología económica; Moral; Dinero; Narcotráfico; Perú

En la ciudad de Pichari, en el corazón del principal valle cocalero del Perú, no hay coca, hay dinero, mucho dinero. La hoja de coca y la cocaína no se cultivan o refinan en la ciudad, ellas llegan y circulan en la ciudad transformadas en dinero. Si en las zonas rurales, como lo describe el antropólogo Enrique Mayer (2004: 202–5), la hoja de coca era el *lubricante de las relaciones de reciprocidad*, en las ciudades modernas de los valles cocaleros las relaciones sociales pasan a ser intermediadas principalmente por el dinero. La ciudad de Pichari, ubicada en la provincia de la Convención, departamento de Cuzco en el Valle de los Ríos Apurímac, Ene y Mantaro (VRAEM), conoce desde los años 2000 un segundo boom del narcotráfico con el crecimiento de los cultivos de coca en el valle. Este boom corresponde a una etapa de crecimiento urbano y económico vinculado al incremento de la presencia de los servicios estatales, así como la expansión de los comercios y servicios del sector privado. Así, en la actualidad Pichari cuenta con alrededor de 12,000 habitantes, duplicando su población con respecto al censo de 1993. El desarrollo de las funciones administrativa y comercial de la ciudad, está directamente ligado a tres fuentes de dinero: los recursos provenientes del narcotráfico, los recursos ligados a la inversión del Estado en la lucha contra esta actividad y las regalías por el canon gasífero³ que ha recibido el distrito en los últimos años.

3 Al encontrarse en la provincia de La Convención dónde se encuentra ubicado el yacimiento de gas natural "Camisea", a Pichari, a pesar de no tener yacimientos gasíferos, también le corresponde recibir regalías por canon gasífero.

El análisis aquí propuesto se centra en las interacciones cotidianas entre personas vinculadas a las esferas económicas legal (formal e informal) e ilegal, las cuales son porosas y muchas veces difíciles de diferenciar en las prácticas cotidianas. ¿Cómo se dan estas interacciones? ¿Qué surge de ellas en relación a las percepciones sobre las actividades ilegales? La pista elegida para este análisis es el dinero ya que tiene el carácter de *organizador social* (Wilkie, 2013: 25) por lo que permite explorar la construcción del orden social local. Además, algunos autores lo consideran como un *hecho social total* (Mauss, 2016; Wilkie, 2013) que permite aproximarse a las diversas esferas de la vida de un individuo (personal, laboral, social etc.), especialmente en contextos urbanos en creciente modernización y monetarización.

En contextos con una fuerte presencia de actividades económicas ilegales, la pista del dinero permite indagar sobre el rol que cumple este último como conector entre las esferas legales e ilegales, permitiendo fluidez en la circulación entre esferas económicas que solo están separadas en teoría pero no en la práctica. Tan solo en Pichari, el tráfico ilícito de drogas mueve alrededor de 17 millones de dólares anuales⁴, por lo que se le considera un motor de la economía. A pesar de que las estimaciones internacionales plantean que solo una pequeña fracción de ese valor realmente se queda en las zonas productoras (OEA, 2013: 21), ello es suficiente para que a nivel local se le considere un motor de la economía.

El narcotráfico como actividad económica es particularmente importante para las zonas rurales y las zonas urbanas que dependen del campo, como lo señala Valencia (2016: 67–68). El narcotráfico conecta a los valles cocaleros y a sus ciudades al mercado, los revaloriza como centro productivo (de una economía ilegal) y como centro de inversión. Por lo tanto, logra que exista un flujo constante de dinero que circule entre los diferentes emprendimientos económicos de la ciudad. A través de diversos mecanismos, parte de ese dinero se inserta en la economía de la ciudad y termina por generar espacios de cohabitación entre los actores que pertenecen a las diferentes esferas de la vida económica.

El dinero anima la dinámica social de la ciudad. A partir de esta constatación surgen preguntas que apuntan al rol de intermediación que cumple el dinero:

4 Para el año 2015, existían 18, 333 hectáreas cultivadas de coca en el VRAEM, dentro de las cuales las 2,356 hectáreas cultivadas en el distrito de Pichari (UNODC 2016). Las hectáreas cultivadas en Pichari tienen un potencial de producción de casi 26TM de clorhidrato de cocaína anuales (conversión propia en base a factor no oficial del operativo breakthrough, 2003) con un valor de mercado de más de 29 millones de dólares (utilizando el valor de precio en chacra del kg de cocaína reportado para el año 2015 en el SIMCI. UNODC).

¿qué significa ganar dinero legítimamente? ¿qué dinero se puede recibir? ¿cuál es mejor rechazar? ¿cómo gastar legítimamente el dinero? El dinero que circula en la ciudad cocalera conecta los diferentes tipos de actores económicos de la ciudad, formales, informales e ilegales. Aunque esta clasificación parezca Esta conexión se hace a partir de diversos tipos de *piezas*⁵ de dinero, como lo denomina Wilkis (2013): el dinero ganado y el dinero gastado, en el primer plano. En Pichari, detrás de estas piezas de dinero se encuentran una heterogeneidad de experiencias en las que se produce la ganancia y el gasto del dinero (Guyer, 2004), muchas de ellas ligadas a esferas ilegales e informales. Sin embargo, en el mercado se juntan estas diversas experiencias detrás de la ganancia del dinero y se disuelven en el anonimato de los intercambios financieros.

Para el recojo de información de esta investigación recurrió a lo que algunos autores denominan como etnografía enfocada (Montes de Oca, 2015), el cual adapta el enfoque tradicional de etnografía malinowskiano a los contextos actuales y los desafíos metodológicos que presentan. Estas adaptaciones incluyen el desarrollo de técnicas específicas como la etnografía multi-situada (Marcus, 1995) o la ampliación a campos no tradicionales de la etnografía como el Estado (Agudo Sanchíz e Estrada Saavedra, 2011; Montes de Oca, 2015). Una estrategia adaptada a la presencia de actividades ilegales en los contextos de investigación consiste en hacer etnografías por periodos breves de tiempo pero en forma repetida con un mismo grupo de autores. La etnografía enfocada al centrarse en un aspecto principal a ser observado puede obtener información relevante en diversas visitas repetidas y no necesariamente de una inmersión prolongada, en el caso de Pichari escogí centrarme en las prácticas económicas de los actores locales. Sin embargo, ello no deja de implicar que el investigador se familiarice con el lenguaje particular del campo e igualmente establezca cierta familiaridad con los participantes de la investigación. Así el trabajo de campo en la ciudad de Pichari se realizó en diversos periodos durante los meses de junio del 2015, febrero del 2016 y agosto del 2016 y julio del 2017.

Los hallazgos aquí presentados recogen las notas de campo realizadas durante las diferentes salidas a la ciudad de Pichari. Los actores que pude acompañar fueron comerciantes formales y trabajadores públicos de la ciudad de Pichari. Los seleccioné ya que al estar su actividad principal situada en la esfera económica legal, fue más fácil contactarlos y disminuir los riesgos de exposición

5 El dinero es para Wilkis (2013) movilizador de capital moral en sus diferentes tipos o piezas, como él las denomina. Su clasificación de las diferentes piezas de dinero (ganado, militado, sacrificado, donado y cuidado) son el punto de partida para la reflexión sobre el dinero que realizo en Pichari.

a actores ilegales. Además esta entrada me permite seguir las prácticas que comienzan en la esfera formal y terminan por conectarse a través del dinero con las otras esferas. Sin embargo esta selección de participantes presenta algunos límites sobre la observación de prácticas económicas ilegales, ya que en muchos casos estas no pudieron ser directamente observadas ya sea por consideraciones de seguridad o porque los propios participantes prefieren no incriminarse directamente, en algunos casos ellos relatan estas prácticas propias o de terceros, pero en otros casos estas prácticas son intuidas o deducidas triangulando los diferentes discursos de los actores. Acompañé a los participantes de la investigación en diferentes espacios públicos y privados de la ciudad. Completé el recojo de información con observación no participante en espacios públicos y entrevistas con habitantes de la ciudad. Para el análisis de dicha información procedí a seleccionar ciertas escenas de la vida cotidiana de la ciudad en las que fuese posible observar la circulación del dinero conectado a diversas esferas económicas. Para tal fin se siguieron las consideraciones del comité de ética de la Pontificia Universidad Católica del Perú. Asimismo, por motivos de seguridad he mantenido el anonimato de los participantes y cambiado sus nombres en los relatos aquí presentados.

I. Consideraciones teóricas sobre la sociología moral del dinero

El dinero es un objeto clásico de la sociología, diversos autores se han aproximado a su estudio. El ensayo sobre el don de Mauss (2016) es una obra clásica para aproximarse al estudio del dinero. Es el punto de partida de un largo debate sobre la naturaleza de las transacciones no monetarias. Mauss también sirve como punto de partida para la reflexión sobre el dinero en el contexto de la globalización, ya que insta a diversos sociólogos a interrogarse sobre las nuevas relaciones sociales que se establecen a través del dinero en el marco de la creciente financiarización de la economía.

Para estudiar al dinero desde la sociología económica es necesario comprender la dualidad de sus connotaciones tanto como un medio de intercambio anónimo y también como una realidad social (Simiand, 2006). La sociología económica ha desarrollado diversos abordajes sobre el dinero. La sociología clásica que analizaba las transformaciones de las sociedades hacia el capitalismo veía en el dinero una manera de quebrar las relaciones tradicionales de solidaridad como lo sostenían Marx o Simmel.

No obstante, la sociología contemporánea ha aportado otras perspectivas sobre el tema. Así, el trabajo de Zelizer (2011) se contrapone a la visión del

dinero como *un ácido que disuelve la vida social* a ver en el dinero un productor de significados que conecta las experiencias subjetivas de las personas (Wilkie, 2013). Como ella misma lo señala: “las personas continuamente están creando distintas clases de dinero. Marcan el dinero y lo incorporan en redes personalizadas de amistades, relaciones familiares e interacciones con las autoridades e incursiones en comercios y negocios” (Zelizer, 2011: 14). La producción de significados a partir de la circulación del dinero es algo que se ha investigado en diferentes contextos.

La conexión moral y emocional del dinero es explorada por diversos autores (Guyer, 2004; Hart, 2007; Parry; Bloch, 1996). Sus múltiples significados invitan a los autores a pensar la heterogeneidad del dinero en sus tipos, usos y lazos que genera (Maurer, 2006; Wilkie, 2013). Así por ejemplo, Hoigard y Finstad (1992) en su estudio sobre la prostitución hace la diferencia entre lo que las prostitutas consideran como dinero “honesto” de aquel que consideran como dinero “sucio”. Este último tiene una dinámica de uso diferente del primero relacionado a su origen. En ese sentido aproxima el estudio del dinero al estudio de las redes sociales (Granovetter, 1973; Lomnitz, 1978), en las cuales el rol del intercambio de diversos tipos de capitales (monetario, pero principalmente simbólico) es el punto de partida para el análisis de lo social.

Las investigaciones sobre la sociología moral del dinero pueden dividirse en dos grandes ramas. Por una parte aquellas investigaciones que abordan el rol del dinero en sociedades modernas y altamente monetizadas (Fischer, 2014; Ingham, 2004). Por otro lado, las investigaciones que se han centrado en el estudio del dinero en manos de aquellos considerados como pobres o excluidos (Zelizer, 2011). En Latinoamérica, los cambios que ha generado la globalización económica, así como los procesos de exclusión y segregación han llevado a algunos sociólogos a seguir la pista del dinero para explorar las complejas relaciones sociales que se tejen en los márgenes de las ciudades latinoamericanas, entre aquellos que se denomina popularmente “pobres”, desvelando lo que se encuentra detrás del concepto de marginalidad (Muller, 2009; Muller; Wilkie, 2010; Barros; Ossandón, 2012; Damatta; Soares, 1999; Figueiro, 2012; Müller, 2017; Villarreal, 2009; Wilkie, 2009, 2013). En su exploración de las villas de la periferia bonaerense, Wilkie nos invita a observar a través de sus etnografías las jerarquías morales y tensiones sociales que se construyen por y a través del dinero.

Los estudios sobre el dinero aún son incipientes en América Latina, y más aun en lo relacionado a actividades ilegales. Actualmente, la sociología brasileña viene discutiendo en diversos eventos la posibilidad de que el dinero haya sido un factor de pacificación en la disminución de la tasa de homicidios en

las favelas de Sao Paulo controladas por el *Primeiro Comando da Capital* (Feltran, 2014). Sin embargo aún son poco los trabajos que abordan la relación entre dinero y crimen desde una perspectiva micro sociológica. En este artículo propongo retomar dos perspectivas para comprender como el dinero facilita la convivencia entre diferentes actores de la ciudad. Por una parte, la perspectiva moral del dinero para analizar el dinero ganado y por otra parte la perspectiva del dinero como ácido social para el análisis del dinero gastado, donde el mercado disuelve lo problemático detrás del origen del dinero. Así, en Pichari conviven las perspectivas de Zelizer y Simmel como veremos a continuación.

II. Historias del dinero ganado en la ciudad de Pichari

La ciudad de Pichari es el teatro en el que se desarrollan las historias detrás del dinero, las prácticas económicas de mercado son el guión y los principales actores de estas prácticas son los habitantes de la ciudad. A ellos los denominaré como clase trabajadora urbana, compuesta tanto por personas asalariadas de los distintos establecimientos de bienes y servicios de la ciudad así como trabajadores públicos, y emprendedores independientes o subempleados que buscan diversas opciones de auto-empleo. También existen en la ciudad miles de personas con empleos temporales y en muchos casos precarios e informales, y ambulantes o transportistas informales quienes complementan sus ingresos trabajando en la cosecha de coca. Sin embargo sección me centraré en aquellas historias de ganancia de dinero de los emprendedores en la esfera formal para mostrar la manera en la que incluso aquellos que se esfuerzan por ganar su dinero “honradamente” lidian con la presencia en el trasfondo del narcotráfico.

Los comerciantes independientes de Pichari, ganan su dinero gracias al consumo que los otros actores de la ciudad realizan en sus locales. A ellos, la circulación constante de dinero les permite tener clientes con un poder adquisitivo creciente, que consumen sus productos y servicios. Incluso algunos tienen estrategias para diferenciar y seleccionar a su clientela a fin de reducir las incertidumbres sobre el tipo de dinero que reciben. Karina⁶, propietaria de una cafetería en la ciudad me comenta un poco sobre su negocio:

Yo he querido crear una cafetería diferenciada aquí. Por eso ofrecemos sándwiches diferentes, jugos y café pasado de aquí mismo. Tampoco vendo

6 El nombre de las personas y establecimientos han sido modificados a fin de mantener el anonimato y evitar posibles riesgos a la seguridad de los participantes, conforme a lo contemplado en el anexo metodológico validado por el dictamen n° 256-2015/CEI-PUCP del Comité de ética de la PUCP.

bebidas alcohólicas, excepto cerveza en jarra, ni menú. Si el cliente quiere eso, allí tiene varias opciones por la plaza. Yo quiero tener una buena clientela que siempre vuelva, generalmente los que vienen me conocen a mí o a mis hermanos [...]. Los oficiales vienen a tomar su desayuno americano en vez de desayunar arroz a la cubana. (Notas de campo, Pichari, enero 2016).

Karina gana su dinero con una clientela que en su mayoría le paga con dinero proveniente de un salario del estado. Sin embargo es difícil saber a ciencia cierta la actividad económica de la gente. Como Karina me comentaba, ella no puede discriminar a nadie ni obligar a salir al alguien de su local porque no le inspira confianza. Eso le sucedió una vez:

Una vez llegó un tipo muy prepotente exigiéndome que le haga salchipapa y le sirva cerveza. Yo no sabía muy bien quien era el señor. Tenía sospechas que podía tratarse de alguien involucrado en el negocio [narcotráfico] pero no quise confirmarlo. Le serví rápido la salchipapa y la cerveza en jarra para que se vaya. (Notas de campo, enero 2016).

En esos casos, los comerciantes prefieren tener la menor información posible sobre sus clientes. Mantener la relación estrictamente económica, una transacción de compra-venta sin tener una conversación que prolongue la estadía del cliente incómodo.

Sin embargo para muchos otros comercios de la ciudad no es fácil establecer este tipo de circuito de clientes diferenciados. Karina y otros de los comerciantes lo logran al haber establecido relaciones interpersonales y de confianza con sus clientes, al compartir experiencias de haber vivido en la capital o en ciudades mayores y muchas veces por tener familiares o amigos cercanos trabajando en el Estado. Otros comerciantes no consiguen ser tan selectivos con su clientela. A pesar del constante movimiento económico, no es fácil ser emprendedor en la ciudad. Existe una alta rotación de los negocios. Una hipótesis de esta rotación podría estar relacionada con el hecho de que no siempre es posible generar un volumen de clientes para consolidar un negocio. Si bien es fácil abrir un negocio con dinero legal o ilegal, no siempre es fácil mantenerlo. En algunos otros casos, cuando estos negocios sirven solo como fachada para el lavado de activos, es común que suelen cerrar luego de haber operado por algún tiempo a fin de no despertar sospechas de las autoridades. En un año un local cerca de la plaza pasó de ser bótica⁷, a tienda naturista y luego iglesia evangélica.

7 Bótica es otro nombre bajo el cual se conoce a los negocios de venta de medicamentos en Perú.

Para emprender en la ciudad es necesario tener acceso a capital para comprar un local o pagar el alquiler adelantado por un año, ello significa contar con al menos diez mil dólares en efectivo para iniciar. Los emprendedores tienen diversas opciones para acceder a ese capital. En primer lugar las instituciones financieras y cajas de ahorro que funcionan a nivel nacional y que brindan acceso al crédito. Varios de los emprendedores con los que pude conversar durante el trabajo de campo habían tenido más de un crédito de negocios en este tipo de institución financiera. Cesar, dueño primero de una botica y luego de un hotel y una cafetería, me comentaba como había hecho para ir expandiendo progresivamente sus negocios:

Para abrir la bótica ahorramos del dinero de la venta de medicamentos, con eso alquilamos el local y también nos compramos este terreno [el terreno donde construyeron el hotel]. Pedí un primer préstamo para construir dos pisos del hotel. Al inicio no había muchas opciones para acceder a crédito, ya después han aumentado pero yo prefiero trabajar con las cajas más conocidas como Caja Huancayo o Señor de Luren. Esas te dan seguridad y me han ofrecido buenas tasas. Luego de construir pedí otro préstamo para construir el edificio del frente. Allí donde funciona la cafetería. Ese préstamo lo sigo pagando pero ya todo es mío. La botica la cerré porque el alquiler ya estaba muy caro. (Notas de campo, Pichari, julio 2017)

La otra opción para conseguir capital es pedir un préstamo a las diferentes entidades financieras locales (cooperativas de ahorro y crédito) que dan facilidades para préstamos. Sin embargo, las autoridades sospechan que estas cooperativas sirven de fachada para el lavado de activos proveniente del narcotráfico, por lo que estos préstamos se realizarían con dinero de origen ilegal que luego ingresa a la economía legal a través del crédito otorgado, un ejemplo la cooperativa investigada en el caso Tormenta⁸ durante el año 2016, que tenía una sede en Pichari.

En algunos casos, hay quienes llegan con dinero en efectivo para alquilar un local, sin especificar como obtuvieron el capital. La policía sospecha que también hay una reinversión directa en la economía legal sin mediación del sistema financiero. Esta reinversión se realiza en diferentes rubros. En algunos casos para abrir negocios que sirvan de fachada para continuar lavando activos

8 Operativo policial contra el lavado de activos, más detalle disponibles en: <<https://larepublica.pe/sociedad/1155206-incautan-18-inmuebles-a-una-red-criminal-de-lavado-de-activos>>. Acceso en: 20 maio 2019.

en otros casos para cambiar de rubro de actividad y salir de la actividad ilegal. Así, Demetrio, un asesor de caficultores que conocí en Pichari me comentó la historia de un amigo suyo:

Él tenía su chacra de coca en los noventa, y ahí incluso unos años hubo una poza⁹. Después del 94, vio que tenía que tener otra cosa, pero siguió con la coca unos años. Ahí me vino a pedir consejo, sabía que yo conocía de café. Se compró varias hectáreas de café, y luego se fue metiendo en el negocio de la exportación. Ahora ya no tiene coca (Notas de campo, Pichari, julio 2017)

En este caso, la ganancia de dinero se realiza en la esfera ilegal pero se reinserta sin problemas en la esfera legal. Esto le permite al emprendedor comenzar por una parte “limpiar” su dinero y por otra parte comenzar a ganar dinero de manera legal a fin de retirarse de la actividad ilegal. Sin embargo, es importante recalcar que para poder ganar dinero en Pichari como comerciante independiente es necesario tener dinero.

Aquellos comerciantes que se esfuerzan por ganar dinero de manera honrada utilizan las siguientes estrategias de distanciamiento de la actividad ilegal: i) la construcción de circuitos diferenciados de clientela; ii) la preferencia por entidades financieras con presencia nacional, fiscalizadas por las autoridades y iii) minimizar el contacto con clientes sospechosos y emprendedores cuyo dinero es de origen desconocido. Sin embargo, al momento de gastar el dinero esta distanciamiento se vuelve más difícil ya que la circulación del dinero en el mercado disuelve su origen como veremos a continuación.

III. Historias del dinero gastado en la ciudad de Pichari

Los actos de consumo cotidiano raramente ocurren más allá de Pichari ya que el tiempo que se invierte en transportarse hacia una ciudad intermedia no se justifica en el caso de compras de productos de primera necesidad como alimentos, vestimenta e incluso en compras al por menor de electrodomésticos, materiales de construcción y productos tecnológicos. Esto favorece el establecimiento de redes de soporte de las actividades económicas ilegales entre aquellos comerciantes legales e informales en la ciudad, ya que consideran que la única forma de mantener y expandir sus negocios es tener clientes con ingresos vinculados al narcotráfico o a la lucha contra las drogas.

9 Una poza de maceración es una instalación en la que se produce pasta básica de cocaína.

Esto hace que las fronteras entre los circuitos económicos legal, informal e ilegal sean porosas y las circulaciones entre los mismos se realicen casi sin barreras. El mercado regula las interacciones de consumo, consideraciones como los costos de transporte, logísticos y de marca influyen en el establecimiento de los precios de los bienes y servicios en la ciudad. El estándar de consumo es el consumo urbano en un mundo globalizado. En sucesivas operaciones el dinero gastado de algunos se convierte en el dinero ganado de otros, el dinero que pasa de mano en mano se conecta así con diferentes piezas de dinero en la ciudad.

Las transacciones monetarias son más importantes que las prácticas de trueque o regalos de bienes y servicios. Se intercambia usando dinero en efectivo, en moneda local y extranjera. Es una economía local dinámica, donde el mercado satisface los diferentes tipos de necesidades de los habitantes locales. Esto es lo que trataré de ilustrar a través de tres historias que muestran la circulación de pequeñas cantidades de dinero en la ciudad.

La primera historia se desarrolla en la plaza central de Pichari. La plaza es el lugar central de la vida pública del distrito de Pichari. Según la hora del día y el momento del año tiene múltiples usos: cancha de vóley o fulbito, anfiteatro para ceremonias, pista de patinaje, salón de exhibición de los juguetes de moda, paseo para enamorados, discoteca improvisada para mototaxistas, restaurante al paso para transeúntes, reino del comercio ambulante de golosinas, pasarela improvisada para mostrar las últimas adquisiciones en el guardarropas, entre otros. La plaza es también el centro administrativo de la ciudad, allí se encuentra la sede de las diferentes instituciones públicas. La plaza se convierte por lo tanto es una sala de espera para los diversos trámites que los ciudadanos deben realizar en estas instituciones. Durante el día y la noche, es un lugar animado y transitado, el centro neurálgico de la ciudad. La plaza es también un lugar de reunión, tanto de trabajo como de amistad. La plaza es un espacio de encuentros, como el que presencie en enero del 2016:

Estaba sentada en una de las bancas en una de las rotondas de la plaza. A mi lado un hombre a quien llamaremos Enrique. Él acaba de llegar a Pichari, está esperando a su amigo Aurelio con quien ha quedado en encontrarse a las 7pm en la plaza para conversar un rato. Ambos son ingenieros civiles y viven en Huamanga, están en Pichari porque la Municipalidad les debe dinero desde el año pasado [2015] y han tenido que venir a cobrarlo personalmente. Es la segunda vez que los amigos tienen que venir a gestionar su pago por problemas administrativos. A pesar de la modernización administrativa y la llegada del servicio de internet a la zona hace varios años, las

gestiones en la municipalidad se hacen de manera personal. El desorden administrativo y la poca profesionalización de la burocracia local hace que el seguimiento personal de muchas de las gestiones sea necesario para llegar a concretar contrataciones, pagos y otros trámites. Los amigos han venido en tiburón, camionetas privadas que hacen la ruta Huamanga – Pichari. Se han demorado por la *tranquera*¹⁰ en la carretera. Llegando se hospedaron en un hotel cercano a la plaza, comentan que los precios son más cómodos ahí. Las llaves de sus cuartos tienen la forma de una hoja de coca. En la plaza, los dos amigos compran una gaseosa y siguen su conversación. Enrique recibe una llamada en su Smartphone, al parecer es una mujer quien le pregunta si ya llegó a la ciudad. Él le cuenta rápidamente la historia y la situación en la que va su pago: “mañana tengo que ir temprano a la Municipalidad”. Esa noche la invita a encontrarse en un pub cercano. Los amigos conversan un rato más sobre la ruta, el fútbol y otras cosas. Quedan en verse al día siguiente y se despiden. (Notas de campo, Pichari, enero 2016”)

Los personajes de esta historia son dos profesionales que obtienen sus ingresos en la esfera legal: un sueldo de una institución pública. Las obras realizadas por el gobierno local gracias al dinero del canon han sido un importante dinamizador de la economía. Esto ha atraído a profesionales de las provincias del VRAEM que pueden llegar a ganar sueldos de entre 3 mil y 5 mil soles¹¹ por trabajar por temporadas en los diferentes proyectos de infraestructura y productivos que realiza la municipalidad. A pesar de siempre estar en búsqueda de empleo en diferentes instituciones públicas y privadas, el dinero que ganan es de origen legal. Las conexiones con las otras esferas económicas comienzan a hacerse evidentes en la manera en la que gastan ese ingreso legal. En primer lugar el pago del transporte (tiburón), dependiendo de la época puede ser entre 60 y 100 soles. A pesar de ser vehículos asociados en una cooperativa, ninguno emite recibo. Los pagos se realizan en efectivo directamente al conductor al concluir el trayecto. Parte de esta actividad se encuentra en la esfera de la economía informal. Además el origen del capital para comprar estos vehículos es de origen incierto. Tigre, quien actualmente es conductor de este tipo de vehículos me cuenta:

10 En Pichari se le dice tranquera al cierre de la carretera por obras que se realizaban en la carretera Quinua – San Francisco y que limitaba el tránsito de vehículos a ciertas horas del día durante algunos meses en 2015 y 2016.

11 Sueldos expresados en moneda local, equivalentes a sueldos entre 920 y 1500 dólares americanos en 2016.

Tuve que sacar un préstamo mientras trabajaba en [institución pública en Pichari], tenía que presentar papeles de trabajo. Lo saqué en 2009 y sigo pagándolo, cuando había que trabajar el carro, todo lo que ganaba iba a pagar el préstamo, ahora ya la cuota es menor. Pero a la cooperativa a veces llegan jóvenes con 24, 25 años y tiburón del año pasado. No les vamos a preguntar pero ya te imaginas como han hecho [para conseguir el vehículo]. Las camionetas se maltratan en el camino, la ruta a Puerto Ene es menos dura que la ruta a Huamanga, por eso prefiero no ir hasta allá. Si trabajas tu carro todos los días, en uno o dos años ya se te malogra. Pero acá siempre llegan carros nuevos (Notas de campo, Pichari, junio 2015).

Una camioneta Toyota Hilux cuesta entre veinte mil y treinta mil dólares, y es uno de los vehículos más populares del valle ya que resisten mejor las vías locales, especialmente en época de lluvia. En la ciudad también hay varios talleres mecánicos de autos y motocicletas, algunos que anuncian que se especializan en atención a Hilux, aunque ninguno es filial oficial de Toyota. Algunos son formales y otros informales, pero estos establecimientos también forman parte del circuito de circulación del dinero.

El segundo tipo de gasto que realizan ambos amigos es en alojamiento. El hotel en el que se quedan fue inaugurado hace unos meses, en una de las principales avenidas de la ciudad. Es una construcción de cuatro pisos, con acabados. Los vecinos comentan que se realizó en menos de un año. El hotel da buenos precios con relación a la calidad de sus habitaciones: desde 30 soles la noche en un cuarto con baño propio, 10 soles más barato que otro de los principales hoteles de la ciudad. Aunque los rumores en la ciudad hablan de los vínculos del propietario con el lavado de activos y que puede que sea un negocio de fachada, lo cierto es que no parece haber una investigación abierta aunque los funcionarios públicos que van a Pichari en comisión de servicios prefieren evitarlo. Sin embargo, para el resto de visitantes de Pichari, como en el caso de estos ingenieros, la decisión de donde hospedarse parece basarse en la relación calidad/precio.

El hospedaje también se paga en efectivo, este tipo de establecimiento da boleta o factura cuando se le pide pero no siempre. Ello a pesar de que varios de estos establecimientos tenían pegado en sus recepciones afiches de SUNAT (Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria) sobre una campaña que incentivaba al consumidor a pedir su boleta. Sin embargo, en el caso de aquellos negocios de fachada, es lógico que otorguen comprobantes de pago, ya que como lo explicaba un oficial de policía especializado en el tema

de lavado de activos, la clave para reinsertar dinero de origen ilegal a la economía legal a través de este tipo de negocios es emitir boletas y facturas a clientes inexistentes. Esto es aún menos sospechoso si el establecimiento logra tener un movimiento de clientela importante, ya que se confunden el dinero de los ingresos por ventas de origen legal con dinero ilegal proveniente de algún delito, en la zona principalmente el narcotráfico.

El tercer rubro en el que ambos amigos gastan dinero es en diversión, tienen planeado salir a un pub en la noche. Sin embargo, el detalle de cómo funciona la circulación de dinero en los establecimientos de entretenimiento (discotecas, pubs, karaokes) lo ejemplificaré mejor con la siguiente historia.

La segunda historia ocurre en la discoteca Stylos, la discoteca más grande de la ciudad con una capacidad para por los menos 150 personas, aunque podrían entrar hasta 300. Karina, la dueña de la cafetería, me abre generosamente las puertas de su casa¹² y me propone salir esa noche a divertirnos en la ciudad. A continuación presento el relato de esa noche de fiesta en Pichari:

Stylos es una discoteca de dos pisos que funciona todos los días en Pichari. La entrada no cuesta para las mujeres, para los hombres depende de la hora. El local se ubica a pocas cuadras de la plaza, y ello lo diferencia de otros establecimientos de entretenimiento ubicados en la zona rosa de la ciudad. En Stylos la fiesta es mixta: hombres y mujeres pueden ir y son tratados por igual como clientes.

Paso por Karina, llegamos a las 11 de la noche a la discoteca, queda muy cerca de su negocio. En la entrada hay una agente de seguridad de la discoteca que realiza el control de los bolsos y los bolsillos de los clientes, está prohibido entrar con comida, bebida o armas. Entrando vamos directamente en el segundo piso, junto al bar. Karina me comenta que esa es la mejor ubicación, abajo es la pista de baile, pero Karina me dice que allí está muy inundado y que aparte “va cualquiera”. La discoteca es un sauna, música, luces y humo se conectan para generar un ambiente festivo donde se combinan sayas y cumbias. En la discoteca nos encontramos con Max y Christian, dos dueños de restaurante locales quienes amablemente nos invitan una cerveza. No sería educado rechazarla, invitaremos la próxima ronda. La cerveza que ellos toman es de la marca “corona” y cuesta 10 soles cada botella personal. Ellos piden corona toda la noche sin problemas.

12 Los agradecimientos son particularmente importantes para aquellas personas que en Pichari apostaron por abrirme las puertas y acompañarme en mis recorridos por la ciudad.

A nuestro lado hay dos grupos, en ambos Karina tiene conocidos. El primer grupo, me comenta, es personal de la Policía Nacional que ha salido a distraerse en su día de franco. Es un grupo de jóvenes y señores alrededor de algunas botellas de cerveza “Pilsen” en el suelo (la Pilsen también está 10 soles, pero es una botella grande). Del otro lado hay otro grupo, un señor mayor saluda a Karina. Ella me presenta, es un grupo de ingenieros que trabajan consorcio vial que está ejecutando obras en la zona. También han venido a distraerse y bailar un rato. Algunos de ellos toman Pilsen, otros corona, también nos invitan una botella. Charlamos un rato y luego se van. Los barman están atentos a los pedidos, pero siempre cobran por adelantado en efectivo. La discoteca se va llenando conforme avanza la noche. Como bien lo señaló Karina, los baños del primer piso están inundados y también la pista de baile, pero a nadie parece importarle. Sigue la fiesta. Bailamos y charlamos un rato más hasta que llegó la hora de irse. 2am: está lloviendo afuera. Los amigos de Karina nos embarcan en uno de los mototaxis de la entrada, le dicen al chico que tenga cuidado y que nos lleve sanas a nuestras casas. 3 minutos después llegó al hotel. (Notas de campo, Pichari, enero 2016)

Esta historia muestra por una parte como circula el dinero en la noche Picharina y como se va mezclando el dinero de origen diferente a través del consumo en un solo establecimiento. En Stylos todos éramos consumidores, sin embargo nuestro dinero no provenía de la misma fuente. Karina, Max y Christian gastaban en la discoteca el dinero que habían ganado en sus negocios. El grupo de policías que se divertían a nuestro lado gastaban el dinero de su salario. El grupo de ingenieros del Consorcio vial también gastaban el dinero proveniente de sus sueldos pagados por una empresa privada pero pagado por ejecutar una obra pública, por lo que indirectamente el origen del dinero es el Estado. Por mi parte el dinero provenía de mis ahorros y de la Beca otorgada por la universidad. Hasta ahora el origen del dinero de estas personas es la esfera legal. Sin embargo, como la propia Karina me señala que en el piso de abajo va “todo el mundo”, tanto empleados de comercios, mototaxistas, agricultores, personas de otros distritos. Todo el que pueda pagar una noche de fiesta. Stylos tiene oferta para diversos bolsillos. Ella también me cuenta que una vez tuvo un problema en la discoteca:

Había venido con mis amigas a bailar. Estábamos tranquilas conversando y bailando. Se nos acerca un tipo, más alto que yo y me invita a bailar. Le digo

que no. A los cinco minutos se aparece con una botella de cerveza a querer tomar con nosotras. De nuevo le decimos que no. El tipo se comienza a desesperar y a ponerse saltón. Unos amigos nos ven y vienen a hacernos compañía. El tipo se aleja, se va abajo, pero al final de la noche me lo cruzo en la puerta. Estaba borracho y quería volver a entrar. Los guardias le decían que no y le impedían el paso. Ahí el tipo se va al medio de la pista y saca un arma. Nos metimos de nuevo a la discoteca hasta que llego Serenazgo y la Policía y se lo llevo. Felizmente no paso nada pero realmente tu no sabes con quien te puedes cruzar. (Notas de campo, Pichari, enero 2016)

Ella misma me señala que no es común que las personas anden armadas y que probablemente ese hombre iba armado porque “estaba metido en algo”. Pero por precaución ella prefiere quedarse en la parte de arriba de la discoteca y solo socializar con aquellos que conoce previamente. Las luces y el calor dificultan la conversación, es difícil llegar a “conocer” a alguien en esas condiciones. Por ello Karina tampoco acepta invitaciones de bebidas de extraños.

Durante la noche vi que la gente se acercaba a la barra y compraba diferentes bebidas. Lo que más parece venderse es la cerveza, la mayoría de personas pagan en efectivo, ningún comprobante es emitido. También hay la posibilidad de pagar con tarjeta, pero esa noche la máquina no está funcionando, solo efectivo. De nuevo, pequeñas cantidades de dinero (Desde 10 hasta 100 soles por compra) circulando de la mano de los consumidores a la mano de los negocios locales. Esa es la dinámica económica de un sábado cualquiera, ese día no hay una conmemoración especial ni música en vivo, solo “una noche tranquila” para el negocio como me dice Karina. Una noche que parece tener bastante movimiento económico.

Tanto la primera como la segunda historia nos muestran la importancia de la circulación de dinero en efectivo en el dinamismo económico de la ciudad. El efectivo es la principal moneda de intercambio ya que muy pocos comercios locales permiten pagar con tarjeta. En Pichari existe un Banco de la Nación y algunos locales de cajas de ahorros.

La bancarización de la economía ha avanzado en el distrito, principalmente a través de las instituciones financieras locales (cooperativas y cajas de ahorro). Sin embargo, como la siguiente historia ilustra, incluso cuando el dinero no circula de mano en mano, dentro del sistema financiero, este puede terminar conectando las esferas económicas legales e ilegales. La siguiente historia me la contó Tigre, transportista en Pichari, una de sus pasajeras frecuentes en la ruta

hacia Puerto Ene lo comentó los problemas que había tenido con una cooperativa de ahorro:

Emilia es una comerciante de chicha que todos los días hacía el trayecto hacía Puerto Ene. Emilia prefiere vender su chicha en Puerto Ene porque el valor de un vaso de chicha era de dos soles, el doble de lo que le pagan en Pichari. Todos los días va en alguna de las camionetas que hace la ruta, vende su mercadería y regresa con sus ganancias. Ella ahorra su dinero en una cooperativa de ahorro y Finanzas: “Mujeres Emprendedoras”. Esta cooperativa es una pequeña asociación que apareció hacia el año 2014 en Pichari. Emilia había juntado casi 10 mil soles que puso en una cuenta en la cooperativa. Era el dinero para su hija. Después de unos meses quiso sacar una suma de dinero. Tigre la encontró fuera del local de la cooperativa, llorando y le preguntó: “¿Que ha pasado señora?” a lo que Emilia respondió: “Yo tengo mi plata, y no me quieren devolver, Son 15 días que me están paseando, mañana, mañana”. Tigre también estaba allí porque una de sus hijas de quince años había ahorrado 600 soles en la cooperativa. Él se puso fuerte y les dijo: “si no me dan mi plata llamo a Indecopi”, luego de unas semanas consiguió recuperar el dinero. En cambio la señora Emilia, al no tener como acreditar el origen del dinero no quiso recurrir a la vía del reclamo formal. Tigre no está seguro si Emilia recuperó el dinero, pero me dice que lo más probable es que lo haya perdido para siempre. (Notas de campo, Pichari, junio 2015)

¿Qué nos dice esta historia sobre el dinero que circula y se ahorra en Pichari? En primer lugar, nos muestra la circulación del dinero entre el campo y la ciudad, el dinero llega a Pichari desde una zona donde el principal movimiento económico está asociado a una actividad ilegal: la zona de Puerto Ene. Según Tigre, en esa época el movimiento económico en Puerto Ene era importante, era el nuevo centro del “negocio”. Las transacciones ligadas al narco tráfico acontecían en ese lugar tanto de día pero principalmente de noche: compra y venta de insumos químicos, de hoja coca seca, de motores, de cemento, todas las transacciones imaginables. El dinero en efectivo circulaba en cantidad, tanto en soles como dólares en la zona, me comenta Tigre. Las autoridades pocas veces llegan allí.

Dada la cercanía de Puerto Ene (alrededor de dos horas de camino desde Pichari), muchos comerciantes ambulantes de comida van diariamente a ofrecer sus productos. El origen del dinero que se gasta para adquirir sus productos muchas veces es de proveniencia ilegal, puede haberse obtenido por la venta de

hoja de coca o insumos químicos sin autorización. La transacción de compra venta con una ambulante como Emilia hace que el dinero circule hacia la esfera informal. Emilia no es una emprendedora en el sentido formal del término, no está registrada como tal, no declara sus ingresos, no entrega ningún tipo de comprobante de pago.

En segundo lugar, esta historia nos muestra lo que sucede con el dinero en el sistema financiero local. Emilia regresa con ese dinero a la ciudad, donde reside con su hija, y lo ahorra en efectivo en su vivienda hasta que decide ingresarlo al circuito financiero, a una cooperativa de ahorro. Este es un rubro que ha crecido en la última década, según declaraciones de diversas autoridades (municipales y policiales) existen entre 25 y 30 cooperativas funcionando en el distrito de Pichari. Durante mis observaciones de campo pude ubicar al menos 20 locales de establecimientos de este rubro.

Las cooperativas y cajas de ahorro locales son muy populares y varios de los habitantes locales tienen dinero ahorrado en más de una de estas entidades. Durante el año 2015 se reportaron varios casos de estafa: cooperativas que funcionaban por algunos meses para captar el mayor dinero posible de sus ahorristas, ponían condiciones para invertir el dinero a plazo fijo, y luego desaparecían con el dinero.

Existe poca fiscalización de esta actividad en la zona, la Sociedad de Banca y Seguros (SBS) no supervisaba (hasta junio del 2018) a estas entidades financieras y la Municipalidad recién comenzó a realizar operativos inopinados de supervisión en el año 2016, por lo que es un mercado particularmente vulnerable a las estafas como la que le sucedió a Emilia. Su dinero de origen informal ingresó a un circuito financiero que a pesar de ser legal es bastante informal, y terminó convirtiéndose en dinero robado, por lo tanto dinero ilegal. En otros casos, cuando las cooperativas sirven como negocios de fachada, como he explicado anteriormente, el dinero de origen legal e informal terminan combinándose en las cuentas de la cooperativa con dinero de origen ilegal, reingresando todo en la esfera legal de la economía.

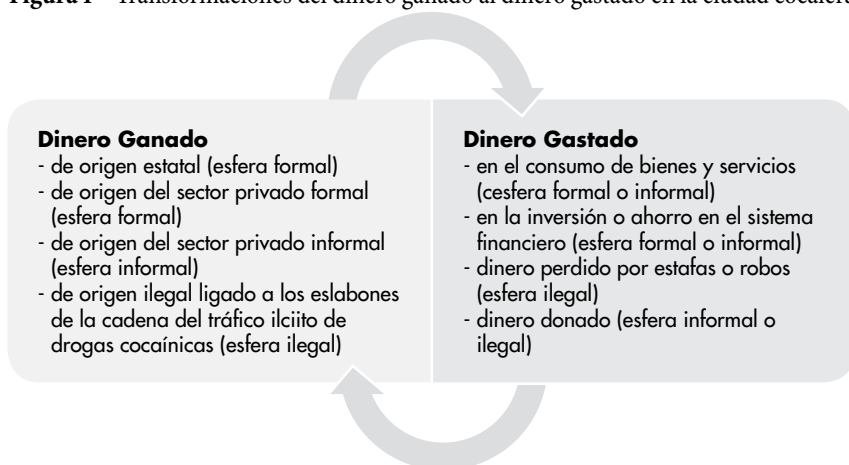
IV. Dinero ganado y dinero gastado en la ciudad cocalera: la disolución de las valoraciones morales en el mercado

¿Qué tienen en común los relatos anteriores? En las tres el dinero circula entre las diferentes esferas de la vida económica de la ciudad y va borrando implícita o explícitamente las barreras morales entre las diferentes fuentes de dinero, entre “el dinero sucio” y “el dinero honrado”. Si bien varios de los actores

locales se preocupan por ganar, en la medida de lo posible, su dinero de manera “honrada”, como ellos mismos lo señalan, es poco lo que pueden hacer para que su dinero gastado no termine por confundirse e incluso alimentar la esfera económica ilegal. En todos los relatos el dinero circula y se transforma, ya sea en dinero gastado, en dinero debido, en dinero ahorrado, en dinero perdido. Todos con un sentido inicial distinto para las personas que participan de estas transacciones, pero que termina conectándose y mezclándose en la economía de mercado.

La figura nº 1 resume las operaciones de transformación del dinero que operan en los escenarios detallados anteriormente.

Figura 1 – Transformaciones del dinero ganado al dinero gastado en la ciudad cocalera



Fuente: Elaboración propia

Las operaciones que se realizan con el dinero en cada uno de estos escenarios transforman el dinero ganado tanto de manera legal o ilegal en dinero cuyo uso es visto como legítimo, o, al menos, aceptado socialmente por su utilidad y conexión con los circuitos formales e informales. La pregunta que surge entonces es si el dinero se gasta sin perjuicio a uno mismo o a otros. Como lo vimos en los relatos, se valoriza la reinversión en actividades legales (como agricultura, comercios y servicios) y no se cuestiona el origen del dinero que permita financiarla. Si el dinero financia el crecimiento de los emprendedores locales y el bienestar de los habitantes de la ciudad, permitiéndoles tener una mejor calidad de vida, entonces no se cuestiona su origen.

En tanto que, como en el caso de las prostitutas analizado por Hoigard y Finstad (1992) si existen gastos que se consideran moralmente inaceptables aunque comunes en la práctica. Es el caso de lo que se denomina “dinero fácil” abordado en detalle por Aronés (2016). Este es un dinero que se gasta rápidamente en gastos de consumo inmediato (en prostitución, drogas, alcohol, bienes tecnológicos, entre otros) y se asocia generalmente con los jóvenes de la ciudad involucrados en el narcotráfico. Si bien no pude observar directamente el gasto de este dinero, ya que varias de estas actividades se realizan en locales en lo que se prohíbe la entrada de mujeres y más aún foráneas, varios habitantes de la ciudad me mencionan que “el dinero que rápido viene, rápido se va”. Estos habitantes anclados en la esfera legal no critican necesariamente como los jóvenes ganan su dinero, si el uso del mismo, mencionándome que la juventud no sabe ahorrar ni gastar su dinero.

¿Qué termina construyendo el dinero en la ciudad? Redes de circulación de dinero entre las diferentes esferas económicas que coexisten en la ciudad y de los cuales ninguno de los habitantes puede escapar. Incluso sin estar consciente o sin desearlo su dinero puede terminar mezclándose con dinero de origen ilegal, ya que ambos pueden ser gastados en los mismos establecimientos o puede alimentar algún negocio vinculado al lavado de activos. El mercado termina borrando las fronteras entre lo que al principio parece fácil de diferenciar: dinero legal y dinero ilegal. Así, si en un inicio podíamos comprender el dinero ganado en Pichari en base a lo planteado por Zelizer y Wilkis, en el transcurso de las transacciones económicas el origen del dinero se va anonimizando y la visión propuesta por Simmel cobra más fuerza.

Por un lado, nos queda la incertidumbre sobre cómo se operó concretamente nuestra conexión con la esfera ilegal. Muchos de los habitantes locales optan por no saber cómo opera esa conexión. “No preguntar más de la cuenta”, “no saber más de lo debido”, “no hablar de lo que no se debe” son reglas tácitas que ordenan la vida de los habitantes en su relación con el dinero. Si no sabemos de dónde viene el dinero o como se vincula con la ilegalidad podemos seguir siendo parte de las transacciones que con él se realiza. La sospecha y la complicidad, voluntaria o involuntaria, de todos con el funcionamiento de las actividades ligadas al narcotráfico animan a los habitantes a desarrollar mecanismos de legitimación moral del dinero que circula en la ciudad.

Estas reglas no las aprendí haciendo trabajo de campo sino cuando trabajaba en la ciudad, como una practicante de una institución pública, son consejos que te van dando los colegas, amigos y que forman parte del “sentido común local”. En conversaciones con antiguos colegas durante el trabajo de campo, la

reflexión volvió a surgir. Renzo, ingeniero con muchos años de experiencia en la zona me dijo: “No hay como, acá todos terminamos siendo cómplices del narcotráfico”. Para aclarar esa afirmación, Renzo me dice:

Acá somos tontos útiles, hacemos como que luchamos contra el narcotráfico, damos ayudas del PROVRAEM¹³, concientizamos a la gente, hacemos nuestra chamba. Pero por el otro lado tienes a los militares denunciados por las avionetas, el PROVRAEM aceptando hectáreas viejas de coca, y la policía capturando a casi nadie. La SBS ni la Contraloría vienen a fiscalizar. Nosotros solos no podemos evitar que todo esto pase. Tenemos que vivir acá, y para eso a veces hay que hacerse la vista gorda (Notas de Campo, Pichari, enero del 2016)

Para poder continuar con las transacciones económicas cotidianas en la ciudad, aquellas personas que operan principalmente en la esfera económica legal utilizan dos mecanismos. En primer lugar hacer énfasis en el origen legal de su dinero, fruto de su trabajo y esfuerzo. No es lo mismo el dinero del narcotráfico, el dinero robado por las cooperativas o el salario ganado a fin de mes. La forma en la que se gana el dinero legitima su circulación. Siguiendo la distinción planteada por Wilkis (2013) sobre las piezas de dinero, podríamos denominar a esta pieza de dinero como “dinero honrado”. Se trata de una categoría de dinero que expresa una valoración moral sobre la forma en la que se ha ganado dicho dinero, y que le da tranquilidad a la persona que lo usa para gastarlo en el mercado.

Las jerarquías morales locales de aquellos actores que se perciben como fuera de la esfera ilegal incluso los lleva a aceptar o rechazar ciertas piezas de dinero consideradas como “ilegales” e incluso a calificarlas como “dinero sucio”. Evitar ciertas transacciones con actores desconocidos o con mala reputación, “Prefiero no asesorar a fulano o prefiero no comerciar con tal otro”, son conductas que algunos emprendedores y consultores locales toman al momento de hacer negocios.

Sin embargo, en otros casos, como en los comercios de atención al público, cuando no se puede evitar recibir el dinero de ciertas personas, se opta por ignorar su origen. A este segundo mecanismo, podríamos denominarlo una suerte de “desatención cortés” (Goffman, 1963) económica. En la medida de lo posible, los habitantes locales aprovechan el anonimato que les da la ciudad que les permite ignorar a quien le compran o a quien le venden un producto o

13 Proyecto Especial para el Desarrollo del Valle de los Ríos Apurímac Ene y Mantaro, impulsado por el Ministerio de Agricultura.

servicio. Si hay un velo de legalidad que cubra la actividad (ya sea por tributar impuestos, tener licencia municipal, tener una buena reputación entre los habitantes) entonces no se hacen muchas preguntas sobre las personas y el dinero que interactúan en estas transacciones.

Así, los actores de estas transacciones “demuestran a través de la mirada [o en este caso del intercambio de dinero] que uno aprecia que la otra persona esté presente (y que uno admite abiertamente haberlo visto), aunque inmediatamente después retire su atención de dicha persona expresándole que no constituye un objetivo especial de curiosidad” (Goffman, 1963: 83). Se establece una relación cortés, incluso cuando se tiene alguna noción o sospecha de que la persona con la que se está intercambiando tiene algún vínculo con una actividad ilegal. Uno de los pensamientos recurrentes entre quienes intercambian con estas personas es qué si las autoridades no los han capturado y nadie les está haciendo problemas, no les corresponden a ellos hacerlos. Si bien es una actitud que se constituye en cada transacción, pueden marcar la actitud entre dos partes en una relación. Así, por ejemplo, existen empleados públicos cuyos jefes conocen que tienen terrenos (dónde cultivan coca) o camionetas (donde han transportado cargamentos ligados al narcotráfico – insumos o drogas) sin embargo no preguntan sobre los cultivos ni los usos del transporte. Se reconoce la existencia de dicha actividad complementaria sin indagar más al respecto. Esa frontera de “desconocimiento” o “desatención” es clave para que toda la economía funcione y las esferas económicas se conecten fluidamente. Es por lo tanto un mecanismo clave para el funcionamiento de la economía local en Pichari.

Conclusiones

La coca llega a la ciudad cocalera en forma monetaria, moviliza mucho dinero, pero no es la única fuente económica que alimenta la ciudad. La presencia del Estado (y sus diversos organismos) también alimenta la dinámica económica, especialmente si se toma en cuenta el crecimiento de Pichari como centro administrativo en los últimos años. Así, tanto el Estado, el narcotráfico y el sector privado constituyen los motores económicos de la ciudad y dibujan las esferas económicas que en ella conviven: formal, informal e ilegal. Esto no es diferente de lo que sucede en diferentes zonas urbanas y rurales del país donde existe presencia de economía ilegales.

No obstante, lo que caracteriza la ciudad de Pichari es que crea oportunidades para que el dinero ganado por los habitantes de la ciudad provenientes de diferentes fuentes sea gastado en un circuitos económico que abona al

crecimiento de la economía local y por lo tanto crean una percepción de prosperidad económica en la ciudad. En Pichari no hay coca, hay dinero. Y es el dinero el que media las conexiones entre las diferentes esferas de la vida social a partir de sus trayectos entre distintas esferas económicas.

Así no es el carácter legal o ilegal del dinero, según lo definido desde una perspectiva normativa lo que hace aceptable el dinero. Las valoraciones morales tras las piezas de dinero ganado (Wilkis, 2013) existentes en la ciudad se hacen en función del aporte que significan para uno mismo, su familia y su comunidad, independientemente del circuito del que provengan. Ya la valoración en torno al dinero gastado se diluye en los actos de consumo en el mercado, resurgiendo solo en casos muy específicos como el del “dinero fácil” de los jóvenes. En un contexto con bajos índices de crimen violento, no se percibe que el narcotráfico sea perjudicial a nivel local, lo que facilita que el dinero proveniente de este circuito sea aceptado en las transacciones monetarias cotidianas.

Las valoraciones sobre los usos del dinero se hacen por lo tanto en función del bienestar que generen a nivel local más que sobre su origen legal o ilegal. En ese sentido el dinero que alimenta circuitos de bares en los que se suscitan peleas callejeras o que contribuyen al crecimiento de la zona rosa de la ciudad es percibido como un gasto negativo. En estos casos, las fronteras entre lo legal y lo ilegal vuelven a cobrar sentido y la población local espera una actuación más proactiva de las autoridades para el control de estas actividades. Se espera que los esfuerzos de las autoridades se dirijan a fiscalizar y cerrar este tipo de negocios considerados como perniciosos en vez de enfocarse principalmente en contrarrestar el narcotráfico. Se construye así un discurso en torno a la moralidad del narcotráfico que no está asociado a las valoraciones normativas que el Estado impone sobre la actividad sino ante los efectos que la población percibe directamente.

Por el momento, son los aportes positivos de la actividad como motor económico los que prevalecen sobre los problemas que genera. A nivel local se percibe que el narcotráfico contribuye al crecimiento económico y a la generación de nuevas oportunidades de bienestar lo que compensa los efectos negativos en un sector de la juventud que no se percibe como mayoritario. Sin embargo esta es una tensión constante y las valoraciones de los actores van cambiando en función de lo que presencian cotidianamente. Esto refleja que la aparente convivencia pacífica entre las esferas legales e ilegales en Pichari si tiene contradicciones y no es tan fluida como podría aparecer en un inicio. Estas tensiones puede terminar por romper el frágil equilibrio existente y hacer evolucionar el escenario local hacia un contexto más adverso a la actividad ilegal. Así por

ejemplo, en México, las autodefensas y otras asociaciones de vigilantismo se organizaron tanto para combatir la violencia generada por el narcotráfico pero también para imponer un cierto orden moral en la que también se combatiesen actividades perniciosas como el consumo de drogas o la prostitución (Zizumbo Colunga, 2015). El choque entre los ordenes morales puede ser un recurso para la movilización ciudadana contra la presencia de actividades ilegales.

Referencias

- AGUDO SANCHÍZ, Alejandro; ESTRADA SAAVEDRA, Marco. *(Trans)formaciones del estado en los márgenes de Latinoamérica: imaginarios alternativos, aparatos inacabados y espacios transnacionales*. México D.F, Universidad Iberoamericana, 2011.
- ALVES MULLER, Lucía Helena. *Mercado exemplar: um estudo antropológico sobre a Bolsa de Valores*. Porto Alegre, Zouk, 2009.
- ALVES MULLER, Lucía Helena; WILKIS, Ariel. Etnografías de prácticas económicas. *Civitas*. Porto Alegre, v. 10, n. 3, 2010, pp. 373–375.
- ARONÉS, Mariano. *Enseñar y educar en una zona de conflicto: El caso de los profesores/as del valle de los Ríos Apurímac, Ene y Mantaro*. Lima, Documento de Trabajo CIES, 2016.
- BARROS, Macarena; OSSANDÓN, José. Prácticas financieras en torno al uso del crédito en la industria del retail de Santiago. In: *Destapando la caja negra/Sociologías de los créditos de consumo en Chile*. Santiago de Chile: Instituto de investigación en ciencias Sociales (icSo), Universidad Diego Portales, 2012, pp. 113–132.
- DAMATTA, Rodrigo; SOAREZ, Eduardo. *Águias, Burros e Borboletas: Um Estudo Antropológico do Jogo do Bicho*. Rio de Janeiro, Rocco, 1999.
- FELTRAN, Gabriel De Santis. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*. Salvador, v. 27, n. 72, 2014, pp. 495–512.
- FIGUEIRO, Pablo. “Clientes” y “jugadores”: el fiado en una agencia de lotería. Buenos Aires, Documento de Trabajo IDAES, 2012.
- FISCHER, Edward. *Cash on the table : markets, values, and moral economies*. Santa Fe, School for Advanced Research Press, 2014.
- GOFFMAN, Erving. *Behavior in public places*. New York, The Free Press, 1963.
- GRANOVETTER, Mark S. *The strength of Weak ties*. *American journal of sociology*. Chicago, v. 78, n. 6, 1973, pp. 1360–1380.
- GUYER, Jane. *Marginal Gains*. Chicago, The University of Chicago Press, 2004.
- HART, Keith. *The Memory Bank*. London, Profile Books, 2007.
- HOIGARD, Cecilie; FINSTAD, Liv. *Backstreets: Prostitution, Money, and Love*. Pennsylvania, Penn State University Press, 1992.

- INGHAM, Geoffrey. *The Nature of Money*. Cambridge, Polity Press, 2004.
- LOMNITZ, Larissa Adler De. *Cómo sobreviven los marginados*. México D.F, Siglo XXI Editores, 1978.
- MARCUS, George. Ethnography in/of the World system: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. *Annual Review of Anthropology*. Palo Alto, v. 24, 1995, pp. 95–117.
- MAURER, Bill. The Anthropology of Money. *Annual Review of Anthropology*. Palo Alto, v. 35, n. 1, 2006, pp. 15–36.
- MAUSS, Marcel. *Essai sur le don*. Quadrige- ed. Paris, PUF, 2016 (1925).
- MAYER, Enrique. *Casa, chacra y dinero: Economías domésticas y ecología en los Andes*. Lima, IEP, 2004.
- MONTES DE OCA, Laura Beatriz. Entre activistas, funcionarios e industriales. Aplicación de la etnografía — enfocada y política — en escenarios de gobernanza. *Nueva Antropología*. México D.F, v. 28, n. 83, 2015, pp. 25–46.
- MÜLLER, Lúcia Helena. Bancos na favela: relações entre agências bancárias e moradores de uma região urbana alvo de políticas de “pacificação”. *Tempo Social*. São Paulo, v. 29, n. 1, 2017, p. 89.
- OEА – Organización de Estados Americanos. *La economía del narcotráfico*. Washington D.C., 2013.
- PARRY, J; BLOCH, M. Money and the Morality of Exchange. *American Ethnologist*. [s. l.], v. 18, 1996, p. 631.
- SIMIAND, François. La monnaie, réalité sociale. In: *Critique sociologique de l'économie*. Paris, PUF, 2006, pp. 215–279.
- UNODC. *Monitoreo de cultivos de Coca 2015*. Lima, UNODC – DEVIDA, 2016.
- VALENCIA, Sayak. *Capitalismo Gore*. Ciudad de México, Paidós, 2016.
- VILLARREAL, Magdalena. *Mujeres, finanzas sociales y violencia económica en zonas marginadas de Guadalajara*. Guadalajara, Instituto Jalisciense de las Mujeres y el Instituto Municipal de las Mujeres en Guadalajara, 2009.
- WILKIS, Ariel. *Don, dinero y moral en el análisis de un circuito filantrópico*. Buenos Aires, Documento de Trabajo IDAES, 2009.
- WILKIS, Ariel. *Las sospechas del dinero*. Buenos Aires, Paidós, 2013.
- ZELIZER, Viviana. *El significado social del dinero*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2011.
- ZIZUMBO COLUNGA, Daniel. *Taking the Law into Our Hands: Trust, Social Capital, and Vigilante Justice*. PhD Thesis, Political Science, Vanderbilt University, 2015.

Recebido em 06/11/2017

Aprovado em 17/10/2018

Como citar este artigo:

CASTILLO, Sofia Isabel Vizcarra. El dinero: organizador social de la ciudad de Pichari. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 1, jan.- jun. 2019, pp. 173-198.

Mercados ilícitos, ambivalências e agressividade: condições estatais e mercantis de um circuito de bailes de reggae em “periferias” de Maceió, AL¹

Fernando de Jesus Rodrigues²

Resumo: Com base em visitas a “discotecas” e em entrevistas com DJ’s, com proprietários desses empreendimentos e também com jovens socioeducandos, analiso aspectos da formação de um circuito de bailes de reggae nas periferias de Maceió, AL. Ao explorar trajetórias individuais, concentro-me nas tensões emocionais entre pessoas decorrentes de seus envolvimento em mercados ilícitos que culminam em disposições para assassinatos. Sob uma perspectiva processual, problematizo como funções mercantis e estatais formam regimes de justiça informal que regulam interesses mercantis e morais nas periferias de Alagoas.

Palavras-chave: Mercado ilícito. Cursos de agressividade. Circuito de bailes de reggae. Processo de duplo-vínculo. Periferia.

1 Este artigo é fruto de pesquisa apoiada por edital universal CNPq, edital Humanidades FAPEAL, pelo Programa PDPP/FAPEAL e por bolsas de iniciação científica PIBIC/CNPq/FAPEAL e UFAL. Sou profundamente grato a estas instituições de apoio à pesquisa.

2 Instituto de Ciências Sociais – Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Maceió – Brasil – ferssa@gmail.com

Illicit trade, ambivalences and aggressiveness: state and market conditions of a reggae dancehalls circuit in “peripheries” from Maceio, AL.

Abstract: *From visits to “discos” and interviews with DJ’s, owners of these enterprises and youngsters, I analyse aspects of how a circuit of reggae dancehalls has been built in the urban peripheries of Maceió, AL. In exploring individual trajectories, I focus on the emotional tensions between people arising their engagement in illicit markets and how they developed towards purposes for murders. From a procedural perspective, I problematize how mercantile and state functions constitute informal justice regimes that rule trade and moral interests in Alagoas’ peripheries.*

Keywords: *Illicit market. Aggressiveness drive. Dancehalls reggae circuit. Double-bond process. Periphery.*

Processos de duplo-vínculo entre empreendedores e policiais nas periferias e cursos da agressividade em mercados ilícitos em Maceió.

Neste texto, concentro-me no desenho de relações que gravitam em torno de bailes de reggae, de mercados ilícitos de drogas, bens roubados, além do comércio-bazar de armas leves em regiões urbanas, sobre as quais pesam símbolos de rebaixamento de suas reputações em Maceió, Alagoas. Com base em observações em “discotecas”, entrevistas com DJ’s e proprietários de discotecas e, ademais, com jovens internos que cumpriam medidas socioeducativas – muitos deles tendo frequentado essas diversões em algum momento de suas vidas –, pretendo representar tanto vínculos entre pessoas quanto tensões entre posições sociais “mercantis” e “estatais” em “periferias urbanas” de Maceió, Alagoas.

Coloco em foco o problema das tensões emocionais entre pessoas, decorrentes de trocas mercantis ilícitas e de tradições sociais de negociação e de canalização das agressividades manifestas nessas redes humanas. Pretendo destacar cursos de interações conflituosas entre indivíduos (Simmel, 2006; Elias, 2006; Machado da Silva, 2004) e dimensões de suas vidas, constrangidos pela polarização entre a defesa de seus valores como pessoas e divergências de avaliação do sacrifício ou da gratificação com a transação de uma mercadoria ilícita. De maneira dependente, interessa os limites sócio psíquicos das ambivalências comportamentais expressos nos esforços de delimitação de regras e de normas informais de justiça em regiões de “periferia”. Tal preocupação conta com um repertório de trabalhos com os quais indiretamente dialogo (Lima, 1997; 2001;

Sinhoretto, 2010; Misse, 2014; Telles, 2010; Marques, 2016; Hirata, 2010; Feltran, 2010a; Mallart, 2014).

Sob diferentes matizes, grande parte desses estudos problematiza como tais regimes de justiça informal ganham forma com a participação de agentes estatais, como membros da polícia, do judiciário, do sistema penitenciário, dentre outros. Tais estudos têm aberto dimensões de análise sobre como essas instituições e seus agentes contribuem para modelar padrões informais de justiça que abrangem relações entre pessoas e grupos em territórios urbanos de “periferia”, incluindo a participação de grupos organizados para práticas econômicas ilícitas com pleitos de formar tribunais informais, como as facções (Feltran, 2010a; 2010b; Alvarez, Salla, Dias, 2013; Biondi, 2010). Levando-se em conta que mais recentemente tal debate ganhou novos desdobramentos, inclusive pela maior penetração no Nordeste de facções, como o CV e o PCC com origem no Sudeste (Lourenço; Almeida, 2013; Oliveira, 2016), diferenciando focos mais detalhados sobre como tais regimes de justiça ganham vigência nos territórios urbanos de “periferias” (Feltran, 2008; Telles; Hirata, 2010; Dias, 2017; Lyra, 2013), este artigo visa a trazer evidências e reflexões sobre processos sócio históricos de formação de regimes informais de justiça atreladas a rivalidades de honra e disputas mercantis em bairros de “periferia” de uma das cidades mais pobres do Nordeste brasileiro.

Para expressar o tipo de curso de relações interpessoais que estou a tratar, trago a fala de um DJ de reggae que entrevistei e mantive interlocução. Referiu-se a um momento de sua vida, no qual comercializava armas em “consignação”, como tendo passado perto da morte. Ele intermediava armas e munições entre policiais militares de baixa patente, com quem cultivava uma sociabilidade vicinal, e assaltantes, com quem também mantinha vínculos de vizinhança, repassando parte dos ganhos para policiais, “proprietários” ilegais das armas.

Na fala, podemos observar como uma rede de pessoas interligadas por funções mercantis e vicinais, submetida a processos de criminalização e criminalização³ policial pode levar a um curso ascendente de insegurança e temores mútuos, alimentada por sensos e expressões de que a paz própria se alcança com as armas, culminando em tentativas de extermínio humano. Baseado no trecho a seguir, sinalizo um padrão de ambivalências em interações, com um curso próprio de canalização das agressividades mútuas:

3 Ver, sobre as distinções entre incriminação, criminalização e criminalização: Misse, 2007.

DJ Zinca Pedra⁴ – eu já fui um cara muito conhecido no Porto das Estrelas, [...] eu vendia muita munição. Eu era um cara que tinha um vínculo, um “convênio” com alguns militares. Na época eles vendiam. [...] Eu comprava cartela de munição, eu ganhava dinheiro com munição recarregadas, e vendia muito aos vagabundo. [...]

– [Eu vendia pro] cara que andava no crime, o cara que vende a droga, o cara que andava matando, queria munição, já vinha a minha procura por munição. Também tinha muita arma, na comissão. Tinha um cara que queria uma arma, 350 [reais]. Eu digo: óia, eu tenho [um] 38 de 450 [reais]. Daí pegava, ganhava 100 [reais] em cima. Dava 350 [reais] ao cara e ganhava o 100, minha comissão. [...]

– eu era conhecido na área pelos vagabundos. Só que tinha outras áreas dos vagabundos que sabia que eu me dava muito com os militares; aí eles [imitando um tipo de reclamação, indicando suspeita sobre ele] “ – Aí, tá vendo Zinca, é cabana⁵, está entregando o serviço da gente aí.” Só que eu me dava com os dois lados; já passei de morrer. Teve noites e noites aí que eu passei de morrer. [...]

– tinha um militar que morava na rua que eu morava, e eu sempre na casa do militar, e sempre com os caras. Os caras, você sabe como é que é? O vagabundo não gosta de polícia.

– aí [Imitando “os vagabundo:”] Zinca tá entregando nós, o cara tá dizendo que você tá entregando o serviço aí véi. Olha, tá dizendo lá pros cara que eu tô com arma. [ele passa a falar como ele próprio falava para os ‘vagabundos’] “ - Não, pô, [...] eu faço aqui, e faço lá, entendeu? Eu ando com vocês e ando lá, dos dois lados.” Passei de morrer, né? De morrer pelos vagabundos, pelos polícia não, pelos vagabundos que tavam pensando que eu tava entregando serviço. [...]

– in da passei de levar [uns] tiros por que o revólver dele “quebrou o coco⁶”, [o] do cara, dum Negão que é já falecido. [...]

Era aqueles 38 antigo, né? – [imitando o seu algoz] “ - Zinca é cagueta, rapaz. Entregando aqui a nossa fita aos “homi”, os “homi” estão batendo aqui direto.” – eu digo: “ - **Não, pô, aqui é um lugar suspeito, é periferia, a polícia tá toda hora, não estou entregando nada a ninguém.**” E ele é que, ele é

4 Nome fictício.

5 Gíria para “delator”.

6 Gíria para “falhar”.

que me comprava munição, comprava arma. Aí daí eu saí para a capotaria. (grifo meu). (Depoimento ao autor, grifos do autor)

A fala expressa um desenvolvimento de vínculos interpessoais que poderíamos tipificar como um processo de duplo vínculo⁷ de crescente polarização entre duas pessoas que canalizam uma para outra seus temores. Ademais, elas são apegadas a tradições de poder associadas ao uso de armas, decorrentes de conflitos de interesses especificados pela lógica de um mercado ilícito, culminando em ações concretas de extermínio humano.

Considerar o mercado ilícito uma lógica de interações significa aqui que porta, como um de seus elementos, a expectativa de que indivíduos ou grupos possam se valer do uso da arma, especialmente a de fogo, para resolver conflitos entre interesses econômicos, de luta por reputação e também por estabelecer alguma referência de “justiça” na resolução desses conflitos. A pulverização do acesso à arma, imagem oposta ao do exagero analítico do monopólio da violência física pelo estado, mantém relação direta com o barateamento de mercados e de suas contínuas entradas em circuitos ilegais e marginais de bens, por meio de roubos e contrabandos (Feltran, 2018). A arma, por si só, é um recurso ambicionado pelos que perderam o medo, alimentando lógicas-bazar particulares de circulação de bens entre os pequenos ladrões e traficantes, posições ocupadas pelos mesmos indivíduos, seja ao mesmo tempo seja em espaços-tempos diferentes.

Como na experiência anteriormente relatada, o comércio-bazar de armas em parte depende dos desvios feitos por policiais. Nesses circuitos, uma parte importante da atuação dos agentes de estado está vinculada às oportunidades de obtenção de dinheiro e outros benefícios associados ao poder de fazer impor ou não a atuação do aparato repressivo policial e condenatório judicial⁸. Relações que, tomando emprestado um termo de Milton Santos (2008), adaptando-o, definem-se em um circuito inferior de bens ilegais, conectado a dutos de acúmulo de riqueza em diferentes escalas, formando redes em um circuito superior. Inferioridade e superioridade separadas, dentre outras coisas, pelas

7 Esse modelo tem inspiração no conjunto conceitual que Norbert Elias manuseia para analisar o desenvolvimento crescente do ódio mútuo entre os jovens oficiais da classe média além de seus aliados estudantis em oposição aos grupos de trabalhadores na Alemanha durante a república de Weimar. Sob o nome de *processo de duplo vínculo* ele destaca como ambos os setores sociais buscavam alcançar seus objetivos através do uso da força militar e o curso violento resultante dessa cadeia social. (Ver Elias, 1997: 173-175).

8 Lembrar que uma parte significativa de casos de sentenças de internação de adolescentes, assim como de adultos, contam apenas como prova o testemunho de um policial.

formas de incidência de aparatos repressores, criando estratificações bem conhecidas de quem está e não está mais propenso a cair nas malhas das revistas e abordagens policiais e judiciais. São policiais de baixa patente e pequenos ladrões, atravessadores e traficantes.

Em suma, a definição da fronteira de aplicação da lei ou de imposição de ordem por agentes de estado é parte entrelaçada da reprodução dos mercados ilícitos, formando uma mesma figuração⁹. As alianças pessoais que formam as redes por onde circulam as mercadorias ilegais frequentemente expõem a mutua dependência entre agentes de estado, ladrões e traficantes de drogas como atores que buscam ganho monetário e também estabelecimento de regulações, sempre instáveis, dos dutos de riqueza e de reputação em mercados ilícitos. Como parte de incontáveis elos de tal rede, uma miríade de comerciantes e consumidores se beneficiam da entrada constante de mercadorias baratas ilegais, assegurando a reprodução da engrenagem. Parcela de jovens pobres e marginalizados, muitos enfrentando a miséria, acreditam poder ganhar mais do que o que tem pela usurpação de bens com a arma de fogo, os intermediários ganham lucros grandes com seus atravessamentos e colocação dos bens em espaços informais menos estigmatizados de consumo popular e os consumidores têm acessos a bens que, de outra forma, teriam de pagar mais caro.

Assim, expressa-se uma condição mercantil lastreada numa concentração de gradiente intermediário de uso da força física por parte de uma corporação militar, estatal, sobre um território. Seja porque parte dos membros da corporação militar se apropriam do uso da força para interesses próprios (Misse, 2008) seja porque uma parte do uso da força como forma de resolução de interesses econômicos está relativamente fora do alcance da corporação militar, como os conflitos por bocas de fumo e as “cocós”, as traições violentas entre parceiros ou colegas de trabalho ilegal para ter melhor posição ou para resolver questões de “justiça”.

O exemplo do papel de intermediador de armas desempenhado por meu interlocutor DJ entre policiais e *vagabundos*, deixa-nos ver com clareza que as redes que dão forma ao “Estado” e ao “mercado”, nas periferias, dependem das tendências de expressões emocionais que ganham forma nessas redes. As desconfianças mútuas se dão entre pessoas dentro de um mesmo bairro que precisam umas das outras, que compartilham, em determinados planos, socialidades, mas que são atravessadas por separações, como a de uma pessoa ter

9 Um conceito utilizado como alternativa é o de *ilegalismo*. Hirata (2010), baseado em Foucault, prefere a noção como uma gestão diferencial de práticas, focando a pergunta sobre o padrão de seletividades na repressão ao comércio de determinados bens e serviços.

a reputação ligada à insígnia de ser policial e outra não, ainda que se saiba que cada um possa afetar negativamente a vida do *trabalhador(a)*, *homem e mulher de bem*, *do irmão cristão*, enfim, de *não estar certo*, mas cultivando o valor de disputar oportunidades na vida dentro de parâmetros de *correr pelo certo*. O *certo*, como tem insistido pesquisadores como Biondi (2018) e Marques (2016), torna-se ponto de referência para uma dispersão discursiva desdobrada por indivíduos em suas posições a dar compreensões uns para outros, em disputas argumentativas, frente às forças globais a que se sentem submetidos baseados em seus horizontes. Em muitos casos, como o que investigo, a elasticidade emocional para suportar tais argumentações se converte em dinâmicas de crescente desconfiança e polarização mútua, culminando em práticas de furor mortal.

Com frequência, encontrei eventos biográficos nos depoimentos de DJ's e jovens socioeducandos entrevistados que poderiam ser adequadamente tipificados como na descrição anterior. Ou seja, como parte de cursos interpessoais de polarização da inimizade, após o cultivo de uma amizade ou competição por admiração de uma pessoa próxima a ambos, desencadeando lutas desses indivíduos contra os vínculos de aproximação que mantinham entre si. O desfecho de tais cursos culminou na resolução violenta de conflitos de interesses ativados por temores recíprocos. O exercício de identificar os vínculos interpessoais por meio da descrição de canalizações psíquicas mutuamente vinculadas pode se mostrar útil para colocarmos o problema de como tradições de agressividade são transmitidas em redes intergeracionais, mas levando em conta as dinâmicas psíquicas individuais dos agentes.

Neste artigo, pretende-se analisar conexões entre circuitos econômicos de compra e venda de diferentes bens e serviços legais e ilegais e padrões sociais de canalização dos impulsos afetivos envolvidos em negociações mercantis. De modo particular, analisa-se interdependências interpessoais, sob a forma de conflitos de interesses e de valor da honra pessoal, e tensões entre posições do circuito de bailes de reggae e de mercados ilícitos, como o de drogas, existentes nas “periferias” de Maceió. Pretendo lançar um olhar sobre como algumas tradições de agressividade se moldaram em cursos singulares de formação de um mercado e da interdependente presença de agentes de estado, particularmente policiais, na regulação e na participação do acúmulo de riqueza em tal mercado.

Os condicionamentos mercantis e estatais de um circuito de bailes de reggae nas periferias de Maceió entre os anos 80 e anos 2000.

Para compreender uma dimensão do desenvolvimento de mercados de diversão musical-dançante em bairros populares de Maceió, valho-me da estratégia de

reconstruir a trajetória da família de um dos pioneiros das “discotecas de reggae” em Maceió, com base em depoimentos, conversas informais com participantes do circuito de bailes, além de matérias de jornais. Essa estratégia servirá de entrada para nos aproximar da dimensão da relação entre padrões de agressividade e formação de mercados informais nas periferias de Maceió.

A importância desse pioneiro, no que tange ao desenvolvimento dos bailes de reggae nas periferias de Maceió, está relacionada com a adoção do modelo maranhense da *Radiola*¹⁰, e a difusão de um estilo de música, o *melô* – um tipo de reggae com batidas eletrônicas padronizadas por DJ’s do Maranhão – entre um público emergente e jovem de Maceió, nos anos 90. Esses dois fenômenos alteraram profundamente a infraestrutura¹¹, o repertório de diversão musical-dançante nas periferias e o formato desse tipo de negócio tal como ele existia até o início dos anos 90, em Maceió. O efeito dessas novas propostas de negócios de diversão repercutiu em outra dimensão da vida nas periferias: ampliou-se o espaço livre de interação entre homens e mulheres jovens por meio de linguagens erótico-dançantes altamente sexualizadas.

Nesses espaços, as ansiedades por valor, prestígio e prazeres de homens e mulheres jovens ganharam uma padronização erótico-diversional, encontrando-se com o movimento de crescimento da renda de grupos pobres ascendentes e de uma pequena redução da desigualdade em Maceió¹².

A dimensão a ser explorada na trajetória desse pioneiro – que doravante chamaremos ficticiamente de Gran Valter – precisa levar em conta que sua família e ele próprio não nasceram empreendedores de diversão no formato de bailes. Assim, uma das estratégias adotadas é a de construir trajetórias familiares e ocupacionais (Telles, 2010) visando a apontar direções específicas de cadeias de transmissão intergeracional de símbolos (Elias, 2002) nas periferias de Maceió. Entretanto, parece ter havido¹³ uma herança de práticas transformada em um *ethos* empreendedor que, em um determinado momento de sua vida, consolidou-se como uma prática e uma carreira de empresário fortemente

10 Cujos modelo de negócio e formato de diversão foram fortemente influenciados pelo modelo jamaicano do Soundsystem e pelo modelo paraense das Aparelhagens.

11 Hernández (2008), ao formular a concepção de infraestrutura, estabelece uma tipificação de diferentes níveis que nos parece bastante útil para lidar com a nossa necessidade de especificar as condições do comércio informal em Maceió, mas que, infelizmente, não poderemos desdobrar aqui.

12 Índice de Gini da renda domiciliar *per capita* em 2000: 0,6734, em 2010: 0,6378 (quanto maior, mais desigual). Fonte: Tabnet, Data SUS. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginial.def>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

13 Com base em informações que pude obter de alguns de seus familiares, e em conversas informais com pessoas do circuito de bailes.

ancorada no divertimento musical-dançante. O curso de escolhas, no entanto, foi acidentado, repleto de conflitos, de tomadas de posições abruptas, repercutindo em guinadas drásticas que parece útil como acesso a estruturas sociais das emoções e de códigos de resolução de conflitos enoveladas aos negócios econômicos em uma “periferia”. A identificação de algumas das interdependências formadoras desse percurso pode nos levar a movimentos de múltiplos indivíduos, numa escala de redes de funções sociais, dando-nos a oportunidade de problematizar o desenvolvimento do padrão das emoções nessas redes humanas e particularmente, aquelas diferenciadas em funções mercantis. Fazemos um esforço para observar o movimento intergeracional de ocupações profissionais no interior da família de Gran-Valter, tomando-o como referência.

A mãe de Gran Valter¹⁴ começou sua vida ocupacional como lavradora de subsistência, em roça, trabalhando com pais e 20 irmãos, nos arredores de Viçosa, interior de Alagoas. Segundo me narrou, foi criada como mulher trabalhadora, e não como dona de casa, o que significa dizer que foi formada para se dispor às atividades manuais, como plantar, capinar e cevar. Aos 14 anos, casa-se pela primeira vez, expressando um tipo de troca familiar muito regular entre a população do interior rural de Alagoas, e do Brasil. Teve dois filhos dessa relação, interrompida aos 17 anos devido ao marido ter abandonado a família. Este, tendo tido um caso com uma mulher casada na vila onde moravam, foi surpreendido pelo marido desta, que, por sua vez, tentou assassinar os dois amantes. O pai biológico de Gran-Valter e sua amante viram-se obrigados a fugir juntos, sem que tivessem planejado tal intento. Sozinha, desgostosa, atrai-se por um caixeiro-viajante da região, tempos depois. De acordo com seu relato, “queria um namorado” e “já tava de olho no cara”, e o amor foi recíproco. Tal relação lhe custaria enormes sofrimentos se fosse vivida em Viçosa. “E o medo de cair no mói de pancada?” Planejaram, então, ficar juntos, fugindo para Maceió. Ela veio primeiro, com os dois filhos, indo morar nos arredores da Alto da Siriguela, o bairro mencionado anteriormente. Em seguida, chega o seu novo companheiro, com quem viveu 13 anos, até que ele falecesse.

Em Maceió, com um mercado ocupacional muito distinto daquele da zona rural de Viçosa, deslocou-se para a posição de “empregada doméstica em casa de família”, vendo-se pressionada a aprender atividades mais delicadas que as de lavradora, como passar roupa com ferro, cuidar de crianças e arrumar a casa mais detalhadamente. O marido, em Maceió, tornou-se pescador e comerciante de peixe, deixando a enxada e a lavoura.

14 Com quem tive a valiosa oportunidade de entrevistar.

A mãe de Gran-Valter trabalhou 25 anos em uma casa chefiada por um membro da alta patente da Polícia Militar. Dividiu com o marido a liderança das atividades remuneradas para ela e seus filhos. Após decidir deixar a posição de empregada doméstica, cansada do serviço, quando seu marido já havia falecido, montou um mercadinho em sua casa. Aqui está uma das referências de empreendimento familiar as quais Gran-Valter esteve submetido. Ademais, a mãe de Gran-Valter experimentou um “adoecimento espiritual”, descobrindo uma disposição mediúnic, tornando-se uma liderança de prestação de serviços de cura espiritual, sob a expressão da umbanda. Note-se o deslocamento ocupacional da mãe de Gran-Valter: lavradora de subsistência, empregada doméstica, pequena comerciante, mãe-de-santo, algo que lhe valia uma posição de liderança na família e no bairro.

Os rumores sobre a vida de Gran-Valter são muito numerosos e controversos. No entanto, a maior parte dos interlocutores destacou a sua importância para o cenário da música-reggae e dos bailes de reggae, como sendo inovador e empreendedor. Ele teria começado a sua carreira ocupacional como “pãozeiro”, o rapaz que vende e entrega pães de porta em porta, com um carrinho, pelas ruas.

Em um determinado momento, teria comercializado vale-transporte que, durante os anos 70, 80 e 90, tornou-se verdadeira moeda alternativa entre estudantes, trabalhadores e grupos de baixa renda, fazendo parte de um elo desse mercado monetário informal como atravessador. Fruto das pressões para barateamento dos custos de transportes públicos, o mercado de vales de transportes só foi possível pela crescente participação de instituições estatais como garantidoras do recebimento de um título, vertido funcionalmente em moeda informal, entrelaçada às necessidades de trabalhadores e estudantes das classes médias e das “periferias” nas grandes cidades brasileiras entre os anos 80 e o início dos anos 2000¹⁵. Gran-Valter teria crescido tanto no ramo que chegou ao ponto de ter subempregados informais, em diferentes partes da cidade, negociando os vales. Comprou terrenos vizinhos da casa de sua mãe para abrir um negócio. Com o pai falecido, ele propõe a criação de um pequeno cabaré.

Entretanto, a tensão entre Gran-Valter e sua mãe elevou-se agudamente, terminando por ela impor o fechamento do “cabaré”, de acordo com depoimentos de familiares com quem conversei. Ele, em contrapartida, propõe a criação de uma discoteca. A mãe aquiesce. Assim, em um pequeno recinto, parte da casa em que moravam e que tinham expandido com recursos advindos de negócios

15 Quando são introduzidas as catracas eletrônicas, com vistas a pressionar o fim do uso informal dos vales como moedas.

informais, quicá ilegais, monta uma pequena discoteca na qual passa a tocar reggae como uma música dançante¹⁶.

O espaço era pequeno. Era uma novidade no bairro. Foi-me relatado como precário, com descrições de lembranças do divertimento em noites de chuva, com casa cheia, pessoas apertadas no espaço, sendo molhadas por goteiras e por duchas d'água formadas por buracos no teto. Nem por isso o negócio declinou. Ao contrário: junto com o público, cresceu. A música atraiu pessoas amantes do reggae jamaicano e descobriram ali uma nova variação dele, o “melô” maranhense. Eram do bairro, de fora dele e de cidades do interior de Alagoas. Junto com a discoteca, veio a oportunidade de comércio de maconha, parte dela vinda de regiões do Nordeste, desde a fronteira entre os sertões de Alagoas e Pernambuco. O público poderia ser situado como de renda média-baixa e baixa, que não tinham espaços para divertimento noturno dançante com aquele estilo musical, cada vez mais divulgado entre adultos e jovens de “periferias” em rádios e televisões. Durante os anos 90, a discoteca de Gran-Valter cresceu, com a aquisição de terrenos vizinhos e reformas, tornando-se a principal discoteca no formato de *Radiola*, com paredões de som e música reggae do Maranhão, para se dançar sozinho ou a dois. Aos poucos, juntou-se a outros fenômenos de divertimento que ia deslocando o antigo formato do clube social, uma adaptação das *boites* de classe média, mais para casais que para solteiros do bairro.

Assim, tornou-se um polo de concentração de homens e mulheres jovens e adultos, oriundos de diferentes bairros de Maceió, tornando-se um centro de gravitação de pessoas que ultrapassava os planos de ligações da vizinhança e do bairro, tornando-se um negócio de diversão de média proporção sem rival.

Isso me levou ao problema de como se forma um mercado de bens e serviços de diversão dançante entre uma população de diferentes regiões urbanas que concentra pessoas das mais baixas rendas monetárias, mas também de grupos que ganham renda em atividades ilegais. Simultaneamente, pergunto como um padrão de símbolos e valores estruturam um direcionamento de sacrifícios para o divertimento que está na base desse mercado de serviços.

A subdelegacia de polícia em Maceió: regulação de mercados e as fronteiras entre o informal e o ilegal

O desenvolvimento de um empreendimento de divertimento musical-dançante costuma enfrentar alguns adversários para seu desenvolvimento: o poder

16 Observei a mesma lógica de improviso em memórias de danceterias pioneiras em bairros de Belém, como o Guamá e o Jurunas.

público, por meio de agentes estatais, especialmente os da administração municipal e da polícia, e os moradores da vizinhança que querem dormir em paz e afastar pessoas estranhas da vizinhança, incluindo possíveis ladrões e arruaceiros. De outro ângulo, entretanto, esses mesmos tipos de pessoas fazem parte das condições potenciais de favorecimento de um empreendimento nesses lugares. A padronização social de normas sobre o que é certo fazer é restrita, ancorada em redes de interdependências geradoras de elevadas tensões sociais. Elas vêm de expectativas de sucesso e lucro do empreendedor mas também de receios de combates ao negócio por vizinhos e adversários, que se valem de contatos com agentes fiscalizadores do estado, denunciam furtos de energia, limitações sanitárias e de segurança, visando a refrear o sucesso do negócio alheio. É sob um tal tipo de tensão que um empreendedor se relaciona para desenvolver um pequeno ou médio empreendimento, entrelaçado por informalidades e formalidades, definidas em combates para moldar reputações, nas fofocas da vizinhança, mas também nas disposições para agenciar instituições estatais e intervir, de alguma forma, no conflito. Em torno de tais conflitos gravitam ocupações remuneradas por dinheiro, prestígio e respeito para outros e para o próprio empreendedor. As interdependências entre Gran-Valter e ambulantes que gravitavam em torno de seu negócio era uma dimensão de alianças mercantis em torno do baile.

Em outra dimensão, o relacionamento com a polícia pode assumir a forma de uma negociação informal ou ilícita, como as estratégias de Gran-Valter e sua família para obter o favorecimento de policiais contra o esforço de moradores para impedir o negócio, o barulho e a vinda de estranhos. As relações de conflito entre empreendedor, moradores e polícia tendeu a ganhar diferentes formas de resolução na principal instituição estatal de “mediação” nas periferias de Maceió a partir dos anos 70: a subdelegacia de polícia.

Na formação de muitos bairros de Maceió, a subdelegacia tornou-se um centro de catalisação de insatisfações de moradores quando uma tensão não consegue ser solucionada pelos próprios moradores¹⁷. E essas tensões costumam expor uma situação não muito aparente nas visões de mundo disseminadas pelos empreendimentos jornalísticos locais e também por universitários e agentes do judiciário: a luta dos moradores entre si para obter apoio da polícia se cruzam com uma dinâmica de alianças dentro da própria polícia, a partir

17 Machado da Silva (2015) chama a atenção para como uma linguagem de direitos, difundida a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, contribuiu para uma aceitação da autoridade da polícia contra o banditismo e em oposição às contravenções morais em favelas do Rio de Janeiro.

de delegacias e guarnições que ficam responsáveis por determinado território urbano e sua população.

Em outros termos, não seria razoável pensar a polícia como um monobloco de corrupção ou de salvação contra a “criminalidade”. Entre os próprios moradores a posição da polícia é avaliada com base em diferentes perspectivas e que formam diferentes coalizões de visões e disposições em relação aos policiais e guarnições de seu bairro, algo que Marques (2016) destacou em seu contexto etnográfico. O senso ou sentidos de justiça andam entrelaçados com a multiplicidade de posições morais acerca do papel do ladrão, do traficante, do policial, em relação às outras diversas posições que os moradores ocupam, baseados no reconhecimento delas, como trabalhador, crente ou pessoa pública querida no bairro.

Uma das grandes deficiências de nosso conhecimento atual sobre as dinâmicas sociais nas “periferias urbanas” se refere à falta de conhecimento histórico, em escala nacional, sobre as alianças de membros da polícia, em diferentes níveis, com os moradores dessas regiões sociais. Talvez ficasse mais fácil entender a estrutura de poder, a distribuição e a lógica do uso da violência nessas áreas e como, concretamente, a corporação policial se enovela ao curso de formação de mercados de bens e serviços e de padrões de resolução de conflitos entre populações dependentes desses mercados. Em alguns casos, são histórias de desenvolvimento que têm mais de um século nos territórios que hoje formam mercados de bens e serviços de periferias urbanas brasileiras, e que se valem de “serviços de proteção e ataque” armado nas lógicas concorrenciais mercantis nesses territórios, afetando a feição das configurações citadinas de maneira mais ampla. Em outros, entretanto, a intensificação dos gradientes de estatização policial é muito recente, tendo não mais que quatro décadas, repercutindo na feição do tipo de mercado e de estado que tais figurações humanas formam. Misse abriu novas dimensões de análise com a concepção de mercadorias políticas (Misse, 2010), há mais ou menos trinta anos, mostrando a estreita conexão entre as dinâmicas do lícito e do ilícito nos mercados de proteção, entre a polícia, bicheiros e traficantes no Rio de Janeiro. Em outra frente, estudos como o de Telles e Hirata (2010) destacaram a importância da singularidade das ligações entre policiais, comerciantes e ladrões na gestão da ordem nas periferias paulistas (Hirata, 2010). Em ambas as cidades, estamos falando de instituições policiais centenárias e cidades que conheceram intensos processos de migração populacional, entre cidades e do campo para a cidade ainda em fins do Século XIX, e também em meados dos anos 50. No caso de Maceió, falamos de uma presença policial que apenas se esboça como corporação a partir de fins dos

anos 1970 do Século XX, compondo um processo histórico social de figuração da ordem que encontra uma intensa migração campo-cidade para Maceió apenas entre a metade final dos anos 90 do Século XX e os anos iniciais do Século XXI. Ainda está por fazer uma pesquisa comparativa entre desenvolvimentos históricos e das mútuas ligações entre os processos de estatização policial e da mercantilização das periferias urbanas entre os diferentes estados brasileiros, incluindo-se a região Nordeste como um dos polos de comparação relevante.

Um dos movimentos sociais que marca o desenvolvimento e o crescimento da discoteca de Gran-Valter é a direção da figuração entre setores de moradores, Gran-Valter-e-família e membros da polícia em torno da disputa para fechar ou manter o funcionamento da discoteca. Uma parte dessa disputa deu-se em torno da delegacia e não foi por meio de violência armada. Nesse âmbito, a batalha foi travada por meio de abaixo-assinados. Segundo o relato da irmã de Gran-Valter, a disputa com moradores que queriam ver a discoteca fechada redundou no fato de ambos os lados terem buscado apoio entre moradores para assinar seus respectivos abaixo-assinados e leva-los à subdelegacia, como uma forma de convencer o subdelegado (também policial) e policiais a intercederem a favor de cada parte. Ambos os lados pressionavam com reclamações, acusações e defesas de seus posicionamentos. Ademais, mobilizavam pessoas para se fazerem presentes na frente da subdelegacia visando a exercer pressão para ter o apoio da polícia, levando-as, inclusive, em “kombis” patrocinadas por Gran-Valter. De seu lado, estavam trabalhadores ambulantes, parentes que moravam na vizinhança, locatários e aliados que, de alguma maneira, dependiam da influência de Gran-Valter e sua família no bairro. De outro, menos mobilizados, moradores insatisfeitos com os bailes nos fins de semana, em um período no qual a discoteca havia alcançado um retumbante sucesso, provocando o fechamento da rua, repleta de pessoas durante as horas de seu funcionamento. Nesse campo de disputa, com o prosseguimento da discoteca, o grupo social liderado por Gran-Valter parece ter vencido. Mas o destino da discoteca não teria dependido apenas das lutas de reclamações, defesas e abaixo-assinados diante da delegacia.

O crescimento da discoteca como um negócio dependia das ligações propriamente mercantis de Gran-Valter com policiais e concorrentes em outras áreas econômicas nas quais se envolveu como um farejador de lucros. Aqui, as ligações com membros da polícia não se deram abertamente em delegacias, numa batalha de manifestações. Deu-se no terreno dos negócios informais e ilegais. As evidências sobre as ligações de Gran-Valter expressando esse tipo de interdependência social são menos precisas, mas bastante fortes. Há inúmeros

rumores de que tenha se envolvido com atividades do tráfico de drogas¹⁸, aquisição de imóveis no bairro como forma de lavagem de dinheiro, e até mesmo envolvimento com grupos de extermínio com o intuito de expulsar assaltantes e ladrões que perturbavam a paz de residentes e comerciantes. Tanto a mãe de Gran-Valter quanto o próprio falaram sobre o fato de ele ter sido obrigado e sair de Maceió e ir para outro estado, numa espécie de exílio, devido a uma tentativa de assassinato. Sofreu uma emboscada, levou tiros, mas sobreviveu. Tal tentativa estava relacionada com alguns de seus negócios e foi mencionada como uma traição de alguém da polícia próximo dele. A partir de então, Gran-Valter deixou Maceió e foi para outro estado. Mostrando uma determinação incomum, tornou-se proprietário de um dos maiores empreendimentos de diversão musical-dançante ambulante nesse estado.

A trajetória de um empreendedor como Gran-Valter, que atua na fronteira do ilícito, do informal e do lícito não é isolada, apesar de seu sucesso ser menos comum. Dá-nos a chance de chamar a atenção para o problema da mudança dos gradientes e dos próprios quadros de avaliação da formalização dos comportamentos econômicos e também nas buscas por justiça nas periferias, um aspecto da formação de mercados de bens e serviços. Tal padrão social de modelagem das emoções parece estar parcialmente relacionado com as tensões de complementaridades e de conflitos entre policiais, agentes econômicos informais e ilícitos por meio de funções sócio-afetivas que entrelaçam serviços de ataque e proteção e mercados de bens e serviços não-bélicos. De outra maneira, a corporação policial, como o exército, tem e teve uma importante função de abrir portas de ascensão socioeconômica e de *status* para grupos oriundos de famílias negro-mestiças de baixa renda das periferias. As redes familiares e de vizinhança que se estabelecem entre policiais e moradores tornaram-se pontos de vínculos a partir dos quais se ramificaram diferentes negócios ilícitos de

18 É relevante chamar a atenção para as evidências de que os sertões alagoanos fazem parte da rota do tráfico de maconha desde os anos 50. Justamente pela rarefação ou ausência policial, as estradas e rodovias que passam por cidades do sertão pernambucano e do estado de Alagoas tornaram-se preferenciais para o tráfego da maconha produzida nos sertões de Pernambuco e de Alagoas, atendendo demandas das cidades mais ao sul, do país, e de Recife. Essa rota – passando por cidades como Orocó, Cabrobó, Floresta, Inajá em Pernambuco e Mata Grande, Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios e Arapiraca, em Alagoas – foram utilizadas durante toda a segunda metade do Século XX, até os dias de hoje, para o tráfico da maconha, tendo como um dos principais eixos de distribuição Arapiraca, tanto para as capitais ao norte como ao sul, no Brasil. Ainda de acordo com Pacífico (1995: 30), um alagoano dessa região, Coronel Sabino, nos anos 50, teria sido um dos responsáveis pela popularização da maconha no Rio de Janeiro e em São Paulo e de acordo com dados de jornais que coletei sofreram a ação repressora da polícia federal nos anos 60.

mercadorias políticas fornecidas por policiais, em diferentes níveis na corporação.

O caso de Gran-Valter é apenas um, dentre muitos, de interdependências entre policiais e empreendedores nas periferias de Maceió, que resultam em formas de complementaridades e de conflitos econômicos altamente instáveis, com reduzidas padronizações sociais de convivência e “suportamento” de tensões numa direção de diálogo e de expectativas de alteração dos ódios alimentados nas dinâmicas cotidianas de avaliação do valor humano e dos conflitos de interesses. Os sentidos de justiça e de compromissos profissionais estão lastreados em estruturas emocionais muito dependentes tanto de referências a afeições e repulsas familiares quanto de um tipo de economia de prestígio vicinal, em que o dar e receber bens e serviços se vinculam globalmente a sentidos de confiança e de sacrifício altamente pessoalizados. Daí derivam expectativas de justiça e de proteção social altamente dependentes das oscilações emocionais, de ansiedade, de frustração e de gratificação interpessoais que concentram muitas funções das quais mercados dependem para funcionar.

Uma mesma rede de pessoas pode concentrar tais funções humanas, criando um tipo de rigidez no pertencimento social que bloqueia a possibilidade de serem formadas simpatias e expectativas de justiça fora dos limites dos vínculos familiares e vicinais recebidos das gerações anteriores. Os policiais, como membros de uma corporação que, sob vários aspectos, tem formado uma rede humana que parece ser menos instável em relação aos inícios da corporação no Século XX e em relação a grupos banditistas, e que desempenha funções de buscar a justiça e a proteção social para seus membros, para além de redes familiares e de vizinhança, também estão enramados a padrões de identidade social baseados no parentesco e nas lógicas vicinais em muitas periferias. As ansiedades desencadeadas por sensações de medo do outro sob a prevalência desse tipo de acervo social de imagens grupais são direcionadas simbólica e praticamente para a definição do inimigo, contrabalançada pelo aumento de disposição para fazer valer as alianças sociais com as quais um grupo ou uma pessoa pode contar. Sob circunstâncias extremas, a polarização simbólica e afecional entre os inimigos e os amigos aumentam e as imagens-de-nós mais estáveis disponíveis em uma rede humana definem os direcionamentos potenciais de busca por justiça e valor humano. Assim, as ansiedades e impulsos de ação são canalizadas em duas direções simultâneas, opostas e complementares. Os compromissos e alianças fragilizados são desfeitos, seguem-se mútuas ações, mesmo que desiguais, de depreciação do valor humano, desfazendo qualquer camada simbólica anteriormente existente de afeição e respeito entre os indivíduos. Acirram-se as

paixões canalizadas pelos ideais de amizade e inimizade que, quando enoveladas a tradições bélicas de resolução de conflitos e de acesso a armas, culminam em cursos sociais de extermínio humano¹⁹.

Relações de familiaridade e de vizinhança mostram-se uma das principais regiões sociais onde se pode encontrar comportas abertas por onde deságuam pressões por buscas de oportunidades econômicas, de diferentes tipos. Não raro essas alianças se desfazem, redundando, também não raras vezes em quebras de compromissos interpessoais, emboscadas e troca de tiros, com mortes de policiais, mas também, em quantidades muito maiores, de ladrões e negociantes ilegais, incluindo policiais fora do serviço.

Gran-Valter falou-me, na única conversa informal em que tive oportunidade de ter com ele, em mistura de boas lembranças e alguma decepção, que tinha uma ligação próxima com policiais, que tinha cansado de oferecer caixas de cerveja no Natal, e em outras festas, nas subdelegacias. Era tido por setores do bairro e do circuito de bailes de reggae como pessoa querida, também avaliado como “carismático”. Ajudava pessoas que buscavam algum tipo de auxílio, em determinadas circunstâncias. Seu “conhecimento” com membros da polícia era, certamente, um ponto de ancoragem de seu prestígio e do temor que

19 Lembro-me de um homicídio que um jovem socioeducando relatou ter perpetrado, o qual expressa com nitidez o curso de tensões emocionais com direcionamentos da agressividade e da ansiedade para o extermínio humano.

O jovem era um migrante alagoano no Mato Grosso, exercendo a função de servente de pedreiro em uma obra. Era subordinado a um homem que tinha gostado de seu trabalho como pedreiro e de sua disposição para aprender o ofício. Relatou-me visitas mútuas entre suas famílias. A demora de pagar uma dívida do jovem com seu chefe parece ter sido o início de um curso de desconfianças mútuas. Pediu tempo para pagar, pois estaria sem dinheiro. O credor ficou impaciente após um tempo e passou a lhe cobrar reiteradamente a dívida. A cobrança deteriorou a afeição mútua, mas mantiveram-se trabalhando juntos. Em um momento de dificuldade da família do credor, relatou-me um episódio em que ligou para sua mulher para fazer comida para a esposa e filhos do credor, pois estavam sem comida em casa. Havia ainda algum liame de respeito e compaixão, ainda que abalado. Posteriormente, no trabalho, o jovem reivindicou um débito ao seu antigo credor, pois este não teria pago o seu salário de acordo. Nessa situação, houve desfeitas mútuas, tendo falado o antigo credor, e agora acusado de ser devedor, segundo o relato do jovem, que se ele não fosse moleque que ele lhe daria uns tiros. As ameaças irromperam todos os liames de honra e respeito interpessoal que o jovem tinha por seu colega de trabalho. Ainda mais acentuada foi a virada em seu interruptor psíquico, ligando os seus instintos mais elementares de honra e sobrevivência. Me relatou: “Esse cara vai me matar, esse cara vai me matar, o que esse cara fez não se faz com um cabra-homi?”. Os medos e o orgulho ferido irromperam torrencialmente e desaguaram com uma agressividade de ódio e determinação em exterminar a pessoa que se tornou um adversário mortal. Qualquer camada de símbolos de afeição e respeito pelo seu colega, guardado na memória ou o envolvimento com qualquer crença em um princípio legal mais impessoal não seria mais capaz de conter e cobrir a força da polarização interpessoal que os ligavam. Os vínculos haviam se transformado após um curso de interações, assumindo a forma de batalha na qual estava em jogo a sua sobrevivência e a sua honra, indissociavelmente frente ao inimigo (Ver, nesse sentido, Santos, 2003: 55). Foi em casa, pegou uma faca, voltou ao serviço e foi pra cima do seu antípoda mortal. Desferiu facadas, assassinando-o.

muitos tinham dele no bairro e no circuito de bailes. De acordo com conversas informais com diferentes pessoas que, de um modo ou de outro, participavam do circuito de discotecas, o seu enriquecimento aumentou as pressões policiais para terem participação em seus lucros, aumentando crescentemente as ações de extorsão e a instabilidade emocional que formavam essas interdependências. De outro lado, ele próprio buscava interferir em ações de “justiçamento” perpetrado por policiais, a favor dos “seus”, criando instabilidades na referência à autoridade para que a “justiça” fosse implementada por policiais dirigidos por um influente subdelegado. Ademais, Gran-Valter teria se tornado um mal pagador em muitos negócios e, assim, enriquecido ilicitamente. Em um determinado momento, ele teria se negado a pagar as extorsões e serviços ilegais de proteção aos policiais. Esta recusa desencadeou desentendimentos e um curso de tensões crescentes entre eles. Ele próprio me relatou que os policiais ameaçaram enquadrá-lo e ele, com destemor, teria “batido boca”, retrucando que se era necessário limpar as pessoas sujas, seria necessário começar a passar água sanitária ali mesmo onde eles estavam, pois não tinha lugar mais sujo. Sua fala é um forte sintoma da autoconfiança e orgulho próprio que Gran-Valter nutria por si mesmo, e também de um tipo de polarização interpessoal de ódio e desrespeito sem mais volta, ancorada em concepções de justiça altamente pessoais. Redundou em um conflito extremo com membros da polícia que, não raro, tendem a se sentir igualmente superiores nos territórios das periferias onde exercem entrelaçadamente funções de vigilância, de investigação e de justiça sumária, padronizadas a partir da expansão do poder de polícia sob o formato das subdelegacias. O cume dessa medição de forças e de polarização de tensões emocionais numa direção de rivalidade de inimigos mortais foi a tentativa de assassinato de Gran-Valter. Esse curso de relações nos abre uma dimensão para pôr em questão a importância de relações mais abrangentes entre a polícia alagoana e a formação de conflitos entre interesses econômicos associados ao surgimento de empreendimentos em periferias de Maceió na segunda metade do Século XX.

Informalização urbana, comércio e controle territorial das periferias pela polícia militar de Alagoas

O grande surto de informalização da economia urbana que Maceió conheceu a partir dos anos 90 (Carvalho, 2008), e reformas estatais no âmbito estadual de caráter neoliberal culminou com uma intervenção federal para conter rebeliões de militares no estado (Vasconcellos, 2008). Também expressou um

aumento da demanda por recursos de justiça socialmente existentes, sustentados em uma figuração altamente centrífuga da distribuição do uso de armas.

Proponho que observemos o processo de desenvolvimento de Alagoas como unidade federativa com base no foco na distribuição do poder das armas após os anos 40, quando se dá tentativas mais organizadas do governo federal, durante o estado novo, de “desarmar” as pessoas e os conflitos em Alagoas. Posiciono a polícia militar em uma balança de poder dentro dos limites da rede social que forma o estado federado como unidade de sobrevivência social. A corporação gravitou entre dois principais polos: servir às lideranças político-econômicas do estado, de um lado, e às lideranças da própria corporação com interesses em aumentar as fidelidades internas baseadas no reforço da hierarquia institucional, de outro. A tendência de desenvolvimento em uma direção ou outra conheceu períodos de forte ambivalência desde então, conhecendo a corporação períodos nos quais a pressão pendia mais fortemente para um lado, e em outros, fortemente para uma direção oposta. Entre os anos 70 e 80, durante a ditadura, a estrutura social de poder armado pendeu claramente para um reforço da polícia militar alagoana como corporação e seus líderes como parte de uma hierarquia institucional. Em meados dos anos 70, com o esboço de uma academia de polícia, a instituição iniciou uma nova etapa no processo em curso de formalização hierárquica das relações entre os membros da alta e da baixa patente, e com ela, uma maior padronização dos códigos comportamentais dos usos da força por meio da arma de fogo, ampliando a capacidade de formar o próprio contingente, e aumentando o poder de lideranças da própria corporação. Nesse curso, diferenciou-se a capacidade técnico-operacional da polícia em bairros populares, reduzindo a subordinação de agentes policiais a poderes diretamente políticos, por meio da extinção da Delegacia de Ordem Política e Social, Investigações e Captura (DOPSIC), com fortes heranças das diretrizes das polícias da Era Vargas, especificando as atribuições da antiga instituição, em 1964, entre a Delegacia de Roubos, Furtos, Investigações e Capturas (DRFIC) e a Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica (Costa, 2013: 76).

Em outra direção, no entanto, no período pós-ditadura militar, a redução da participação dos poderes federais, especialmente do exército, sobre a organização da polícia militar alagoana, redundou numa pressão para a redução relativa do papel da corporação, como polo de gravitação das fidelidades, aumentando as pressões de grupos político-econômicos para recrutar serviços de segurança de policiais e seus aliados. O colapso orçamentário do estado, gestado desde meados dos anos 80, contribuiu para o aumento da liberdade das forças centrífugas, período no qual floresceu o que se convencionou chamar de “gangue

fardada”. Esse fato parece esconder um fenômeno mais abrangente na figuração dos grupos de poder no Estado de Alagoas e da polícia, em particular. Diferentes setores policiais tiveram um protagonismo, como pude observar em diferentes relatos, na criação e condução dos mais diversos tipos de empreendimentos em territórios urbanos nos quais as forças policiais concentravam maior poder de legitimidade de impor suas decisões e critérios de justiça informal sobre territórios urbanos “populares” em expansão. Uma das formas mais importantes de gestão territorial e de conformação de regimes de justiça se deu em torno das subdelegacias, geralmente comandadas por um policial de baixa patente, especialmente os cabos, estrato da corporação que historicamente forneceu lideranças militares, políticas e assistenciais para o que viria a se tornar as periferias de Maceió.

O crescimento de novas zonas urbanas de moradia de grupos pobres e intermediários durante os anos 60 e 70 foi marcada por um movimento de crescimento do contingente policial, recrutado entre grupos pobres, e por um aumento relativo de concentração – sem jamais ter se tornado um monopólio – do uso da arma de fogo por membros da corporação, ocorrida quase que estritamente direcionada pelo processo de formalização da conduta policial delimitada pela obediência hierárquica cultivada nos quartéis e na Academia de polícia, estando pouco sujeita à ordem jurídico-civil como um marco de regulamentação do uso das armas. Assim, o desenvolvimento das lógicas de comércio e da justiça nas “periferias” foram altamente dependentes das fronteiras demarcadas por alianças de policiais que estabeleceram suas moradias nesses territórios, contribuindo para a formação de fronteiras altamente instáveis entre o lícito e o ilícito. O desenvolvimento dessas relações constituiu uma dimensão da estrutura de distribuição da força armada para garantir segurança a empreendimentos que passavam a formar complexas cadeias que poderíamos nomear como um mercado informal, tornando o recurso às armas um poder desigualmente distribuído. Assim, a arma e a disposição para seu uso em nome da proteção de interesses mercantis tornaram-se bens intercambiáveis por dinheiro e outros bens.

Assim, a ascensão social de grupos em bairros populares por atividades mercantis, em Maceió, esteve relacionada tanto à expansão de uma lógica informal urbana quanto à concentração relativa do poder armado e de impor justiça pela corporação policial em bairros populares, formando espaços submetidos a “regimes instáveis de justiça” onde floresceu empreendimentos mercantis, negociando-se as fronteiras de justiça e merecimento entre pessoas, os limites entre

legalidade e da ilegalidade diante da potencial recorrência a policiais, subdelegacias e tribunais.

Tomei como fio condutor de compreensão desta mudança o perfil dos deslocamentos ocupacionais no interior da família de um dos fundadores de uma discoteca de reggae considerada como uma das pioneiras por muitos DJ's com quem conversei. Ele nasceu filho de lavradora, posteriormente empregada doméstica, tendo trabalhado para uma mesma família durante décadas. Essa família tinha como chefe, detalhe importante, um indivíduo posicionado entre os membros da alta patente da Polícia Militar de Alagoas. A proximidade com membros da polícia desses agentes pioneiros das discotecas de reggae em Maceió aponta-nos para uma possível regularidade, as interdependências de complementaridades e conflitos entre empreendedores urbanos e membros da polícia militar na constituição de negócios nas periferias. E que esses negócios estão enovelados a um padrão social de canalização das agressividades altamente dependente das redes de distribuição de armas leves, uma parte delas dominada por policiais, como fica claro em depoimentos obtidos por socioeducandos e também da pesquisa de Santos (2003: 31).

A estrutura de distribuição do poder da arma de fogo e da potencial violência perpetrada por ela é altamente descentralizada em Maceió e Alagoas, formando uma figuração de níveis elevados de centrifugação do uso da arma de fogo em relação ao poder das autoridades estatais. A pergunta que dificilmente podemos escapar de fazer quando nos aproximamos da caracterização de um empreendimento capitalista, sob essas circunstâncias, é: quais as estruturas sociais e de personalidade possibilitaram a acumulação de algum capital e que permitiram o investimento e a formação de um negócio como as discotecas e bailes nesses bairros?

As lógicas de vizinhanças nesses bairros populares foram altamente dependentes da concentração de terra nas mãos de proprietários que criaram lotes, ou tiveram suas propriedades invadidas por grupos que também criaram lotes, ambos com interesses de mercadores imobiliários direcionados para demandas de grupos migrantes ocupantes de camadas sociais de baixa renda. À medida em que a economia canavieira declinou, muitos terrenos próximos à Maceió se destinaram à especulação imobiliária, com subsídios estatais, direcionada para um público de baixa renda, que migrou intensamente dos interiores de Alagoas para a capital. Davis (2006) chama a atenção para essa tendência no mundo latino-americano, ou seja, da instrumentalização de recursos estatais por setores empresariais e políticos para subsidiar invasões urbanas e, ainda, estabelecer pedágios também políticos e econômicos.

Para termos uma ideia do crescimento da demanda por moradia urbana e por ocupações mercantis entre populações pobres de Maceió, enquanto a população de todo o estado de Alagoas cresceu menos de três vezes, apenas a população de Maceió cresceu quase quatro vezes entre 1960 e 2009 (PME-Maceió, 2012: 30; Carvalho, 2005). É importante também assinalar que o processo de reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro foi um dos importantes fatores da migração campo-cidade.

De acordo com Queiroz (2013: 78), a desvinculação do trabalhador das terras de usinas alcançou seu ápice mais dramático nos anos 90, quando mais de 40 mil casas foram destruídas, expulsando maciçamente trabalhadores para as cidades que gravitavam em torno desses empreendimentos sucroalcooleiros. Essa população se espalhou para outras regiões do país e também para Maceió, aumentando a concentração da ocupação informal urbana. Ademais, as mensurações disponíveis sobre informalidade – que excluem atividades ilícitas, agrícolas e de moradores de rua – mostram que entre 1997 e 2005 a participação das pessoas ocupadas no mercado informal cresceu 47% no estado de Alagoas, seis vezes mais que o crescimento médio brasileiro (8%) no período. Em 2009, do total da população economicamente ativa nas cidades de Alagoas, 40%²⁰ ocupavam posições em mercados informais. Podemos razoavelmente suspeitar que por meio dessa rede de mercados de bens e serviços informais houvesse um terreno fértil para uma miríade de atividades ilícitas urbanas que costumam se servir para fazer girar e ampliar capitais acumulados.

Um dos aspectos mais importantes para a compreensão dos padrões sociais de canalização das agressividades nas dinâmicas dos mercados informais em Maceió é que os grandes magotes de grupos migrantes são oriundos de regiões humanas formadas sob uma baixíssima concentração do uso da força física pelo Estado, poder distribuído entre líderes econômicos e políticos locais em unidades citadinas e rurais que gravitavam em torno de empreendimentos agroindustriais (Corrêa, 1992), que detinham forças militares e educacionais próprias, concentradoras das direções das afeições e fidelidades das pessoas sob seus domínios. Em Maceió, diferentemente, e especialmente a partir dos nos 70, os migrantes viram-se sujeitos aos poderes de arcos de alianças entre políticos profissionais formados nas tradições de poder do coronelismo, mas urbanizados, e membros da corporação policial, formando lógicas específicas de mercados ilícitos de bens políticos, tal como Misse tem tipificado o seu funcionamento, e

20 O que exclui a contagem da população que trabalhava em atividades agrícolas, que perfazia, em 2009, 42% de toda a população economicamente ativa do estado de Alagoas.

em Alagoas tendo conhecido um crescimento relativo da concentração do poder armado sob a forma do que ficou conhecido como “sindicato do crime” e de grupos de extermínio (Majella, 2006: 21-23).

Uma perspectiva que parece promissora de perseguir é a ideia de que parece ter aumentado a concentração relativa do uso da força por parte de líderes locais, seja de setores policiais seja banditistas, sem que tivesse havido um monopólio de seu uso por qualquer grupo social em particular. Muitos loteamentos informais e ilegais foram dependentes do gradiente de acesso ao poder das armas de fogo e de organização interpessoal para seu uso por determinados indivíduos e grupos sob essa figuração, assumindo a forma de lutas para regulamentar a distribuição mercantil da terra urbana e da criação de empreendimentos que prestam serviços para populações dessas invasões que, por sua vez, vendiam serviços “baratos” nos mercados de trabalho direcionados para grupos humanos melhor reputados socialmente na cidade quanto à ocupação e à moradia. Umas das principais fontes de oferta de poder armado utilizadas para auxiliar empreendimentos e pressionar a organização dos mercados de bens e serviços em bairros populares, em Maceió, foram os membros das polícias que moravam e tinham vínculos de diferentes tipos com habitantes dessas “periferias”. Setores de policiais formaram redes de alianças específicas dentro da corporação para trocar seu poder honorífico-militar armado²¹ por diferentes mercadorias e por participação em atividades econômicas nessas periferias, dependentes, por sua vez, de alianças limitadas por funções de vassalagem política e de vizinhança, o que significa dizer, nesse contexto, de camaradagem e de favores mútuos entre membros de baixa patente da polícia e pequenos e médios empreendedores nos bairros populares. Essa figuração parece ter tido vigência antes da recente chegada das facções, especialmente nos anos 2000.

Finalizando: o que significa estado e mercado no curso de formação de lógicas mercantis em periferias?

Na raiz de vários empreendimentos em zonas urbanas de baixa reputação social estão redes de interdependências entre negociantes e policiais lastreadas em equilíbrios emocionais altamente instáveis quanto à disponibilidade de símbolos de integração entre humanos que suportem as elevadas tensões decorrentes de conflitos de interesses econômicos e “militares” envolvendo a aplicação ou não da lei. O uso da força armada torna-se uma mercadoria ilícita,

21 Que a partir de Michel Misse, sob outro ponto de vista, poderíamos denominar mercadorias políticas.

cuja mensuração de seu valor fica enovelada ao acervo de imagens-de-grupo socialmente disponíveis tanto por vínculos de fidelidade familiares e de vassalagens vicinais, de um lado, quanto por fidelidades à corporação militar, por outro, com diferentes gradientes de padronização de símbolos e práticas de resolução de conflitos e de integração de indivíduos enovelados a tais funções sob um mesmo código social de moralidade e de obtenção de boa reputação social diante do que socialmente podem ser definidos como “entre os seus”. Assim, as condições de formação de empreendimentos capitalistas nas periferias estão muito constrangidas pela necessidade de compra de um serviço de proteção, enovelada a camadas frágeis de símbolos de justiça e de identificação coletiva que integrem os diversos grupos humanos de baixa renda, e cada vez mais monetariamente orientados, para além de redes familiares e das vassalagens de vizinhança, em oposição ao senso de comprometimento de policiais com parceiros da corporação militar, submetidos a vínculos afetivos formados na Academia de Polícia e de onde têm inculcado padrões mais sólidos de hierarquia e de posicionamento no *ranking* de valor humano.

Em outros termos, a importância da polícia como corporação com interesses próprios, relativamente desvinculada da subordinação a interesses de chefes políticos e de grandes proprietários, detentora da legitimidade de vigilância, julgamento e punição, com base em sua própria autoridade, cresceu na mesma medida em que aumentou seu desempenho no exercício de funções de justiça em territórios onde moram populações abrigadas sob grossas camadas simbólicas de redução de suas reputações sociais. De maneira complementar e conflituosa, ampliaram-se as atividades e funções econômicas de caráter mercantil-capitalista exercidas por indivíduos desses territórios. As regulamentações de conflitos decorrentes dessas interdependências funcionais são ainda atreladas a padrões sociais de justiça disponível, ancorados no uso da arma de fogo e no comprometimento moral herdado de figuras anteriores nas quais o poder bélico é um recurso social de concentração de recursos econômicos e de prestígio frente aos desvalidos militarmente, estrutura social de dependências entre indivíduos nomeada de coronelismo na sociologia política de sociedades do interior do Brasil e dos municípios brasileiros, que forneceram o grande magote de migrantes no grande movimento de urbanização de cidades Nordestinas, especialmente Maceió.

É relevante notar, relembando a conceituação de Leal (2012: 45-46), que um dos aspectos que compuseram e compõem o coronelismo em muitos municípios brasileiros é o exercício pelo coronel tanto de funções de árbitro e de juiz sobre as pessoas que são dele dependentes, dirimindo, com elevados graus de

legitimidade, conflitos amorosos, econômicos e de honra quanto de funções de polícia, incluindo perseguição, vigilância e punição direta ou indireta, por meio de capangas, muitos deles membros da polícia estadual. Ainda no que tange à significação do coronelismo para a formação de tradições de resolução de conflitos no mundo econômico, é fundamental lembrarmos que um dos critérios práticos mais relevantes para que indivíduos ocupassem a posição de comandante-em-chefe da guarda nacional nas unidades federativas brasileiras, origem social da figura do coronel, foi o exercício concomitante das posições econômica e militar por uma mesma pessoa ou grupo de pessoas aliadas por parentesco de sangue ou de compadrio, especialmente pelo proprietário de terras, mas também pelo comerciante e mesmo pelo “doutor”. As funções de investigação, de perseguição, de punição das polícias e milícias estavam subordinadas a esses tipos de pessoas e não por uma classe estatal de magistrados diferenciada que, assim como os padres, retiravam parcela de sua autoridade, na municipalidade, do coronel (Narber, 2003). A significação sociológica do coronelismo para uma compreensão das dinâmicas mercantis nas periferias urbanas de cidades brasileiras está em que as forças militares nas raízes das polícias estaduais que vigiavam, perseguiram e puniam populações nas regiões urbanas de baixa reputação social, mantiveram-se, até os anos 40, altamente subordinadas aos interesses de grupos dominantes que mantinham elevadas concentrações de recursos econômicos, políticos e militares, contribuindo para a reprodução do coronelismo na corporação policial e, assim, levando tal lógica de poder para bairros populares de cidades, criando elevadas restrições para a formação de algo parecido com o que Habermas (2003) denominou, com base na experiência de sociedades europeias, de esfera pública burguesa ou o que Polany (2012: 69-70) chama de paz dos mercados, implementada pelo mercantilismo inglês, ou seja, estatal-nacional, centralizado, rompendo as lógicas dos comércios municipais não-competitivos. Tais forças policiais brasileiras formaram tradições de práticas que incluem a utilização do poder armado pelos membros da corporação como forma de participação nos mercados monetarizados em territórios urbanos depreciativamente valorizados quanto à reputação da moradia, e subordinados a regimes de negociação do desvio no que tange à aplicação por leis nacionais, estaduais ou municipais por funcionários do estado, negociando em nome próprio. A grande diferença entre as milícias do coronel e as milícias de comandantes das polícias militares está no valor da representação do Estado como uma força impessoal, mas está ancorada no gradiente de subordinação dos soldados de baixa patente a membros hierarquicamente superiores da corporação ou a

chefes políticos e econômicos de fora da corporação, ainda que com relações estreitas com membros desta.

Referências:

- ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; DIAS, Camila Nunes. Das comissões de solidariedade ao primeiro comando da capital em São Paulo. *Tempo Social*. v. 25, n. 1, pp. 61-82, 2013.
- BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2010.
- _____. *Proibido roubar na quebrada: território hierarquia e lei no PCC*. São Paulo, Terceiro nome, 2018.
- CARVALHO, Cícero Péricles. *Economia popular: uma via de modernização para Alagoas*. Maceió, EDUFAL, 2008.
- COSTA, Rodrigo José da. O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964). Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2013.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A vida urbana em alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução. *Terra livre — AGB*, São Paulo, n. 10, janeiro-julho, pp. 93-116, 1992.
- DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo, Boitempo, 2006.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes. Ocupando as brechas do direito formal: o PCC como instância alternativa de resolução de conflitos. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. v. 2, n. 4, pp. 83-106, 2017.
- ELIAS, Norbert. *Os alemães*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.
- _____. *Teoria simbólica*. Oeiras, Celta editora, 2002.
- _____. Conceitos sociológicos fundamentais. In: ELIAS, Norbert; NEIBURG, Federico; WAIZBORT, Leopoldo (Orgs.). *Escritos & Ensaios*. v. 1, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. O legítimo em disputa: As fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo. *Dilemas – Revista de estudos de conflito e controle social*, v. 1, n. 1, pp. 93-148, 2008.
- _____. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRH*. v. 23, n. 58, 2010a.
- _____. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. *Revista de Antropologia*, pp. 565-610, 2010b.
- _____. *Irmãos: uma história do PCC*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.
- HERNANDÉZ, Efrén Sandoval. Infraestructuras transfronterizas: un concepto para su análisis. *Trayectorias*. v. X, n. 26, Enero-Junio, pp. 41-52, 2008.

- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003.
- HIRATA, Daniel Veloso. Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade de São Paulo, 2010.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- LIMA, Roberto Kant de. Polícia e exclusão na cultura judiciária. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*. S. Paulo, v. 9, n. 1, pp. 169-183, maio de 1997.
- _____. Administração de Conflitos, Espaço público e cidadania uma perspectiva comparada. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*. v. 1, n. 2, 2001, pp. 11-16.
- LOURENÇO, Luiz Claudio; ALMEIDA Odilza Lines de. “Quem mantém a ordem, quem cria desordem”: gangues prisionais na Bahia. *Tempo Social – Revista de sociologia da USP*. v. 25, n. 1, 2013, pp. 37-59.
- LYRA, Diogo. Conflitos de lealdade e princípios de coesão social entre jovens traficantes do Rio de Janeiro: algumas considerações. In: _____. *Sobre periferias: novas conflitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Lamparina; FAPERJ, pp. 49-67, 2013.
- MACHADO da SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e estado*. v. 19, n. 1, pp. 53-84, 2004.
- _____. A experiência das UPP’s: uma tomada de posição. *Dilemas*. v. 8, n. 1, jan/fev/mar, pp. 7- 24, 2015.
- MAJELLA, Geraldo de. *Execuções sumárias e grupos de extermínio em Alagoas (1975-1998)*. Maceió, Edufal, 2006.
- MALLART, Fábio. *Cadeias dominadas: a Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos*. São Paulo, Terceiro nome, 2014.
- MARQUES, Adalton. Quando outras “cenas” entram em ação: considerações demoradores sobre transformações em periferias de São Paulo. *Anuário Antropológico [Online]*, I 2016. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/aa/1802>>. Acesso em: 01 abr. 2019.
- MISSE, Michel. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. *Contemporaneidade e educação*. v. 1, n. 2, pp. 93-116, 1997.
- _____. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Estudos Avançados*. v. 21, n. 61, pp. 139-157, 2007.
- _____. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*. v. 8, n. 3, 2008.
- _____. Trocas ilícitas e mercadorias políticas. *Anuário Antropológico*. v. 2, pp. 89-107, 2009.

- _____. Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos. *Anuário Antropológico*. n. II, pp. 89-107, 2010.
- _____. Sujeição criminal. Em: RATTON, José Luiz, LIMA, Renato Sérgio de, AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Orgs.) *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.
- OLIVEIRA, Henrique. A (Des) organização do tráfico em Salvador e o aumento da violência. *Revista Gambiarra*, 8 out. 2016. Disponível em: <<http://revistagambiarra.com.br/site/a-desorganizacao-do-trafico-em-salvador-e-o-aumento-da-violencia/>>. Acesso em: 27 mar. 2019.
- PACÍFICO, Andréa Maria Calazans Pacheco. *Drogas, violência e criminalidade em Alagoas: motivações*. Maceió, ADESG/AL, 1995.
- PITA, María Victoria. Poder de polícia e administração de grupos sociais: o caso de vendedores ambulantes senegaleses na cidade autônoma de Buenos Aires. In: AZAÏS, Christian; KESSLER, Gabriel; TELLES, Vera da Silva (Orgs.). *Ilegalismo, cidade e política*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço/Programa de Pós-Graduação em Sociologia – USP, 2012.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.
- PREFEITURA Municipal de Maceió. Secretaria Municipal de Educação Comitê Gestor do PME. *Plano Municipal de Educação de Maceió*, 2012. Disponível em: <<http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/admin/documento/2015/06/PMEMACEIO.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2019.
- QUEIROZ, Allan Souza. Entre a formalização e a precarização: o trabalho e o emprego dos cortadores de cana de Alagoas. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS, 2013.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo, Edusp, 2008.
- SANTOS, Nilda de Lima. A Violência Dispersa: a implosão do homicídio comum no miúdo das relações interpessoais em Alagoas. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Política/UFPE, 2003.
- SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 2006.
- SINHORETTO, Jaqueline. Campo estatal de administração de conflitos: múltiplas intensidades da justiça. *Anuário Antropológico*. v. 2009, pp. 109-123, 2010.
- SOUSA, Rosinaldo Silva de. O problema das segmentações nas redes informais e ilícitas: a heterogeneidade dos padrões de ações sociais justifica a separação conceitual dessas redes? *Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia*, 01 a 04 de junho, 2008. Porto Seguro, Bahia, Brasil. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/mesas_redondas/trabalhos/MR%2004/rosinaldo%20silva%20de%20sousa.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2019.

TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2010.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*. v. 22, n. 2, p. 4040, 2010.

VASCONCELOS, Ruth. Nascimento, vida e ‘morte’ do conselho estadual de justiça e segurança pública de Alagoas. In: LYRA, Rubens Pinto (Org.). *Participação, democracia e segurança pública: a experiência brasileira*. João Pessoa, Editora UFPB, 2008. _____ . *O poder e a cultura de violência em Alagoas*. Maceió, Edufal, 2014.

ZALUAR, Alba. Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos. *Revista Dados*, v. 55, n. 2, 2012.

Recebido em 28/05/2017

Aprovado em 30/05/2019

Como citar este artigo:

RODRIGUES, Fernando de Jesus. Mercados ilícitos, ambivalências e agressividade: condições estatais e mercantis de um circuito de bailes de reggae em “periferias” de Maceió, AL. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 1, jan.- jun. 2019, pp. 199-227.



“Moda, eu faço a minha”: a circulação de símbolos globais de moda entre grupos de baixa renda.

Ana Lucia de Castro¹

Beatriz Sumaya M. Haddad²

Resumo: Este artigo tem como objetivo contribuir para a discussão da dimensão simbólica do consumo, enfatizando especificamente o consumo de referências de moda por grupos de baixa renda, com base em trabalho de campo – envolvendo entrevistas individuais, registro de observações e realização de grupos focais – realizado entre moradores de um bairro na periferia de Santo André–SP. Dentre os aspectos relativos aos discursos sobre consumo, enfocamos as formas de apropriações de peças originais ou de réplicas e a oposição entre moda e estilo como categorias acionadas nos discursos dos entrevistados ao se referirem às suas motivações como consumidores. Busca-se analisar como a noção de estilo – associada à ideia de escolha e acionada pelos entrevistados para se oporem à de moda – é constitutiva de um ideário que preconiza o cálculo e as escolhas individuais como características das sociedades atuais.

Palavras-chave: moda, estilo, consumo, fronteiras simbólicas

1 Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Universidade Estadual Paulista – (UNESP) – Araraquara – Brasil – castroanalucia75@gmail.com

2 Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Universidade Estadual Paulista – (UNESP) – Araraquara – Brasil – biasumaya@yahoo.com.br

Fashion and style as speeches: appropriation of symbols globalizing fashion for low-income groups

Abstract. *This article aims to contribute to the discussion of the symbolic dimension of consumption, specifically emphasizing the consumption of fashion references for low-income groups, from field work – involving individual interviews, observation reports and conducting focus groups – held between residents of a neighborhood on the outskirts of Santo André- SP . Among the aspects of the discourse on consumption, we focused on the forms of appropriation of original or replicas and the opposition between fashion and style as driven categories in the interviews when referring to their motivations as consumers. The aim is to analyze how the notion of style – associated with the idea of choice and driven by respondents to oppose fashion – is constitutive of an ideology that advocates the calculation and individual choices as characteristic of contemporary societies.*

Keywords: *fashion, style, consumption, symbolic borders*

Introdução

Tendo como principal preocupação contribuir para a discussão acerca da dimensão simbólica do consumo, este artigo busca enfatizar, especificamente, o consumo de referências de moda por grupos de baixa renda, baseado em pesquisa de campo realizada entre moradores de um bairro na periferia de Santo André-SP. No tocante aos discursos sobre consumo, enfocamos as formas de apropriações de peças originais ou de réplicas e a oposição entre moda e estilo como categorias acionadas nos discursos dos entrevistados ao se referirem às suas motivações como consumidores. Assim, busca-se analisar como a noção de estilo – associada à ideia de escolha e acionada pelos entrevistados para se oporem à de moda – é constitutiva de um ideário que preconiza o cálculo e as escolhas individuais como características das sociedades atuais.

Tomamos como referências de moda as peças do vestuário de marcas consideradas mundiais, que apresentam como característica o alcance simbólico por meio de seus *slogans*. Nesse sentido, as marcas esportivas³ – relacionadas principalmente ao futebol (esporte mundial) –, que têm símbolos reconhecidos mundialmente e são muito difundidos em peças de vestuário, ganham ênfase na pesquisa de campo. Assim, durante o trabalho de campo, a mobilização

3 Vale destacar a aproximação com o trabalho de Mizrahi (2014), que também apontou a valorização de marcas esportivas no universo do funk do Rio de Janeiro.

desses símbolos, difundidos com muita regularidade pela mídia, constituiu-se numa estratégia de aproximação das questões que pretendíamos circundar no decorrer das entrevistas. Além disso, concentramo-nos nas relações desses indivíduos com o consumo de moda, ou seja, *onde* e *porque* compram produtos considerados “da moda” e com base em qual premissa fazem suas escolhas.

A pesquisa de campo foi realizada em uma comunidade de baixa renda denominada Núcleo Jardim Santo André, localizada na cidade de Santo André–SP. Os indivíduos pesquisados são moradores do local, de ambos os sexos, e de variadas idades – entre 15 e 60 anos. Ao denominarmos essa população como de “baixa renda”, apoiamo-nos em uma pesquisa sobre o perfil socioeconômico dos moradores do bairro, realizada pela área social da CDHU⁴, a qual apontou um percentual de domicílios com renda familiar *per capita* mensal baixa bem maior do que a média nacional. Significativa parcela das famílias residentes nos núcleos de favela do bairro (42,5%) conta com um valor de até meio salário mínimo como renda familiar *per capita* mensal, enquanto no Brasil, segundo o censo de 2010, 24,02% dos domicílios brasileiros e 15,40% dos localizados no Sudeste contam com uma renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo (Castro, 2016: 107)

Um roteiro de questões previamente elaborado foi utilizado com o objetivo de guiar as entrevistas, que aconteceram, em um primeiro momento, de forma individual, prezando pela fluidez das conversas. Estas foram realizadas no decorrer do reconhecimento do campo – enquanto andávamos pelas ruas e vielas da comunidade, empenhávamo-nos em efetuar os primeiros contatos com os moradores. Além disso, contamos com o apoio dos funcionários da sede do CDHU, que, devido ao vasto conhecimento do local, auxiliaram-nos na aproximação com alguns residentes⁵.

Em um segundo momento, realizamos grupos focais previstos no projeto inicial dessa pesquisa. A técnica de coleta de informações denominada Grupo Focal consiste em reunir um grupo de 8 a 15 informantes, um coordenador e um relator. A discussão, conduzida pelo coordenador, é pautada por um roteiro pré-estruturado de questões e ao relator cabe a tarefa de anotar as impressões, reações e tudo aquilo que diz respeito ao *não verbalizado*. O perfil dos informantes reunidos é definido com critério intencional, em sintonia com os

4 CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano). Para maior detalhamento desta pesquisa, que realizou amplo levantamento quantitativo sobre as condições e expectativa de vida no bairro, ver Castro (2016).

5 Nessa fase da pesquisa, entrevistamos o total de oito mulheres e dois homens, com idades variadas entre 18 e 60 anos.

interesses da pesquisa. A vantagem dessa técnica é que se foca na exploração de temas específicos, além do que, por ser em grupo, acaba motivando todos os membros a exporem suas ideias, numa espécie de *conversa*, com tom descontraído e informal.

Foram realizados dois grupos focais, organizados com os seguintes critérios de homogeneidade: no primeiro deles, interessava-nos o fato de ser morador do empreendimento mais recente entregue pela CDHU e responsável pelas compras que abastecem a casa e, no segundo deles, interessava-nos a idade dos integrantes⁶, pois percebemos se tratar de variável chave quando o assunto é consumo de moda. Nesta experiência participaram jovens de 15 a 25 anos. Ambos os grupos focais foram realizados na associação de moradores do bairro.

O Núcleo Jardim Santo André é constituído de um aglomerado de cinco favelas: Dominicanos, Lamartine, Cruzado, Campineiros, Missionários e Tole-danos. Desde a década de 1980, a região sofre a intervenção do CDHU, após a construção de unidades habitacionais e da urbanização das favelas.

Apesar desse tempo de intervenção, a quantidade de pessoas vivendo em situações precárias, em barracos de *madeirite*, próximos a córregos e esgotos a céu aberto ainda é muito grande. Durante o trabalho de campo, foi inevitável observar os cenários tão díspares em convivência: favelas e conjuntos habitacionais em fragmentos de espaço *urbanizados*.

6 Deparamo-nos com a dificuldade em reunir os indivíduos para a realização dos grupos focal, pois muitos se mostravam receosos por não compreender a intenção real do grupo, mesmo depois que nos dedicávamos a explicar. Além disso, o fato de os indivíduos trabalharem em horários diversificados também foi outro problema enfrentado na tentativa de reuni-los para o “bate papo”, e, devido a essa dificuldade, optamos por realizar um grupo durante o fim de semana. Porém, ainda assim a participação foi pequena, e pudemos contar com três moradores, duas mulheres e um homem. O segundo grupo focal foi restrito à participação de jovens (de 15 a 25 anos), e foi realizado em dia de semana. Contamos com um número satisfatório de participantes, totalizando nove indivíduos (sete meninas e dois meninos). Para tanto, pudemos contar com o auxílio da presidente da Associação de Moradores, que contactou os jovens da região. Além disso, o grupo foi realizado em período de férias escolares, o que facilitou a presença de um número ideal de participantes para a realização do grupo focal.

Figura 1 – Os “predinhos” contrastando com o aglomerado de favelas ao fundo



Fonte: Autoras (foto obtida no trabalho de campo)

Figura 2 – Barracos de *madeirite*, bastante comuns na região



Fonte: Autoras (foto obtida no trabalho de campo)

Modos de consumo e mediações culturais

O campo da moda é composto por diversos atores e organizações que atuam em algumas instâncias, como produção, divulgação, legitimação e consumidores (Leitão, 2007). A produção é composta pelos pesquisadores de tendência, estilistas, modelistas, costureiros e funcionários ligados à essa etapa. A imprensa e a mídia são instâncias da divulgação, e, nesse âmbito, especificamente para os indivíduos observados neste estudo, encontramos as novelas como grandes difusoras de tendência. Porém, para que o *marketing* encontre sucesso, é fundamental que o produto ganhe legitimidade junto ao público, e, para isso, atualmente, as celebridades ganham um papel importante, participando de comerciais e fazendo uso de produtos específicos nas novelas.

O consumidor também exerce papel fundamental e ativo nesse contexto, ao escolher, usufruir e disseminar o uso de certo produto. A aceitação do consumidor é imprescindível para que a tendência seja legitimada. Assim, a análise do consumo de referências de moda aponta para a necessária ambiguidade: ao mesmo tempo que ocorre imposição ao público por uma indústria, também se configura em uma maneira de comunicar uma posição social, ou, como coloca Crane, ao se referir à moda, trata-se de “forma de comportamento por meio do qual os consumidores expressam as percepções de suas identidades e suas conexões com grupos específicos” (Crane, 2011: 14).

A discussão sobre consumo deve levar em conta as duas dimensões do fenômeno, relevando tanto o seu caráter impositivo como as possibilidades, por ele abertas, de elaborar processos de construção de identidades. Canclini (2008) aponta três perspectivas que marcam a análise sobre o tema: a primeira é a da “racionalidade econômica”, na qual o consumo seria o momento em que “se completa um processo iniciado com a geração de produtos, em que se realiza a expansão do capital e se reproduz a força do trabalho” (Canclini, 2008: 61). Nessa concepção, não é o gosto ou as necessidades individuais que determinam as compras, mas as “grandes estruturas de administração do capital”.

Outra perspectiva é a de que a relação entre produtores e consumidores ocorre por meio de uma “racionalidade sociopolítica interativa”, na qual o conflito entre classes se revela um cenário de disputas, e os produtores devem atrair o consumidor pela racionalidade.

A terceira concepção acerca do consumo, apresentada por Canclini, chama a atenção para “aspectos simbólicos e estéticos da racionalidade consumidora”, visão sustentada pelos que estudam o “consumo como lugar de diferenciação e distinção entre classes e grupo”.

Os textos de Pierre Bourdieu, Arjun Appadurai e Stuart Ewen, entre outros, mostram que nas sociedades contemporâneas boa parte da racionalidade das relações sociais se constrói, mais do que na luta pelos meios de produção, pela disputa em relação à apropriação dos meios de distinção simbólica. Há uma coerência entre os lugares onde os membros de uma classe e até de uma fração de classe se alimentam, estudam, habitam, passam as férias, naquilo que leem e desfrutam, em como se informam e no que transmite aos outros. Essa coerência emerge quando a visão socioantropológica busca compreender em conjunto tais cenários. A lógica que rege a apropriação dos bens como objetos de distinção não é a da satisfação de necessidades, mas sim a da escassez desses bens e da impossibilidade de que outros o possuam. (Canclini, 2008: 62)

Partindo de ampla base empírica, Bourdieu defende a tese de que o consumo (sobretudo o consumo alimentar, vestuário e cultural) é estratégia de distinção social, mecanismo pelo qual os indivíduos e grupos evidenciam marcas de pertencimento a determinados círculos e, ao mesmo tempo, afastam-se de outros, reforçando fronteiras simbólicas. O principal legado de Bourdieu, vale lembrar, reside no apontamento dos sistemas classificatórios extremamente hierarquizantes que marcam as sociedades capitalistas ocidentais e do exercício do poder simbólico nas práticas culturais (incluindo o consumo). Parte da ideia de que, nas sociedades de classes hierarquizadas, a lógica que imprime sentido às práticas cotidianas, dentre elas o consumo, é a da distinção-imitação, num movimento constante de busca de afastamento dos “de baixo” para parecer com os “de cima”. E seria no corpo, conforme Bourdieu, que poderíamos encontrar o gosto de classe que se mostra de várias maneiras, nas formas, nas dimensões, no modo de tratá-lo e cuidá-lo, tendo como princípio gerador das práticas o *habitus*, produzido e incorporado no processo de socialização e, portanto, assentado em condições materiais de existência, estrutura estruturante e estruturada pelas práticas e representações.

A perspectiva analítica que enfatiza a dimensão simbólica dos bens e suas apropriações tem um importante marco no trabalho de Jean Baudrillard, quem aponta o caráter sógnico do objeto, o qual passa a ser visto não mais apenas como um produto ou uma mercadoria, mas um signo inserido num sistema de signos de *status* (Baudrillard, 1973). Ainda que preocupado em denunciar o consumo como o elemento central e redutor das sociedades capitalistas, Baudrillard contribui para a construção de uma perspectiva sobre o consumo que aponta para além da sua dimensão prático-utilitarista. Com base na semiologia,

desvenda-nos outros nexos da problemática, entendendo que o consumo supõe a manipulação ativa de signos e que na sociedade capitalista tardia o signo e a mercadoria teriam se juntado para formar a mercadoria-signo, conceito cunhado para enfatizar o desligamento das mercadorias de sua utilidade funcional (Baudrillard, 1985).

O trabalho desenvolvido por Mary Douglas (2004), ao lado do economista Baron Irshwood, também deve ser apontado como referência para a construção da perspectiva aqui delineada. Segundo os autores, caberia ao antropólogo desvendar os valores, socialmente construídos, subjacentes ao consumo dos bens, os quais configurariam a dimensão material de um ritual que ocorreria cotidianamente entre as pessoas, cujo principal elemento de sustentação seria a fixação dos significados na vida social. Nesta linha, os bens se configurariam como “pontes” ou “cercas”, capazes de estabelecer elos de pertença e/ou fronteiras simbólicas entre os sujeitos e os grupos. Pautados pela noção de que toda prática diária se ampara em um sistema simbólico, fornecedor dos referenciais sobre as maneiras de agir, e, principalmente, de significar algo para os outros, os autores defendem que as mercadorias estariam, nesse sentido, exercendo o papel de comunicadores, e mais, seriam o material simbólico utilizado pelos consumidores na construção de um universo inteligível (Douglas; Ishwood, 2004).

Se vem sendo dito que a função essencial da linguagem é sua capacidade para a poesia, assumiremos que a função essencial do consumo é sua capacidade para dar sentido. Duvidemos da ideia da irracionalidade do consumidor. Duvidemos de que as mercadorias servem para comer, vestir-se e se proteger. Duvidemos de sua utilidade e tentemos colocar em troca a ideia de que as mercadorias servem para pensar. Aprendamos a tratá-las como meio não verbal da faculdade criativa do gênero humano. (Douglas; Isherwood, 2004: 77)

Interessa-nos pensar o consumo como “processo social produtor de sentidos e de identidades, construídos pelo valor simbólico socialmente atribuído às mercadorias, e não ao seu valor de uso” (Castro; Capelaro, 2009: 7). Neste sentido, vale recorrer à crítica às análises que reduzem as relações econômicas entre os homens à dimensão prático-utilitarista, a qual tem importante ponto de apoio nas reflexões de Marshall Sahlins, quem aponta criticamente para a necessidade de construção de um olhar analítico que se volte para a ordem cognitiva complexa de categorias culturais e suas relações na discussão das

apropriações e interdições de bens de consumo, a exemplo de como ele próprio opera no ensaio *La pensée Bourgeoise* (Sahlins, 2003).

Em *Cosmologias do Capitalismo* (2004), o autor amplia e refina o argumento de que as trocas de mercadorias são movidas, sobretudo, por uma dimensão que escapa aos imperativos de suas funções prático-utilitaristas, ao demonstrar que os principais produtos que moveram as relações econômicas entre os países hegemônicos no Século XIX (chá, ópio e sândalo) muito se afastavam da ideia de necessidade, como vem sendo sustentado numa perspectiva prático-utilitarista.

Outra importante contribuição para perspectivas analíticas que pretendem desvendar os múltiplos sentidos do consumo reside no trabalho de Daniel Miller (2002; 2004), quem revê as teorias sobre consumo vigentes, muito marcadas pela perspectiva da condenação moral e, com base na pesquisa etnográfica realizada com donas de casas, residentes em bairro popular no norte de Londres, aponta como principais sentidos construídos pelo ato da compra, a reposição de “laços afetivos” e o “sacrifício” (Miller, 2002). Ao desenvolver a teoria das compras como “sacrifício”, o autor aponta que este se consubstanciaria no ato de despesa, pelo qual se consome algo de material, mas se atinge benefícios que nada têm de materiais. Em analogia, as compras de supermercado se configurariam como ato sacrificial, na medida em que transformam a despesa num ritual de devoção para com os membros da família.

Estudar o consumo sob uma perspectiva clássica, que marcou o início do Século XX, remeteria-nos a uma visão de que o consumo é resultado de uma “reprodução social”, marcada pela lógica da produção, em que apenas assinala uma realidade intrínseca à disputa de classes e interesses econômicos. Nessa dinâmica, o consumidor seria um mero reprodutor, pois atuaria de forma irracional e impelido a responder aos interesses de grupos específicos.

Porém, ao pensar o consumo sob uma perspectiva que parte do ponto de vista do sujeito, é possível observar que este é, também, esfera de produção de sentido (De Certeau, 1994). Esta perspectiva analítica ancora-se, em boa medida, na Teoria das Mediações, elaborada por Martín-Barbero (1997), quem, ao se contrapor às ideias difundidas pela Escola de Frankfurt, sustenta que é impossível realizar uma análise das formas de comunicação sem levar em consideração os sentidos acionados pela recepção.

Na redefinição da cultura, é fundamental a compreensão de sua natureza comunicativa. Isto é, seu caráter de processo produtor de significações e não de mera circulação de informações, no qual o receptor, portanto, não é um

simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas também um produtor. O desafio apresentado pela indústria cultural aparece com toda a sua densidade no cruzamento dessas duas linhas de renovação que inscrevem a questão cultural no interior do político e a comunicação, na cultura (Martín-Barbero, 1997: 287).

Dessa forma, é impossível compreender o campo da comunicação apenas observando sua produção. Analogamente, a análise do consumo como prática cultural também não pode levar em consideração apenas a esfera da produção de bens. Com base nessa perspectiva – reconhecida como “teoria das mediações” –, torna-se possível uma nova compreensão da produção social de sentindo mediada pelos meios de comunicação e pelo consumo.

Um bom número de estudos sobre comunicação de massa tem mostrado que a hegemonia cultural não se realiza mediante ações verticais, onde os dominadores capturariam os receptores: entre uns e outros se reconhecem mediadores, como a família, o bairro e o grupo de trabalho. Nessas análises deixou-se também de conceber os vínculos entre aqueles que emitem as mensagens e aqueles que as recebem como relações unicamente, de dominação. A comunicação não é eficaz se não inclui também interações de colaboração e transação entre uns e outros. (Canclini, 2008: 60).

A mediação cultural, portanto, pode ser traduzida como um processo que aproxima e imbrica diferentes contextos sociais e culturais, tornando possível a comunicação entre agentes de universos culturais distintos. Ao explicar o processo de mediação, Velho e Kuschnir (2001) sustentam que

Num contínuo processo de negociação da realidade, escolhas são feitas, tendo como referência sistemas simbólicos, crenças e valores, em torno de interesses e objetivos materiais e imateriais dos mais variados tipos. A mediação é uma ação social permanente, nem sempre óbvia, que está presente nos mais variados níveis e processos interativos (Velho; Kuschnir, 2001: 11).

Com base nessas perspectivas analíticas, podemos nos remeter ao nosso campo de pesquisa, refletindo sobre em que medida o consumo pode ser entendido como prática de mediação cultural, ou, ainda, sobre “o consumo como algo mais complexo do que uma relação entre meios manipuladores e dóceis audiências” (Canclini, 2008: 59). Neste sentido, buscamos, nesta reflexão, enfatizar o consumo como um o meio pelo qual os indivíduos “vivem o processo

de globalização e atualizam-se na vida cotidiana” (Scalco; Pinheiro-Machado, 2010: 325), em um processo relacional, no qual paralelamente à tendência de homogeneização trazida pela universalização das tendências de moda, encontramos um grande interesse pelo âmbito local. Dessa forma, o consumo local ressignifica os símbolos globalizados de acordo com suas realidades singulares, e o *estar na moda* ou *usar roupas de marcas* possibilitam a inclusão local no âmbito global e vice-versa. Com base nesta perspectiva teórica, passamos a discutir parte dos dados levantados no decorrer da pesquisa de campo.

Moda x Estilo

Uma importante questão que emergiu da pesquisa de campo foi acerca da definição facultada à palavra *moda*, tanto por nós, pesquisadores, como pelos entrevistados.

É senso comum pensar a moda como algo que faz parte do dia a dia apenas de um nicho privilegiado – econômica, cultural e socialmente – da sociedade. Logo, é muito comum que a palavra *moda* venha associada à imagem dos grandes desfiles, das *supermodelos* e de um mundo inatingível à maioria da população que vive à margem de tal realidade.

Nessa perspectiva, o campo da moda é provido de uma estrutura específica que possui um centro que difunde e legitima todas as outras frações da estrutura. Esse centro irradiador é sustentado pela consagração que lhe é atribuída por outras instâncias, ou seja, sua existência e legitimidade são frutos de um reconhecimento e de uma rotulação específica que lhe são conferidas no campo das lutas simbólicas e que lhe atribui poder simbólico.

O poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras. É somente na medida em que é verdadeira, isto é, adequada às coisas, que a descrição faz as coisas. Nesse sentido, o poder simbólico é um poder de consagração ou de rotulação, um poder de consagrar ou revelar coisas que já existem. (Bourdieu, 1990: 167)

Nesse campo de batalha, cabem às pessoas “excluídas da moda” criar seus estilos próprios e portar suas melhores armas contra aqueles que os consideram inapropriados para fazer parte de uma realidade abastada. Isso se destacou na pesquisa de campo quando os entrevistados foram questionados sobre moda – com perguntas como “você segue a moda?”, “o que é moda para você?”. Eles discursavam sempre na mesma direção, negando a aproximação ou o gosto

por coisas consideradas da moda e redirecionando a preocupação por seguir a moda a outros indivíduos.

Em uma primeira análise, a rejeição à moda pode ser associada ao discurso de que todos que se preocupam e que dispendem dinheiro com as frivolidades da moda são, assim como aquela, pessoas fúteis e instáveis.

Entre os consumidores de todos os tipos de produtos, os consumidores de moda exibem a imagem mais desfavorável. Estes tendem a ser caracterizados como vítimas, incapazes de controlar seus hábitos de gasto e de resistir à compulsão de comprar roupas ridículas ou horrorosas. (Crane, 2011: 241)

Porém, ao nos ater mais profundamente aos discursos proferidos em campo, foi possível perceber que os indivíduos realizam uma denegação simbólica para se colocar em posição afastada daquilo que ele considera supérfluo e pertencente a outros grupos sociais, valorizando, assim, o nicho a que pertence.

A denegação é uma teoria psicanalítica desenvolvida por Freud, utilizada também por Bourdieu. Para Freud (1976 [1924]), “a negativa constitui um modo de tomar conhecimento do que está reprimido; com efeito, já é uma suspensão da repressão, embora não, naturalmente, uma aceitação do que está reprimido” (Freud, 1976 [1924]: 296). Portanto, o que se nega é exatamente aquilo que está reprimido, e, ao negar, mantém-se o que está reprimido. Nessa perspectiva, ao denegar a moda, ou seja, negar aquilo que já lhe foi anteriormente negado (negar duas vezes), o indivíduo consolida a posição social que lhe foi atribuída no campo das lutas simbólicas.

Como afirma Bourdieu (2004), “o espaço social tende a funcionar como um espaço simbólico, um espaço de estilos de vida e de grupos de estatuto, caracterizado por diferentes estilos de vida” (Bourdieu, 2004: 160), no qual os signos da realidade social servem como distinção. Assim, as “distâncias sociais estão inscritas nos corpos” (Bourdieu, 2004: 155) e são reforçadas constantemente por meio dos discursos.

A moda é, portanto, *a priori*, caracterizada por uma estrutura dotada de um centro específico que se autoproclama a “verdadeira moda”, que tem legitimidade para isso, e que exclui todos aqueles que não pertencem ao campo. Não negamos a existência de tal estrutura, mas a percebemos como um resultado de uma produção de crenças embasadas em discursos que criam tais simbologias sociais. Assim, podemos destituir da moda tais crenças e tratá-la com base em suas engrenagens mais elementares e que constituem sua essência. Quando falamos de moda neste trabalho, portanto, estamos falando daquilo que é efêmero,

que é novidade, que independente de sua origem – seja nas passarelas, seja nas ruas ou nas novelas –, que celebra o moderno e é desejado como sinônimo de representação de uma determinada posição social. Dessa forma, a moda atinge todos os grupos, de forma particular e específica, mas sempre marcada pelo movimento constante e pela finitude irreversível.

Como anteriormente descrito, os entrevistados negam a preocupação e o uso de roupas tidas como “da moda”, valorizando o que denominam de “estilo próprio”. A moda é caracterizada pelos sujeitos entrevistados como algo que padroniza os indivíduos e que, por isso, não convém segui-la. Essa concepção é ilustrada no depoimento a seguir:

Pra mim, moda é algo padronizado, que nem eu vi esses tempos na televisão a artista, a atriz usou o brinco tal, o esmalte tal, nos salões todo mundo só queria aquele esmalte, porque a atriz estava usando aquele esmalte. Nas lojas de bijuteria o brinco mais procurado era o brinco tal porque a atriz tal estava usando. Então eu acho que moda é algo que é padronizado, a pessoa vê, cria uma imagem, “eu quero ser igual, quero ter aquilo que a pessoa tem”. Isso é moda e eu acho que padronizou e isso que não gosto.⁷

Esse tipo de percepção sobre a moda é consonante às formulações pioneiras de Simmel, para quem a imitação seria o que sustenta a dinâmica da moda: “ela é imitação de um modelo dado e satisfaz assim a necessidade de apoio social, conduz o indivíduo ao trilho que todos percorrem, fornece o universal, que faz do comportamento de cada indivíduo um simples exemplo” (Simmel, 2008: 24).

Foi possível notar, com base no trabalho de campo, que a palavra *moda* remete instantaneamente àquilo que é “igual a todos”. L. salientou não apreciar a moda: “não gosto de moda. Tipo assim, se eu ver uma pessoa, eu não gosto de me vestir igual a ela.”⁸ Nessa dinâmica, podemos identificar, de um lado, a moda, aspirando à universalidade, e, de outro, o estilo, oferecendo o discurso da originalidade. Assim, almeja-se substituir a obediência e a imitação daquilo “que está na moda” pela escolha particular incitada pelo estilo individual, como enfatiza F.: (sobre a moda) “eu faço a minha.”⁹

Acreditamos em um contexto em que os indivíduos sustentados pela valorização da individualidade e da “liberdade” – características da modernidade – são levados a repelir o conceito de moda como sinônimo de “aprisionamento”

7 Depoimento de M., 23 anos, dona de casa, concedido a esta pesquisa em 18 de dezembro de 2015.

8 Depoimento de L., 18 anos, desempregado, concedido a esta pesquisa em 18 de dezembro de 2015.

9 Depoimento de F., 22 anos, desempregado, concedido a esta pesquisa em 18 de dezembro de 2015.

e a valorizar o conceito de estilo, carregado de características que possibilitam a livre escolha em um leque muito diversificado de possibilidades. Isso porque a palavra *estilo* remete a uma maneira singular sobre como os sujeitos pensam e se expressam no contexto social. Por isso, a linha entre o estilo e a identidade pessoal é muito tênue, já que ao buscar um estilo o indivíduo está se esforçando por encontrar também uma identidade: “Eu não sigo (a moda) porque não gosto de ser igual aos outros. Por exemplo, se tem uma blusinha da moda que todo mundo usa eu não gosto de usar, gosto de ser diferente. Eu crio meu estilo diferente.”¹⁰

Pode-se depreender, dentre os discursos e observações registrados no trabalho de campo, que a noção de estilo, como *categoria nativa*, remete à possibilidade de escolha, opondo-se à noção de moda, que, por sua vez, é associada à padronização, homogeneidade.

Sobre *seguir a moda*, I. nos conta que “às vezes é bom seguir, às vezes não. Eu sigo quando acho bonito, né. Quando acho que é mais o meu estilo, mas quando acho que não é legal, que não vai me cair bem, que não combina a roupa com a pessoa, eu nem coloco no corpo pra ver como fica.”¹¹

O discurso da moda, no entanto, vem valorizando as noções de estilo/tendência como estratégia de incorporar a resistência à homogeneização, conforme atestado por Crane:

Já não se espera que os novos estilos cheguem a ser amplamente aceitos pelo público. Na indústria de moda de luxo francesa, fala-se de *tendances* (tendência) em lugar de moda, o que sugere sutis mudanças que exercerão influência discreta sobre o público, em vez de produzir poderosos efeitos catalizadores. (Crane, 2011: 191)

Tudo se passa como se o consumidor fosse livre para optar pelo estilo que desejasse, podendo percorrer as variadas possibilidades oferecidas pelo mercado de moda, de acordo com sua personalidade e individualidade. Essas possibilidades de “escolhas” são alimentadas com informações advindas de todos os lados, tanto no âmbito global como no local, que dialogam com base na resignificação e no uso diário de estilos e/ou modas diversas. Os indivíduos, embebidos por um discurso que preconiza a liberdade e autonomia individuais,¹² percebem na noção de estilo uma alternativa de indi-

10 Depoimento de I., 18 anos, estudante, concedido a esta pesquisa em 18 de dezembro de 2015.

11 Depoimento de I., 18 anos, estudante, concedido a esta pesquisa em 18 de dezembro de 2015.

12 Elementos muito presentes no discurso hegemônico acerca da cultura contemporânea, identificado, grosso modo, como *neoliberal*. A esse respeito, ver: Laval e Dardot (2013).

vidualidade e liberdade, elegendo um discurso que combate a moda como inimiga da afirmação de particularidades. Como apontam Lavall e Dardot (2013), vivemos em uma era em que o cálculo individual e a escolha são preconizados como valores e requisitos para que o indivíduo desenvolva uma boa “performance” social. A “obrigação de escolher” se coloca como regra básica do jogo, no qual caberia ao indivíduo empreender uma “empresa de si”, desenvolvendo habilidades calculistas enquanto se move entre oportunidades e busca as melhores alternativas para maximizar seu interesse próprio. Ou seja, cada um deve aprender a se tornar um sujeito “ativo” e “autônomo” na ação, e pela ação, que deve realizar sobre si mesmo. Assim, aprenderá sozinho a desenvolver “estratégias de vida” para incrementar seu capital humano e valorizá-lo da melhor maneira possível (...) Se essa ética neoliberal do “si mesmo” não se restringe às fronteiras da empresa, não é apenas porque o sucesso na carreira se confunde com o sucesso na vida, mas mais fundamentalmente porque o *managment* moderno busca “recrutar as subjetividades” com ajuda de controles e avaliações da personalidade, das disposições de caráter, das formas de ser, de falar, de se mover... (Lavall; Dardot, 2013: 342, tradução livre)¹³

Perspectivas como essas se contrapõem tanto ao discurso das instâncias que promovem a circulação e legitimação da moda como ao discurso dos consumidores, no qual a noção de estilo aparece desprovida de suas articulações com as esferas da produção e do mercado, como se o leque de possibilidades de escolhas colocado para as construções de estilos não fosse, por um lado, previamente definido e restrito por interesses da indústria e do mercado e, por outro, limitado pelo próprio *habitus* (Bourdieu, 2007), que, como matriz de percepção e ação, socialmente construída, define gostos, modos de usos e *estilos de vida*.

Os estilos de vida são, portanto, produtos dos *habitus* e, como tal, expressam “escolhas” realizadas com base em um leque de possibilidades colocados em cada um dos subespaços simbólicos que o compõem. Cada “escolha” guarda uma correspondência com as demais, revelando a trajetória do agente

13 No original: “Es decir, que cada uno debe aprender a convertirse en un sujeto “activo” y “autónomo” em y mediante la acción que debe llevar a cabo sobre si mismo. Así aprenderá él solo a desplegar “estrategias de vida” para incrementar su capital humano y valorizarlo de la mejor manera posible (...) Si esta ética neoliberal del si mismo no se detiene en las fronteras de la empresa, no es solo porque el éxito de la carrera se confunde con una vida lograda, sino más fundamentalmente todavía, porque el management moderno persigue “enrolar a las subjetividades” con ayuda de controles y evaluaciones de la personalidad, de las disposiciones del carácter, de las formas de ser, de hablar, de moverse...” (Lavall; Dardot, 2013: 342).

e atestando o filtro subjetivo e a marca do indivíduo. Contudo, o referido leque se configura pelas limitações impostas pelos interesses da produção e dos agentes do mercado. Considerando esses pressupostos, discutiremos, a seguir, os discursos dos entrevistados relativos ao consumo de referências de moda de circulação global, enfocando suas apropriações, ressignificações e eventuais estratégias de distinção.

Símbolos globalizantes: as apropriações de Réplicas e Originais

Percebemos, durante o trabalho de campo, que eram muito recorrentes as referências à compra e ao uso de peças originais e/ou réplicas. Os discursos apreendidos, apesar de variarem, apontam para a mesma direção. De forma geral, a escolha pela réplica ocorre com base no desejo de possuir e exibir uma peça de “marca”.

Quando nos referimos à “marca” e/ou “originais”, estamos nos remetendo, especificamente, aos produtos de moda advindos do mercado globalizado, no qual as *verdadeiras marcas* são representadas por símbolos presentes em mercadorias detentoras de direitos de propriedade intelectual. “Os proprietários da marca possuem legitimidade social que se sustenta em princípios mercantis e políticos” (Pinheiro-Machado, 2009: 120). Nesse contexto, as “imitações”, “falsificações” ou “réplicas” não autorizadas têm um caráter ilegítimo e criminoso. Entretanto, tal ilegitimidade não é tão rapidamente incorporada no âmbito social. Assim como nos apontou a pesquisa de campo, o uso de réplica não deslegitima o símbolo da marca, e o que importa é exibi-la, partilhando o símbolo, seja ele original ou não.

Desse modo, exibir o símbolo da marca é uma predisposição fundamental. Mostramos aos indivíduos entrevistados duas imagens – uma com uma camiseta preta com o símbolo da Nike bastante aparente – tomando toda a frente da peça – e outra, também preta, porém com um símbolo de tamanho bem discreto localizado perto das mangas – e perguntamos qual das peças escolheriam.

A primeira fala de todos os informantes apontou para a peça com o símbolo grande e bastante aparente: “Eu escolho o grande, porque mostra que é da Nike, já chega e já chama atenção”.¹⁴ Sobre exibir o símbolo da peça de marca, J. disse que este “deve estar brilhante”¹⁵, para que seja logo avistado.

No entanto, logo em seguida, as falas foram se alterando, e os entrevistados passaram a afirmar que escolheriam a peça com o símbolo pequeno e discreto.

14 Depoimento de U., 18 anos, desempregado, concedido a esta pesquisa em 18 de dezembro de 2015.

15 Depoimento de J., 24 anos, cabelereira, concedido a esta pesquisa em 18 de dezembro de 2015.

Então, refizemos a questão e perguntamos qual das peças “as pessoas da comunidade” escolheriam, e, novamente, as respostas indicaram para o mesmo caminho inicial: todos os sujeitos entrevistados afirmaram que “os outros” optariam pela peça com a marca grande e aparente, como forma de exibir o uso de uma roupa de marca, e J. brincou que quanto aos “outros”: “tem gente que coloca até a etiqueta pra fora”¹⁶ para mostrar que possui uma peça de marca.

A compra de peças originais, bem como a valorização da marca, foi relatada como preocupação “do outro” em todas as entrevistas, e notou-se que os entrevistados se colocam como não consumidores de marcas, apesar de, no decorrer das falas, notarmos certa valorização com relação a elas.

A. nos contou que “não liga pra roupas de marca”, mas, segundo ela: “Só minha filha que é raridade eu dar as coisas pra ela, mas quando dou ela quer coisa boa, celular de mil reais essas coisas. (...) Ah quando eu tenho eu vou atrás, mas pra ela; eu não sou chegada a marca nenhuma”¹⁷.

M. nos relatou que quando jovem gostava muito de roupas de marca e, inclusive, chegou a gastar o salário de um mês comprando uma blusa da Adidas, porém afirma que atualmente não se importa com marca, mas que seu marido e seu filho se preocupam com isso¹⁸.

S.¹⁹ também relata que “tanto faz” se a roupa é de marca ou não, mas que para os jovens isso é importante. M. também disse que não se importa, mas que: “Aqui na comunidade as pessoas que querem comprar até compram réplica, mas a maioria é original, Nike, Reebok, Dakota pra mulher, Vizano. Eu não ligo tanto, mas meu marido é tudo de marca...”²⁰

Esse distanciamento individual daquilo que é produto de marca apareceu com ainda mais intensidade quando tratamos da importância da moda no dia a dia dos entrevistados. Todos negaram se importar com questões relativas à moda, independentemente da idade. Sugerimos que tal negação se relaciona à anteriormente citada teoria da denegação, de Freud (1976 [1924]), ou seja, os indivíduos negam aquilo que já lhe foi negado por um contexto social capitalista que os exclui de um mercado específico.

16 Depoimento de J., 24 anos, cabelereira, concedido a esta pesquisa em 18 de dezembro de 2015.

17 Depoimento de A., 34 anos, diarista, moradora dos “predinhos”, concedido a esta pesquisa em 30 de abril de 2015.

18 Depoimento de N., 38 anos, desempregada, moradora dos barracos, concedido a esta pesquisa em 30 de abril de 2015.

19 Depoimento de S., 47 anos, líder comunitária, concedido a esta pesquisa em 30 de julho de 2014.

20 Depoimento de M., 23 anos, dona de casa, concedido a esta pesquisa em 18 de dezembro de 2015.

Interessante notar que, a todo momento, as respostas se contrapõem, revelando certa ambiguidade nos discursos. Assim, os indivíduos que há pouco diziam não se importar com roupas de marca afirmam que preferem uma réplica a uma peça “sem marca alguma”, como forma de se aproximar do original – financeira e simbolicamente distante de suas realidades.

Perguntamos se entre duas camisetas brancas iguais, sem nenhuma estampa, sendo uma réplica da Nike e a outra “sem marca”, qual os entrevistados escolheriam. As repostas foram as seguintes:

(a réplica) Ah porque é moda, né... tá na moda, né. A gente tem curiosidade de andar com a roupa da moda.... então se não pode comprar uma original compra uma imitação. (...) Porque se é igual, tá imitação da outra, não vou deixar de comprar aquela pra comprar uma que não seja nada. Vou comprar a imitação²¹.

(a réplica) É uma forma de substituir²².

R. também tem uma opinião parecida e afirma que escolheria a réplica, pois: “Pra quem não conhece, é uma original.”²³

Apesar de o original poder ser confundido com a réplica “por quem não conhece”, se ampliarmos essa disposição veremos que a posição social ocupada pelo indivíduo que faz uso de determinada peça – seja original ou não – é um fator decisivo para a avaliação resultante do olhar externo. Ou seja, como nos ensinou Bourdieu (1996), a soma dos capitais – capital econômico, social e cultural – dos quais os indivíduos são possuidores, distinguem-nos e os posicionam no contexto social, e, sob as prerrogativas de uma luta constante por capitais, aquele que domina o campo possui credibilidade para usufruir de bens originais. O uso de réplicas por esses indivíduos – possuidores de um grande número de capitais – não é considerado habitual.

Portanto, se um jogador de futebol está fazendo uso de uma camiseta da Nike, a veracidade da marca não será contestada. Em contrapartida, se um indivíduo morador da favela fizer uso da mesma peça, esta será tida como falsificada, mesmo que não o seja.

21 Depoimento de M., 23 anos, dona de casa, concedido a esta pesquisa em 18 de dezembro de 2015.

22 Depoimento de N., 38 anos, desempregada, moradora dos barracos, concedido a esta pesquisa em 30 de abril de 2015.

23 Depoimento de R., 52 anos, diarista, moradora de uma região a ser urbanizada, concedido a esta pesquisa em 30 de abril de 2015.

Quem está usando (tal como *quem* está falando, DaMatta, 1981) é ainda um fator decisivo na luta de autenticidade extraclasses, e é isso que faz com que bens originais se passem por falsos e vice-versa, quando saem das lojas e ganham vida social. (Scalco; Pinheiro-Machado, 2010: 350).

Os produtos de luxo são restritos a uma elite, e as cópias são feitas para serem popularizadas, mesmo sendo, muitas vezes, demasiadamente parecidos.

Porém, especialmente no ramo das marcas de luxo, os cuidados com os detalhes – expresso no tempo e no custo da produção – é um definidor importante de autenticidade. Tais cuidados passam a ser um valor simbólico, enquadrado na categoria de qualidade. O valor simbólico agrega um fenomenal valor econômico. O fetichismo da mercadoria de uma bolsa Chanel, por exemplo, está baseado na relação de trabalho em que a funcionária da fábrica passa longos momentos terminando de costurar o produto à mão. Se não resistir aos testes, a bolsa será, irreversivelmente, queimada. (Pinheiro-Machado, 2010: 124)

A qualidade²⁴ das réplicas foi contestada por todos os entrevistados, os quais relataram que essas peças não duram muito tempo por terem qualidade inferior; fato que serviu de justificativa para a compra eventual de produtos de marca. Nesse momento, é possível observar uma dinâmica dualista, na qual ocorre a negociação e o equilíbrio entre *razões práticas e simbólicas, cálculo e hedonismo, dinheiro e amor, efemeridade e duração* (Scalco; Pinheiro-Machado, 2010).

As réplicas se relacionam a produtos de curta duração, e, portanto, presentear com uma réplica pode ser considerado um ato desagradável, ao passo que, dar de presente uma peça original, de marca *verdadeira* associa-se ao sentimento verdadeiro e duradouro que se deseja compartilhar: “Se você gosta da pessoa tenta dar o melhor pra ela. Se você dar uma réplica pode não durar, então como você gosta muito da pessoa você quer que dure aquele presente então você dá uma roupa de marca.”²⁵

Além disso, presentear com uma peça original também se relaciona à noção de afeto e de sacrifício, já que, como nos contou M., não importa a dificuldade

24 Este discurso relacionado à qualidade é explicado por Scalco e Pinheiro Machado (2010): “conscientes de que as cópias podem alcançar uma imagem perfeita dos produtos originais, as empresas de marca de luxo sustentam seu diferencial através do discurso da qualidade. Uma réplica de um relógio Dior, por mais perfeito que seja, jamais terá seus 12 diamantes. Comerciantes de cópia possuem como arma o preço e acessibilidade do produto” (Pinheiro Machado, 2010: 124).

25 Depoimento de U., 18 anos, desempregado, concedido a esta pesquisa em 18 de dezembro de 2015.

em encontrar a peça ou mesmo em pagar pelo preço dela quando se pretende mostrar um sentimento a uma pessoa: “Quando eu namorava com meu marido rodei tanto pra dar uma original pra ele. Réplica depois de casado. Original foi só pra conquistar.”²⁶

R. negou que comprasse roupas de marca ou até mesmo réplicas, mas nos contou que presenteou seu filho com um tênis da Nike que foi ao *shopping* comprar, pois ele “merecia” tal esforço financeiro: “No ano passado tive que comprar um tênis pro meu filho que ele queria muito, apesar que meus filhos não são ligados em cosias de marca, graças a Deus, mas como ele merece a gente faz um esforço.”²⁷

A fim de identificar a relação dos entrevistados frente a diversas marcas mundialmente conhecidas, mostramos para o grupo focal algumas imagens contendo os logotipos de marcas consideradas globais, como: Lacoste, Louis Vuitton, Quicksilver, BillaBong, Vans, DC, Chanel, Dior, Valentino, YSL, D&G e Prada. Em proporções diferentes, é possível notar tanto no dia a dia da comunidade como nos pontos comerciais o uso e a venda de réplicas de algumas dessas marcas. No entanto, apesar disso, quando apresentados aos logotipos, os entrevistados pareceram não estar familiarizados com elas, em um primeiro momento. Alguns afirmaram não conhecer nenhuma das marcas — “da onde veio isso?”²⁸ —, enquanto outros começaram a reconhecer algumas delas, como a Louis Vuitton, que foi rapidamente relacionada à bolsa que alguns relataram já ter possuído em algum momento.

Muitas dessas marcas são extremamente famosas e importantes para um mercado consumidor da moda específico – no qual se inserem as camadas média e alta —, porém, pouco importam no universo estudado neste trabalho.

De fato, são as marcas relacionadas a esportes que se tornam popularmente reconhecidas nesse contexto. Quando mostramos os logotipos da Puma, Adidas e Nike, logo foram reconhecidos, e a eles foi conferido *status* de – nas palavras de J. — marcas “com cara da riqueza.”²⁹

Essas marcas, além de serem diretamente relacionadas com o futebol, que atualmente lança grande parte dos ídolos populares, também têm grande participação nas mídias, o que lhes atribui legitimidade.

26 Depoimento de M., 23 anos, dona de casa, concedido a esta pesquisa em 18 de dezembro de 2015.

27 Depoimento de R., 52 anos, diarista, moradora de uma região a ser urbanizada, concedido a esta pesquisa em 30 de abril de 2015.

28 Depoimento de M., 23 anos, dona de casa, concedido a esta pesquisa em 18 de dezembro de 2015.

29 Depoimento de J., 24 anos, cabeleireira, concedido a esta pesquisa em 18 de dezembro de 2015.

Esses logotipos logo foram associados a camisetas, chuteiras e bonés. Além disso, foi evidente o prestígio dado a essas marcas pelos sujeitos entrevistados, que as consideram “as mais *top*”³⁰.

Ao realizar uma primeira análise desses relatos, é possível notar uma dualidade: ao mesmo tempo em que buscam pelo distanciamento do que é considerado *supérfluo* e pertencente a outros grupos sociais, também existe o desejo por usufruir daquilo.

Segundo a teoria sobre a difusão da moda de Simmel, “os novos estilos, inicialmente adotados pelas elites da classe alta, aos poucos se difundem para a classe média e, por fim, para a classe trabalhadora” (Crane, 2011: 179). Assim, os indivíduos pesquisados consumiriam os símbolos das marcas globais para imitar as classes superiores, e alguns discursos nos remetem, de fato, a essa teoria.

Perguntamos por que um dia desejaram e compraram uma roupa de marca original: “Porque era original e só as patricinhas tinham, eu morava aqui na comunidade, (...) eu também podia ter, só porque eu morava comunidade que eu não ia ter? Porque só quem tinha mais era as boyzinhas.”³¹

J. relatou passar por uma situação parecida: “A minha história é quase igual a dela, comprei no shopping. Se elas podem eu também posso. Foi a mesma sensação dela, me senti patricinha um dia.”³²

Com base nas entrevistas realizadas podemos perceber que a apropriação de bens “de marca” não se articula ao desejo de pertencer a outra classe social. Ao enfocarmos este grupo de baixa renda, percebemos, tal como já haviam identificado Scalco e Pinheiro Machado, (2010) que, se há estratégia de distinção, ela é *intraclasse* e não *extraclasse*. Não se busca imitar ou parecer com as classes médias, mas, de certo modo, circular pelo seu universo, brincar com seus elementos, mas permanecer em seu próprio. Neste sentido, aproximamo-nos de outros trabalhos que enfocaram populações periféricas e também percebem a apropriação de elementos pertencentes a outros domínios culturais, que ganham um sentido próprio nos contextos locais, baseados na agência dos sujeitos (Mizrahi, 2014).

Considerações finais

Desde as primeiras sondagens exploratórias, quando caminhávamos pelas ruas do bairro, saltou-nos aos olhos os varais improvisados com camisetas

30 Depoimento de U., 18 anos, desempregado, concedido a esta pesquisa em 18 de dezembro de 2015.

31 Depoimento de M., 23 anos, dona de casa, concedido a esta pesquisa em 18 de dezembro de 2015.

32 Depoimento de J., 24 anos, cabeleireira, concedido a esta pesquisa em 18 de dezembro de 2015.

estampando grifes conhecidas. Em uma das situações, vimos um adolescente portando um boné da *John John* – marca renomada e cobiçada pelos jovens – em um quintal de “terra batida”, com resquícios de ambiente rural, como criação de galinhas.

Essas observações nos reforçaram a percepção de que a discussão sobre consumo nas populações periféricas e de baixa renda é pertinente, contrariando algumas perspectivas que afirmam ser a abordagem desta temática inconcebível em grupos que dispendem toda a sua renda com os chamados *produtos de necessidade básica*, como alimentação, transporte e moradia. Este tipo de pressuposição desconhece as estratégias de aquisição que garantem a circulação das “coisas de marca”, como chamadas por nossos interlocutores. Tais estratégias passam pela “feirinha da madrugada”, que consiste num comércio clandestino em que são vendidos – a preços bem abaixo do mercado – produtos como óculos, bolsas, jeans e camisetas de grifes, bem como por bazares organizados pela associação de moradores do bairro, em que se comercializam roupas usadas e seminovas, doadas à associação.

Por fim, vale destacar um dos principais aspectos discutidos nesta pesquisa: os sentidos do consumo e a tão propalada lógica da imitação-distinção como motor propulsor deste. Percebemos que o consumo de grifes ou roupas e acessórios *de marcas* é mais valorizado entre os jovens e, dentre eles, não tem o sentido de imitar para ser reconhecido como de outra classe social. Há um reconhecimento da lógica da imitação-distinção, mas ao se apropriarem dos bens marcadores de distinção não desejam, intencionalmente, pertencer a um outro universo social; esta apropriação tem o sentido de experimentação e, assim como identificado em outros estudos sobre o consumo popular, se ocorre distinção social, ela é apenas *intraclasse*, ou seja, ocorre no jogo de disputas simbólicas internas ao grupo, e não carrega o sentido de exclusão da sua própria condição.

Referências

- APPADURAI, Arjun. Disjunção e diferença na economia cultural global. In: FEATHERSTONE, Mike. *Cultura Global. Nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1990.
- BAUDRILLARD, Jean. *Sociedade de consumo*. Lisboa, Edições 70, 1985.
- _____. *O Sistema de objetos*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1973.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.
- _____. *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas, Ed. Papirus, 1996.

- _____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.
- _____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, EDUSP, Porto Alegre, Zouk, 2007.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1982.
- CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2008.
- CASTRO, Ana Lucia; CAPELARO, Ana Luíza de Souza. Corpo, Consumo cultural e construção da aparência: estudo comparativo acerca da relação de diferentes grupos juvenis com a moda. *XIV Congresso Brasileiro de Sociologia*. Rio de Janeiro, 2009.
- _____. Sentidos do consumo e fronteiras simbólicas: uma etnografia entre grupos de baixa renda em um município da Grande São Paulo, Brasil. *Etnográfica*. Lisboa, v. 20, n. 1, 2016, pp. 101-117.
- CRANE, Diana. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. São Paulo, Ed. SENAC SP, 2006.
- _____. *Ensaio sobre moda, arte e globalização cultural*. São Paulo, Ed. Senac, 2011.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1994.
- DOUGLAS, Mary.; ISHWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2004.
- FREUD, Sigmund. A negativa. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Imago, 1976 (1924).
- FONSECA, Claudia. Classe e a recusa etnográfica. In: FONSECA, Claudia e BRITES, Jurema (Orgs.). *Etnografias da Participação*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2006.
- LAVAL, Christian.; DARDOT, Pierre. *La nueva razón del mundo. Ensayo sobre la sociedad neoliberal*. Barcelona, Gedisa, 2013.
- LEITÃO, Débora. *Brasil à moda da casa: imagens da nação na moda brasileira contemporânea*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2007.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.
- MILLER, Daniel. Pobreza da moralidade. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política*. n. 17, 2004, pp. 21-43.
- _____. *Teoria das compras: o que orienta as escolhas dos consumidores*. São Paulo, Nobel, 2002.
- MIZRAHI, Mylene. *A estética funk carioca: criação e conectividade em Mr. Catra*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2014.
- MONTERO, Paula (Org.). *Deus na Aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo, Globo, 2006.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994.

_____. Anotações sobre o universal e a diversidade. *Revista Brasileira de Educação*. v. 12, n. 34, 2007.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Made in China: Produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

SAHLINS, Marshall. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em vias de extinção. Parte I. *Mana*. v. 3, n. 1, 1997.

_____. *La pensée bourgeoise*. In: SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

_____. Cosmologias do capitalismo: o setor trans-pacífico do “sistema mundial”. In: *Cultura na Prática*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2004.

SCALCO, Lucia Mury; MACHADO, Rosana Pinheiro. Os sentidos do real e do falso: o consumo popular em perspectiva etnográfica. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v. 53, n. 1, 2010.

SIMMEL, Georg. *Filosofia da Moda e outros ensaios*. Lisboa, Ed. Texto e Grafia, 2008.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. (Orgs) *Mediação, Cultura e Política*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2001.

Recebido em 01/06/2016

Aprovado em 30/05/2019

Como citar este artigo:

CASTRO, Ana Lucia de e HADDAD, Beatriz Sumaya M. “Moda, eu faço a minha”: a circulação de símbolos globais de moda entre grupos de baixa renda. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 1, jan.- jun. 2019, pp. 229-252.

Diversidade sexual e de gênero no sistema prisional: discriminação, preconceito e violência¹

Eder Aparecido de Carvalho²

Alexandre da Silva de Paula³

Sergio Kodato⁴

Resumo: Este estudo aborda a realidade do sistema prisional brasileiro, mais especificamente o fenômeno das violências e agressões que atingem o segmento carcerário GBT (gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), em unidades prisionais masculinas. Discute-se o quanto o cumprimento da pena implica em maior sofrimento para esse grupo, uma vez que, na dinâmica carcerária, a discriminação e o preconceito, associados ao gênero e à orientação sexual, constituem-se em justificativas para os atos de marginalização e exclusão. O objetivo deste artigo é dar visibilidade ao sofrimento institucional desses

1 Oportuno esclarecer que o texto é construído (somado às contribuições teóricas) com base em uma perspectiva vivencial, ancorada metodologicamente na observação participante, uma vez que um dos autores observou, durante quinze anos (como servidor da Administração Penitenciária de um Estado do Sudeste), os meandros do sistema carcerário, os agenciamentos coletivos e as práticas discursivas (em gírias institucionais) que impõem um lugar subalterno e marginal à população carcerária de GBTs.

2 Instituto Federal Catarinense (IFC) – Brusque – Brasil – carvalhoeder@hotmail.com

3 Instituto Federal de São Paulo (IFSP – *Campus* Votuporanga) e Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV) – Votuporanga – Brasil – aledpaula@outlook.com.

4 Faculdade de Filosofia, ciências e Letras – Universidade de São Paulo (USP – *Campus* Ribeirão Preto) – Ribeirão Preto – Brasil – skodato@ffclrp.usp.br

sujeitos e, conseqüentemente, subsidiar a construção de estratégias e dispositivos de prevenção e combate à violência e à crueldade institucional.

Palavras-chave: Sistema Prisional. Identidade de Gênero. Orientação Sexual. Público Carcerário.

Sexual and gender diversity in the prison system: discrimination, prejudice and violence

Abstract: *This research approaches the reality of the Brazilian prison system, more specifically, the phenomenon of the violence and aggression in the LGBT (gays, bisexuals, transsexuals and transgender) prison segment, in masculine prison units. It also discusses how much the execution of a custodial sentences implicate in a higher suffering for this group, since, in the prison dynamics, the discrimination and prejudice, associated with the gender and sexual orientation, are a way to justify the marginalization and exclusion acts. The objective of this article is to give visibility to these individuals' institutional suffering and, consequently, subsidize the construction of strategies and mechanisms to prevent and combat the institutional violence and cruelty.*

Keywords: *Prison System. Gender Identity. Sexual Orientation. Prison Population.*

Introdução

Esta pesquisa procurou investigar a dinâmica conflituosa do sistema prisional brasileiro, mais especificamente a intensificação da violência institucional que atinge gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (GBT)⁵, em unidades carcerárias masculinas. Nesse sentido, buscou-se analisar o quanto a privação de liberdade, nessas condições, é danosa para a subjetividade e sobrevivência do segmento GBT⁶, uma vez que, nesse contexto, a discriminação, o estigma e o preconceito, associados ao gênero e à orientação sexual, fazem

5 Neste texto, todas as vezes em que houver menções aos transexuais e transgêneros, refere-se às mulheres transexuais e às mulheres transgêneros ou, simplesmente, mulher trans. Trata-se daquela que, mesmo tendo nascido em um corpo biologicamente masculino (designado, conseqüentemente, como pertencente ao gênero masculino), identifica-se como sendo do gênero feminino.

6 Neste texto, todas as vezes em que houver menções aos transexuais e transgêneros, refere-se às mulheres transexuais e às mulheres transgêneros ou, simplesmente, mulher trans. Trata-se daquela, mesmo tendo nascido em um corpo biologicamente masculino (designado, conseqüentemente, como pertencente ao gênero masculino), que se identifica como sendo do gênero feminino.

parte do cotidiano das relações sociais⁷. Essa forma de organização prisional acaba por tornar mais cruel e perverso o modelo de exclusão e violência contra as minorias.

Diante dessa realidade, neste estudo, teve-se como objetivo descrever e analisar as relações de violência e violações de direito que atingem a comunidade de gays, bissexuais, travestis⁸, transexuais e transgêneros numa unidade prisional, localizada no interior de um Estado do Sudeste brasileiro. Metodologicamente, fundamenta-se na microsociologia de Erving Goffman, tendo em vista os processos de mortificação do “eu”, implicados na tensão permanente e hostil entre heterossexuais e homossexuais⁹; os sistemas de ajustamento e resistência às regras e normas, ou os instituídos pela equipe dirigente ou os impostos pelos internos que ocupam posição de liderança e detêm o poder de mando; e, por fim, as gírias e expressões linguísticas institucionais que revelam códigos morais e éticos rigorosos, dificilmente violados, os quais implicam em vulnerabilidade e risco para a minoria em foco.

A identidade de gênero e a orientação sexual dos sujeitos envolvem conceitos complexos. Nas prisões, é notório os internos elaborarem códigos verbais e uma linguagem peculiar para se referirem às práticas sexuais. Trata-se de expressões, ou gírias, muito utilizadas no dia a dia, que interferem nas relações interpessoais, na compreensão de si e da própria sexualidade, no ambiente do cárcere. Diante disso, este artigo não almeja aprofundar-se teoricamente na terminologia que se refere à orientação sexual ou à identidade de gênero. A linguagem aqui adotada, ao abordar o público-alvo da pesquisa, traz à tona a experiência da cultura de um regime de reclusão, o qual se objetiva em práticas de assujeitamento, depreciação, humilhações e perversões violentas.

Trata-se de um estudo de análise de grupos e instituições embasado na perspectiva etnográfica, em que o pesquisador incursiona e observa diretamente a realidade dinâmica dos participantes, no campo de pesquisa. Os dados foram coletados por meio da observação de participante da rede de interações, do

7 Importante esclarecer, como já fez Zamboni (2017), que no contexto do sistema prisional não há separação entre identidade de gênero (o gay, a travesti, a transexual – por exemplo) e orientação sexual (heterossexual, bissexual, homossexual e assexuado). Ser travesti (“bicha”, “mona” etc.) também é ser homossexual (gay, “veado” etc.).

8 Os companheiros das travestis (chamado de “marido”) não são considerados (pela população carcerária) heterossexuais (homens cisgêneros). Também são tratados como se fossem as chamadas “bibas”, “veados”, etc.

9 No decorrer deste texto, procurando respeitar a formulação local (seio prisional), heterossexual corresponde ao chamado “sujeito homem” – aquele que possui genital masculino e mantém relação com mulheres cisgêneras. Enquanto o homossexual seria ser o gay, “veado”, “biba” (ZAMBONI, 2017).

contexto e do cotidiano institucional e foram registrados no diário de campo da pesquisa.

Buscou-se a análise sistemática das relações e interações entre os internos heterossexuais (aqui entendidos como o chamado “sujeito homem”) e a comunidade GBT, no cotidiano da unidade prisional, em momentos e situações estratégicas, como: a distribuição e negociação não oficial de tarefas, a dinâmica das refeições e descanso, a comunicação entre os internos, os códigos de silêncio, os processos de admissão e, ainda, a aplicação de sanções ou penalidades pelos próprios internos.

Enquanto problema da pesquisa, perguntou-se: será que o segmento carcerário de GBT, no cotidiano da prisão, estaria sendo submetido e capturado pelas relações hierárquicas e regras relacionadas à heteronormatividade¹⁰? Ou seja, será que as manifestações sexuais e de gênero, distintas da heterossexual, estariam sendo marginalizadas, estigmatizadas e perseguidas nos espaços de poder, convivência comum e possibilidade de cidadania?

Os registros do diário de campo, analisados em sua diversidade temática, indicaram aspectos relevantes da dinâmica institucional e foram sistematizados nos seguintes analisadores: a) o público GBT é submetido e obrigado a fazer a faxina e limpeza das celas e lavar as roupas e pratos dos outros presos. Na prática, eles acabam por desempenhar o papel da figura feminina dentro do cárcere e se não cumprirem as tarefas previstas estão suscetíveis à agressão e a outras punições; b) gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros estão proibidos de exercer algumas atividades mais “dignas”, como trabalhar na cozinha ou na “manutenção”; c) os integrantes da população GBT nunca se expressam ou fazem uso da palavra nos momentos de debate público, no pátio da unidade, pois não têm acesso à “palavra” para manifestar suas opiniões; d) a maioria dos presos GBTs não recebe visitas dos próprios familiares.

Nesse sentido, buscou-se analisar e compreender criticamente os meandros da violência e discriminação contra as minorias homossexuais e demais sujeitos (travestis ou transgêneros), no contexto prisional. Como essas minorias buscam garantir sua sobrevivência e relações de adesão ou não captura pelas facções do crime organizado? A violência e a discriminação, no período de cumprimento da pena, de que forma afetam e efetivam a ressocialização dos

10 O público de GBT (que no entendimento local seriam aqueles que não se enquadram nos “padrões” de masculinidade: “monas”, “bichas”, “bibas”, travestis etc.) estaria submetido às regras do “sujeito homem” – aqueles que, por sua vez, enquadram-se nos “padrões” de masculinidade (Zamboni, 2017).

apenados, especialmente das minorias? Como se dá a promoção de ações de direitos humanos, cidadania e ética nas relações prisionais?

GBTs em cumprimento de pena

As prisões surgiram no Século XIX, tendo um papel, teórico, de substituir a punição por castigo corporal cruel e violento, como o suplício, as diversas formas de tortura, o enforcamento, a fervura em óleo quente ou o apedrejamento. O homem moderno se pautou na doutrina jurídica para repreender e penalizar os criminosos. Desta forma, esperava-se que no Século XXI o cidadão que infringisse a lei (ou pacto social) fosse devidamente julgado, em face de um código condizente – preceitos fundamentais como a ordem pública e o bem comum.

O protesto contra os suplícios é encontrado em toda a parte na segunda metade do século XVIII: entre filósofos e teóricos do direito; entre juristas, magistrados, parlamentares e entre os legisladores das assembleias [...]. É preciso punir de outro modo, eliminar essa confrontação física entre o soberano e o condenado, esse conflito frontal entre a vingança do príncipe e a cólera contida do povo, por intermédio do carrasco (Foucault, 1989: 71).

De fato, a modernidade foi um período em que foram depositadas muitas esperanças no sistema jurídico. No decorrer do Século XIX, novas doutrinas jurídicas foram elaboradas na Europa, tendo como meta atingir o crescimento de crimes praticados contra o patrimônio pessoal, em detrimento do declínio de homicídios e mortes sangrentas. Ou seja, a partir da Revolução Industrial, houve mais ataques aos bens privados do que crimes contra a integridade física do outro. As instituições de reclusão (presídios) surgem nesse contexto histórico, no qual novas táticas do Estado Moderno eram colocadas em prática para atingir um alvo específico (o delinquente urbano), que era largamente difuso no corpo social. Surgiram novas técnicas de punição, além do suplício no corpo, “novos princípios para regulamentar, afinar e universalizar a arte de castigar” (Foucault, 1989: 87).

A humanidade poderia confiar, agora, em juízes, promotores e magistrados responsáveis por defender a sociedade dos indivíduos de má índole, dos perversos, dos psicopatas, dos estupradores e homicidas. Essa população de infratores e transgressores da lei passaria por um longo período de reclusão para tratamento moral e disciplinar, de tal forma que antigos hábitos e condutas inadequadas fossem corrigidos. Mas, é notória a atual descrença popular na capacidade de correção, arrependimento ou aquisição de valores pelos detentos.

Sendo assim, é comum ouvirmos que o massacre do Carandiru eliminou uma parcela de criminosos irre recuperáveis¹¹, sendo uma ação exemplar de combate aos criminosos. Esse tipo de afirmação contém, notadamente, a cólera e a vingança ao outro, como princípio capaz de imputar a ordem e reverter a violência urbana.

É como se o bandido, julgado e cumprindo pena em regime fechado, fosse muito bem tratado nos presídios: alimenta-se, dorme, não produz e ainda é mantido com dinheiro honesto de impostos. Soma-se a isso que prevalece o discurso de periculosidade incontrolável, o interno é percebido como sujeito ingovernável e intratável e, por essa razão, perigoso, a sua conduta escaparia da gestão institucional (Vicentin, 2010).

Por outro lado, a história nos mostra que a vingança, enquanto princípio da ordem social, não implica em solução para o mal que atinge a todos, mas, sim, na multiplicação indefinida de mais mortes e mais violência. As instituições de reclusão foram planejadas para que os criminosos tivessem uma resposta do Estado, pautada não apenas no senso de vingança ou “olho por olho e dente por dente”. Entretanto, não é de hoje que o sistema prisional brasileiro apresenta um funcionamento que beira o caos. Neste contexto, destaca-se que:

[...] além da deformação pessoal que decorre de a pessoa perder seu conjunto de identidade, existe a desfiguração pessoal que decorre de mutilações diretas e permanentes do corpo – por exemplo, marcas ou perda de membros. Embora essa mortificação do eu, através do corpo, seja encontrada em poucas instituições totais, a perda de um sentido de segurança pessoal é comum, e constitui fundamento para angústias quanto ao desfiguramento (GOFFMAN, 1979: 29).

Se a proposta é de reclusão (isolamento social) com reeducação, para que, no futuro, esses sujeitos possam retornar para o convívio social, problematiza-se a situação do detento que se depara com vários impedimentos, além de situações penosas com punição severa, as quais podem ser estabelecidas e acordadas entre grupos (facções) distintos ou rivais. “Nesta posição de expulso, o sujeito já perdeu sua visibilidade na vida pública, não tem voz, entrou no universo da

11 As rebeliões, no complexo penitenciário Anísio Jobim (que resultou na morte de 56 detentos em Manaus, Amazonas), na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (que resultou na morte de 33 presos em Boa Vista, Roraima) e na Penitenciária de Alcaçuz (que ocasionou a morte de 26 presidiários no Rio Grande do Norte), motivadas, em janeiro de 2017, pela disputa da hegemonia de facções rivais, nos presídios do Norte e Nordeste, também trouxeram (infelizmente) à tona este sentimento de que se tratava de uma parcela de criminosos irre recuperáveis – referindo-se aos óbitos.

indiferença. É um sujeito absolutamente determinado: sem possibilidades, sem nome, sem potência” (Vicentin, 2010: 50).

Segundo Pinheiro e Gama (2016), quando se trata de abrigar os detentos do sistema prisional, o Brasil possui somente 50% das vagas necessárias. Percebe-se (de início) um *déficit* imenso. Seria preciso dobrar a capacidade das prisões para minimizar os tantos problemas do sistema carcerário. Leituras mais otimistas – dentre elas, Almeida e Chies (2016) e Eustaquio Junior et al. (2015) – trazem que, para atender à demanda por vagas no sistema carcerário, seria necessário aumentar em 50% o número de espaços existentes – nível de ocupação por volta dos 150% (considerando apenas os presos inseridos no sistema carcerário e desconsiderando os presos em regime aberto e os que estão em liberdade condicional).

Fato é que o Brasil apresenta aproximadamente 350 presos, somados os presos provisórios (aguardando julgamento) e os presos já sentenciados, para cada 100 mil habitantes. Esses números vão ao encontro daqueles expressos nos relatórios do Ministério da Justiça (Departamento Penitenciário Nacional: Informações Penitenciárias – INFOPEN): 726.712 mil presos (junho de 2016), 97% acima daquilo que comportam as prisões brasileiras. Deste total, 40,2% aguardam julgamento. Outro dado assustador é que, de 2004 até 2016, a população carcerária cresceu 100% – aproximadamente 8,5% ao ano. Ou seja, maior que o ritmo das vagas disponibilizadas (mesmo que quase triplicadas na última década).

Outro problema é que a superlotação favoreceu o surgimento (consolidação) de grupos organizados – facções criminosas. Esse fato retrata o descaso e desmonte da concepção de estado democrático de direito e, conseqüentemente, uma dinâmica institucional imposta pela “lei do mais forte”. O que se tem são as violações de direitos humanos, vistas as condições inadequadas de habitabilidade e salubridade. Neste contexto, na realidade do sistema prisional brasileiro citada, percebe-se a intensificação de violações e de privações quando se remete ao público carcerário de GBTs¹². A carga física e psíquica da experiência prisional é mais acentuada para os gays, bissexuais, travestis e transexuais¹³, uma vez

12 Este texto retrata a realidade das unidades prisionais masculinas – conseqüentemente, diz respeito às condições a que estão submetidos os presos gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (GBTs). Embora a redação não tenha aprofundado sobre o cotidiano das unidades prisionais femininas, e que possuem lésbicas (além de bissexuais, transexuais e transgêneros), certamente muito do discutido se enquadra na realidade destas.

13 Seguindo o disposto na Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014 (Resolução Federal): 1) Gays: denominação específica para homens que se relacionam afetiva e sexualmente com outros homens; 2) Bissexuais: pessoas que se relacionam afetiva e sexualmente com ambos os sexos; 3) Travestis: pessoas que pertencem ao sexo masculino na dimensão fisiológica, mas que socialmente se apresentam

que, no âmbito carcerário, a discriminação e o preconceito, associados ao gênero e à orientação sexual, são intensificados – os GBTs são alvo fácil de agressões (físicas e psicológicas) e de todas as formas de humilhação e estigmatização, dentro do sistema prisional.

As condições de vida desse segmento, em situação de cárcere, são ainda mais degradantes quando comparadas com os “sujeitos homens” (aqueles que gostam só de mulher), na mesma realidade. A prisão consegue tornar mais intenso e perverso o modelo de exclusão e violência. Diante do exposto, no que se refere aos GBTs no âmbito prisional, existe uma preocupação maior em termos da segurança e integridade desse público, visto que as relações de poder são evidenciadas por hierarquias e obediências – manutenção do poder heterossexual (domínio do “sujeito homem”). As assimetrias estabelecidas na sociedade, na qual o heterossexual é situado dentro da norma social e o homossexual como desvio dos padrões, têm grande influência no ambiente interno dos presídios.

Quando os GBTs são inseridos no ambiente carcerário, exclusivamente masculino, supõe-se que deveria ocorrer, por parte do poder público, grande preocupação com o bem-estar físico, psíquico e sexual desses indivíduos, haja vista a existência de uma cultura homofóbica e transfóbica que perpassa a interação entre homossexuais e heterossexuais. Nessa perspectiva, coloca-se em xeque a constituição desse segmento como sujeitos de direitos e deveres com a sociedade (Eustaquio Junior et al., 2015). Está posto o desafio para o Estado, considerando as condições precárias do público GBT em situação de cárcere – “domesticado”, segundo as regras do ambiente prisional.

É possível iniciar o retrato do cotidiano em questão, ilustrando os processos de admissão (inclusão no sistema carcerário). É comum que a obediência do preso (e aqui não se refere apenas aos GBTs) seja testada pelos agentes públicos, nos rituais de inclusão – desde o desembarque do “bonde” (viatura oficial que transporta os presos de uma unidade prisional para outra): “mão para trás”, “cabeça baixa”, “de frente para parede”, “pede licença quando passar pela porta”. Ou seja, os rituais envolvem provocações e pequenas humilhações ao presidiário, os quais terão a função de cerceamento e mortificação do eu, operando mudanças em sua subjetividade e atitudes aprendidas, ao longo da trajetória

no gênero feminino, sem rejeitar o sexo biológico; e 4) Transexuais: pessoas que são psicologicamente de um sexo e anatomicamente de outro, rejeitando o próprio órgão sexual biológico. A Resolução da Secretaria Estadual da Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (SEAP 558), de 29 de maio de 2015, também traz no seu parágrafo 3º – art. 1º: Entende-se por pessoa travesti e mulher transexual a pessoa do sexo biológico masculino e identidade de gênero feminina e homem transexual a pessoa do sexo biológico feminino e identidade de gênero masculina.

existencial conflituosa. O objetivo é desconstruir a identidade social deste detento, punindo de forma humilhante a transgressão da lei e a prática de crimes¹⁴.

Portanto, o internado descobre que perdeu alguns dos papéis em virtude da barreira que o separa do mundo externo. Geralmente, o processo de admissão também leva a outros processos de perda e mortificação. Muito frequentemente verificamos que a equipe dirigente emprega o que denominamos processos de admissão: obter uma história de vida, tirar fotografia, pesar, tirar impressões digitais, atribuir números, procurar e enumerar bens pessoais para que sejam guardados, despir, dar banho, desinfetar, cortar os cabelos, distribuir roupas da instituição, dar instruções [...] (Goffmann, 1974: 25).

Toda a ação do presidiário novato passa a ser controlada, planejada e disposta num esquema que visa à disciplina, à ordem e à obediência a um novo código, com regras e barreiras difíceis de serem quebradas. Cabe, ainda, pensar em como se dá o funcionamento e estruturação do poder nos presídios, onde a ausência do poder institucional abre brechas para a organização interna dos próprios presidiários. Ou seja, essas características da instituição prisional, na qual o poder paralelo dos internos (via de regra ligados a organizações criminosas) se sobrepõe aos preceitos dos agentes públicos, para não dizer do próprio Estado, implicam em um estado de tensão e conflitos permanentes.

É prudente destacar que, da mesma forma que na hierarquia formal ocorrem os testes de obediência e as “boas-vindas” aos novatos, a relação entre o grupo de estabelecidos (presos veteranos) e o grupo de submissos (novatos) também é marcada por hierarquias que situam “o outro” (novato) como “inferior, sujo e contagioso”.

Importante esclarecer que os itens numerados a seguir (1 a 8) emergiram e foram categorizados, com base na análise temática dos registros do diário de campo, e representam como os GBTs lidam no cotidiano das prisões, com as regras de obediências e hierarquias, bem como com a violência e crueldade institucional:

14 Oportuno esclarecer que o texto em tela não pretende tratar (de maneira direta) sobre as atribuições e dificuldades vivenciadas pelos agentes públicos (especialmente dos agentes de segurança penitenciária), haja vista que também são dominados pela cultura do medo – bastando observar a superpopulação carcerária, contingente insuficiente de agentes, más condições de trabalho e segurança.

- 1) Submetidos (obrigados) a fazer faxina (limpeza) na cela e a lavar a roupa e pratos dos outros presos¹⁵. Na prática, são os primeiros a acordar e os últimos a dormir – são a figura feminina dentro do cárcere e se não cumprirem as tarefas prescritas estão sujeitos à agressão¹⁶. São frequentes as situações em que não são aceitos na cela só pelo fato de serem gays, travestis, transexuais ou transgêneros. Quando isso acontece, são obrigados a ir para o “seguro”, ala isolada onde ficam os presos que não têm convivência com a população carcerária – dentre eles, os estudantes, membros de facções rivais, “talaricos” (sujeitos que quando em liberdade tiveram relações amorosas com mulheres de indivíduos presos) etc.
- 2) Os presos GBTs estão impossibilitados de exercer algumas atividades específicas dentro do presídio. Devido ao preconceito, estão impedidos de trabalhar na cozinha, na “faxina”¹⁷ e na “manutenção” – por

15 Perfeitamente possível encontrar discursos tentando desconstruir a afirmação de que existe a obrigação de realizar a faxina (afazeres “domésticos”) por parte daqueles que não se enquadram nos “padrões” de masculinidade (as “monas”, “bichas”, “bibas”, travestis etc.). Por outro lado, daria para responder que há prisões e prisões – no entanto, a paciência com o público GBT é sempre reduzida, e qualquer “deslize” os coloca como “esquema” da cela, quando não, são obrigados a pedir “seguro” (pavilhão reservado para os detentos que não têm convivência com os demais presos).

16 Oportuno esclarecer que os trabalhos impostos (à força) não são (e nunca foram) direcionados exclusivamente ao público GBT. Detentos que de alguma maneira contraem pequenas dívidas dentro do cárcere (especialmente com drogas) também são obrigados – contra as suas vontades – a assumir algumas responsabilidades. Estas vão desde limpeza da cela até assumirem responsabilidades por delitos de que não são autores. Exemplo: quando em uma revista de cela, efetivada pelos servidores da Administração Penitenciária (agentes de segurança), é descoberto um aparelho celular ou mesmo drogas (maconha ou cocaína), é sabido que algum indivíduo da cela sempre aparece como proprietário do ilícito. É claro que nunca se tem a garantia de que quem assumiu a propriedade é o dono do “objeto” de fato. Ou seja, muitas das vezes quem assume é o “lagarto” (preso com menos poder e muitas vezes aquele que tem que pagar alguma dívida – também chamada de “comédia”). Oportuno trazer que a verdade acaba muitas vezes sendo conhecida no decorrer dos interrogatórios (apuração dos fatos) no interior das unidades prisionais ou mesmo nas delegacias, durante oitivas subsequentes. É claro que o objetivo dos agentes públicos é sempre encontrar o real autor da infração. No entanto, certamente (por não terem “bola de cristal”), isso nem sempre é possível.

17 Neste sentido “faxina” se refere a um grupo de presos que servem as refeições e limpam o pátio do pavilhão. Também “zelam” pela “disciplina” do pavilhão – respeito à “ética” do mundo do crime. Os “faxinas” também são espécie de “palavras” do pavilhão (também chamado de “raio”). Quando um detento tem de resolver uma situação com outro encarcerado precisa do “aval” dos “faxinas”. Muitas vezes, compoendo a “faxina” está o “palavra” do pavilhão (o bandido mais ouvido pelos demais presos). No entanto, quando o “palavra” não faz parte da “faxina” e tem decisão importante para ser tomada, aquele sempre é consultado por esta. Os “faxinas” são escolhidos pela direção da Unidade Prisional. Quando é necessário trocar preso na “faxina” (geralmente motivado por transferência, liberdade ou mesmo indisciplina), é pedida uma relação de alguns nomes para os “faxinas” remanescentes, para que a diretoria da prisão efetive a escolha. Certamente, nesta relação não constam nomes de detentos GBTs. Nem para trabalhar na “faxina”, nem na “manutenção” e muito menos na cozinha.

exemplo. Como trabalhar na cozinha (segundo a moral do “crime”) se, supostamente, colocam a mão ou a boca no órgão genital de outro detento? Isso é questão de higiene e trabalhar na cozinha, segundo lei imposta pela população carcerária, nem pensar! Como trabalhar na manutenção (expressão usada para detentos que realizam consertos e reparos)? Isso é coisa para homem e não para “bibas”. Como trabalhar na “faxina”? A “faxina” é para bandidos (aqueles que têm que “manter” a “disciplina”) e não para “bichas”. Sem falar que é a “faxina” que serve o almoço para os outros detentos, e uma “mona” colocando as mãos nas marmitas (cumbucas de plásticos) também (indo ao encontro do pensamento que impede trabalhar na cozinha) não seria higiênico.

- 3) Em uma cela na Unidade Prisional (qualquer que seja), os presos em muitos aspectos se comportam como se fossem entes de uma mesma família. Por exemplo: em uma residência todos os integrantes da família fazem uso dos mesmos talheres, pratos, copos etc. Uma cela funciona do mesmo jeito: o prato que é lavado fica em um espaço (espécie de prateleira) que é de uso coletivo. Também é muito comum os detentos, em razão da superlotação, dormirem na mesma cama em posição chamada de “valeté” (posição invertida: pés de um lado, cabeça de outro). No entanto, os presos “ditos” heterossexuais não gostam (não querem) de ficar sentados ou dormir ao lado de detentos “ditos” homossexuais. E tomar água no mesmo copo, comer no mesmo prato ou fazer uso do mesmo talher? Nesses aspectos, a “família cai por terra”, e a homofobia e transfobia prevalecem. O descaso é tão grande que as marmitas (cumbucas plásticas em que é servida a alimentação e que são despachadas da cozinha para os pavilhões) que são servidas aos gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros são queimadas com “bituca” de cigarro (também possuem tampas em cor diferente). Isso para impedir que marmitas que são servidas aos GBTs, em um dia, sejam servidas aos “sujeitos homens” em outro. Como pode um “bandido” se alimentar no mesmo “bandeco” (marmita) de um indivíduo “afeminado” que pratica sexo oral? O “crime” não aceita.
- 4) Quando são incluídas na Unidade Prisional, as travestis e transexuais têm seus cabelos raspados¹⁸. Também são obrigadas (por questões que

18 Essa prática de raspar o cabelo prevaleceu por muitos anos (e até recentemente) no sistema carcerário. No entanto, a legislação (âmbito federal e estaduais) tem garantido às travestis e transexuais o direito de manutenção do cabelo na altura dos ombros. E mais que a garantia meramente legal tem existido, salvo exceções de unidades prisionais que desrespeitam as regras estabelecidas com relação ao comprimento

envolvem segurança) a vestirem uniformes cedidos pela Administração Penitenciária (uniformes masculinos, uma vez que estamos tratando de unidades prisionais para pessoas do sexo masculino). Ou seja, se o uso deste uniforme não é exigido no convívio do pavilhão, é obrigatório nos momentos de deslocamento: atendimento judiciário, atendimento médico, atendimento com equipe técnica (assistentes sociais ou psicólogos), atendimento com advogado etc. A mesma conduta também é exigida quando é necessário deslocamento externo: audiências com juízes nos Tribunais de Justiça, por exemplo.

- 5) A discriminação em relação ao público LGBT, no sistema carcerário, nada mais é que sintoma da sociedade preconceituosa, um traço da cultura homofóbica e transfóbica que se encontra do lado externo da prisão. Tanto que a maioria dos presos gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros não recebe visitas dos familiares. Ou seja, as famílias de origem não aceitavam a identidade de gênero do ente muito antes de este ingressar no sistema carcerário e, após cometer ato criminoso, acaba por ser ainda mais isolado.
- 6) É comum a população carcerária se reunir no pátio ou quadra esportiva para acertar questões do cotidiano prisional. Os assuntos (recados) podem ser os mais variados (respeitar os funcionários, respeitar as visitas, economia de água, enfeites para serem colocados no pátio no Dia das Mães etc.). Nesses debates, um ou outro detento acaba se impondo – às vezes, por se expressar melhor, mas quase sempre quem fala é alguém da “faxina” ou algum preso “considerado” – tido como “bandido” e, via de regra, ligado a alguma facção criminosa. Os gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros privados de liberdade nunca se expressam (nunca falam), pois não têm direito ao uso da “palavra”. E se houver algum LGBT corajoso muito provavelmente será cerceado. Só para comprovar os argumentos (indo na mesma direção), os chamados “monas”, “bichas”, “bibas”, “veados” não são aceitos em facções criminosas. Inclusive, a paciência com esse público é sempre escassa – qualquer

do cabelo, uma execução da lei, e as travestis e transexuais de cabelo longo têm permanecido com cabelo comprido, quando é de sua vontade. De acordo com as resoluções adotadas (Federal e Estaduais), os cabelos longos das pessoas travestis e das transexuais deverão ser mantidos (se assim as pessoas desejarem) na inclusão, nas transferências e na permanência no sistema carcerário.

descuido é motivo para ser convidado a deixar o pavilhão e ir para o “seguro”¹⁹.

- 7) No sistema carcerário, existem palavras que são proibidas. Os servidores ou mesmo presidiários não podem, em hipótese alguma, dirigir-se a um grupo de presos dizendo “moçada”. Certamente haverá ofendidos, uma vez que a palavra correta é “rapaziada”. Isso tudo porque “moçada” subentende grupo de moças. Também não se pode dirigir a um preso “macho”, “bandido”, a palavra “diferente”. Por exemplo: oficial de justiça (poderia ser qualquer outro profissional) se apresenta na Unidade Prisional para atender a um detento. Imediatamente este preso será informado no pavilhão, pelos agentes públicos, sobre o atendimento. Costumeiramente, esse preso veste uma camisa e calça (uniforme cedido pela Instituição Prisional) e, quando está pronto (muitas vezes toma até banho), é guiado para um local próprio para o atendimento – espaço chamado de parlatório. Vamos dizer, hipoteticamente, que esse preso se apresente de short e sem camisa para o atendimento. Neste caso, será pedido para colocar uma calça e uma camisa (uniforme). Imaginamos que o preso se negue a colocar a calça e o servidor (funcionário do pavilhão) pergunte para o detento se ele é “diferente” (fazendo alusão a que todos os encarcerados colocam o uniforme quando têm determinado atendimento). Dito isso, estará feita a confusão, pois este presidiário, entre outras palavras, dirá: “está me chamando de diferente?”, “senhor está de brincadeira”, “aqui é o crime”, “aqui é vagabundo”. Isso certamente aconteceria porque “diferente” na linguagem do mundo prisional são as “bibas” – “meninas”. Enfim, o preconceito não

19 Oportuno esclarecer que os presos considerados “comédias” e os ligados à igreja quase nunca falam – salvo se estiverem inseridos no contexto do “debate”. São detentos – segundo a lei do “crime” – que também não têm “palavra”. Os presos chamados de “evangélicos” só tomam a frente (se é que dá para dizer isso), quando se trata de alguma oração que é feita no pátio. Nesse momento, eles cantam e chamam para uma reza. Do resto, não “apitam” e não pronunciam – silêncio é a regra. Isso se justifica porque geralmente o preso se torna “evangélico” depois que está preso e, na maioria das vezes (há exceções), tem medo dos outros presos, por isso diz que é “evangélico”. Isso acontece porque os presos “evangélicos” têm a sua própria cela e acabam não dividindo espaço com os chamados “criminosos”. As regras para os detentos tidos como “evangélicos” também são bastante rígidas. Segundo as regras de algumas “igrejas” e mesmo as impostas pela população carcerária (há exceções), não podem ficar de bermuda nem na cela – por exemplo, mesmo se uma cela for para 6 presos e tiver 18. Mesmo que tiver a 50 graus Celsius. Ou seja, a vida dos chamados “evangélicos” também é complexa. A diferença é que o detento tem a opção de ser ou não “evangélico”. Inclusive, há muitos presos “evangélicos” que depois de ter passado o medo inicial da prisão (dos outros presos) pedem para ir para cela dos detentos comuns. Os gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (nos casos em que há cela separada para as pessoas GBTs) não têm esta opção. Na “cadeia” funciona como na “rua”, e o preconceito prevalece: há ex-evangélico, mas não ex-travesti.

aceita palavras que são costumeiramente usadas aqui do lado de fora dos muros das “cadeias”.

- 8) Mensalmente, quinzenalmente, semanalmente ou diariamente (dependendo da necessidade), ocorrem revistas nas celas dos detentos. Essas vistorias, também chamadas de “blitz”, são feitas pelos agentes públicos (agentes de segurança penitenciária). A revista pode acontecer em uma cela, em todas as celas do pavilhão ou na “cadeia” inteira – dependendo da demanda. Essas inspeções acontecem quando há suspeita de ilícito: armas, drogas, celulares, túneis etc.²⁰ Importante ressaltar que em muitas dessas revistas já se sabe o que tem na cela de ilícito e, conseqüentemente, o que tem que se procurar. Por exemplo: se existe uma denúncia de que há celular em determinada cela, os agentes públicos promovem uma varredura na busca por celulares. Inclusive, é muito comum encontrar celulares e carregadores introduzidos no ânus de presos GBTs. Como se trata de uma “missão” desonrosa para os “bandidos”, esse serviço sujo fica sob responsabilidade (salvo exceções) das “bichas” da cela. Ou seja, são muitas vezes obrigadas a se submeterem à tamanha humilhação e muito mais que violência física se tem uma expoente violência psicológica.

20 Não é intuito deste trabalho discutir como entram estes objetos no sistema carcerário. No entanto, a fim de não deixar margem para falsas interpretações, o ensaio vai trabalhar alguns esclarecimentos – mesmo que minimamente. É possível dizer que ilícitos dentro das prisões entram, quase que em sua totalidade (salvo exceções das exceções), de duas formas: funcionários corruptos ou visitas dos próprios presos. Importante trazer que tanto as visitas quanto os próprios servidores (quando iniciam a jornada de trabalho) são submetidos a revistas minuciosas. Passam, inclusive (visitas e servidores), por um detector de metais. É claro que isso não corresponde à realidade de todas as prisões, mas essa vistoria é feita em boa parte das unidades prisionais. E, mesmo assim, não se consegue evitar totalmente a presença de objetos ilícitos dentro dessas unidades prisionais. Ou seja, alguns “criminosos” que não estão presos (servidores e visitas mal-intencionadas) conseguem burlar a segurança. Oportuno deixar claro, e isso é de suma importância, que a maioria dos servidores (observado a quase inexistência de sindicâncias ou processos judiciais que envolvem conduta profissional desses) é comprometida com o exercício da profissão. É possível afirmar que são, de maneira geral, trabalhadores (essenciais ao aparato público) que deixam os seus familiares para exercer as suas atividades da melhor maneira possível. No entanto, se entre todos os servidores de uma unidade prisional (por exemplo) tiver um “agente público” que se deixa corromper, certamente, quando for pego praticando ato ilícito, provocará danos à imagem de todos os agentes públicos de todas as unidades prisionais. Também é possível tratar as visitas dos detentos da mesma maneira. A grande maioria são pessoas que têm a “simples” missão de visitar o seu ente querido. Propagam a boa e exclusiva intenção de levar uma palavra de conforto. São mães, pais, esposas, filhos, netos e avós que abrem mão de fins de semana para ir dar apoio ao ente querido que está recluso. Isso, inclusive, é fundamental para ressocialização do encarcerado. No entanto, se uma visita, no meio de tantas, é pega tentando entrar com produtos ilícitos no interior de uma prisão, certamente arranhará a imagem de todas as visitas. Enfim, sem mais delongas, necessário compreender que tanto servidores quanto visitas que praticam a corrupção no interior das prisões representam uma minoria e não a realidade.

Tratados como “doentes e anormais”, durante muito tempo os homossexuais vêm irrompendo cada vez mais luta pelos seus direitos e exigindo que estes sejam cumpridos. Nesse sentido, mesmo diante da discriminação e da repressão, os homossexuais têm buscado ampliar os seus direitos, no âmbito prisional. A legislação (fruto da luta dos movimentos sociais LGBTs) já apresenta princípios no sentido de preservar o direito à orientação sexual e à identidade de gênero – conseqüentemente, garante-se o uso do prenome social (desde que requisitado pela pessoa privada de liberdade), uso de peças íntimas de acordo com a escolha do interno²¹ e a manutenção do cabelo na altura dos ombros. A legislação (Resolução SAP-SP nº 11, de 30 de janeiro de 2014 – art. 2º)²² também traz:

As unidades prisionais podem implantar, após análise de viabilidade, cela ou ala específica para população de travestis e transexuais de modo a garantir sua dignidade, individualidade e adequado alojamento.

Parágrafo único: Para isso deve-se analisar o interesse da população assistida evitando assim segregação social ou quaisquer formas de discriminação negativa em razão da identidade de gênero ou orientação sexual.

O disposto na legislação citada visa a assegurar a integridade física e psicológica da população carcerária de travestis e transexuais (incluam-se os gays e transgêneros). No entanto, essa medida traz inquietações, uma vez que na prática não cessa o preconceito – exclui ao invés de incluir, haja vista que retira os detentos GBT do convívio com os demais presos heterossexuais – aqueles que, no âmbito prisional, são vistos e entendidos como “sujeitos homens”. Talvez, a implantação de celas específicas para travestis e transexuais no seio do pavilhão de presos heterossexuais, após análise da viabilidade, colabore no que diz respeito à integridade do público GBT e minimize a segregação, uma vez que, no dia a dia (banho de sol, por exemplo), continua-se a assegurar o contato e a convivência dos heterossexuais com os homossexuais.

21 Com relação ao uso de peças femininas, como saias, *shortinhos*, blusinhas, dentre outras (referindo-se a unidades prisionais masculinas), tem se respeitado (na prática) este direito na intimidade e cotidiano do pavilhão (interior das celas e durante o banho de sol). No entanto, quando os atendimentos exigem a saída do pavilhão (advogado, médico, oficial de justiça etc.), as travestis, transexuais e transgêneros são obrigadas (por questões que envolvem segurança) a vestir uniformes masculinos cedidos pela Administração Penitenciária.

22 Neste caso, utilizamos um recorte da legislação em vigor no Estado de São Paulo (Resolução SAP nº 11, de 30 de janeiro de 2014 – art. 2º). Importante trazer – no entanto – que com relação ao uso de prenome social, viabilidade de alas específicas para o público GBT, direito de manutenção dos cabelos longos e uso de peças íntimas, a legislação de outros Estados (e mesmo no âmbito Federal) também tem caminhado no mesmo sentido.

Essa ação, diferentemente de pavilhões específicos para o público GBT (que tem sido adotado em alguns presídios pelo país), pode interferir na exclusão e, também, certificar maior segurança no período que estão no interior da cela – período de descanso. Funcionaria como na dinâmica da sociedade. Ou seja, em um momento o indivíduo está seguro no interior da residência (com familiares) e no outro está no convívio da comunidade (seja no trabalho, escola, comércio etc.) – nestes contatos não se nota um *apartheid* entre homossexuais e heterossexuais. A prisão trata-se, ou ao menos deveria se tratar, de ambiente de ressocialização e deveria funcionar nos mesmos moldes da sociedade – na qual não se separa, ao menos fisicamente, os heterossexuais dos homossexuais.

O que se tem de concreto é que a discriminação e o preconceito contra os gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros são intensificados no sistema prisional. É também inegável a discriminação fora dos muros do cárcere, mas, no interior das unidades prisionais, essa prática social é acentuada. Inclusive, é possível afirmar que o maior desafio dos GBTs privados de liberdade (comparando aos GBTs livres) é conviver com seu agressor todos os dias e no mesmo espaço – pequena cela com número de detentos que quase sempre é o dobro (ou mais) da capacidade.

Esse convívio com o agressor poderia ser minimizado, compondo celas com apenas homossexuais. Quando se trata de Centros de Detenção Provisória e Penitenciárias, onde há muitas celas e diariamente banhos de sol e atividades laborais ou esportivas, é possível constituir celas exclusivas de homossexuais e, também, garantir o contato com os presos heterossexuais – isso traria maior segurança e também evitaria a segregação. No entanto, tal fato nem sempre é visto ou entendido como possível. Por exemplo: houve momento em que os pavilhões de determinadas unidades prisionais do Brasil possuíam celas específicas para os gays, travestis, transexuais e transgêneros (reivindicação antiga do movimento LGBT), no entanto, enquanto as celas com presos heterossexuais possuíam 2,5 vezes mais presos que a capacidade, as celas de homossexuais (recordando que no cenário prisional refere-se aos gays, “veados”, “bibas”) chegavam a ter um número de detentos que correspondia à metade dessa capacidade.

Ou seja, nesse aspecto o segmento GBT chegou a ter relativo “conforto”, principalmente porque não dividia cela com o potencial agressor. No entanto, não demorou (a pedido da própria população carcerária) para que os gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros fossem redistribuídos. Assim, algumas celas do pavilhão “aceitaram” um detento homossexual (gay, “biba”, “veado”, “mona”), a fim de desativar cela exclusiva do público GBT – conseqüentemente, sobriaria espaço para realocar outros detentos de celas que estavam mais cheias.

Por outro lado, foi de encontro com aquilo que reza a legislação vigente, a saber: preservação da integridade física e mental.

Considerações finais

A heteronormatividade estabelece regras diferentes para o segmento de GBTs. Essas normas degradantes e discriminatórias impõem a estes indivíduos uma dupla exclusão: são os excluídos dos excluídos. Muito mais que a violência física, estão sujeitos a violências psicológicas e morais (Silva; Costa; Freitas, 2014). A vulnerabilidade e o risco decorrentes desta exclusão perversa não se findam após o cumprimento da pena e o ganho da liberdade, uma vez que retornando à sociedade estarão duplamente estigmatizados como: ex-presidiários, desajustados sexual e moralmente.

Se, por um lado, as travestis, transexuais e transgêneros conquistaram o direito de serem chamadas pelo nome social e não serem obrigadas a raspar o cabelo (desconsideradas as exceções), por outro, é preocupante que alguns ditames da Constituição Federal não estejam sendo observados: “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante” (inciso III – artigo 5º). O inciso XLIX do mesmo artigo também traz: “é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral”. No âmbito do sistema carcerário, predomina um desrespeito flagrante aos direitos humanos e à dignidade do segmento GBT encarcerado.

É de suma importância e urgência a proposição de políticas públicas para coibir o fenômeno da violência e preconceito contra as minorias dentro e fora das prisões. É extremamente necessário compreender a dinâmica e a lógica das instituições fechadas, o processo de “mortificação do eu” e o tolhimento do processo de produção de subjetividade. É neste sentido que Vicentin (2010) afirma que estamos próximos de uma *resistência-sobrevivência*, uma situação que se encontra no limite dos patamares de uma sociedade pautada no bem comum. Na luta contra a barbárie, “estabelecer um novo sistema de valores, de atitudes e de forma de vida é vital, e dessa capacidade resultará o êxito em salvaguardar a própria vida e a de outros” (Vicentin, 2011: 102).

Contudo, pode-se afirmar que o segmento carcerário de GBTs, no cotidiano da dinâmica prisional, está sendo submetido a relações de violência e capturado por rígidas hierarquias e regras heteronormativas. As manifestações sexuais e de gênero, distintas da heterossexual, são violentadas, exploradas e perseguidas. Sendo assim, nos espaços de poder, na convivência comum, a expressão das diferenças sexuais, aquelas que escapam da norma e do padrão, é limitada,

cerceando ainda mais a promoção da cidadania e da reinserção social do presidiário.

Quanto à denominação dos sujeitos desta pesquisa, percebe-se na dinâmica da instituição que a diversidade sexual e de gênero não se reduz ao segmento homossexual. Concordamos com Zamboni (2017: 112), que propõe ir além, mesmo que provisoriamente, das categorias identitárias mobilizadas por agentes do Estado e por movimentos sociais “para interpelar esses sujeitos (como homossexuais, travestis e transexuais) e entender que outras categorias e sistemas classificatórios locais emergiam do cotidiano das prisões”.

Quanto ao encarceramento deste social segmento em penitenciárias destinadas à população masculina, a face perversa é que a heteronormatividade os representa como seres “inferiores e desprezíveis”, e isso justifica os atos de violência, crueldade, assédio moral e abuso sexual a que são submetidos. Por outro lado, ressalte-se que a política de alas ou celas específicas para essa população foi uma demanda do movimento de transexuais e transgêneros, consubstanciando uma atitude de defesa da integridade física, psíquica e moral.

Nesse sentido, Zamboni (2017: 113) nos alerta que, analisando a dinâmica das prisões onde a política de administração não obteve êxito, no aspecto de prevenção e mediação da violência, nota-se “que existem formas de segregação espacial que já operam com base em diferenças sexuais e de gênero – e que essas políticas públicas podem acabar por reforçar certas formas de discriminação”. O autor anteriormente citado indica que:

Além disso, é preciso compreender que a convivência entre esses presos vistos pelo Estado como LGBT e o restante da população carcerária permite certas formas de agência fundamentais para esses sujeitos – seja para as suas condições materiais de existência (por meio das diversas formas de ativa, em especial a prostituição), ou seja, para a sua realização afetiva e sexual (por meio de relações com homens que não necessariamente se identificam como parte de uma população LGBT). (Zamboni, 2017: 114)

Por outro lado, Baptista-Silva, Hamann e Pizzinato postulam que o cárcere fomenta possibilidades únicas de conjugalidade, as quais só existem nesse lugar-tempo e são produzidas por redes de cuidado, gerando laços sociais, ou seja, vínculos coletivos. E, neste sentido, mesmo operando por estratégias de controle, disciplina e assujeitamento, é possível o fortalecimento de espaços institucionais capazes de funcionar como “um campo de dissenso político, tanto das

relações (hiper)identitárias, como das condições de possibilidade de expressão e vivência de relações afetivo-sexuais” (2017: 384).

Em síntese, percebe-se, na dinâmica institucional e subjetiva, um movimento de resistência dos segmentos GBTs contra a violência, crueldade e tortura (física ou mental), bem como o direito de escolher aonde cumprir a pena, de acordo com sua orientação sexual e identidade de gênero. No caso de transexuais e transgêneros, especialmente, o direito ao próprio corpo, a realizar as transformações que desejar, a ter liberdade de vestimenta, pois a configuração identitária é uma metamorfose sistemática.

Enfim, cabe a reflexão de Nascimento (2018) ao afirmar que a narrativa das transformações da travestilidade nos permite pensar as *performatividades* de gênero enquanto um discurso de resistência. Nesse movimento, constroem-se histórias sobre si, tendo em vista atributos considerados pelos próprios sujeitos como femininos e, assim, objetivados nos corpos em mudança. Essa *performance* deve ser compreendida em sua dimensão ética e política, no enfrentamento coletivo, a qual faz parte de uma teia de discursos subjetivados ao longo da formação do transexual enquanto sujeito de sua existência, num contexto que banaliza os maus-tratos e a alienação. Numa subjetividade em constante transformação, a heteronormatividade dos cárceres é uma violência a ser combatida e superada.

Referências

- ALMEIDA, Bruno Rotta; CHIES, Luiz Antônio Bogo. Editorial (Aproximações e disjunções penitenciárias desde o Cone Sul). *Revista Sociedade em Debate* (Universidade Católica de Pelotas), v. 22, n. 2, 2016, pp. 7-14.
- BAPTISTA-SILVA, Gabriela; HAMANN, Cristiano; PIZZINATO, Adolfo. Casamento no Cárcere: Agenciamentos Identitários e Conjugais em uma galeria. *Paidéia*. v. 27, n. 1, 2017, pp. 376-385.
- BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Organização de Alexandre de Moraes. 41. ed. São Paulo, Atlas, 2015.
- _____. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014. Estabelece parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil. *Diário Oficial*, Brasília, DF, 17 abr. 2014. (nº 74, Seção 1, p. 1).
- _____. Ministério da Justiça (Departamento Penitenciário Nacional). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN – junho de 2016. *DEPEN*, junho

- de 2016. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019.
- EUSTAQUIO JUNIOR, Cicero Pereira et al. Qualidade de vida de detentos (as) da “Primeira Ala LGBT do Brasil”. *Bagoas – Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades*. n.13, 2015, pp. 253-277.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: História da violência nas prisões*. Petrópolis, Vozes, 1989.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspectivas, 1979.
- _____. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes, 2009.
- KIEFER, Sandra. Homossexuais contam abusos que sofriam em prisões sem separação. *O Estado de Minas*, 25 nov. 2014. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/11/25/interna_gerais,593189/uma-questao-de-respeito.shtml>. Acesso em: 25 abr. 2019.
- NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. A inscrição do feminino no corpo travesti: a trajetória das transformações da travestilidade de Renata. *História e Cultura* (Franca). v. 7, n. 1, 2018, pp. 221-237.
- PINHEIRO, Luci Faria; GAMA, Taíza da Silva. As Origens do Sistema Penitenciário Brasileiro: uma análise sociológica da história das prisões do Estado do Rio de Janeiro. *Revista Sociedade em Debate* (Universidade Católica de Pelotas). v. 22, n. 2, 2016, pp. 157-190.
- RIO DE JANEIRO. Secretaria Estadual da Administração Penitenciária. Resolução SEAP 558, de 29 de maio de 2015. Estabelece diretrizes e normativas para o tratamento da população LGBT no Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 03 jun. 2015.
- SÃO PAULO. Secretaria da Administração Penitenciária. Resolução SAP nº 11, de 30 de janeiro de 2014. Dispõe sobre a atenção às travestis e transexuais no âmbito do sistema penitenciário. *Diário Oficial*, São Paulo, 31 jan. 2014.
- SILVA, Diego Patrick; COSTA, Nicole Gonçalves; FREITAS, Rafaela Vasconcelos. Sistema Prisional, Identidade de Gênero e Travestilidades em Belo Horizonte. *Anais do Encontro da ANDHEP – Políticas Públicas para a Segurança Pública e Direitos Humanos*, 8. 2014. São Paulo, USP, 2014, pp. 2-15.
- VICENTIN, Maria Cristina G. Os intratáveis: a patologização dos jovens em situação de vulnerabilidade. In: CRP-SP – Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (Org.). *Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2010, pp. 41-55.
- _____. Corpos em rebelião e o sofrimento-resistência: adolescente em conflito com a lei. *Tempo Social* (USP. Impresso), v. 23, 2011, pp. 97-113.

ZAMBONI, Marcio. O barraco das monas na cadeia dos coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário. *Aracê – Direitos Humanos em Revista*, v. 4, n. 5, 2017.

Recebido em 08/12/2017

Aprovado em 07/11/2018

Como citar este artigo:

CARVALHO, Eder Aparecido de. PAULA, Alexandre da Silva de e KODATO, Sergio. Diversidade sexual e de gênero no sistema prisional: discriminação, preconceito e violência. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 1, jan.- jun. 2019, pp. 253-273.



O catolicismo carismático no impeachment de Dilma Rousseff

Carlos Eduardo Pinto Procópio¹

Resumo: Este artigo analisa o papel dos deputados da Renovação Carismática Católica no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. A intenção é mostrar as formas de engajamentos e as justificações utilizadas por aqueles deputados. Para tanto, vamos situar suas posições dentro do contexto no qual atuaram, procurando compreender seus engajamentos nas arenas públicas formadas com base na situação problemática do impedimento da presidenta. Com isso, espera-se contribuir com o debate sobre o lugar das denominações religiosas durante essa situação, bem como sobre o debate sobre a presença pública da Renovação Carismática Católica.

Palavras-Chave: Renovação Carismática Católica; *Impeachment*; Arenas Públicas

The charismatic catholicism in the impeachment of Dilma Rousseff

Abstract: *This article analyzes the role of the deputies of the Catholic Charismatic Renewal in the impeachment process of Dilma Rousseff. The intention is to show the forms of the engagements and the justifications used by deputies. To do so, let us situate their positions within the context in which they operate and understand the models of engagement in public arenas. With this we hope to contribute to the debate on the place of religious denominations in the impeachment of*

1 Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e Instituto Federal de São Paulo (IFSP) – São Paulo – Brasil – procopioceo@yahoo.com.br

Dilma Rousseff, as well as on the debate on the public presence of the Catholic Charismatic Renewal.

Keywords: *Catholic Charismatic Renewal; Impeachment, Public Arenas.*

Introdução

A proposta deste artigo é analisar o papel desempenhado pelos principais quadros políticos vinculados ao catolicismo carismático durante o ritual de *impeachment* de Dilma Rousseff, que selou seu destino político e do projeto que representava. Percorrendo os meandros da participação deste segmento do catolicismo nos momentos finais que antecederam a votação até o seu encerramento no Congresso Nacional, a intenção é mostrar a diversidade dos regimes de engajamento e de justificações de ações que expandem a maneira de ver a atuação política dos carismáticos. Para tanto, faz-se necessário situar suas posições dentro do cenário no qual elas foram executadas, o *impeachment* e os valores que o constituíram e que foram acionados, para, em seguida, desvelar os conjuntos de força que atravessaram cada atuação dos quadros políticos em análise. Tal tarefa demandará considerar os regimes de engajamento endereçados nas arenas públicas produzidas com base em uma situação problemática (Cefai, 2002; 2009): o *impeachment* de Dilma. Com isso, espera-se contribuir com o debate sobre o lugar das denominações religiosas no impedimento da presidenta, bem como com o debate sobre a presença pública de quadros vinculados à Renovação Carismática, cuja atuação na esfera política, ainda que periférica se compararmos com a atuação dos evangélicos, tem chamado a atenção nas últimas duas décadas².

Mobilizando deuses, valorizando famílias e segmentando pertencas

O Ritual de *Impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT) encontrou, na Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil, no dia 17 de Abril de 2016, domingo, seu último ato naquela casa legislativa³. Após a abertura dos trabalhos pelo deputado Eduardo Cunha, presidente da referida Câmara,

2 Há uma revisão bibliográfica ampla sobre a presença dos carismáticos na política, que pode ser encontrada em Procópio (2014; 2015). Uma discussão crítica desta participação política, em diálogo com essa literatura, foi retomada recentemente pelo mesmo autor (Procópio, 2018).

3 O processo de *impeachment* já recebeu alguns tratamentos analíticos por parte das ciências sociais e que se convertem em relevantes materiais para a consulta acadêmica (Ribeiro, 2016; Machado, 2016; Weber et al., 2016; Almeida, 2017; Duarte, 2017; Limongi, 2017; Prandi; Carneiro, 2018).

seguido do pronunciamento dos líderes das bancadas dos partidos, cada um dos 511 deputados que ocupavam o plenário era convocado para deferir de forma clara e evidente seu julgamento em relação ao processo em curso. Ao fim deste ato, que se arrastou por várias horas, a decisão pelo prosseguimento do processo de *Impeachment* para o Senado foi aprovado por 367 deputados (25 a mais do que o necessário), colocando-se contrário ao prosseguimento do processo o número de 167 deputados, além de 7 abstenções e 2 ausências. Em cada um dos votos a favor, contra ou abstenção, as justificativas dadas pelos deputados versavam sobre as mais variadas coisas, derivada de circunstâncias diversas que endereçaram as tomadas de posição. Dentre as justificativas, chamou a atenção os votos em nome e/ ou em defesa de deus, da família e da região de pertencimento do deputado (Ribeiro, 2016; Almeida, 2017; Duarte, 2017; Prandi; Carneiro, 2018), o que reverberou, quase sempre negativamente, nas capas de muitos dos jornais do país (Weber et al., 2016) e do exterior (Nóbrega, 2016) no dia seguinte à conclusão do Ritual de *Impeachment*.

Dentre essas reflexões, Duarte (2017) se preocupa em refletir sobre o extenso vocabulário utilizado ao longo das falas durante o ritual de impeachment, expandindo o problema para além dos repertórios religiosos, familistas e localistas utilizados. Nessa direção, além de detectar os sentidos dos usos das palavras *família* e *religião* pelos deputados favoráveis e contrários à admissibilidade do processo de *impeachment*, Duarte apresenta os inúmeros termos operados: Brasil, bandeira, qualidade dos mandatos, partidos políticos, povo, democracia, constituição, estados, golpe, corrupção, ruas, crime de responsabilidade, atores políticos, movimentos sociais, esperança, futuro, honra, categorias profissionais, acusações, honrarias, elogios. Na prática, Duarte sugere que esses termos operaram quase sempre com base na dualidade universalista-particularista. Pelo lado do universalismo, esses termos foram evocados e sentidos como fazendo referência aos dispositivos laicos e impessoais nos quais o Estado estaria assentado. Tal presença na cena pública brasileira não evitou, por outro lado, que elementos particularistas ligados aos vínculos religiosos, familiares e pessoais fossem acionados⁴. Desse modo, a persistência desses vocabulários universalista e particularista na votação do *impeachment* poderia, segundo Duarte, estar refletindo aspectos mais gerais de um imaginário social que engendra a conduta de deputados no parlamento, sendo a persistência cultural desses elementos

4 Duarte (2017) contabiliza que mais da metade das falas se concentrou em acionar dispositivos que chamam de universalistas.

o que ajudaria a entender os sentidos que teriam atravessado cada uma das falas colocadas e a maneira como elas foram recebidas pela população.

Almeida (2017), no que tange às reflexões sobre a evocação de deus, família e região no *impeachment*, concentrou-se em decifrar, durante a votação, o que chamou de *as faces de deus no parlamento*. Para este antropólogo, esses termos que compuseram o léxico político na ocasião, serviram como “elementos unificadores e transversais”, estabelecendo linhas de força, chegando a possuir mais densidade do que os termos do repertório político liberal moderno, como democracia, estado de direito e cidadania⁵. De acordo com Almeida, essas linhas de força colocaram deus como signo de poder, revelando o valor histórico-cultural do cristianismo no país, seja quando acionado na abertura dos trabalhos da Câmara ou quando utilizado como operador das transformações na política brasileira. Deus também aparece como elemento de distinção, utilizado para contrastar com aqueles que apoiam o inimigo em comum, o PT de Dilma Rousseff, demonizado e que precisava ser destruído. Outra forma de deus que Almeida encontrou foi aquele que passava pela valorização dos bens com correspondência divina, a família e os valores morais, que estariam ameaçados e precisavam ser defendidos. Mas também emergiu outro deus, agora na fala dos que tomaram a menção a esta figura religiosa no parlamento como descabida e despropositada, que antes de ser utilizada em uma acepção ético-moral deveria ser praticada no seu sentido político-caritativo. A esta última forma Almeida chamou de “deus derrotado” que, além de contrastar com as anteriores, acabou encontrando menor capilaridade junto aos parlamentares que lançaram mão de alguma justificativa de cunho religioso.

Prandi e Carneiro (2018) se esforçaram para agrupar os itens identificados ao longo da votação do *impeachment* em eixos que expressavam as linhas de força que atravessaram o processo que levou ao afastamento de Dilma. Os autores conseguiram alinhar os vários itens publicizados na sessão da Câmara em 5 eixos: democracia; bom governo e programas sociais; mau governo e corrupção; legalidade; tradição⁶. Em seguida, inclinam-se para os votos a favor e contra o

5 Almeida identificou que dentre os 367 deputados que votaram a favor do impeachment, o termo deus aparece 43 vezes, enquanto o termo família aparece 117 vezes e nação 28 vezes. Já entre os 137 deputados que votaram contra o impeachment, deus aparece apenas 7 vezes, família 10 vezes e nação 4 vezes.

6 De acordo com Prandi e Carneiro (2018, p. 11), “alinham-se no eixo da **democracia** os itens “legalidade”, “democracia”, “trabalhadores” e “os que sofreram sob a ditadura”. Compõe a dimensão **bom governo e programas sociais** os itens “bom governo”, “marginalizados sociais”, “retomada do desenvolvimento”. O **mau governo e a corrupção**, por sua vez, está associado mais fortemente aos itens “contra Lula e o PT”, o “mau governo da presidente”, a “voz das ruas” e a “corrupção”. O quarto fator, que se denominou **legalidade**, inclui os itens “pela liberdade e justiça”, “pela Constituição” e “pelo povo brasileiro”. A quinta

impedimento da presidenta, mostrando que os votos contrários ao processo de afastamento passavam majoritariamente pelos eixos democracia, bom governo/programas sociais e legalidade, enquanto que os votos favoráveis passavam, em grande parte, pelos eixos mau governo/ corrupção e tradição. A análise fica ainda mais interessante quando os autores vão olhar para a votação da bancada evangélica, cujos deputados favoráveis ao *impeachment* chagaram na casa dos 93,80%, que representa 22% acima da média de todos os demais deputados que votaram sim. No caso daqueles deputados, o eixo tradição vai ser aquele pelo qual vai passar a maioria das justificativas dos votos (70%), ficando o eixo democracia do lado oposto, ou seja, como eixo no qual as justificativas menos estiveram assentadas (14%). Como conclusão, Prandi e Carneiro procuram ressaltar que o papel da religião no *impeachment* expressou os valores tradicionais que ela defende. Por mais que esses valores encontrassem correspondência com as justificativas de outros deputados não evangélicos e que votaram a favor do afastamento de Dilma, os evangélicos o fizeram com mais ênfase. A presença política dos evangélicos, segundo os autores, a despeito dos acordos e conchas que se esconde por trás de cada voto, só consegue ser feita pelas vias da tradição, pela sua justificativa “em nome do pai: Deus, a igreja, a família, o país, seu lugar e aqueles que o habitam” (Prandi; Carneiro, 2018: 19).

Além desses casos mais gerais analisados por Duarte, Almeida e Prandi e Carneiro, cabe frisar que, dentre as justificativas apresentadas no Plenário da Câmara dos Deputados, como mostrarei adiante, duas delas chamaram a atenção pela invocação do pertencimento à Renovação Carismática Católica⁷. Essas posições poderiam ser tomadas, seguindo Duarte (2017), como uma expressão dos valores particularistas que estariam assentadas no interior dos segmentos carismáticos citados. Mostraria um deus nas suas faces distintivas e valorativas, cujos princípios que encarnava deveriam ser defendidos, como mostrou Almeida (2017). Mas também expressaria a defesa da tradição, feita em nome de deus e das instituições que encontrariam nele uma correspondência, conforme tematizado por Prandi e Carneiro (2018). Parte da literatura sobre a relação entre carismáticos e política também responderia bem a esta presença política, se pudéssemos resumir a atuação política dos carismáticos àquelas falas. O engajamento dos carismáticos poderia estar refletindo um rosto básico do movimento,

dimensão reúne igreja, Deus, a instituição da família, a família do deputado, a base eleitoral do deputado e o país. Não podia deixar de ser chamada de **tradição**” [grifos meus].

7 Votaram em nome do movimento carismático os deputados Diego Garcia (PHS/PR), que votou em nome do Projeto (Ministério) Fé e Política, e Eros Biondini (PROS/MG), que votou em nome da comunidade Canção Nova.

conservador em termos morais e éticos e preocupado em marcar posições políticas mais à direita da vida política (Portella, 2011). Mas também justificaria uma presença intransigente e até certo ponto indevida, ao confundir a atuação política com atuação religiosa, desconsiderando os meandros da atividade parlamentar e marcando uma presença pública por meio do proselitismo católico (Prandi, 1996; 1998; Carranza, 2000).

Contudo, a participação deste movimento católico no processo de *Impeachment*, pelo menos em termos de engajamento de seus principais quadros políticos, não pode ser resumida à justificativa do voto a favor ou contra a admissibilidade do processo de impedimento de Dilma baseada na estandardização de seus vínculos religiosos. Nesse sentido, olhando mais de perto para o problema levantando, é possível ver a questão das relações entre catolicismo carismático e política no contexto da representação parlamentar, especificamente na Câmara dos Deputados, para além do que indica a posição dos dois deputados que votaram em nome do catolicismo carismático durante o Ritual do *Impeachment*. Assim, será possível visualizar um cenário muito mais amplo, mostrando as polifonias da presença política de grupos como os da Renovação Carismática Católica na esfera parlamentar (Procópio, 2018). Ao manifestarem publicamente suas posições no jogo do *impeachment*, nos púlpitos, nas ruas, nos encontros ou nos partidos, os deputados do carismatismo católico apontam para conjuntos de forças que ajudam a entender os sentidos que atravessam a política deste movimento católico.

Desse modo, é preciso olhar para o próprio ato final do Ritual de *Impeachment* na Câmara dos Deputados, onde outros parlamentares, também vinculados à Renovação Carismática Católica, estavam presentes. Mas também é preciso olhar para alguns nomes com projeção política ligada a este movimento que, por opção ou circunstâncias, não estavam presentes no desfecho do ritual. Essas personagens até então possuíam visibilidade enquanto quadros políticos do catolicismo carismático, e que ajudam a sinalizar para outros regimes de engajamento desse agrupamento religioso na política. Tanto os deputados que votaram em nome do movimento católico quanto os que se posicionaram a favor ou contra o *impeachment* de outras maneiras, devem ser observados em diálogo com as estratégias eleitorais e parlamentares de cada um deles, mas também com as pressões e mobilizações coletivas e partidárias na qual estão inseridos. Desse modo, podemos ver modelos de inserção e ação política distintas, que acabarão dando vazão a uma compressão muito mais alargada para aquilo que os carismáticos católicos querem e fazem na política.

Tomar a posição dos carismáticos no *impeachment* nesse sentido mais expandido, situando suas ações dentro de conjuntos de forças que os atravessam, coloca o problema do engajamento desse agrupamento dentro do debate sobre a emergência de arenas públicas. Ao se apresentar como o que Cefai (2002) chamou de situação problemática, o processo de impedimento de Dilma permitiu que vários atores se mobilizassem diante da questão, publicizando *performances* e endereçando soluções. Nesse momento, os dispositivos de ação e enunciação estavam circunscritos a enredos que se davam desde a formação e aprendizagem política de cada deputado, a existência de grupos de pressão formados por bases eleitorais, público em geral e formadores de opinião, os interesses classistas aos quais estariam vinculados e as articulações partidárias desenvolvidas até o momento. Enquanto arena pública, seguindo a definição de Cefai (2002; 2009), os engajamentos a partir do *impeachment* fazem com que agrupamentos sejam modelados, aglutinando conjuntos de força, operando dramatizações e mobilizando retóricas que, antes de orientados antecipadamente, são desenvolvidos ao longo de um jogo que leva em conta expectativas em relação ao que foi e deverá ser feito. Por conta disso, a movimentação dos deputados carismáticos no *impeachment* está muito longe de poder ser tomada como uma única ação ordenada e homogênea, mas, ao contrário, como atravessada por motivações e interesses diversos que estão colocados na prática cotidiana de suas experiências na vida pública.

Os carismáticos do Impeachment⁸

A composição da Câmara dos Deputados que levou a cabo o Ritual de *Impeachment* do dia 17 de abril foi eleita durante o processo eleitoral de 2014, tendo sido considerada pelos analistas do DIAP (2014) a legislatura mais retrógrada desde a reabertura democrática dos anos de 1980, levando em conta os nomes e propostas dos candidatos eleitos. Dentre os deputados eleitos, pelo menos seis deles tinham algum tipo de relação com a Renovação Carismática Católica (RCC), desde um vínculo direto com grupos e comunidades até a simpatia e reconhecimento de seu nome junto a estes espaços de sociabilidade carismáticos: Alessandro Molon (PT/RJ); Diego Garcia (PHS/PR); Eros Biondini (PROS/MG);

8 Tomei como as principais referências do catolicismo carismático na política durante o processo de impedimento de Dilma aqueles quadros que tinham ou passaram a ter projeção a partir das eleições de 2014. Além dos deputados federais eleitos e em exercício, incluí outros três que, apesar de não ocuparem cargo parlamentar durante o *impeachment*, ocupavam posição política significativa na condição de secretários de governo.

Evandro Gussi (PV/SP); Flávio Augusto da Silva, o Flavinho (PSB/SP); Odair Cunha (PT/MG). Esses políticos desempenharam papéis diferentes na disputa pela permanência ou retirada de Dilma Rousseff da presidência.

Molon, advogado, foi radialista em uma rádio católica e, apesar de não se declarar abertamente como sendo do movimento carismático, é nome constante nas listas de apoio político da RCC carioca e tem votos em regiões com atuação desse movimento. Foi reeleito como deputado do PT, mas mudou de legenda em setembro de 2015, filiando-se à REDE depois de ter ficado na sigla que o elegeu por quase 16 anos. Diego Garcia estava na sua primeira legislatura. É militante orgânico da RCC paranaense, participando de pregações e eventos e contou com sua atuação junto ao Projeto (Ministério) Fé e Política⁹ como capital político para a conquista do mandato. Biondini, cantor católico, atuava em comunidades carismáticas na região central de Minas Gerais e se encaminhava para seu segundo mandato no Congresso Nacional. Estava filiado ao PROS, após ter passado pelo PHS (2005-2009) e pelo PTB, partido pelo qual foi eleito em 2014. Gussi era professor de direito, advogado e estava em seu primeiro mandato. Além de atuante na RCC de sua região, o oeste paulista, participava de programas jornalísticos da Comunidade Canção Nova¹⁰. Flavinho também estava em seu primeiro mandato e sua fama no movimento carismático advinha de sua circulação como cantor, especialmente nos eventos do Padre Jonas Abib, da Canção Nova. Odair, que se encaminhava para sua terceira legislatura, foi radialista e advogado e participava como pregador em eventos da RCC no Sul de Minas, onde frequentou comunidades carismáticas¹¹ em Três Corações e Pouso Alegre. Odair se licenciou tão logo foi empossado no mandato em 2015

9 O Projeto (Ministério) Fé e Política, criado em meados dos anos de 1990, compõe um dos braços da RCC no Brasil, que tem como intenção produzir discernimento sobre o voto junto à comunidade carismática e sugerir uma lista de nomes afinados com a programática católica, especialmente em termos morais e éticos. Algumas dinâmicas desse Ministério podem ser encontradas nos trabalhos de Carranza (2000) e Procópio (2014). Os limites da atuação desse Ministério podem ser encontrados no trabalho de Miranda (2016). É importante frisar que o Ministério Fé e Política da RCC tem diferenças em relação ao modelo do Movimento Nacional de Fé e Política, atrelado às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Um panorama sobre este último pode ser visto na coletânea organizada por Ribeiro de Oliveira (2005). Apesar das diferenças, podemos encontrar algumas ligeiras influências do modelo liberacionista sobre o modelo carismático, como mostrou Procópio (2014).

10 A Comunidade Canção Nova é uma comunidade católica fundada em 1978, com sede em Cachoeira Paulista (São Paulo). Possui um sistema de rádio e televisão de longo alcance, que cobre todo o território nacional. Dentre os trabalhos que dão conta de apresentar as características dessa comunidade, destaca-se o de Oliveira (2009).

11 As diversidades das comunidades carismáticas no Brasil foram apresentadas e debatidas na coletânea organizada por Carranza, Camurça e Mariz (2009).

para assumir a função de Secretário de Estado em Minas Gerais, que passaria a ser governado pelo petista Fernando Pimentel.

Além desses deputados eleitos, é significativa a tentativa de Salvador Zimbaldi (PROS/SP) em conquistar o seu quinto mandato como deputado federal. Foi militante orgânico da RCC desde os anos de 1980, fazendo com que seu nome fosse um dos mais exaltados por algumas alas no catolicismo carismático, por conta de seu empenho em defender abertamente as bandeiras conservadoras que atravessam o referido movimento. Entretanto, seus 65.641 mil votos não foram suficientes para que ele pudesse compor a legislatura a ser iniciada em fevereiro de 2015, ficando na condição de suplência. Outro caso de deputado ligado ao catolicismo carismático e que não pode ser negligenciado é o de Gabriel Chalita (PMDB/SP; PDT/SP), afamado como escritor e educador no interior do movimento carismático, bem como de alguns setores médios paulistas, que tinha decidido não concorrer à reeleição em 2014. Sua ausência deixou uma lacuna para o movimento católico, que tinha nele uma aposta de vitória certa, sobretudo levando em conta sua projeção eleitoral anterior (2010), quando ele obteve cerca de 560 mil votos.

Após ser iniciada a convocação dos deputados para proferirem seu julgamento sobre o parecer que sugeria a admissibilidade do processo de *impeachment*, e na medida em que as posições tomavam forma e as faces de quem votavam contra ou a favor do relatório eram delineadas, acordos, articulações e traições puderam ser provados. Por trás do resultado final que selou o destino político de Dilma, que a história do tempo presente adjetiva como golpe (Singer, 2016; Souza, 2016), muitas tramas foram tecidas e os deputados ligados ao catolicismo carismático não estiveram ausentes nas mesas de negociação e nem deixaram de sofrer pressões externas para se inclinarem para um lado ou para o outro na disputa.

Para dar conta dos engajamentos dos carismáticos nesse momento da história política do país, veremos em três atos como seus principais quadros políticos participaram do processo de *impeachment*: o primeiro ato percorre as dinâmicas em torno dos deputados que votaram em nome da Renovação Carismática; o segundo ato procura compreender a posição dos demais deputados ligados ao carismatismo católico, que lançaram mão de outros dispositivos no endereçamento do voto; o terceiro ato se debruça sobre a atuação dos demais políticos carismáticos que ainda possuíam projeção na esfera política mas que não estavam presentes durante a votação.

A invocação do pertencimento ao movimento carismático apareceu em dois momentos ao longo do Ritual de *Impeachment*. Primeiro no pronunciamento

de Diego Garcia, o 86º deputado convocado para pronunciar sua decisão, filiado ao PHS/PR, que votou “sim” pela admissibilidade do processo pela Câmara. O segundo aparece na fala de Eros Biondini, 381º deputado convocado para pronunciar seu voto, filiado ao PROS/MG, que também votou “sim” pela admissibilidade do processo pela Câmara.

Sr. Presidente, fui eleito por paranaenses que acreditam no resgate da moralidade na política. Fui eleito pelo *Projeto [Ministério] de Fé e Política da Renovação Carismática Católica* no meu Estado do Paraná. Pela minha família, pela minha filha, pela minha esposa, pelo povo do Paraná, tenho orgulho em dizer: terra da Lava-Jato, avance! Polícia Federal! Sim ao impeachment. [grifos meus]. [Diego Garcia]

Sr. Presidente, pelos valores que herdei dos meus pais, e que procuro repassar aos meus filhos; pela gratidão que tenho à *Renovação Carismática Católica*, à *Canção Nova* e aos demais movimentos que me ajudaram a me livrar das drogas; pelos milhões de brasileiros que vivem hoje nas drogas e não têm ajuda; para honrar os belorizontinos, os mineiros, os brasileiros nesta Terra de Santa Cruz, o meu voto é sim. E o voto do meu suplente, Euclides, também seria sim, Sr. Presidente. [grifos meus]. [Eros Biondini]

Dentre o conjunto de deputados que votaram a favor do *impeachment*, Diego Garcia e Eros Biondini foram os únicos que mencionaram na sua decisão seus vínculos com instituições católicas, particularmente com a Renovação Carismática Católica, sendo agregado na justificativa do primeiro o vínculo com o Projeto (Ministério) Fé e Política e agregado na justificativa do segundo seu vínculo com os movimentos carismáticos, especialmente com a Comunidade Canção Nova. A posição desses deputados, apesar de serem ínfimas em relação ao montante das declarações, revela uma ligação entre religião e política na arena pública, especialmente a relação entre catolicismo carismático e política, que vem sendo debatida na reflexão acadêmica sobre o tema, conforme mostra revisão realizada em Procópio (2014). Garcia e Biondini estariam dando vazão para um projeto religioso-político que quer marcar a cena política brasileira, particularmente na Câmara dos Deputados, com valores e elementos condizentes com as demandas que acreditam suas instituições de origem possuir, que passam principalmente pela valorização dos princípios das instituições religiosa e familiar. Nesse sentido, ao justificarem suas decisões em relação à admissibilidade do processo de *impeachment* da presidenta da República brasileira, fazendo menção a seus pertencimentos religiosos, estariam marcando

uma posição para estas instituições na cena política e, ao mesmo tempo, dando indícios de que, ao serem colocados como representantes legítimos destas instituições, suas decisões seriam a ressonância de um projeto mais amplo¹².

Enquanto apenas os deputados Diego Garcia e Eros Biondini mencionaram seus vínculos com o catolicismo carismático, outros três deputados carismáticos presentes não utilizaram este vínculo no proferimento de suas decisões. Evandro Gussi (206º convocado) votou “sim”, tal como Flavinho (208º convocado), enquanto Alessandro Molon (295º convocado) votou “não”:

Sr. Presidente, este é o momento de silenciarmos a nossa voz e o nosso coração e de *ouvirmos a voz que vem das ruas inundadas de verde-amarelo no Brasil*. A favor do Brasil, por São Paulo, especialmente, do seu oeste, Sr. Presidente, eu voto sim e registro aqui que o Deputado Mendes Thame, suplente nesta ocasião, se aqui estivesse, também votaria sim, Sr. Presidente. [grifos meus]. [Evandro Gussi].

Cumprindo a minha *obrigação constitucional de legislador e de fiscalizador, eu acolho a denúncia dos juristas* que foi apresentada contra a Presidente Dilma Rousseff. Também, fazendo um *juízo político*, creio que *não é o melhor Governo para este País*. Mas, Sr. Presidente, com todo respeito institucional que tenho por V. Exa., espero que também esta Casa tenha a coerência de fazer com que o processo contra V. Exa. progrida, para que esta Casa também seja passada a limpo. Pelo Brasil, pelo meu Estado e pela honra da minha família, eu voto sim. [grifos meus]. [Flavinho].

Porque *prometi defender a Constituição* quando cheguei a esta Casa, porque *não há crime de responsabilidade* no parecer do Relator, porque *respeito o voto do eleitor brasileiro e porque luto pela democracia* no meu País, meu voto convicto é não. [grifos meus]. [Alessandro Molon].

Essas posições apontam para um tipo diferente de engajamento dos deputados com algum vínculo com a Renovação Carismática Católica, diminuindo o alcance da tese da intransigência, esboçada por autores como Prandi (1998) e Carranza (2000), que seria inerente à presença política de atores vinculados a

12 Houve questionamentos sobre a posição desses deputados por parte de vários carismáticos. O dia posterior à votação do *impeachment* levou com que muitos adeptos e simpatizantes do movimento usassem as redes sociais virtuais de comunidades e grupos para demonstrarem sua insatisfação com a conduta dos deputados que votam em nome da RCC. Não houve uma posição oficial, por meio de nota ou manifestação pública, do Conselho Nacional da Renovação Carismática e nem da Canção Nova em relação ao *impeachment*. As posições abertas a favor ou contra acabaram sendo uma opção particular que quem emitia a declaração. O mesmo vimos em relação à CNBB.

esse movimento na esfera política parlamentar. Gussi tomou sua decisão orientada por parte das ruas que se cobriram de verde e amarelo, especialmente nas grandes cidades centro-sulistas brasileiras, mas também pela vontade política de seu estado, em particular sua região de origem, o oeste paulista. Flavinho indicou sua decisão levando em conta o parecer da Comissão do *Impeachment*, que acolheu a denúncia contra a presidenta e encaminhou o processo para votação no plenário. Por outro lado, agregou à sua decisão a certeza de que Dilma não era a mais capacidade para estar a frente do governo federal, finalizando o voto acentuando seu compromisso com a defesa do país, de seu estado e de sua família. Molon, tendo por base o relatório mencionado por Flavinho, tomou posição contrária, por não ver neste documento crime de responsabilidade que justificaria o *impeachment*. Agregou à sua decisão o respeito que se deve ter pelos votos que elegeram a presidenta e os valores democráticos que deveriam ser defendidos, valores estes que estavam sendo ameaçados, conforme repertório político dos membros dos então partidos governistas.

A este panorama da ação dos deputados ligados ao catolicismo carismático podem ser acrescentadas algumas mobilizações envolvendo Salvador Zimbaldi, Gabriel Chalita e Odair Cunha em relação ao processo em curso e que, mesmo não culminando em voto físico no plenário da Câmara, dá ao analista a possibilidade de compreender a polifonia da relação entre catolicismo carismático e política. Zimbaldi, que não havia sido reeleito em 2014, e certamente por sua ligação com a regulamentação do Circuito Religioso do Vale do Paraíba, que incluía Aparecida do Norte, Cachoeira Paulista e Guaratinguetá¹³, acabou assumindo em setembro de 2015 a Secretaria Especial de Assuntos de Turismo da Prefeitura de São Paulo, cujo prefeito era Fernando Haddad (PT), vinculado ao partido da presidenta. Na época do processo de votação do *impeachment*, ele não se pronunciou abertamente sobre o caso, mas seu filho e herdeiro político, Rafael (Rafa) Zimbaldi, vereador em Campinas pelo PP/SP, suplente de deputado estadual e membro da RCC, foi um proeminente defensor da consumação do processo de *impeachment* e também divulgador assíduo de chamadas nas redes sociais convocando para mobilizações virtuais e presenciais, especialmente em sua cidade de origem.

13 O Circuito Religioso do Vale do Paraíba é assim denominado desde a aprovação do projeto de Lei nº 646/2008 em 2009 na ALESP, que concedeu às cidades de Aparecida, Cachoeira Paulista e Guaratinguetá um estatuto especial no âmbito turístico do Estado de São Paulo. Por serem cidades de peregrinação religiosa, elas atraem centenas de milhares de devotos anualmente e que, com a aprovação do Projeto de Lei, passaram a ter benefícios específicos do Governo do Estado.

Chalita, que abriu mão da disputa em 2014, acabou assumindo a Secretaria de Educação da Prefeitura de São Paulo em 2015, passando a fazer parte da gestão de Fernando Haddad, de quem seria candidato a vice-prefeito nas eleições de outubro de 2016. Seus vínculos estabelecidos ao longo do último ano acabaram levando o então Secretário da Educação a se posicionar ao lado daqueles que se contrapunham ao *impeachment*, chegando inclusive a se desfiliar do PMDB/SP, no qual estava vinculado desde 2011, para retornar ao PDT/SP, primeiro partido de Chalita, quando se elegeu vereador em Cachoeira Paulista/SP no fim dos anos 1980.

Odair Cunha, por sua vez, sendo deputado federal eleito pelo PT, mas logo se licenciando para assumir a Secretaria de Estado de Minas Gerais, teve sua exoneração do cargo encaminhada a pedido do seu partido, nas vésperas da votação do ato final do ritual de *impeachment*, para que retornasse à Câmara e votasse com seus pares em defesa da presidenta Dilma. Entretanto, a exoneração foi abortada por ser avaliada como desnecessária, uma vez que sua presença não alteraria o número de votos dos deputados do Estado de Minas Gerais já declarados em favor do governo federal.

Altar, rua, democracia e partido

Diante do panorama exposto sobre a atuação dos quadros políticos vinculados ao catolicismo carismático no ritual do *impeachment*, é possível assinalar alguns conjuntos de força que foram colocados em jogo e que ajudam a pensar algumas dinâmicas nas quais o carismatismo católico se viu envolvido quando da sua participação em uma arena política representativa. Mesmo sendo limitado o alcance das projeções, por conta do recorte realizado por este artigo, estes conjuntos de força podem ajudar a expressar os contextos pelos quais os engajamentos são produzidos, bem como os moduladores das *performances* que lançam mão para endereçarem suas perspectivas e demandas. Os carismáticos querem dizer alguma coisa quando se direcionam para um lado ou para outro na disputa do *impeachment*, tomando posições e direções diversas quando se movimentam ou se deixam movimentar sob a trama na qual eles se veem obrigados a atuar.

As posições de Diego Garcia e de Eros Biondini, que justificaram seus votos em nome da Renovação Carismática Católica e, respectivamente, em nome do Projeto (Ministério) Fé e Política e da Canção Nova, sinaliza um primeiro conjunto de forças. Este estaria privilegiando o próprio espaço religioso no qual realizam parte de suas vidas ordinárias, colocando suas posições como

representativas de todo grupo ou comunidade. O que está colocado na posição desses deputados é uma tentativa clara de dar evidência ao nome do movimento do qual participam e uma tentativa de produzir uma afinidade deste com uma posição favorável ao *impeachment*. Não é novidade para a literatura corrente sobre carismáticos e política a posição de alguns políticos que, alçados a esfera parlamentar, decidem promover seu movimento de origem (Prandi, 1996; 1998; Miranda, 1999; Carranza, 2000), o que igualmente o fazem políticos de outros movimentos cristãos (Machado, 2005; Machado; Burity, 2006). Para o caso dos carismáticos, a pertença religiosa acaba condicionando uma atuação parlamentar que procura em grande parte atender às demandas políticas e sociais do grupo de origem, especialmente em termos éticos e morais e a concessão de sinais de rádio e televisão e de títulos de utilidade pública (Reis; Almeida, 2015). O que deve ser acrescido nessa reflexão é que, mesmo não sendo novidade na esfera parlamentar, alguns quadros políticos tomam suas posições particulares como a posição de todo grupo, apresentando uma pretensa unidade deste em torno de uma posição e deslocando-o para um dos lados da disputa. Por mais que possam encontrar respaldo em parte das bases pelas quais dizem falar, não é sem resistência que vão promover o seu intento.

Garcia, ao associar seu voto ao Projeto (Ministério) Fé e Política e marcar para este setor do carismatismo católico uma posição em relação ao *impeachment*, rompe com a neutralidade que o Ministério sempre cultivou e pode estar sinalizando para uma disputa no seu interior. Mesmo que apoie candidaturas a deputado, dentro de uma plataforma de identificação mínima, o Ministério, enquanto organização, costuma manter-se em consonância com as posições oficiais da Renovação Carismática e da Igreja Católica em geral, que prega cautela e responsabilidade na tomada de posições políticas (Procópio, 2014)¹⁴, como foi o caso do *impeachment*. Apesar de sua posição cismática, Garcia tem a seu favor o fato de que inaugura um tipo de promoção de candidatura em nível estadual, que tem na inserção em grupos de oração de todo o estado um capital eleitoral significativo. Se este modelo passar a servir como o mais efetivo para o movimento carismático, porque produz campanhas mais homogêneas em nível de discurso e não depende de grandes comunidades ou acordos com outros agrupamentos para a conquista de um cargo parlamentar, o Ministério vai se

14 Miranda (2016) tem afirmado que o Ministério Fé e Política não consegue, em algumas ocasiões, legitimidade disciplinadora ou mesmo normatizadora, levando as candidaturas que reivindicam o lugar de fala do movimento carismático a atuarem com muita autonomia. Mas o recurso ao referido projeto pode ter um uso retórico capaz de modelar ações e procedimentos que modificam sua presença pública, tal como demonstra o caso de Garcia.

defrontar com o dilema de ter que criar diretrizes mais claras e aceitar programas ideológicos mais exclusivistas¹⁵.

Já Biondini, por sua vez, ao dar visibilidade para a Canção Nova em seu voto, mobiliza um conjunto de acontecimentos ocorridos no interior dessa comunidade em relação à pessoa da presidenta em julgamento. Foi na Canção Nova que o tradicionalista Padre Paulo Ricardo, afamado por falar contra Dilma dezenas de vezes ao longo dos últimos anos, ganhou espaço (Silveira, 2015). É também nessa comunidade que germinou o movimento Acorda Canção Nova, cuja face reacionária permitiu com que se aglutinassem aqueles que viam em Dilma uma personagem contrária aos valores cristãos (Andrade; Sofiati, 2014). Nesse sentido, a posição de Biondini estaria encontrando uma justaposição com algumas posições da própria Canção Nova, apesar desta não ter se posicionado abertamente em relação ao *impeachment*. Contudo, não se pode deixar de considerar que, nas franjas dessa comunidade, as críticas à sua evocação no voto do deputado se fizeram presentes. No dia seguinte à votação do *impeachment*, o *site* da Canção Nova amanheceu repleto de posições contrárias à ação de Biondini, que, segundo alguns internautas, teria indevidamente falado por toda uma comunidade, desconsiderando os muitos pontos de vista que a atravessam.

A posição de Evandro Gussi, ao procurar um diálogo com as ruas, votando em nome desta, sinaliza para um segundo conjunto de forças. Os estudos antropológicos e sociológicos sobre as manifestações de rua, ao longo do período que ganhou seu ápice na votação do *impeachment* no Congresso Nacional, são categóricos em mostrar as diferenças e os tipos de repertórios utilizados pelos agentes envolvidos (Gohn, 2016; Alonso, 2017; Pinto, 2017¹⁶). De um lado estariam os agrupamentos tradicionalmente vinculados à esquerda, como os sindicatos, sociedade civil organizada, agremiações estudantis, intelectuais e artistas, que se aglutinavam em dias alternados da semana e cuja posição oscilava entre a defesa direta da presidenta e o apelo pela conservação dos valores

15 Esta prática é bem visualizada em eleições para os legislativos municipais em cidade de pequeno e médio porte, quando o movimento carismático fecha o apoio a um candidato e consegue arregimentar eleitores em torno de uma proposta de ação (Miranda, 1999; Silveira, 2008; Silva, 2008). A ampliação dessa prática para o nível estadual e federal, entretanto, ainda está em gestação. Casos como Diego Garcia são pontuais e demandam menos concorrência interna para serem efetivadas, o que é justamente o oposto do que se vê em estados como São Paulo e Minas Gerais, que conhecem um leque de nomes e projetos oriundos desde o interior de grupos e movimentos carismáticos. Essa diversidade tem sido tematizada em Procópio (2012; 2014; 2015).

16 Enquanto Gohn e Pinto estão preocupadas em descrever os acontecimentos e apreciar a qualidade dos engajamentos do período, Alonso se interessa em compreender o que ela chama de ciclos de confronto, levando em conta os repertórios acionados e as suas direções.

democráticos e da Constituição republicana brasileira. Do outro lado estariam os agrupamentos inclinados para a direita política, que tomavam Dilma e seu partido como a personificação de toda a corrupção do país e que, por isso, deveria ser banida. Ocupando as regiões centrais das principais cidades do centro-sul do Brasil nas manhãs e tardes de domingo, tomaram o verde e amarelo como cores de sua revolta, tendo suas posições e demandas marcadas por uma pertença vinculada à classe média tradicional. É a este último agrupamento que o voto de Gussi está associado e suas posições podem estar comungadas com as demandas desses atores políticos que desempenharam papel importante no jogo do *impeachment*¹⁷.

Ao votar em nome das ruas inundadas de verde e amarelo, Gussi deixa clara sua posição e por quem está falando. Por mais que possa não comungar de todas as bandeiras colocadas em movimento, este deputado não deixa de dialogar com o corte classista que atravessa aqueles engajamentos públicos. Os estudos sócio-antropológicos sobre o catolicismo carismático sustentaram, durante muito tempo, o perfil classe média e conservador em termos éticos e políticos dos frequentadores dos grupos de oração e comunidades ligadas à Renovação (Oliveira, 1978; Oro, 1996; Prandi, 1998; Carranza, 2000; Valle, 2004). Esse perfil, em parte, foi identificado nas ruas pelas sondagens realizadas por vários jornais do país (Pimentel Jr, 2015), o que pode revelar o mimetismo entre o ideário das ruas e o ideário dos católicos carismáticos. Claro que não convém exagerar, porque o perfil dos carismáticos não os levam automaticamente para a direita política, mas é possível que exista uma identificação classista que vai culminar na posição de políticos como Gussi, que se reconhecem e se engajam como parte de um grupo que carrega valores e formas de organizar o mundo da vida e da política.

Outra linha de força está representada por Salvador Zimbaldi, que optou por não se engajar abertamente sobre a questão, que certamente o fez porque desejava manter uma boa relação com o partido da presidenta, que lhe abriu espaço na secretaria de turismo da prefeitura de São Paulo. Não se engajar favoravelmente ou contra permite que resguarde sua posição diante daqueles com os quais convivia no âmbito da prefeitura, que eram contrários ao impedimento, mas também diante daqueles que faziam parte do seu círculo religioso e que eram favoráveis ao afastamento de Dilma, setor pelo qual seu filho Rafa procurou representar com uma posição favorável ao *impeachment*. Essa relação,

17 Na mesma direção pode ser lida a atuação de Rafa Zimbaldi, filho de Salvador Zimbaldi, que optou, apesar da omissão do pai, em se engajar nas ruas em prol do *impeachment*.

instrumental, não é novidade no interior do movimento carismático e sua relação com a esfera da política. Carranza (2000) mostrou essa faceta do movimento quando sinalizou que o que importa para os católicos carismáticos é ter acesso a recursos do estado que pudessem viabilizar seus projetos, que estariam sempre para além de interesses político-ideológicos e programático-partidários mais amplos. No mesmo sentido vai a reflexão de Iffly (2011), que comentou a tensão de Salvador Zimbaldi e Osmânio Pereira e o PSDB, partido em que estavam filiados e pelo qual eram deputados em 2003, quando ambos decidiram apoiar o governo Lula, do PT. Na ocasião, os deputados optaram por abandonar o partido ao qual estavam vinculados e manter seu alinhamento com o novo conjunto de forças que ganhava hegemonia. Essa tensão mostra mais uma vez uma faceta instrumental do carismatismo, na medida em que o que importa é circular próximo dos grupos e pessoas que podem facilitar acesso a recursos do estado. O caso de Zimbaldi durante o *impeachment* é emblemático, porque uma secretaria de turismo não poderia ser desconsiderada com facilidade. Existem muitas atividades desse movimento católico na área do lazer e do entretenimento que dependem do acesso a espaços como a secretaria que Zimbaldi ocupava.

As posições de Flavinho e Alessandro Molon, apesar de terem apontado para resultados diferentes, partem do respeito pelos dispositivos democráticos como justificativa central dos seus votos. Flavinho justifica seu voto articulando sua posição como legislador e fiscalizador com o fato de estar fazendo um julgamento que também é político, o que o leva a acolher a denúncia contra Dilma. Nesse sentido, reconhece os limites de sua função e procura valorizar o procedimento, quando tem no relatório em votação o norteador de sua decisão. Por outro lado, ao exigir o mesmo tipo de julgamento para Eduardo Cunha, reconhece que o combate aos crimes de responsabilidade, matéria do relatório contra a presidenta, deve ser tomado como parte de um processo mais amplo e que recairia sobre qualquer representante que se desviasse de seu compromisso com o bem público. Molon, por sua vez, toma o relatório como prova de inexistência de crime de responsabilidade, vota *não* e aponta para a necessidade de se valorizar a Constituição, o sufrágio e a democracia. Sua posição toma uma direção em diálogo com aqueles que acreditavam que o *impeachment* colocava em jogo um conjunto de dinâmicas para além de resumir a questão do impedimento a um crime de responsabilidade.

O reconhecimento dos dispositivos democráticos tem sido considerado nos trabalhos recentes sobre catolicismo carismático e política (Procópio, 2012; 2014), mostrando a ambivalência na qual o movimento está assentado, o que também tem mostrado a literatura internacional sobre o tema (Pina, 1997; 1999;

Hunt, 2008). Por um lado, temos a valorização dos procedimentos políticos, quando alguns deputados vinculados à Renovação acionam dispositivos inerentes à burocracia do estado para atuarem e operarem suas funções e demandas. Por mais que essa prática possa obscurecer as razões últimas que esses políticos possuem no *fazimento* de seus mandatos, não se pode deixar de levar em conta que, ao operarem com os dispositivos legais, valorizam esta prática e a convertem em espaço de disputa de interesses. Essa prática deslocaria as ações baseadas nas razões últimas que se escondem por trás dos procedimentos para a execução e manejo dos próprios procedimentos. Por outro lado, temos a valorização de princípios cívicos e republicanos. Nesse caso, há valores a serem salvaguardados e que passam pela guarda de princípios democráticos, a defesa dos princípios constitucionais e o respeito pela soberania do voto. Os carismáticos têm, em muitos momentos da história recente do país, lançado mão desses valores que, por mais que consubstanciados com valores religiosos, ativa uma ideia de bem comum e um senso de coletividade (Procópio, 2012).

As posições de Odair Cunha e Gabriel Chalita, que resumiram suas ações dentro do espectro partidário no processo de *impeachment*, aponta para um quinto e último conjunto de forças. Os carismáticos têm se filiado a uma infinidade de partidos ao longo dos últimos 30 anos, mas que podemos separar em dois tipos de adesão bem consolidados quando olhamos para os deputados eleitos: os que se mantêm filiados de forma efetiva a um partido ou linha programática; os que mudam de partido dependendo dos interesses ou condição do partido em possibilitar projeção¹⁸. Odair representa o primeiro grupo, pois se mantém filiado ao PT desde o início de sua vida parlamentar. Chalita representa o segundo grupo, já que passou, desde o fim dos anos de 1980, por PDT, PSDB, PSB, PMDB até retornar ao PDT. Nos dois casos a questão partidária vai ser o epicentro de suas mobilizações ao longo do *impeachment*. Odair é utilizado por seu partido para realizar manobras em relação à quantidade de votos em defesa de Dilma. É exonerado de sua função executiva em Minas Gerais para fazer número na Câmara dos Deputados, mas é reempossado como secretário de estado tão logo esta presença deixar de fazer a diferença em termos quantitativos. Chalita se movimenta por cima das dinâmicas dos partidos para poder marcar sua posição. Ao não ver sua perspectiva reconhecida em seu partido, o PMDB, não reluta em mudar de legenda, abandonando o partido que passava

18 Dentre os deputados com experiência política citados nesse artigo, Molon e Odair se mantêm afinados a uma mesma linha político-partidária (centro-esquerda). Já os deputados Biondini, Zimbaldi e Chalita são exemplos de migração partidária, tendo passado em pelo menos 3 partidos com orientação diferente ao longo de suas carreiras.

para a oposição de Dilma e se filiando ao PDT, “fiel” à presidenta. Claro que pesa nessa mudança a função de secretário de educação que exercia na prefeitura do petista Fernando Haddad, mas não se pode deixar de levar em conta afinidades com a gestão petista que podem ter justificado a decisão de Chalita¹⁹.

Ajuda a entender algumas das interfaces deputado-partido, a posição dos partidos em relação ao *impeachment* e a posição dos deputados em face da orientação dada. Assim, se tomarmos os vínculos partidários dos carismáticos à época da votação do *impeachment* e contrastarmos com as orientações dos líderes das bancadas a favor ou contra o impedimento de Dilma, encontramos um cenário de adesão partidária e afinidade programática bastante interessante. Dos partidos que não fecharam questão na votação da admissibilidade do processo contra a presidenta, dois possuíam deputados ligados a RCC, o PHS e o PROS. A bancada liberada permitiu que cada deputado votasse seguindo sua consciência e entendimento. Garcia (PHS) e Biondini (PROS) optaram pela posição favorável, enquanto Zimbaldi (PROS) não se pronunciou, decisões confortáveis diante das posições de suas legendas. O PT, a REDE e o PDT orientaram votar não, e a posição de seus quadros advindos do carismatismo católico seguiram na mesma direção. Molon (REDE) o fez no parlamento, enquanto Odair (PT) e Chalita, que saiu do PMDB (que liberou a bancada para votar) e se dirigiu para o PDT, fizeram-no em outros níveis. A mesma continuidade com a orientação partidária pode ser vista nos casos dos deputados que votaram sim. O PSB de Flavinho e o PV de Gussi tinham orientado suas bancadas a se posicionarem a favor do impedimento e suas posições no parlamento passaram longe de trair suas pertencências partidárias.

Contudo, não se pode resumir a afinidade entre deputados carismáticos e partidos apenas levando em conta as posições destes últimos em relação ao *impeachment*, pois as tensões nessa relação são parte do cotidiano da vida política desses deputados e tomam várias direções. Entretanto, não se pode desconsiderar que a participação em partidos políticos interfere na maneira como os carismáticos se inserem na política. Não estamos apenas diante de um quadro de relação instrumental, no qual a mensagem religiosa tem preponderância diante da ideologia partidária. Quando circulam por muitos partidos, podem o estar fazendo dentro daquelas legendas com baixa densidade ideológica, com exigências de pertencimento mínimo e que estão interessados em grande parte nos votos que o deputado ou postulante a cargo parlamentar pode possuir por

19 Chalita inclusive chegou a ser cogitado para ser ministro da educação tão logo se iniciou o segundo governo Dilma.

conta de seus vínculos religiosos. Além do mais, é o próprio sistema eleitoral brasileiro que permite que a rotatividade dos quadros nos partidos seja expressiva, e os carismáticos não devem pensar duas vezes ao decidirem mudar de legenda, basta encontrarem limites e barreiras para sua atuação. Isso os leva a buscar como destino as legendas que lhes deem a possibilidade de manter sua posição parlamentar e/ou permita a ocupação de lugares de destaque dentro do partido e do parlamento. Por outro lado, ocorre casos nos quais a opção pelo partido se dá por afinidades mais ideológicas. Dependendo da formação política e das experiências no âmbito da vida pública, os políticos vinculados ao carismatismo católico acabam procurando as legendas cujas bandeiras eles se identificam. Essa relação cria um vínculo de longa data que dificulta uma separação fácil. Nos casos em que emergem tensões entre convicção pessoal e programa partidário, os carismáticos podem sofrer com as exigências das lideranças do partido, restando ou obediência ou a dissidência. Para superarem as diferenças, chegam inclusive a articular justificativa para o pertencimento que vão atestar as afinidades e dificultar as rupturas (Procópio, 2015).

Conclusão

Apesar de limitadas a algumas ações localizadas, este texto procurou valorizar os engajamentos políticos dos carismáticos durante a votação do *impeachment* de Dilma Rousseff, permitindo visualizar os engajamentos que eles desempenham na política e os conjuntos de forças pelas quais se engajam. Desse modo, antes que enquadramentos prévios que pudessem nortear o entendimento das práticas colocadas em jogo, estas é que são tomadas como balizadoras da análise, considerando as cenas que lhes deram publicidade. Isso permite com que os engajamentos políticos dos deputados carismáticos sejam vistos e compreendidos nos seus processos de feitura diária, deslocando pertencidas rígidas e definitivas em benefício de desempenhos públicos mais difusos. No caso do impedimento de Dilma, cuja dramática também incidiu sobre o catolicismo carismático, seus deputados se mobilizaram para responder a esta situação problemática, fomentando agrupamentos e alinhando conjuntos de força, mas também produziram engajamentos que respondem a demandas de mobilização política no interior do movimento católico com a qual mantém colaboração.

O engajamento no processo de votação do *impeachment* permite mostrar as várias frentes abertas pela inserção dos carismáticos católicos na política brasileira nos últimos anos. Na arena pública visualizada a partir da problemática do

impedimento de Dilma, os carismáticos tiveram suas ações estimuladas pelas dinâmicas internas dos grupos e comunidades católicas com os quais se vinculavam. Garcia e Biondini votaram em nome da RCC e em parte estariam direcionando alguns interesses que atravessam grupos de comunidades católicas. O mesmo estímulo pode ser visto nas lógicas inerentes à valorização dos procedimentos políticos acionados por alguns de seus deputados. Flavinho e Molon levaram em conta o parecer que pedia a admissibilidade do *impeachment* e votaram levando em conta o saber-fazer parlamentar. Algumas ações também sofreram pressão das manifestações em espaços abertos que mobilizaram milhões de pessoas que se faziam como grupos de pressão sobre os deputados, mas também de reivindicação de representação por parte dos deputados. Gussi toma as ruas como motivador de sua posição e por ela se engaja, ao mesmo tempo assimilando os desejos das ruas e confundindo estes com os seus interesses políticos. Zimbaldi quis manter as aparências e, para assegurar o acesso a recursos públicos, evita se posicionar. Mas as ações dos carismáticos também foram impactadas pelas movimentações partidárias que forçavam a posição dos seus parlamentares e testavam sua fidelidade. Odair e Chalita se movimentaram dentro ou por cima dos partidos com os quais se vinculavam, tal como fizeram os demais políticos do carisma católico quando defrontados com as posições de seus partidos.

Se essas dinâmicas impactam na ação dos deputados, na medida em que podem ser vistas em cada movimento executado no púlpito, no parlamento, na rua ou no partido, a ação de cada deputado também impacta em cada uma destas esferas. A reivindicação por um jeito de fazer política no carisma católico fica expressa nas falas de Garcia e Biondini. Suas posições, para serem hegemônicas, vão produzir um debate sobre a qualidade da posição a ser tomada no interior de grupos e comunidades carismáticas. Mas, no parlamento, deputados como Flavinho e Molon operam dentro de uma base mais procedimental, valorizando o saber fazer político-institucional, dando outro parâmetro de atuação nesta esfera. Já na rua em que Gussi reivindica o lugar de fala e atua engrossando suas malhas, os carismáticos podem estar ajudando a pautar as bandeiras desses militantes ocasionais, cuja limitação programática faz com que discursos como os religiosos possam ser navegáveis pelas ondas produzidas. Mas não podemos esquecer que algumas relações são meramente instrumentais e a decisão de Zimbaldi em não mostrar abertamente sua posição é um balizador para esse tipo de comportamento no interior do carisma. E nos partidos, se casos como o de Odair mostram a possibilidade de afinidades e justaposições entre carisma e programas partidários, casos como o de

Chalita apontam para uma relativização destes programas em benefício de interesses mais particulares.

Referências

- ALMEIDA, Ronaldo. Os deuses do parlamento. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, Edição Especial, Junho de 2017, pp. 71-79.
- ALONSO, Angela. A política das ruas: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, Edição Especial, Junho de 2017, pp. 49-58.
- ANDRADE, Péricles; SOFIATI, Flávio M. Acorda Canção Nova!: conservadores católicos e eleições presidenciais em 2010. In: *Coletânea História das Religiões no Brasil*. v. 7. 1 ed. Recife-PE: Editora Universitária da UFPE e Associação de Imprensa de Pernambuco, 2016, pp. 55-77.
- BURITY, Joanildo A.; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2005.
- CARRANZA, Brenda. *Renovação carismática católica: origens, mudança e tendências*. Aparecida, Santuário, 2000.
- CARRANZA, Brenda; MARIZ, Cecília Loreto; CAMURÇA, Marcelo Ayres. *Novas comunidades católicas: em busca do espaço pós-moderno*. Ideias & Letras, 2009.
- CEFAÏ, Daniel. Qu'est-ce qu'une arene publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste. In: CEFAÏ, Daniel.; JOSEPH, Isaac. (Dir.). *L'Heritage du pragmatisme: conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. La Tour d'Aigues: Editions de l'Aube, 2002.
- _____. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 11-48, abr./maio/jun. 2009.
- DIAP. *Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019*. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Brasília, DF, DIAP, 2014.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. Valores cívicos e morais em jogo na câmara dos deputados: a votação sobre o pedido de impeachment da presidente da república. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, jan./jun. 2017, pp.145-166.
- GOHN, Maria da Glória. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. *Rev. Diálogo Educ*. Curitiba, v. 16, n. 47, jan./abr. 2016, pp. 125-146.
- HUNT, Stephen. Betwixt and between: the political orientations of roman catholic neo-Pentecostals. *Politics and Religions*. Belgrado, v. 2, n. 2, 2008, pp. 27-51.
- IFFLY, Catherine. *Transformar a metrópole: Igreja Católica, territórios e mobilizações sociais em São Paulo, 1970-2000*. São Paulo, Editora UNESP, 2011.

- LIMONGI, Fernando. Impedindo Dilma. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, Edição Especial, Junho de 2017, pp. 5-13.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2006.
- _____. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. *Religião & Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 35, n. 2 2015. pp. 45-72.
- MIRANDA, Julia. *Carisma, sociedade e política*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999.
- _____. Católicos carismáticos e as eleições municipais de 2012. *Ciências Sociais Unisinos (Online)*. v. 51, n. 2, mai./ago. 2015, pp. 28-42.
- MONTERO, Paula. “Religiões públicas” ou religiões na esfera pública? Para uma crítica ao conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, 2016, pp.128-150.
- NÓBREGA, Camila. O olhar da imprensa internacional sobre o impeachment no Brasil. *Carta Capital*, 28 abr. 2016.
- RIBEIRO DE OLIVEIRA, Pedro. A RC como agremiação religiosa. In: RIBEIRO DE OLIVEIRA, Pedro et alli. (org.) *Renovação Carismática Católica: uma análise sociológica, interpretações teológicas*. Petrópolis. Vozes, 1978.
- _____. (org.) *Fé e Política: fundamentos*. São Paulo, Ideias e Letras, 2005.
- OLIVEIRA, Eliane Martins. A vida no espírito e o dom de ser Canção Nova. In: CARRANZA, Brenda; MARIZ, Cecília Loreto; CAMURÇA, Marcelo Ayres. *Novas comunidades católicas: em busca do espaço pós-moderno*. Campinas, Ideias & Letras, 2009.
- ORO, Ari Pedro. *Avanço pentecostal e reação católica*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- PIMENTEL JR, Jairo. Impeachment, oposição e autoritarismo – o perfil e demanda dos manifestantes em São Paulo. *Em Debate*. Belo Horizonte, v. 7, n. 2, abr. 2015, pp. 15-22.
- PINA, Christine. Religion et politique dans le “Renouveau charismatiques”: le cas de deux communautés françaises. *Religiologiques*. Montreal, v. 16, set./dez. 1997, pp. 113-133.
- _____. The City, the Countryside and Nature in the Discourse of Two Charismatic Revival Communities: Two Visions of Society and Politics? *Social Compass*. Louvain, v. 46, n. 1, mar.1999, pp. 85–99.
- PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). *Lua Nova*. São Paulo, v. 100, 2017, pp. 119-153.
- PORTELLA, Rodrigo. Renovação Carismática Católica: relações, interferências e tensões. *Atualidade Teológica*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 39, 2011, pp. 644-657.
- PRANDI, Reginaldo. Perto da magia e longe da política. In: PRANDI, Reginaldo; PIERUCCI, Antônio Flávio. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo, HUCITEC, 1996.

- _____. *Um sopro do espírito*. São Paulo: EdUSP, 1998.
- PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. Em nome do pai: justificando votos dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*. São Paulo, v. 33, n. 96, 2018, pp. 1-22.
- PROCÓPIO, Carlos Eduardo Pinto. Carismatismo Católico e Eleições no Brasil. *Ciencias Sociales y Religión*. Porto Alegre v. 14, 2012, pp. 79-99.
- _____. Perto da Religião, Perto da Política: a participação do catolicismo carismático através da Instituição, Candidaturas e Mídia nas eleições de 2010. 2014. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, PPGCSO/UFJF, Juiz de Fora, 2014.
- _____. Quando a religião fica perto da política: o caso dos candidatos apoiados pelo catolicismo carismático nas eleições de 2014 no Brasil. *Debates do NER*. Porto Alegre, v. 1, n. 27, 2015, pp. 199-232.
- _____. Catequistas, artistas ou socialmente engajados: as formas de inserção política do catolicismo carismático. *Caminhos – Revista de Ciências da Religião*. Goiânia, n. 1, v. 16, 2018, pp. 113-126.
- REIS, Marcos Vinícius de Freitas; ALMEIDA, Fábio Py Murta de. Católicos carismáticos e seus projetos de leis parlamentares. In: SILVEIRA, Emerson Sena; MORAES JR, Manoel Ribeiro (Orgs). *Religião, política e espaço público no Brasil*. São Paulo, Fonte Editorial, 2015.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *Gramsci, Turner e Geertz – O Fim da Hegemonia do PT e o Golpe*. R@U. São Carlos, v. 8, n. 2, jul./dez. 2016, pp. 11-19.
- SILVA, Antônio Ozaí. Religião e Política: Memória e História da Renovação Carismática Católica em Maringá (PR). *Revista Espaço Acadêmico*. Maringá, n. 81, 2008.
- SILVEIRA, Emerson José Sena da. *Tradição e modernidade na renovação carismática católica: um estudo dos rituais, subjetividades e mito de origem*. Juiz de Fora, UFJF, 2000.
- _____. Terços, ‘Santinhos’ e Versículos: a relação entre carismáticos católicos e política. *Rever (PUCSP)*. São Paulo, v. 8, 2008, pp. 54-74.
- _____. Guerra Cultural Católica: política, espaço público e lideranças eclesiais. In: SILVEIRA, Emerson Sena; MORAES JR, Manoel Ribeiro (orgs). *Religião, política e espaço público no Brasil*. São Paulo, Fonte Editorial, 2015.
- SINGER, André (org). *Por que gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. Campinas, Boitempo, 2016.
- SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Leya, São Paulo, 2016.
- VALLE, Edênio. A renovação carismática católica: algumas observações. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 18, n. 52, 2004, pp. 97-107.

WEBER, Maria Helena et al., Manifestações e votos sobre impeachment de Dilma Rousseff na primeira página de jornais brasileiros. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*. v. 13, n. 24, 2016, pp. 96-113.

Recebido em 29/20/2017

Aprovado em 30/05/2019

Como citar este artigo:

PROCÓPIO, Carlos Eduardo Pinto. O catolicismo carismático no impeachment de Dilma Rousseff. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 1, jan.-jun. 2019, pp. 275-299.

Resenhas



Autoridade na prática da governança da água¹

Raiza Campregher²

Resenha do livro³:

ABERS, Rebecca Neaera; KECK, Margaret E. *Autoridade Prática: ação criativa e mudança institucional na política das águas do Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2017.

O redesenho institucional da governança da água no Brasil é um processo que pode nunca ter fim. É nessa direção que apontam Rebecca Abers (Universidade de Brasília) e Margaret Keck (Johns Hopkins University), em seu livro mais recente: “Autoridade Prática: ação criativa e mudança institucional na política das águas do Brasil”, publicado em 2013, nos Estados Unidos, e traduzido no Brasil pela Editora Fiocruz, em 2017. A obra reúne resultados e análises de mais de uma década de pesquisas, acompanhando as mudanças na gestão hídrica no Brasil.

A reforma na gestão nacional dos recursos hídricos é frequentemente descrita por meio da Lei das Águas (Lei Federal nº 9.433, de 1997), que promoveu uma gestão integrada, descentralizada e participativa, em sintonia com as transformações decorrentes da Constituição Federal de 1988. Ainda, sua principal inovação foi a definição da unidade territorial para gestão: não estados ou municípios, mas, sim, as bacias hidrográficas. Nesse novo modelo de

1 A elaboração do texto contou com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2 Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil – raiza.campregher@gmail.com

3 A resenha foi elaborada com base no livro original em inglês e revisada para adequação à tradução publicada no Brasil.

governança, foram instituídos Conselhos de Recursos Hídricos e Comitês de Bacia Hidrográfica com participação do Estado, dos usuários de água e da sociedade civil organizada, cujas responsabilidades tangiam à deliberação sobre o uso e a conservação dos recursos hídricos.

Grande parte da literatura sobre governança da água, no Brasil, parte da existência da nova legislação para investigar sua implementação local, por meio dos Comitês de Bacia Hidrográfica, e as transformações efetivadas no cotidiano da governança da água a partir de então. Tal literatura se divide em dois eixos principais: de um lado, as pesquisas de cunho institucional, que visam a analisar a dinâmica de funcionamento das instituições ligadas à gestão de recursos hídricos, bem como vantagens e obstáculos para essa gestão; de outro, os estudos dedicados às relações de poder entre os agentes sociais, no sentido de compreender o estabelecimento de hierarquias no interior da governança da água.

Autoridade Prática, no entanto, encontra-se no meio desses eixos. Na obra, Abers e Keck assumem o desafio teórico de pensar o lugar da agência nas análises institucionais, com base na ação criativa dos agentes sociais na reforma da gestão dos recursos hídricos no Brasil.

A pesquisa teve como base três desafios não previstos originalmente no Projeto Marca D'Água⁴: (1) a necessidade de olhar para o que os agentes estavam fazendo para construir as instituições na prática; (2) a existência de interconexões entre os comitês, e entre os comitês e as transformações institucionais mais amplas; e (3) a importância de olhar não apenas os resultados, mas sim o processo de criação institucional. Fundamentadas nisso, Abers e Keck tomam como argumento central do livro a compreensão das *instituições como processos*. Tal abordagem significa que novas instituições precisam ser construídas; e mesmo quando a legislação dá autoridade formal às novas instituições, a autoridade precisa ser tornada real na prática, por meio da ação dos agentes sociais.

A obra, portanto, tem como objetivo compreender o processo por meio do qual algumas das novas instituições, criadas durante o processo de reforma na governança da água no Brasil, ganham a capacidade e o reconhecimento público que permite a elas tomar decisões as quais outras organizações e agentes seguem. Nesse sentido, as autoras exploram dois tipos de processos inter-relacionados: a própria construção de um desenho institucional legalmente

4 O Projeto Marca D'Água é uma colaboração, iniciada em 2000, entre diversos pesquisadores da temática das águas no Brasil. A principal publicação do projeto até então era o livro *“Água e Política”, organizado por Abers (2010)*.

definido para a gestão dos recursos hídricos; e a construção de *autoridade prática* nos Comitês de Bacia Hidrográfica.

A noção de autoridade prática é central na obra de Abers e Keck. A autoridade prática é o tipo de poder-na-prática gerado quando agentes sociais (indivíduos ou organizações) desenvolvem capacidades para resolver problemas e ganham reconhecimento dentro de uma área específica de política pública, possibilitando-os influenciar o comportamento de outros agentes. A construção da autoridade prática se dá por meio de duas atividades iniciais: o engajamento de agentes diversos e a experimentação com as soluções para os problemas enfrentados. Quando essas atividades – engajamento e experimentação – se reforçam mutuamente, elas podem ter um efeito transformador nas ideias, nos recursos e nas relações, que potencialmente produzem novas capacidades de resolução de problemas e reconhecimento por parte de outros agentes. Quando esse processo ocorre de forma bem-sucedida, a organização alcançou algum grau de autoridade prática. Dessa forma, as autoras buscam desenvolver na noção de autoridade prática um vocabulário teórico para pensar como a agência funciona em processos de mudança institucional.

Outro elemento chave da obra é a ideia de *entrelaçamento*, isto é, o fenômeno no qual o poder está distribuído de acordo com diferentes lógicas, entre organizações múltiplas e heterogêneas, frequentemente com jurisdições sobrepostas ou compartilhadas de forma ambígua. Abers e Keck sugerem que os agentes sociais buscam rotas de ação através do entrelaçamento: eles buscam espaços de ação nas brechas das redes que disputam poder, espaços nos quais eles possam construir capacidades e reconhecimento em pequena escala; e eles apostam em resultados não-lineares ao se engajar de forma criativa em diferentes arenas e escalas de ação ao mesmo tempo.

Com base nesse debate teórico, as autoras apresentam sete capítulos dedicados às transformações na gestão de recursos hídricos brasileira, da década de 1980 aos anos 2010, tanto em nível federal como no estado de São Paulo, e ainda em alguns Comitês de Bacia Hidrográfica selecionados. De início, o referencial teórico da obra é apresentado, discutindo principalmente as noções que foram citadas anteriormente: a autoridade prática e o entrelaçamento. Nesse momento ainda, as autoras tratam de definir instituição como “formas comumente aceitas de fazer as coisas”⁵ (2013: 3) e debatem acerca do processo de construção de instituições num contexto de entrelaçamento, no qual é necessário produzir autoridade prática.

5 No original, em inglês: “commonly accepted ways of doing things” (Abers; Keck, 2013: 3).

Uma segunda parte da obra aborda o contexto nacional brasileiro e os processos de redesenho institucional propriamente dito. Abers e Keck dedicam-se a um histórico do Estado brasileiro a partir da década de 1930, período em que foi instituído o Código de Águas – primeira legislação nacional sobre a gestão de recursos hídricos. As autoras buscam analisar nessa seção os fundamentos da complexidade institucional no Brasil, identificando quatro tensões principais. Também, Abers e Keck exploram três narrativas que se combinam no processo de reforma da governança da água no Brasil: a narrativa desenvolvimentista, a narrativa do liberalismo e a narrativa da democracia participativa. Além dessas narrativas, enfim, são tratados os princípios para a governança da água que circulavam internacionalmente e que influenciaram a reforma da legislação brasileira, destacadamente o IWRM⁶ e o modelo francês.

Na sequência, a obra passa a focar mais diretamente o processo de redesenho institucional da gestão hídrica, apresentando as ideias em disputa acerca de dois pontos conflituosos na reforma institucional: a definição da bacia hidrográfica como unidade de gerenciamento e o grau de participação dos usuários de água e da sociedade civil no sistema de gestão. A partir disso, as autoras narram os processos de reforma tanto em nível federal como no estado de São Paulo, processos eles próprios inter-relacionados, dando ênfase para a ação criativa dos agentes sociais. Essa seção é encerrada com uma síntese do modelo de governança instituído nas novas legislações e com um apontamento sobre as deficiências desse modelo, que refletem no cotidiano dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Dando seguimento, as autoras tratam da instituição da cobrança pelo uso da água no Brasil, fundamentadas no experimento realizado localmente no Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Abers e Keck narram dessa vez o processo de construção dos instrumentos legais e administrativos que possibilitariam a precificação da água no Brasil, tomando como base a ação criativa dos agentes sociais para produzir autoridade prática na gestão de recursos hídricos. Também, essa seção aborda a criação da Agência Nacional de Águas e sua participação decisiva no experimento da cobrança pelo uso da água na bacia do Paraíba do Sul.

Do quinto capítulo em diante, as autoras passam a analisar casos específicos de criação e manutenção de Comitês de Bacia Hidrográfica no Brasil, organizados com base em temas comuns. Primeiramente, são apresentados os três

6 Integrated Water Resources Management (IWRM), movimento internacional de especialistas em recursos hídricos (Abers; Keck, 2013: 50).

Comitês de Bacia Hidrográficas interestaduais e os 13 Comitês de Bacia Hidrográfica de domínio estadual que foram estudados pelas autoras ao longo do Projeto Marca D'Água. Nesse momento, são apresentadas brevemente as principais características desses 16 organismos de gestão hídrica no país.

O primeiro tema explorado por Abers e Keck são casos de transposição de águas em que a participação dos respectivos Comitês de Bacia foi ativa, porém, tiveram resultados bastante distintos. Especificamente, é analisada a transferência de parte das águas da Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá para a Bacia do Alto Tietê, por meio do Sistema Cantareira (SP). Nesse caso, o Comitê do PCJ participou ativamente na revisão da outorga do Sistema Cantareira em 2004, tendo êxito na negociação com a SABESP para aumentar seus investimentos na Bacia do PCJ. Ainda, as autoras discutem o caso da transposição do Rio São Francisco, na Bacia Hidrográfica Interestadual do Rio São Francisco – em que o Comitê do São Francisco, a despeito de sua atuação também ativa, não teve sucesso em barrar a transposição do rio⁷. Os dois casos analisados demonstram a importância da autoridade prática em situações decisivas da governança da água.

O segundo tema abordado é o da construção da autoridade prática por agentes de fora do Estado. Os casos que ilustram essa análise são: o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí (SC), criado a partir da iniciativa da sociedade civil e com o objetivo primário de apresentar soluções alternativas ao problema das enchentes na região; e o Comitê de Bacia do Rio das Velhas (MG), cuja ligação com o Projeto Manuelzão foi fundamental para a construção da autoridade prática da instituição.

Por meio desses casos e, de modo geral, do acompanhamento dos 16 organismos de bacia ao longo de dez anos, Abers e Keck afirmam que o redesenho institucional da governança da água no Brasil ainda não terminou. Mais precisamente, esse processo possivelmente não terá fim, em meio a multiplicidade de objetivos em torno da gestão hídrica, ao entrelaçamento característico do Estado brasileiro, e a ação criativa dos agentes sociais que continuam a criar instituições e a construir autoridade prática no cotidiano da governança da água. Tal conclusão das autoras vai ao encontro da inovação teórica dessa obra: ao analisar as instituições da gestão de recursos hídricos como processos, torna-se possível reconhecer a mudança institucional como contínua e interpretar o papel criativo da agência nas instituições. É nesse sentido que “Autoridade

7 Após inúmeras disputas, as obras para transposição das águas do Rio São Francisco tiveram início em 2007, para os eixos Norte e Leste. Até 2017, apenas o eixo Leste da transposição havia sido concluído.

Prática” fortalece o diálogo entre as duas principais vertentes de pesquisa sobre governança da água no Brasil, colocando instituições, agentes sociais e poder no mesmo barco.

Referências:

- ABERS, Rebecca Neera (Org.). *Água e Política: atores, instituições e poder nos Organismos Colegiados de Bacia Hidrográfica no Brasil*. São Paulo, Annablume, 2010.
- ABERS, Rebecca Neera; KECK, Margaret E. *Practical Authority: Agency and Institutional Change in Brazilian Water Politics*. Oxford e Nova York, Oxford University Press, 2013.
- ABERS, Rebecca Neera; KECK, Margaret E. *Autoridade Prática: ação criativa e mudança institucional na política das águas do Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2017.

Recebido em 24/09/2018

Aprovado em 10/05/2019

Como citar esta resenha:

- CAMPREGHER, Raiza. Autoridade na prática da governança da água. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 1, jan.- jun. 2019, pp. 303-308.

Diálogo epistolar entre Candido e Rama: em busca da utopia latino-americana.

Rafael Marino⁸

Resenha do livro:

ROCCA, Pablo (ed.). *Conversa cortada: a correspondência entre Antonio Candido e Ángel Rama*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul; São Paulo, Edusp, 2018.

Com a publicação do livro editado por Pablo Rocca, *Conversa cortada: a correspondência entre Antonio Candido e Ángel Rama*, os leitores brasileiros terão em mãos o conjunto de cartas trocadas entre dois dos mais destacados e importantes críticos literários e culturais latino-americanos, durante os anos de 1960 e 1978. A fruição do diálogo afiado entre os críticos uruguaio e brasileiro, suas referências, ensaios e visadas sobre a cultura, por si só já seria um ganho enorme à inteligência, à pesquisa e à crítica da cultura – até porque são poucos, apesar de esforços dos estudos epistolográficos, diálogos desta monta trazidos ao público entre intelectuais deste quilate pertencentes a um país ibero-americano e ao Brasil (Rocca, 2018: 9) – todavia, como poderíamos depreender desde o detalhado prólogo do crítico e professor de letras uruguaio Pablo Rocca, encontramos-nos diante da tentativa de atualização e legitimação de uma utopia latino-americana.

Tal utopia, galvanizada por uma formação humanista, salpicada por um marxismo moderado – conforme autodefinição dada por Candido em entrevista a Rama, em 1960 (Rocca, 2018: 14), mas que bem serve aos dois autores

8 Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo – Brasil – rafael.marino50@gmail.com

–, intentava construir uma sociedade futura mais justa, igualitária e integrada, cuja justificação passaria justamente pela constituição de uma espécie de cartografia cultural da América Latina. Esta passou a ser delineada já na década de 1960, com a troca de textos e o intercâmbio entre os autores, e passa a ganhar corpo definitivamente em meados de 1973, quando Rama, exilado na Venezuela, e outros críticos latino-americanos dão início ao colossal empreendimento da conhecida biblioteca Ayacucho e Candido é convidado a fazer parte do seletivo time de intelectuais responsáveis pela biblioteca – encarregado do pensamento e criações literárias brasileiras.

Este ponto de vista ético, de ambos os críticos, pode muito bem ser aproximado do que Candido (2011) chamava de *radicalismo político*, preocupado em buscar uma solução democrática e popular a nação, com a diferença, entretanto, de agora a escala não ser mais nacional, mas sim continental. Armados disso, Candido e Rama buscarão em suas atividades e militância intelectual dotar os países latino-americanos de um novo patamar civilizacional e cultural, algo que chega mesmo a ser comovente em suas cartas trocadas, devido aos percalços materiais e históricos vultosos que enfrentavam. Por um lado, o subdesenvolvimento e a dependência econômica – tão bem analisados por Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso, personagens presentes no diálogo epistolar dos críticos –, característicos do que chamam de *Nossa América*. Insistentemente presentes tanto nas péssimas condições de comunicação e ligação entre os países, que aparecem aos leitores pela frequente reclamação quanto aos serviços postais⁹, os quais tornavam o envio e recebimento de livros e documentos uma atividade quase hercúlea, quanto pelas dificuldades de financiamento de seus projetos. Por outro lado, ambos os intelectuais eram acossados pelas ditaduras militares que barbarizavam seus países de origem, iniciadas em 1964 em terras brasileiras e em 1973 no Uruguai, e, como resultado da violência estatal perpetrada sistematicamente contra setores variados das sociedade-civil, perseguia intelectuais e tentava tutelar instituições universitárias e de pesquisa, bem como sua produção, levando, conforme expuseram Candido e Rama, a situações

9 Em carta de 25 de maio de 1960, Candido chega mesmo a afirmar: “Estão os nossos respectivos correios conspirando contra a literatura? Fico tanto mais apreensivo, quando não me chegou de Montevidéu um pacote de livros que aí comprei, e que a livraria mandou ainda em fevereiro!” (Candido *apud* Rocca, 2018: 51). Ou em carta em 1º de Julho de 1975 de Rama: “Você sabe se receberam esse pedido e que motivos têm para não responder? Como penso que os carteiros botam no lixo uma de cada duas cartas que recebem, posso deduzir que não receberam o pedido” (Rama *apud* Rocca, 2018: 98).

catastróficas e permeadas de tristeza, contra as quais tentavam lutar para manterem a tradição e atividade crítica (Candido *apud* Rocca, 2018: 67-68)¹⁰.

Nesse bojo, é bom lembrarmos que enquanto Rama precisou mudar constantemente de país, deixando Montevidéu e passando por San Juan, em Porto Rico, Caracas, localizada na Venezuela e Washington, capital dos Estados Unidos da América, e de universidades, nas quais escreveu importantes obras, como *Los gachipolíticos rioplatenses*, de 1976, e *Transculturación narrativa em América Latina*, lançado em 1982. Candido, por sua vez, conseguiu-se manter no Brasil, contribuindo nas tentativas de resistência democrática ao regime militar e tentando manter uma atividade intelectual independente nas Universidades de São Paulo e de Campinas, além da edição de importantes revistas, por vezes censuradas pelo governo militar, como *Argumento* e *Almanaque*, nas quais Ángel Rama contribuiu algumas vezes. Ademais, é preciso apontar que enquanto Rama adentrou no sistema universitário apenas em 1966, como catedrático de Literatura Hispano Americana da Faculdade de Humanidades e Ciências de Montevidéu (1966-1972), Candido já havia ingressado no ano de 1942 como assistente de ensino da cadeira de Sociologia II da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, passando, após estadia de dois anos (1968-1960) como professor de Literatura Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, em 1961, a lecionar na cadeira de Teoria Literária e Literatura Comparada (Ramassote, 2009). Situações, deslocamentos e diferenças presentes em seus comunicados, nos quais o uruguaio regularmente pedia que seu endereço fosse trocado e em que o brasileiro negociava envio de textos e idas ao exterior para encontrar Rama e seu círculo próximo de críticos e professores.

À vista disto, nota-se certa assimetria (Rocca, 2018: 10) entre os críticos, de modo que a posição que ocupavam nos sistemas culturais e universitários de seus países poderia ser, hipoteticamente, um dos elementos explicativos do deslocamento constante de um e a possibilidade de outro não ter sido exilado¹¹.

10 Temos em vista que Rama e Candido abarcam em suas cartas experiências políticas para além do Brasil e do Uruguai, dado que trazem à baila os cenários políticos de outros países latino-americanos, como é o caso do Chile, pátria de vários colegas e amigos, sobre o qual Rama diz: “É uma ratoeira monstruosa onde trancaram boa parte do melhor que temos na América” (Rama *apud* Rocca, 2018: 72).

11 Com isso, como já dissemos, não queremos argumentar que isso determinaria o fato de um ter sido exilado de seu país e outro não, mas sim que os lugares ocupados por eles nos campos citados poderiam ajudar a entender essa diferença. Porém, isso só ficaria claro caso houvesse uma comparação sistemática entre as ditaduras no Brasil e no Uruguai, bem como seus modos de repressão e formas de violência, os quais, evidentemente, estão fora do escopo deste texto. Além disso, de modo algum essa hipótese implica num juízo de valor sobre a importância e a qualidade de Rama e Candido e igualmente de suas obras.

No entanto, apesar da referida dissimetria, o diálogo e as trocas intelectuais entre os dois foram produtivos em suas obras e bastante frutífero ao pensamento latino-americano em geral.

De acordo com o que podemos depreender do diálogo epistolar entre os dois críticos, Candido tirou lições preciosas de Rama quanto ao aprendizado e maior atenção à literatura e ao objetivo utópico latino-americano, indo, gradativamente, desde o interesse pelo crítico brasileiro na confecção de cursos de pós-graduação, para os quais pede ajuda e até a vinda do crítico uruguaio (Candido *apud* Rocca, 2018: 55-57; 71), até a constituição de um núcleo de atividades sobre literatura e cultura latino-americanas na Universidade de Campinas e a sua importante participação na biblioteca Ayacucho e nos congressos de escritores na Casa das Américas em Havana (Candido *apud* Rocca, 2018: 152-153). Ressalte-se também a impressão causada a Candido por ensaios e livros como *La generación crítica* (Rama, 1972) e *Médio Siglo de la Narrativa Latinoamericana* (1922-1972) (Rama, 2008), a partir dos quais pode travar contato com o fato de as literaturas nacionais latino-americanas também terem sido forjadas com uma postura decididamente emprenhada – aproximando-se do caso brasileiro e de um dos pontos decisivos de sua argumentação em *Formação da literatura brasileira* (Candido, 2013) – e a ideia de que o conceito de sistema literário, inicialmente pensado por Candido em seu livro recém-citado, poderia ser traduzido para uma escala continental, ou melhor, latino-americana. Isso tudo, sem perder as especificidades nacionais, visto que, para Rama, o sistema latino-americano teria se formado com base na dialética entre vanguarda, representando ruptura radical com o passado e de inspiração europeia, e regionalismo, alicerçado na continuidade com o passado e na valorização das tradições locais. Sínteses modelares, conforme pensava Rama, desse vai-e-vem entre local e cosmopolita estariam presentes em escritores como José María Arguedas, Gabriel García Márquez e João Guimarães Rosa, dentre outros.

Ángel Rama, por seu turno, também sofrerá forte influência dos escritos de Candido. Em sua trajetória, o crítico uruguaio incorporará do autor brasileiro principalmente seus conceitos de sistema literário e super-regionalismo. Em conhecida definição, Antonio Candido dizia ser a literatura propriamente dita, em contraposição às manifestação literárias, um sistema dotado de alguns denominadores em comum, como a existência de escritores e produtores literários, um tanto conscientes de seu papel; um conjunto de receptores constituindo diferentes tipos de público, sem o que a obra não vive, e um mecanismo transmissor, ou uma linguagem encarnada em estilos distintos, a qual liga uns elementos a outros (Candido, 2013). Tal ideia, conforme sugere Rocca (2018: 18),

seria decisiva para que Rama se afaste do marxismo vulgar na crítica literária e da sociologia da literatura, os quais, cada um ao seu modo, impediriam que o crítico uruguaio tivesse em vista as especificidades do fenômeno literário e sua autonomia relativa, cuja força crítica é revelada pela noção de Candido (Cf. Rama, 2006: 40-52).

Já por super-regionalismo o crítico brasileiro entende como a terceira fase da chamada *literatura regionalista brasileira*. A primeira, nomeada *regionalismo pitoresco*, correspondia à consciência eufórica do Brasil como país novo, marcada pela ideia de atraso como vantagem a ser utilizada em sua transformação. Num segundo momento, teríamos o regionalismo problemático, calcado na noção de subdesenvolvimento e seu destaque à pobreza e à falta de civilidade. Em sua terceira fase, contudo, assiste-se a ascensão do chamado *superregionalismo*, caracterizado, a despeito do desenvolvimento interno dos momentos anteriores, tanto pela consciência dilacerada do subdesenvolvimento quanto pelo “refinamento técnico, graças ao qual as regiões se transfiguram e os seus contornos humanos se subvertem, levando os traços antes pitorescos a se desencarnarem e adquirem universalidade” (Candido, 2011: 195). Aqui, em solo brasileiro, destaca-se Guimarães Rosa, todavia, Candido estende-a para outros países latino-americanos ao entroncar Juan Rulfo e Vargas Llosa nesta tradição, categoria cuja participação na troca do conceito de aculturação pelo de transculturação, entendida como passagem e hibridização das forças sociais e culturais, não foi menor no crítico uruguaio (Rocca, 2018: 28)¹².

Em meio ao diálogo dos dois críticos, é possível vislumbrar, ainda, um problema objetivo, já largamente sugerido por autores variados no pensamento político e social latino-americano, dentre eles Bilbao (1995), Mignolo (2012), Prado (1985), Lima (1899) e Nabuco (1949), a saber: a difícil, seja por questões culturais e/ou coloniais, vinculação do Brasil à América Latina. Nesse diapasão, é interessante levar em conta comentários feitos por Rama quando da conformação de congressos continentais de literatura ou da constituição da coleção Ayacucho, os quais giravam em torno da ideia de que para ele e outros pesquisadores e críticos latino-americanos “[...] o Brasil é um enorme desconhecido” (Rama *apud* Rocca, 2018: 60). Inversamente, conforme já fora dito aqui, também foram numerosas as vezes em que Candido pedira ao companheiro uruguaio referências literárias e críticas de seu país e de outras nações ibero-americanas. Um dado histórico e material que faz com que as trocas entre Candido e Rama não sejam inócuas, mas sim essenciais para sedimentação de uma cultura crítica e utopia

12 Ver, por exemplo, carta de 8 de Novembro de 1973 (Rama *apud* Rocca, 2018: 79-81).

latino-americanas, assentadas num ponto de fuga popular e democrático. Utopia virtual e não realizada, todavia, necessária.

Referências:

- BILBAO, Francisco. Iniciativa de la América. Idea de un Congreso Federal de las repúblicas. In: ZEA, Leopoldo (Org.). *Fuentes de la cultura latino-americana*. México, FCE, 1995, pp. 53-66.
- CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2011.
- _____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750 – 1880)*. Rio de Janeiro, Ouro sobre azul, 2013.
- _____. *Vários escritos*. Rio de Janeiro, Ouro Sobre Azul, 2011.
- LIMA, Manoel de Oliveira. *Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociais*. Leipzig, F. A., Brockhaus, 1899.
- MIGNOLO, Walter. *The idea of Latin America*. Malden, Blackwell Publishing, 2012.
- NABUCO, Joaquim. A parte da América na civilização; A aproximação das duas Américas. In: _____. *Obras completas. v. X. Pensamentos soltos; Camões e Assuntos Americanos*. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949, pp. 445-470.
- PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. Paris, Armand Colin et Cie., Éditeurs, 1895.
- RAMA, Ángel. *La generación crítica; 1939-1969*. Montevideo, Arca, 1972.
- _____. *Literatura, cultura, sociedade en América Latina*. Montevideo, Trilce, 2006.
- _____. Medio siglo de narrativa latinoamericana (1922-1972). In: RAMA, Angel. *La novela en América Latina: panoramas 1920-1980*. Santiago, Editora Universidad Alberto Hurtado, 2008, pp. 115-227.
- RAMASSOTE, Rodrigo Martins. Na sala de aula: Antonio Candido e a crítica literária acadêmica. *Literatura e Sociedade*, v. 14, n. 12, 2009, pp. 88-101.
- ROCCA, Pablo (Ed.). *Conversa cortada: a correspondência entre Antonio Candido e Ángel Rama*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul; São Paulo, Edusp, 2018.

Recebido em 01/11/2018

Aprovado em 10/05/2019

Como citar esta resenha:

- MARINO, Rafael. Diálogo epistolar entre Candido e Rama: em busca da utopia latino-americana. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 1, jan.- jun. 2019, pp. 309-314.

Walmart: Um Paraíso na Terra? Uma análise descritiva ao maior empregador privado dos Estados Unidos da América

Pedro Saraiva¹³

Resenha do livro:

REICH, Adam; BEARMAN, Peter. *Working For Respect: Community and Conflict At Walmart*. Nova Iorque, Columbia University Press, 2018.

Será possível pensar em sociedades do Século XXI sem pensar no mundo do trabalho? Para alguns autores, a resposta seria “sim”, mas essa seria uma resposta errada. Seria a mesma coisa que pensar o ser humano como um todo sem pensar de que este necessita de água para sobreviver. Voltando a pensar numa resposta possível para a questão que abre esta recensão, a resposta mais correta é um categórico “não”. Não podemos pensar as sociedades do Século XXI sem pensar no mundo do trabalho e como essa esfera das nossas sociedades influenciam as outras esferas sociais. É pensando nessas influências que Adam Reich e Peter Bearman desenvolveram o projeto “*Summer for Respect*”, no Verão de 2014, dando origem ao livro “*Working for Respect: Community and Conflict at Walmart*”, publicado em 2018. Esses autores, de forma indireta, respondem à questão que abre esta recensão, apresentando várias questões relacionadas com o mundo do trabalho, estudando o caso do *Walmart*, nos Estados Unidos da América, e como esta empresa consegue interferir nas outras esferas da vida

dos seus empregados. Ao longo de uma extensa introdução e de 7 capítulos, os autores fazem a exposição dos seus argumentos e que aqui são resumidos.

Na introdução a este livro, com o título “*The Real, Real Walmart*”, Reich e Bearman apontam claramente a *Walmart* como o maior empregador privado dos EUA, com mais 1,4 milhões de empregados, espalhados por mais de 4000 lojas em todo o país (2018). Dando o exemplo de um jovem de 19 anos, mostram como a ideia de que o *Walmart* é um local onde se pode trabalhar para atingir o “sonho americano” é mentira, uma vez que os salários são baixos e não existe a possibilidade de progressão na carreira.

Comemorando os 50 anos do “*Freedom Summer*” (movimento social no qual voluntários brancos uniram-se para registrar cidadãos americanos negros para poderem votar no Mississippi, em 1964), em 2014, os autores criam o projeto “*Summer for Respect*”, no qual usaram 20 estudantes universitários ou recém-graduados, todos da área de Sociologia, no qual foram pagos para que, durante 9 semanas do verão desse ano, conduzissem histórias orais sobre os empregados do *Walmart*, em alguns pontos do país.

Com essa ideia presente, Reich e Bearman apresentam 3 objetivos centrais a atingir com o projeto: perceber melhor a relação entre os empregados e o *Walmart*; perceber a relação entre jovens universitários, de diferentes origens; perceber o papel dos acadêmicos na mudança social, ou seja, até que ponto é possível fazer uma “sociologia pública”, conceito cunhado por Ruy Braga e Michael Burawoy (2008).

Depois desse projeto e já em 2016, falam de etnografias que realizaram em algumas lojas, e perceberam que apesar das más condições de trabalho, as pessoas sentem-se intimamente ligadas à empresa que os contratou, algo que veio ao encontro dos resultados que vão apresentar ao longo dos próximos capítulos. Os autores fazem uma apresentação breve e geral do projeto e das técnicas metodológicas que usaram em 2014. Apresentam, igualmente, os riscos e as tensões que poderiam vir a encontrar no decorrer do projeto, pelos participantes recrutados, para colocá-lo em prática.

No Capítulo 1, “*Pathways*”, é feita ao leitor uma apresentação geral dos trabalhadores desta empresa. Algo que perceberam foi a heterogeneidade dos seus empregados: idades distintas, que vão desde mais jovens a pessoas quase para se aposentar, com vários passados distintos, com origens sociais diferentes e, como seria de se esperar, motivações distintas para trabalhar na *Walmart*, influenciando uma maior ou menor felicidade para trabalhar nesta mesma empresa. Reportando alguns dos casos aqui apresentados, as mulheres entrevistadas revelam que trabalhar no *Walmart* era uma forma de saírem de casa e

ganhar a sua independência financeira em relação aos seus maridos. Destacam também as pessoas com mais de 50 anos, que, não querendo já se aposentar ou como forma de combater a solidão, preferem trabalhar mais alguns anos, trabalhando nesta empresa, ao mesmo tempo que combatem igualmente a solidão que sofrem. Em alguns dos casos apresentados, esta solução surge após a morte do cônjuge, combatendo a falta de dinheiro que deixou de estar disponível. Trabalhar no *Walmart* serve também para fugir de más situações (situações relacionadas com o uso de drogas, violência doméstica, situações de sem-abrigo etc.). Mesmo sabendo que os salários seriam relativamente baixos, sempre era melhor do que passar pelas situações relatadas anteriormente.

Trabalhar no *Walmart* não significava ter uma independência financeira total. Os salários baixos obrigam os trabalhadores a estarem dependentes dos subsídios estatais. O que não significa que os funcionários não estejam felizes de lá trabalhar, bem pelo contrário. Estando numa primeira fase dependentes dos subsídios estatais, trabalhar no *Walmart* permitia deixar de estar tão dependentes desses subsídios. Além disso, vende-se muito a ideia, entre os empregados, de que é possível fazer uma carreira na *Walmart*, sendo que esta depende sempre do seu empenho, mesmo que os salários sejam baixos. Esse é o desejo dos jovens que conseguem entrar nesta empresa e que pretendem ficar durante o máximo de tempo possível

No Capítulo 2, com o título “*The Shop Floor*”, é perceptível como os empregados, cada um nos seus departamentos, mostram orgulho no trabalho que faz, tirando mesmo fotografias daquilo que cada um atingiu. A par disto, a própria empresa tem um vasto sistema de incentivos monetários para premiar todos aqueles que se esforçam nas suas funções (Reich; Bearman, 2018). Esta é uma empresa na qual os empregados, com diferentes origens sociais, encontram um sentimento de comunidade e de pertença, desenvolvendo laços sociais fortes, com alguns casos de romance que acabam mesmo por surgir. Esse sentimento de pertença dá-se também pelo fato de que clientes e empregados conhecerem-se de outros círculos sociais, além da loja (andaram na mesma escola, vivem na mesma vizinhança, frequentam os mesmos locais públicos etc.). O sentimento é tal que os empregados, mesmo em dias de folga ou quando já não trabalham lá, são questionados pelos clientes sobre onde estão determinados produtos. Mesmo nestes dias, os próprios empregados acabam por ser sempre clientes da *Walmart*, devido aos preços baixos.

No entanto, os seus salários continuam baixos, mas comparando este indicador com outras empresas ao redor, com salários ainda mais baixos que os da *Walmart*, as pessoas continuam a preferir trabalhar nesta empresa. Além disso,

sendo a competição por lugares na *Walmart* bastante grande, os empregados trabalham normalmente, mesmo quando não têm condições de saúde próprias para tal. Isso mostra a precariedade e o risco de desemprego a que estão sujeitas estas pessoas. Os salários são de tal maneira baixos que existem situações em que os empregados e os gerentes das lojas têm de contribuir para o fundo de apoio da *Walmart*, que apoia os empregados com maiores carências financeiras.

No capítulo imediato, “*The Structure Of Control And Domination*”, os autores explicam como a *Walmart* faz todo o possível para criar sistemas que possam minimizar os custos e aumentar os seus lucros (maior eficiência e eficácia). No entanto, este sistema cria maior instabilidade nas lojas sobre quais os períodos do dia em que os produtos vão ter maior saída, criando incerteza relativamente aos estoques que devem estar em loja e no pessoal que deve trabalhar. Um sistema burocrático que cria bastante incerteza, sobretudo nos empregados. Devido a esta situação, os próprios trabalhadores devem ter a maior flexibilidade possível de horários, de forma a estarem disponíveis para trabalhar, e, consequentemente, mantendo os seus empregos. Acrescenta-se também que esta flexibilidade se verifica também durante as horas de trabalho, uma vez que o mesmo trabalhador poderá ter que realizar tarefas para vários gerentes ao mesmo tempo.

Além desta flexibilidade e pressão a que estão sujeitos, os empregados sofrem com os clientes, ou seja, seguindo a ideia de que os clientes têm sempre razão e, uma vez que os empregados estão cheios de tarefas, inevitavelmente existem falhas no atendimento ao cliente. Como consequência, os empregados sofrem represálias devido às queixas dos clientes à gerência. Tendo estas ideias presentes, os empregados preferem a dignidade a salários altos, uma ideia de comunidade em vez de mais horas de trabalho. É neste sentido que nasce o movimento “*OUR Walmart*”.

O capítulo seguinte é exatamente sobre este movimento (“*Making Contact*”). A “*Our Walmart*” (*OUR – Organization United for Respect*) foi fundada em 2010 e surgiu como resposta às preocupações dos funcionários da *Walmart* e, segundo um estudo realizado por eles mesmos, a falta de respeito e de dignidade perante esses funcionários tornou-se o tema central e unificador desta organização.

No entanto, os trabalhadores desconfiam deste tipo de organização porque consideram que os sindicatos não representam os seus interesses e não têm força para se impor aos interesses da classe empregadora, não acreditando que seja possível trazer mudanças. E os primeiros anos de existência comprovam isso mesmo. Entre 2010 e 2015, mesmo com um grande número de pessoas a entrar

no movimento, não foi suficiente para trazer mudanças na *Walmart*. São relatados casos de pessoas que, tendo se juntado ao movimento, acabariam mais tarde por ficar desempregadas. Houve mesmo uma perseguição da empresa a este movimento durante este período. No entanto, porque as pessoas se juntam ao movimento, mesmo sabendo do seu insucesso? Juntam-se porque aqui encontram um sentimento de pertença/comunidade, que por vezes não encontravam nas lojas onde estavam inseridos.

No capítulo 5, “*Social Ties and Social Change*”, os autores fazem uma breve reflexão sobre o trabalho de campo realizado pelos participantes no projeto, apontando, sobretudo, as várias dificuldades encontradas no terreno (as dificuldades em conseguir falar com os empregados, foi a mais referida). Os participantes tiveram muitas dificuldades em falar com os empregados, tendo sido relatadas situações de perseguição de gerentes ou de polícia no interior das próprias lojas. Contudo, existiram igualmente situações em que os participantes sentiram um sentimento de pertença, nomeadamente entre os colegas da “*OUR Walmart*”, que em alguns casos fizeram um trabalho de integração destes mesmos participantes.

No capítulo 6, “*Our Walmart On The Line*”, os autores focam-se um pouco mais neste movimento e nas suas ações contra a própria *Walmart*. Ficou comprovado que a empresa respondia sempre com uma mudança das suas políticas, o que silenciava todas as ações da “*OUR Walmart*”. Além disso, uma vez que estas ações acabam por ser mais locais, devido ao carisma de líderes locais que surgiam em algumas lojas, era fácil encontrar os seus líderes e despedi-los, esmagando qualquer foco de revolta contra as condições de trabalho. Ora, pensando que os clientes têm sempre razão, uma estratégia de angariação de empregados para o movimento seria por meio de os clientes falarem do movimento. Algo que os participantes do projeto fizeram e, em alguns casos, deram mesmo resultado.

Focando a atenção do leitor nas comunidades *online* que esta organização criou para juntar os trabalhadores de todo o país, num espaço seguro onde poderiam conversar sem sentirem consequências, verificou-se claramente uma tendência. À medida em que iam entrando cada vez mais membros novos, os tópicos de conversa iam fugindo das questões relacionadas com o trabalho e focavam-se cada vez mais em tópicos da vida pessoal destas pessoas. Tal como no mundo *offline*, também neste mundo as pessoas queriam sentir-se membros de uma comunidade. Queriam sentir um apoio. Uma ideia de comunidade que foi criada nas lojas da *Walmart*, um pouco por todo o lado. Com esta ideia em mente, os autores defendem que se pode usar este sentimento de pertença que

encontra *online* para tentar expandir as suas atividades nas lojas onde ainda não está presente e onde a sua presença é praticamente nula.

Usando este sentimento de comunidade para chegar aos empregados, a “*OUR Walmart*” criou a “*WorkIt*”, que é uma aplicação no qual os empregados podem tirar dúvidas sobre as suas condições de trabalho, mas também podem interagir com outros colegas e tirarem dúvidas relativas à sua vida pessoal (saúde, educação etc.). É uma forma alternativa de os trabalhadores se sentirem interligados no mundo *online*. Para os autores, e caso seja bem trabalhada esta questão do mundo *online*, tem todas as possibilidades de ser bem-sucedido (Reich; Bearman, 2018).

Por fim, num capítulo que serve de conclusão, “*Our Walmart*”, os autores fazem uma reflexão sobre os percursos dos participantes após a conclusão do projeto de Verão, realizado em 2014. Apesar de a maior parte destes ter seguido outros percursos profissionais diferentes da experiência profissional que tiveram nessa época, alguns destes participantes, já depois de graduados, continuaram a estar ligados ao movimento “*OUR Walmart*”, ou ligados a outros movimentos de justiça social, desempenhando tarefas profissionais ligadas à sociologia pública, como os autores fazem referência na introdução. Com este projeto, os próprios autores corrigiram ideias erradas que tinham antes de começar o trabalho de campo, percebendo que o sentimento de comunidade, no caso particular da *Walmart*, é extramente importante para os empregados, não só para discutir questões laborais, mas sobretudo para discutir questões da vida pessoal. Os autores falam ainda sobre o percurso de alguns dos empregados cujas histórias são contadas ao longo do livro. Como concluem os autores, a maior parte deles, três anos depois da execução do projeto, já não trabalhava na *Walmart*. Todos estes foram substituídos por outros.

Como foi possível perceber anteriormente, este é um livro bastante denso em termos de informação que é apresentada ao leitor. Todavia, Adam Reich e Peter Bearman, de forma extensa, mas direta, de forma criteriosa, mas sem esconder nada do que pensam, apresentam uma descrição bastante eficaz do que é a *Walmart*, de como é a relação dos seus empregados (ou usando a expressão que é muito usado nos nossos dias, dos seus “colaboradores”) entre si e com a empresa e as várias formas como trabalhar na *Walmart* pode mudar drasticamente a vida das pessoas, seja de uma maneira positiva, seja de uma maneira negativa.

Verificamos claramente que a *Walmart*, usando o seu vasto poder burocrático e econômico, consegue o máximo de lucro pelo menor custo possível. Verifica-se também como essas pessoas recebem salários baixos, e sabendo da

competição entre as pessoas por lugares nesta empresa, contentam-se com estes salários. Pode-se mesmo ir buscar o conceito de “exército de reserva”, que Karl Marx cunhou, no idó Séclo XIX, para mostrar que, atrás das pessoas empregadas, existiam um número interminável de pessoas para ocupar o seu lugar. Dessa forma, sujeitam-se às condições impostas pela entidade patronal. No entanto, movimentos de contestação emergem, como é o caso da “*OUR Walmart*”, para tentar contrariar esta situação. Todavia, ainda não foi o suficiente para fazer frente à *Walmart*. Saindo deste exemplo e pensando no mundo do trabalho em geral, pode-se pensar que este tipo de situação acontece exatamente um pouco por todo o lado, com as entidades patronais a terem um grande controle sobre os seus empregados. Este é mais um exemplo dos vários já apresentados por outros autores sobre a atual exploração e precariedade da classe trabalhadora, em qualquer sociedade, mais ou menos desenvolvida. Mas este livro destaca-se de todos os livros anteriores que já foram publicados. E por quê?

Porque os autores exploram uma vertente que precisa de ser mais trabalhada: a transição para uma sociologia pública, virada para o público em geral. E, para isso, usam estudantes ou recém-graduados em sociologia. São estes jovens que estão saindo das universidades que devem incentivar cada vez mais o uso de uma sociologia pública e que não esteja confinada no espaço acadêmico. Ao participarem deste projeto, desenvolveram capacidades inerentes à sua área de formação, mas também aprenderam como a sociologia tem um papel importante na mudança social. Ao recrutar novos membros para a “*OUR Walmart*”, perceberam que esta área não está confinada à academia, e mais do que estar fechada na academia, a sociologia deve ser usada para ajudar as pessoas e para promover a justiça e a mudança social.

Voltando à resposta inicial desta recensão crítica (Será possível pensar em sociedades do Séclo XXI sem pensar no mundo do trabalho?), os autores, com este livro, mostram claramente que não. Mas, reformulando a pergunta num novo sentido: “Será que é possível que a Sociologia possa pensar as influências do mundo do trabalho nas sociedades do Séclo XXI, ao mesmo tempo que age para uma mudança social efetiva?”. Claramente que sim. Mais que identificar a forma de organização de uma empresa e sua influência na vida dos seus empregados, a sociologia tem o poder de contribuir para a mudança social, promovendo uma maior justiça social nas nossas sociedades. Mais que poder, a Sociologia deve realizar esta mudança e Adam Reich e Peter Bearman apontam para isso mesmo.

Referências:

BRAGA, Ruy; BURAWOY, Michael. *Por uma sociologia pública*. São Paulo, Alameda, 2008.

REICH, Adam; BEARMAN, Peter. *Working For Respect: Community and Conflict At Walmart*. Nova Iorque, Columbia University Press, 2018.

Recebido em 03/12/2018

Aprovado em 10/05/2019

Como citar esta resenha:

SARAIVA, Pedro. Walmart: Um Paraíso na Terra? Uma análise descritiva ao maior empregador privado dos Estados Unidos da América. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 1, jan.- jun. 2019, pp. 315-322.

Normas para o envio de originais:

Artigos – em arquivo Word, com no máximo 25 páginas em letra Times New Roman 12, espaço 1,5, acompanhados de resumo (no máximo sete linhas) e abstract, palavras-chave (no máximo cinco) e título, ambos em português e inglês; Os títulos de livros e revistas mencionados no corpo do texto devem vir em itálico, assim como as palavras estrangeiras e eventuais ênfases do/a autor/a.

Resenhas – Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil e no exterior, no máximo, há três anos.

Os textos deverão vir com uma folha de rosto, informando: nome do/a autor/a, filiação institucional, telefone e email. O nome do/a autor/a não deverá constar no corpo do texto, garantindo o anonimato do processo de avaliação e seleção. Em casos de textos com imagens e/ou figuras devem ser enviadas em formatos jpeg. A responsabilidade pelos direitos autorais de reprodução ficará a cargo do/a autor/a.

Dossiês – A organização dos Dossiês se inicia com o Comitê Editorial definindo a temática a ser abordada na sessão Dossiê e o convite de um/a pesquisador(a)/professor(a) responsável por coordená-la. Dessa maneira, a partir das normas gerais para a sessão Dossiê – número de cinco artigos, todos originais, avaliados por pares – o coordenador tem liberdade para definir sua composição e redigir a apresentação.

Apresentação da Filiação Institucional – Na folha de rosto, o/a autor/a deverá informar seu vínculo institucional seguindo o modelo da revista: nome da universidade ou instituto de pesquisa por extenso e, entre parêntesis, sua sigla, traço, cidade da instituição, país, e-mail. Exemplo: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil – xxxxx@ufscar.br

Indicação do Financiamento da Pesquisa – Caso se trate de resultado de pesquisa financiada adicionar curta nota de rodapé – a partir do título – indicando o financiamento segundo as regras do/a financiador/a.

Citações – As citações, preferencialmente, deverão estar na língua em que o artigo foi escrito. Se houver necessidade de colocar a citação na língua original, ela deve vir como nota de rodapé.

Notas de Rodapé – Numeradas consecutivamente ao final de cada página, incluindo apenas comentários. Os/as autores/as devem ser destacados no corpo do texto, seguindo a seguinte orientação: sobrenome do autor, ano da obra, dois pontos, página (Butler, 2003: 25). Obras publicadas no mesmo ano devem ser diferenciadas pelas letras do alfabeto (1988a – 1988b).

Referências Bibliográficas – As referências bibliográficas devem ser citadas ao final do artigo (resenha, documento, entrevista), obedecendo os seguintes critérios:

LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [BECKER, Howard. *Outsiders*- Estudos de Sociologia do Desvio. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008 (1963)].

CAPÍTULO DE LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do capítulo (sem aspas). In: sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [HONNETH, Axel. Teoria Crítica. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. (Orgs.) *Teoria Social Hoje*. São Paulo, Editora UNESP, 1999, pp. 503-552.]

ARTIGOS EM REVISTAS – sobrenome do autor, nome do autor. Título do artigo (sem aspas). Nome da revista (itálico). Local de publicação, volume (v.), número (n.) ano, páginas. [SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A cultura na esteira do tempo. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 3, Julho 2001, pp. 102-112.]

DISSERTAÇÃO E TESES – sobrenome do autor, nome do autor. Título da dissertação ou tese (sem itálico). Disciplina, Universidade, data. [BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. A Pedagogia do Sexo em O Ateneu: o dispositivo de sexualidade no internato da “fina flor da mocidade brasileira”. Dissertação de mestrado, Sociologia, UFSCar, 2009.]

E-mail da Revista para Envio de Originais: revcontemporanea@gmail.com

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar está online, no sistema Open Journal, no endereço: www.contemporanea.ufscar.br

Procedimentos de Avaliação:

Os trabalhos são apreciados pelo Comitê Editorial, o qual encaminha as peças para consultores *ad hoc*. Quando há pareceres contraditórios o desempate resulta da submissão do artigo a um/a novo/a parecerista.

Não são aceitos trabalhos já publicados, mas são publicadas traduções de textos teóricos relevantes, a partir da seleção e indicação do Comitê Editorial.

O conteúdo dos trabalhos assinados é da exclusiva responsabilidade dos/as autores/as, assim como a seleção de descritores (palavras-chave).

Versão eletrônica disponível em www.contemporanea.ufscar.br

Revisão:

Tamires Bonani

Diagramação:

Casa de Ideias
www.casadeideias.art.br

Projeto Gráfico e Capa:

Diagrama Editorial
www.diagramaeditorial.com.br

